

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PATRÍCIA PALOSCHI DICK

A PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E CHINA:
A CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1995-2005)

Porto Alegre, 2006.

PATRÍCIA PALOSCHI DICK

A PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E CHINA:
A CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1995-2005)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Vizentini

Porto Alegre, 2006.

Aos meus queridos pais, Aldino e Eli Maria.

AGRADECIMENTOS

Registro minha gratidão e meu sincero carinho àqueles que contribuíram de forma extremamente positiva a esta realização. Primeiramente, agradeço a oportunidade aberta pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ao ingresso nesse programa tão qualificado. Agradeço aos Professores que acompanharam e contribuíram nessa caminhada, em especial, ao Prof. Dr. Paulo Fagundes Vizentini, por todo o apoio e incentivo, que consagraram o privilégio de tê-lo como orientador. Agradeço a ele, a Profa. Dra. Marianne Wiesebron e a Universidade de Leiden, Holanda, a oportunidade de realizar uma ampla pesquisa junto àquela instituição. Sou grata à calorosa acolhida da Professora e de Remon Boef, e à receptividade do CNWS (*Research School of Asian, African and Ameridian Studies*) e de seus membros. Tal experiência garantiu o acesso a produções acadêmicas, que direcionaram e enriqueceram essa dissertação, e o contato com especialistas da área, por intermédio da Profa. Wiesebron, como o Sr. Carlos Alberto Asfora, Ministro da Embaixada Brasileira em Haia, que partilhou, gentilmente, suas experiências.

Agradeço o companheirismo dos queridos colegas da turma de Mestrado, que contribuíram para a formação de um ambiente saudável e construtivo. Agradeço o apoio e o auxílio da Profa Dra. Susana Soares, a cordialidade e prontidão da Secretária Beatriz Accorsi, e a contribuição de Vera Lúcia Correa da Silva, do CEDEP, nesse período.

Por fim, agradeço aos meus pais pelo incentivo e apoio a essa realização e pela compreensão durante essa fase de relativa ausência, mas de grande crescimento e realização pessoal.

O futuro não se prevê, apenas se constrói coletivamente.

Padre Antônio Vieira

RESUMO

A identidade compartilhada de países em desenvolvimento confere ao Brasil e à República Popular da China interesses similares no cenário internacional e fortalece os elementos que compõem a relação bilateral, consolidando o caráter estratégico dessa parceria. A complementaridade econômica impulsiona os fluxos comerciais e os investimentos entre esses Países. O anseio pelo estabelecimento de uma nova ordem política e econômica, favorável à realização dos projetos nacionais de desenvolvimento econômico e social, estimula a aproximação e a cooperação em fóruns multilaterais, como na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização Mundial do Comércio (OMC). A extensão dos campos de cooperação para outras áreas estratégicas, como a ciência e tecnologia, remete ganhos substanciais à indústria, à economia e à comunidade científica dos Países.

A parceria estratégica entre o Brasil e a China está centrada nesses aspectos, que podem ser sintetizados em três vertentes: econômica e comercial; política; e científico-tecnológica. Essas vertentes não esgotam a realidade e a capacidade de cooperação entre os Países, mas constituem as áreas que apresentam os resultados mais significativos. Essa dissertação propõe uma leitura sobre as contribuições da política externa brasileira à parceria estratégica, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e durante os três primeiros anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2005), com base na evolução das três vertentes.

Palavras-chave: Brasil, China, parceria estratégica, política externa, comércio bilateral, cooperação política, cooperação científico-tecnológica.

ABSTRACT

The shared identity of developing countries remits to Brazil and the People's Republic of China similar interests on the international scene and strengthens the elements that compose the bilateral relation, consolidating the strategic character of this partnership. The economic complementarity drives on the commercial flow and the investments between these Countries. The craving for the establishment of a new political and economic order, favorable to the accomplishment of the national projects of social and economic development, stimulates the approximation and the cooperation on multilateral forums, such as United Nations (UN) and World Trade Organization (WTO). The extension of the cooperation fields to other strategic areas, such as science and technology, remits substantial gains for the Countries' industry, economy, and scientific community.

The strategic partnership between Brazil and China relies on these aspects, which can be summarized into three tracks: trade and economics; political; and scientific-technological. These tracks do not exhaust the reality and the capability of cooperation between the Countries, although they present the most significant results. This dissertation proposes a reading about the Brazilian foreign policy contributions for the strategic partnership, during Fernando Henrique Cardoso's government (1995-2002) and the first three years of Luiz Inácio Lula da Silva's government (2003-2005), based on the evolutions of these tracks.

Key words: Brazil, China, strategic partnership, foreign policy, bilateral trade, political cooperation, scientific-technological cooperation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	- Intercâmbio Comercial entre Brasil e China, 1974-1994	45
Gráfico 2	- Crescimento do PIB (%), Brasil e China, 1995-2002	65
Gráfico 3	- Intercâmbio Comercial entre Brasil e China, 1990-2002	80
Gráfico 4	- Crescimento do PIB (%), Brasil e China, 1995-2005	124
Gráfico 5	- Variação Anual do IPC (%), Brasil e China, 1996-2005	125
Gráfico 6	- Principais destinos das exportações brasileiras, 2005	136
Gráfico 7	- Intercâmbio Comercial entre Brasil e China, 1995-2005	138
Gráfico 8	- Principais destinos das exportações chinesas, 2005	138
Gráfico 9	- Exportações brasileiras para a China, por valor agregado (%), 2005	140
Gráfico 10	- Exportações Totais, Brasil e China, 1996-2005	146
Gráfico 11	- Importações Totais, Brasil e China, 1996-2005	147
Quadro 1	- Módulos e Subsistemas, CBERS 1 e 2	106

LISTA DE TABELAS

1	- Zonas, cidades e regiões abertas da China (1995)	35
2	- Taxa de Câmbio (média anual), Brasil e China, 1996-2002	66
3	- Tarifas médias de Importação (%), China, 1995-2002	101
4	- Participação no Comércio Mundial (%), Brasil e China, 1995-2005	125
5	- Taxa de Câmbio (média anual), Brasil e China, 1996-2005	126
6	- Intercâmbio comercial brasileiro com China, RAEs e Taiwan, 2005	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEA	- Agência Internacional de Energia Atômica
ALCA	- Área de Livre Comércio das Américas
APEC	- <i>Asia Pacific Economic Cooperation</i> (Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico)
APEX	- Agência de Promoção de Exportações e Investimentos
ASEAN	- <i>Association of the South-East Asian Nations</i> (Associação das Nações do Sudeste Asiático)
CAMEX	- Câmara de Comércio Exterior
CBERS	- <i>China-Brazil Earth Resources Satellite</i> (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres)
CIF	- <i>Cost, Insurance and Freight</i> (Custo, Seguro e Frete)
COFINS	- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
DSN	- Doutrina de Segurança Nacional
ECOSOC	- <i>Economic and Social Council</i> (Conselho Econômico e Social)
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FOB	- <i>Free on Board</i> (Livre a Bordo)
FOCALAL	- Foro de Cooperação América Latina - Ásia do Leste
G-20	- Grupo dos 20
GATT	- <i>General Agreement on Tariffs and Trade</i> (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio)
IBAS	- Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IED	- Investimento Estrangeiro Direto
INPE	- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPC	- Índice de Preços ao Consumidor
IPPI	- Imposto sobre Produtos Industrializados
MDIC	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
MOFCOM	- <i>Ministry of Commerce of the People's Republic of China</i> (Ministério do Comércio da República Popular da China)

MOFTEC	- <i>Ministry of Foreign Trade and Economic Cooperation</i> (Ministério de Comércio Exterior e Cooperação Econômica)
NAFTA	- <i>North America Free Trade Agreement</i> (Acordo de Livre Comércio da América do Norte)
NBM	- Nomenclatura Brasileira de Mercadorias
NCM	- Nomenclatura Comum do Mercosul
OPEP	- Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC	- Partido Comunista da China
PIB	- Produto Interno Bruto
PIS	- Programa de Integração Social
PITCE	- Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
RAE	- Região Administrativa Especial
RPC	- República Popular da China
SECEX	- Secretaria de Comércio Exterior
TNP	- Tratado de Não Proliferação Nuclear
TRIPS	- <i>Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights</i> (Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio)
UNCTAD	- <i>United Nations Conference on Trade and Development</i> (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: DO ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS AO ESTABELECIMENTO DA PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE O BRASIL E A CHINA	19
2.1	O estabelecimento das relações diplomáticas (1969-1974)	19
2.2	O caminho em direção à parceria estratégica (1975-1990)	32
2.3	O estabelecimento da parceria estratégica entre Brasil e China (1990-1994)..	39
3	A PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE O BRASIL E A CHINA NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)	46
3.1	Vertente econômica e comercial	76
3.2	Vertente política	87
3.2.1	Organização das Nações Unidas (ONU)	88
3.2.2	Organização Mundial do Comércio (OMC)	97
3.2.3	Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL)	101
3.3	Vertente científica e tecnológica	104
4	A PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE O BRASIL E A CHINA NO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2005)	107
4.1	Vertente econômica e comercial	135
4.2	Vertente política	147
4.2.1	Organização das Nações Unidas (ONU)	148
4.2.2	Organização Mundial do Comércio (OMC)	157
4.2.3	Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL)	161
4.3	Vertente científica e tecnológica	162
4.4	<i>Status quo</i> ou revisionistas?	163
5	CONCLUSÃO	166
	REFERÊNCIAS	175

APÊNDICE A – Órgãos, Congressos e Plenárias do Partido Comunista Chinês ...	197
APÊNDICE B – Órgãos do Estado da República Popular da China e Assembléias	198
APÊNDICE C – Atos em vigor com assinados com a China	199
APÊNDICE D – Pauta de exportações Brasil - China: 1995/1999/2002	204
APÊNDICE E – Pauta de importações Brasil - China: 1995/1999/2002	205
APÊNDICE F – Pauta de exportações Brasil - China: 2003-2005	206
APÊNDICE G – Pauta de importações Brasil - China: 2003-2005	207
APÊNDICE H – Intercâmbio Comercial entre Brasil e China, 1978-2005	208
APÊNDICE I – Exportações brasileiras para a China, totais por fator agregado, 1981-2005	209
ANEXO A – Mapa Administrativo da República Popular da China (2005)	210
ANEXO B – Satélite CBERS: fornecedores brasileiros do painel solar e da estrutura	211
ANEXO C – Satélite CBERS: fornecedores brasileiros (vista 1)	212
ANEXO D – Satélite CBERS: fornecedores brasileiros (vista 2)	213

1 INTRODUÇÃO

As relações político-econômicas entre o Brasil e a República Popular da China foram intensificadas significativamente desde o estabelecimento das relações diplomáticas em 1974. A aproximação dos países contemplou interesses político-estratégicos similares, que impulsionaram a interlocução e a cooperação em fóruns multilaterais; econômico-comerciais, tendo em vista a complementaridade econômica que expandiu os fluxos bilaterais; e, a partir da década de 1980, contemplou interesses científico-tecnológicos.

A convergência de interesses entre países continentais que representam as maiores economias em desenvolvimento do sistema e que têm força de articulação nos principais organismos internacionais, como na Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização Mundial do Comércio (OMC), confere possibilidades ampliadas de interlocução e cooperação entre esses Estados.

A República Popular da China tem surpreendido o mundo com o dinamismo de sua economia e a trajetória de crescimento sustentado, a taxas elevadas, desde o final da década de 1970. A abertura econômica gradual sob a ótica do regime socialista forneceu as bases para esse crescimento, quebrando paradigmas e fórmulas prontas para o desenvolvimento econômico. Os ganhos da economia socialista de mercado têm se traduzido em reconhecimento internacional e bem-estar social. A crescente integração política e econômica, a condição de *global actor* e *global trader*, acrescida à condição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e de potência nuclear, conferem à República Popular da China um papel singular no sistema.

O Brasil, segunda maior economia dentre os países em desenvolvimento, apresenta índices de crescimento mais modestos, é um importante ator regional, dotado de articulação política internacional significativa, é um *global actor* e *global trader*. Os ajustes econômicos promovidos no início da década de 1990 e o processo de integração regional somaram forças às características já conhecidas e ao patrimônio diplomático do País. O programa de reformas e ajustes econômicos, combinados com a ampla liberalização econômico-comercial, encontrou certo equilíbrio no início desse século, voltando o País, novamente, à produção de

superávits comerciais e ao aumento expressivo do intercâmbio com a República Popular da China.

A articulação entre os governos do Brasil e da China ganhou força em maio de 1993, na ocasião da visita do primeiro-ministro Li Peng e do vice primeiro-ministro Zhu Rongji ao Brasil. O relacionamento sino-brasileiro foi identificado por Zhu Rongji como uma *parceria estratégica*, considerando a relação sinérgica entre “o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental com o maior país em desenvolvimento no hemisfério ocidental” (ZHU RONGJI *apud* FUJITA, 2003, p. 64).

Em novembro de 1993, durante sua visita ao Brasil, Jiang Zemin formulou quatro princípios para orientar e estender a cooperação bilateral, dando sentido ao caráter estratégico da parceria: 1) aprofundar as relações comerciais para promover a prosperidade mútua; 2) estender a comunicação inter-pessoal e desenvolver a cooperação em diversos campos; 3) efetuar consultas bilaterais nos organismos multilaterais e sobre assuntos da agenda internacional para fortalecer a coordenação e o apoio mútuo, para salvaguardar os interesses dos países em desenvolvimento e para contribuir ao estabelecimento de uma nova ordem política mundial; 4) estender os contatos diretos e o diálogo entre os dirigentes para efetivar o mecanismo de consulta política e a cooperação, para aprofundar o entendimento e a confiança mútua e construir uma relação bilateral estável e mutuamente benéfica (SHANG, 1999).

Naquele momento, a China identificou o Brasil como um parceiro estratégico e delineou as orientações de longo prazo do relacionamento bilateral. O reconhecimento mútuo do caráter estratégico conferiu novo impulso à relação sino-brasileira. E, desde então, a expressão “parceria estratégica” passou a caracterizar o relacionamento de complementaridade e cooperação entre os países, cujos elementos centrais estão apoiados em três vertentes: econômico-comercial, política, e científico-tecnológica (FUJITA, 2003).

A construção de parcerias estratégicas é caracterizada por Lessa (1998, p. 37) como uma forma de seletividade dentro do caráter universalista da diplomacia brasileira, constituindo uma nova forma de proporcionar instrumentalidade ao sistema de relações bilaterais do País. Conforme o autor, “a idéia de *parceria estratégica* passa a ser explorada para precisar as interações que permitem ganhos substantivos numa cena internacional caracterizada pelos crescentes apertos das margens de decisão”. Dessa maneira, a cooperação econômico-comercial, a articulação política em foros multilaterais (visando certa unidade e maior força na negociação e defesa dos interesses comuns que deverão ser assegurados na construção da nova ordem econômica e política) e a cooperação científica e tecnológica

(visando o acesso e o desenvolvimento de tecnologias específicas), dão sentido ao caráter estratégico da parceria entre o Brasil e a China.

Essa dissertação tem como objetivo identificar os fatores políticos e econômicos que intensificaram as relações entre o Brasil e a República Popular da China, sob o paradigma da parceria estratégica, no período entre 1995 e 2005. O estudo da parceria estratégica foi entrelaçado à política externa brasileira com o objetivo de identificar os mecanismos desenvolvidos pelo Brasil que contribuíram para uma maior aproximação dos países naquele período.

A hipótese inicial identifica como principais fatores que impulsionaram a aproximação bilateral a complementaridade econômica, associada aos processos de abertura dos países, e a similitude de interesses e posições no cenário internacional. A identidade partilhada de países em desenvolvimento dispõe anseios similares pela redução das distorções e dos constrangimentos do sistema que impedem a realização plena das capacidades nacionais. Nesse sentido, a interlocução e a cooperação política entre o Brasil e a China aparecem como ferramentas necessárias na construção da nova ordem política e econômica multipolar, favorável à realização do interesse nacional, o desenvolvimento econômico e social.

O período entre 1995 e 2005 corresponde ao governo Fernando Henrique Cardoso em sua totalidade (1995-2002) e a três anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2005). Apesar da diplomacia brasileira caracterizar-se por certa continuidade, a estratégia de cada governo na condução da política externa e, principalmente, com relação à parceria estratégica com a República Popular da China, contém elementos diversos.

A percepção sobre o interesse nacional e os entendimentos de como realizá-lo envolvem um leque de variáveis que explicam, em parte, a diferença nos elementos que compõem e conduzem a política externa de cada governo.

Além das variáveis internas, de percepção do interesse nacional e de como perseguir-lo, a formulação da política externa também conta com as variáveis externas, ou seja, as alterações no sistema internacional, que desenvolvem novas perspectivas e obstáculos aos governos.

A natureza da política externa se mostra, portanto, dual. Seu processo de formulação segue a articulação entre o interesse nacional e as perspectivas no âmbito internacional; segue as percepções dos dirigentes sobre a conjuntura internacional, as possibilidades presentes no sistema, a realidade e as necessidades domésticas e seus entendimentos de como promover a inter-relação dessas variáveis (BARROS, 1998).

Dentro de cada governo, Fernando Henrique (1995-2002) e Lula (2003-2005), diferentes percepções impulsionaram os movimentos do governo brasileiro com relação ao cenário internacional e à China. O estudo proposto sobre a parceria estratégica entre o Brasil e a República Popular da China está apoiado na leitura da política externa brasileira em paralelo com a política externa chinesa, para identificar a interação entre os governos e os mecanismos de iniciativa e resposta brasileiros, e na leitura da interação bilateral em três vertentes¹. O ponto de partida da pesquisa é a *vertente econômica e comercial*, identificada como chave e mais importante, vetor de crescimento e desenvolvimento econômico e social. A complementaridade das economias tem mostrado índices crescentes de intercâmbio entre os países. Essa vertente foi utilizada para identificar o período de maior intercâmbio que, devido ao crescente dinamismo das economias e a abertura dos países, vem crescendo com o passar dos anos e coincide com o momento atual.

A *vertente política* tem um papel importante para ambos países, considerando os anseios pela formação de um sistema multipolar, que venha a corrigir distorções existentes na dinâmica atual que criam constrangimentos, principalmente, para os países em desenvolvimento, na defesa de seus interesses nacionais. A interlocução política e a cooperação em fóruns multilaterais, como ONU (no Conselho de Segurança e na Assembléia Geral) e OMC, são analisadas nessa vertente. A interlocução em um fórum específico inter-regional, o Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), é apresentada em linhas gerais.

A *vertente científica e tecnológica* foi incluída nesta dissertação como modelo de parceria Sul-Sul e por constituir-se como símbolo da parceria estratégica sino-brasileira. É realizada uma explanação sobre os avanços obtidos no campo espacial com o Programa CBERS (*China-Brasil Earth Resources Satellites*), que foram traduzidos em desenvolvimento econômico e tecnológico e no rompimento do monopólio até então dos Estados Unidos e da União Européia.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos com dados teóricos e empíricos sobre a parceria estratégica entre o Brasil e a República Popular da China. Foram utilizadas como fontes as publicações acadêmicas em paralelo com os discursos dos dirigentes; o conteúdo dos acordos disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores; e dados estatísticos disponibilizados pelo banco de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério da Fazenda, Ministério do Comércio da República Popular

¹ A divisão adotada neste trabalho segue a classificação dos elementos centrais da parceria estratégica em três vertentes (econômico-comercial, política e científico-tecnológica) proposta por Fujita (2003).

da China, Bureau Nacional de Estatísticas da China, bem como do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Em adição, para delinear o perfil das posições sino-brasileiras na ONU foram analisados os votos dos países no Conselho de Segurança e na Assembléia Geral. Quanto à OMC foram analisadas as propostas no âmbito da Rodada de Doha. E, quanto ao programa CBERS, as informações foram complementadas por aquelas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O *Capítulo 2* propõe uma leitura sobre o processo de aproximação entre os países, sobre os condicionantes internos e externos que levaram ao estabelecimento das relações diplomáticas em 1974 e, posteriormente, ao estabelecimento da parceria estratégica em 1993. O estudo do período anterior ao objeto de pesquisa desta dissertação mostra-se necessário para o melhor entendimento da evolução das percepções e das políticas desenvolvidas pelos governos que levaram a uma maior aproximação dos países entre 1995 e 2005.

O *Capítulo 3* propõe a análise da evolução da parceria estratégica entre o Brasil e a China durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), por meio da leitura da política externa brasileira em paralelo com a política externa de Jiang Zemin (1993-2003). São apresentadas as evoluções nas vertentes econômica e comercial, política e científica e tecnológica.

O *Capítulo 4* propõe a análise da evolução da parceria estratégica entre o Brasil e a China durante os três primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2005), por meio da leitura da política externa brasileira em paralelo com a política externa de Hu Jintao (2003-2005). São apresentadas as evoluções nas vertentes econômica e comercial, política e científica e tecnológica.

Os nomes dos dirigentes chineses mencionados nesta dissertação obedecem ao método de transliteração oficial dos caracteres do mandarim para o alfabeto romano, o método pinyin (adotado em 1979 pela *International Organization of Standardization*). Há exceção para Sun Yat-sen e Chiang Kai-shek, que foram mantidos nessa ortografia, uma vez que a transcrição com o método pinyin e wade-giles (anterior ao pinyin) dificultariam o entendimento. É feita referência à República Popular da China (RPC) como *China* e à República da China como *Taiwan*.

Os dados estatísticos dispostos nesta dissertação referentes à China não incluem os índices das Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, bem como de Taiwan. Para facilitar a visualização das regiões e dos órgãos políticos da China abordados no texto, foram dispostos no ANEXO A o mapa administrativo da China, no APÊNDICE A a estrutura

do Partido Comunista da China e uma súmula dos Congressos do Partido e das plenárias do Comitê Central entre 1992-2005, e no APÊNDICE B a estrutura dos órgãos do Estado chinês. Para evitar uma listagem exaustiva dos acordos bilaterais assinados no período, foram dispostos no APÊNDICE C todos os atos em vigor entre o Brasil e a China.

2 O PROCESSO DE APROXIMAÇÃO: DO ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS AO ESTABELECIMENTO DA PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE O BRASIL E A CHINA

Este capítulo propõe uma leitura sobre o processo de aproximação entre o Brasil e a China, sobre os condicionantes internos e externos que levaram ao estabelecimento das relações diplomáticas em 1974 e, posteriormente, ao estabelecimento da parceria estratégica em 1993. O estudo do período anterior ao período de análise desta dissertação mostra-se necessário para o melhor entendimento da evolução das percepções e das políticas desenvolvidas pelos governos que levaram à maior aproximação dos países entre 1995 e 2005.

2.1 O estabelecimento das relações diplomáticas (1969-1974)

O fim da década de 1960 e o início da década de 1970 foram marcados por alterações conjunturais, que impulsionaram releituras das políticas externas dos países e, conseqüentemente, alteraram a dinâmica das relações entre os Estados.

O ano de 1969 foi marcado pela elaboração da estratégia norte-americana de *détente* (1969-1979). A política externa de Henry Kissinger e Richard Nixon substituía a contenção pela coexistência pacífica, estabelecendo um novo padrão de comportamento internacional para os Estados Unidos, que levava em consideração o desgaste da sua posição relativa. A Guerra do Vietnã trouxe o desgaste político e econômico ao País, impulsionados pelos gastos norte-americanos na própria Guerra do Vietnã e, anteriormente, pelos gastos com a Guerra da Coreia, enquanto o mundo presenciava o fortalecimento econômico do Japão e da Europa Ocidental. Naquele momento, a União Soviética fortalecia-se, ampliava seu poder militar e esboçava uma paridade estratégica entre as duas superpotências. As percepções de Nixon e Kissinger delinearão o sistema internacional caminhando da bipolaridade para a multipolaridade, no qual a China, Japão e Europa Ocidental apareciam como atores

importantes. Nesse sentido, os Estados Unidos atravessariam um período de transição de poder, passando da posição hegemônica para a liderança. Kissinger adotou uma visão realista do sistema, identificando a organização internacional de acordo com o equilíbrio de poder, e formulou a estratégia da *détente*. Essa estratégia idealizava a coexistência pacífica entre as superpotências e possuía uma retórica convincente que seria utilizada como ferramenta para os Estados Unidos reconquistarem seu poder diante da União Soviética. A *détente* estava apoiada em dois pilares: a tripolaridade e a ligação de políticas. Considerando o apoio do Japão e da Europa Ocidental aos Estados Unidos, a tripolaridade consistia em atrair a China, para promover uma ruptura no lado comunista. Dessa maneira, a estratégia norte-americana deixava de ser uma cruzada anticomunista, delineando um movimento anti-soviético. A ligação de políticas objetivava uma revisão no relacionamento entre os Estados Unidos e a União Soviética, por meio da correlação de estratégias e de iniciativas diplomáticas que resultaram em um conjunto de acordos e regras, beneficiando as duas potências e promovendo um arrefecimento do conflito. De forma paralela, a Doutrina Nixon, elaborada em julho de 1969, indicava o desengajamento norte-americano em determinadas áreas e a atribuição de tarefas às potências regionais. Nesse sentido, foi sinalizado o fim da intervenção no Vietnã e um relacionamento renovado com a Ásia e a América Latina (PECEQUILO, 2003; WALLERSTEIN, 2002).

O ano de 1969 também foi marcado pelo acirramento das tensões sino-soviéticas que culminaram com a ameaça de intervenção para destruir a capacidade nuclear chinesa e com o posicionamento de tropas soviéticas ao longo da fronteira entre os dois países². Naquele momento, foi consolidado o cenário mais desfavorável à RPC desde a sua fundação: além do

² As divergências ideológicas entre a China e a União Soviética, iniciadas em 1957, frente às críticas de Nikita Krushev a Josef Stalin, foram agravadas, em 1958, pelo desentendimento sobre o programa atômico chinês, por meio do qual a China pretendia construir um arsenal atômico independente. Em 1959, houve desacordo sobre a pauta de debate entre Moscou e Washington e, posteriormente, em ocasião do XXI Congresso do Partido Comunista da União Soviética, sobre a política de *coexistência pacífica* com o Ocidente, preconizada por Krushev. Em 1960, a suspensão dos programas de cooperação patrocinados por Moscou e a conseqüente retirada dos técnicos soviéticos, que orientavam a construção de mais de 170 grandes projetos industriais chineses, comprometeram o projeto de crescimento acelerado chinês – o Grande Salto para Frente (1957-1962). A crise foi agravada, em 1968, com a invasão da Checoslováquia e, em 1969, com os desentendimentos quanto à demarcação de fronteiras e ao programa nuclear chinês (a China havia acionado em 1967 sua primeira bomba nuclear, intensificando a inquietação externa frente aos propósitos chineses de afirmação nacional). Abi-sad destaca a diferença entre o conceito de *coexistência pacífica* enunciado pela União Soviética em relação ao Ocidente e os *Cinco Princípios de Coexistência Pacífica* enunciados, em 1955, na ocasião da Conferência de Bandung. Segundo o autor, a expressão *coexistência pacífica* utilizada pelos soviéticos para moldar as relações entre os países de sistema capitalista e comunista alarmou os chineses frente à possibilidade de uma acomodação perigosa entre as superpotências, que viria a garantir interesses exclusivos dos norte-americanos e soviéticos em detrimento dos interesses dos demais países da comunidade internacional. Os *Cinco Princípios de Coexistência Pacífica* são princípios identificados como condutores no relacionamento entre as nações e que norteiam as relações chinesas com os demais Estados desde a década de 1950, constituindo uma das principais diretrizes da política externa chinesa (ABI-SAD, 1996).

acirramento das tensões sino-soviéticas, a China estava contida e isolada pelos norte-americanos e demais Estados que se opunham aos ideais revolucionários de Mao Zedong; deparava-se com a hostilidade de Taiwan, a inimizade com a Índia, e a Guerra do Vietnã. Suas relações externas estavam limitadas à interlocução com partidos revolucionários, marxista-leninistas, com países em desenvolvimento na África e Ásia, e alianças com os vizinhos Coreia do Norte, Vietnã do Norte, Paquistão e Birmânia. Internamente, a Revolução Cultural, iniciada em 1966, pregando ideologias ultra-esquerdistas, afetava setores importantes, desestruturava equilíbrios e instaurava um clima de insegurança e instabilidade. O complexo quadro interno contribuiu para aumentar o desconforto dos países vizinhos quanto à China, que temiam o perigo de uma desestabilização regional. Externamente, a China, enfraquecida e dividida, era vista como fonte de instabilidade regional e global, e atraía agressões da União Soviética. Frente ao cenário desfavorável que se formara, os líderes chineses repensaram as prioridades da política externa do País. Era necessário promover uma mudança nas suas diretrizes políticas, colocando a segurança nacional à frente dos ideais revolucionários de Mao Zedong. Com uma visão mais realista das relações internacionais, os líderes chineses desenvolveram uma estratégia de abertura ao ocidente, que previa a aproximação entre a China e os Estados Unidos como uma forma de conter a União Soviética (ABI-SAD, 1996; CHEN, 2005; ECONOMY; OKSENBERG, 1999).

Dessa maneira, em 1969, foram iniciadas as conversações entre os Estados Unidos e a China, recuperando o diálogo que fora interrompido na ocasião da Revolução de 1949. Em 1970, Kissinger foi a Pequim para preparar a normalização das relações entre os Estados. Em 1972, foi assinado o Comunicado de Xangai, no qual os países comprometeram-se em normalizar suas relações e em cooperar para reduzir os riscos de conflito militar e impedir tentativas de estabelecimento de hegemonias regionais na Ásia-Pacífico. Em 1973, os países comprometeram-se em cooperar para manter o *status quo*, estabelecendo uma resistência conjunta às tentativas de dominação global, referindo-se, implicitamente, à situação da União Soviética. Contudo, somente em 1979, os Estados Unidos adotaram a política de uma só China, mas sem deixar de apoiar Taiwan (PECEQUILO, 2003).

O ano de 1969 foi marcado pela troca de governo no Brasil. Em 30 de outubro, o General Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência da República, como terceiro general a conduzir o governo brasileiro desde o golpe de 1964. Naquele momento, o desempenho positivo da economia mundial favorecia a atração de investimentos estrangeiros e tecnologia ao País e o consumo de produtos básicos complementares produzidos no Brasil pelos países desenvolvidos. Tais condições impulsionaram o crescimento econômico brasileiro,

consolidando a ocorrência do *milagre econômico*. A percepção sobre o cenário internacional – que indicava um processo de diversificação do núcleo dominante do sistema, associado ao desenvolvimento econômico de centros capitalistas como Japão e Europa Ocidental e à tendência de declínio relativo da hegemonia norte-americana – impulsionou o desenvolvimento de uma estratégia que buscava brechas existentes naquela conjuntura para melhor posicionar o Brasil, enfatizando uma inserção individual e valorizando o bilateralismo. A partir da nova doutrina norte-americana, Nixon reconheceu o papel do Brasil como líder regional. Em adição, a ocorrência do *milagre brasileiro* dava forças ao projeto *Brasil Potência*, que possuía objetivos ambiciosos, como a inclusão do País no Primeiro Mundo. Nesse sentido, a política externa desenvolvida pelo Chanceler Mário Gibson Barboza refletia o anseio de um país forte economicamente a se tornar forte internacionalmente (CAMARGO; OCAMPO, 1988; VIZENTINI, 2004).

A *diplomacia do interesse nacional* valorizou a estratégia bilateral, que foi considerada a via mais propensa para assegurar os interesses materiais do País, e adotou uma postura *low profile* nos foros multilaterais – o governo brasileiro manteve a solidariedade aos países do terceiro mundo, mas preferiu manter um perfil pragmático à exercer uma liderança incômoda (SOUTO, 2003). O País buscou ampliar seu poder de barganha com os Estados Unidos, mas sem que seu relacionamento fosse entendido como desleal. O redirecionamento das relações com Washington refletia a posição contrária do governo brasileiro aos mecanismos de congelamento de poder, prejudiciais ao País. Da mesma forma, o País mostrou-se crítico à retórica da interdependência, como retrata a passagem do discurso do Embaixador Araújo Castro:

A fim de propiciar um melhor ordenamento internacional [...] as Grandes Potências parecem agora favorecer um conceito de interdependência que implicaria em sensível atenuação do conceito e da prática da soberania nacional. Sustentamos que a interdependência pressupõe a independência, a emancipação econômica e a igualdade soberana entre os Estados. Primeiro sejamos independentes. Depois sejamos interdependentes (CASTRO *apud* VIZENTINI, 2004, p. 141).

Apesar da posição pragmática adotada pelo governo brasileiro no cenário internacional, internamente existia uma articulação entre a área de segurança e a política externa do País por meio da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que definia as fronteiras ideológicas a serem respeitadas. O Conselho de Segurança Nacional fixava os objetivos nacionais permanentes, limitando a política externa do País e a atuação diplomática de acordo

com seus cálculos estratégicos. O núcleo decisório do País, que em razão da Revolução de 1949, havia transferido a representação diplomática do Brasil para Taipei e reconhecido o governo de Taiwan como o representante legítimo do povo chinês, permaneceu cético em relação à China socialista. Nesse sentido, a aproximação sino-brasileira ocorreu de forma cautelosa, em especial, com as contribuições dos *Relatórios de Hong Kong*, elaborados pelo Consulado-Geral brasileiro, na então colônia britânica, entre os anos 1969 e 1971. Esses relatórios continham avaliações da conjuntura política e econômica chinesa e suas conseqüências para a política externa de Pequim. Elaborados por diplomatas experientes como Miguel Osório de Almeida e o cônsul Geraldo de Holanda Cavalcanti, os Relatórios de Hong Kong trouxeram esclarecimentos sobre alterações no processo político interno chinês e seus reflexos na política internacional, como a nova posição do governo frente aos ideais revolucionários de Mao Zedong (que deixava de incentivar movimentos revolucionários entre os Estados). Também, foi exposto nos relatórios o encerramento da disputa interna entre as lideranças chinesas, o que abriu caminho para uma maior inserção do País no sistema internacional, independentemente das posições ideológicas. Já em maio de 1971, o relatório do Consulado brasileiro expôs, dentre outros aspectos, um possível interesse da China em se aproximar do Brasil. Conforme Pinheiro (1993), esses relatórios e ofícios não foram os elementos propulsores das alterações na política externa brasileira em relação à China durante os anos 1970, no entanto, tornaram-se base para as avaliações que seguiram.

De forma paralela, em 1971 e 1972, setores do empresariado nacional brasileiro promoveram visitas de cunho comercial à China em busca de novos mercados. Em novembro de 1971, o empresário Horácio Coimbra, presidente da Cia. Cacique de Café Solúvel, liderou uma delegação comercial à feira de Cantão, contando com a presença do cônsul Geraldo Holanda Cavalcanti, que obteve autorização do Itamaraty para ingressar na comitiva. Em outubro de 1972, uma nova missão comercial seguiu para a China, liderada pelo empresário Giulite Coutinho, presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros (FUJITA, 2003; PINHEIRO, 1993). No início de 1973, Gibson Barboza teria incentivado o estabelecimento de algum tipo de relação com a China, ainda que informal. O Presidente Médici teria reagido com simpatia à proposta, mas essa fora vetada pelo Conselho de Segurança Nacional (SOUTO, 2003).

As mudanças sistêmicas do fim da década de 1960 e início da década de 1970 impulsionaram, além das releituras das políticas externas, uma maior integração da China no sistema. Nesse sentido, em 25 de outubro de 1971, na ocasião da 26ª sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, a República Popular da China foi reconhecida como única e

legítima representante do povo chinês, substituindo a representatividade da República da China naquele organismo, por meio da resolução 2758. Na votação, a RPC contou com 76 votos a favor, 35 contra, 17 abstenções e 03 ausências, sendo que o Brasil, juntamente com os Estados Unidos, manteve uma posição contrária ao reingresso de Pequim nas Nações Unidas. Contudo, o acontecimento consolidava o reconhecimento da Nação e dava legitimidade ao governo de Pequim (PINHEIRO, 1993). A partir daquele momento, conforme Samuel Kim (1999), a China tornava-se parte do problema e da solução no ordenamento internacional. A condição de membro permanente do Conselho de Segurança, com poder de veto, indicou o reconhecimento e aceitação da Nação como grande potência na comunidade internacional e, desde então, nenhum conflito internacional de natureza militar, social, demográfica ou ambiental poderia ser resolvido sem algum envolvimento da China. Conforme o autor, a atuação do País naquele organismo durante os anos 1970 pode ser identificada como seletiva e simbólica. A partir de 1974, seria adotado um *system-reforming approach* e, posteriormente, na década de 1980, um *system-maintaining approach*.

O processo de releitura das políticas externas teve novo impulso no final de 1973, com o primeiro choque do petróleo. A decisão dos países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) de quadruplicar o preço do barril de petróleo que, no final de 1973, passou de uma média de US\$ 3 para US\$ 12, causou impactos nas condições financeiras do sistema, que se encaminhou a um período de recessão econômica. Os países desenvolvidos reduziram os investimentos externos, criaram mecanismos de proteção às importações e investiram em estratégias de exportação para minimizar o peso do déficit advindo das importações de petróleo. Essa estratégia comprometeu ainda mais a situação dos países em desenvolvimento não produtores de petróleo que, além de arcar com o custo mais elevado do petróleo, encontraram barreiras aos seus produtos de exportação nos mercados dos países desenvolvidos. Enquanto a aquisição de produtos manufaturados foi prejudicada pelo aumento significativo de preços, tornava-se mais difícil exportar produtos primários a preços justos. O Brasil, naquele momento, mantinha um modelo de industrialização dependente de recursos externos. Quanto ao petróleo, por exemplo, o País produzia somente 20% do que era consumido (CAMARGO; OCAMPO, 1988; PINHEIRO, 1993).

Em 15 de março de 1974, o General Ernesto Geisel assumiu o governo brasileiro e se deparou com elementos conjunturais específicos: a crise do petróleo, o processo de esgotamento do milagre econômico e a necessidade de avançar na abertura política do País. A crise do petróleo influenciou diretamente no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. As condições que haviam impulsionado o milagre não se faziam mais presentes. Naquele

momento, o País enfrentava o esgotamento da capacidade produtiva disponível, a degradação dos seus termos de intercâmbio e se deparava com uma forte recessão nos países industrializados que, em decorrência, diminuíram seus investimentos e providenciaram o fechamento crescente dos seus mercados – em particular os Estados Unidos. O êxito econômico do governo Médici havia interrompido a perda crescente de legitimidade do regime militar. Porém a crise do petróleo, de 1973, rompeu o ufanismo que se fazia presente. O processo de esgotamento do milagre econômico anulou um dos principais instrumentos legitimadores do regime e, dessa maneira, tornou-se necessário explorar a abertura política como forma de legitimação (CARMARGO; OCAMPO, 1988; VIZENTINI, 2004).

Naquele momento, foi necessário promover mudanças na área econômica do País, mudanças estruturais no modelo de acumulação e a abertura de novas linhas comerciais no sistema internacional. Conforme Camargo e Ocampo (1988), durante o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, a atuação do País dava-se dentro do espaço delimitado pela hegemonia norte-americana e, no início dos anos 1970, o País começou a refletir sobre a redefinição desse espaço. Crescia um sentimento nacionalista que valorizava a afirmação soberana do País contra a ingerência norte-americana. Com o choque do petróleo em 1973, as economias industriais ingressaram em um período de recessão, os países em desenvolvimento tiveram de repensar suas estratégias de inserção internacional e, nesse sentido, identificaram a necessidade de distribuir suas alianças políticas e parcerias comerciais de forma mais pragmática. O Brasil, que se encontrava em pleno processo de emergência, encontrou na liderança de Ernesto Geisel esta via pragmática.

Em 19 de março de 1974, Geisel reuniu seu ministério para anunciar uma flexibilização nas estruturas do regime militar. A partir daquele momento, a força de legitimação do governo não estaria mais ligada a alguma instância governamental paralela, mas à organicidade das decisões do governo. Na reunião ministerial, o presidente delineou as linhas que deveriam ser seguidas pela diplomacia brasileira para garantir os interesses do comércio exterior brasileiro, o suprimento de matérias-primas e produtos essenciais e o acesso à tecnologia avançada: o pragmatismo ecumênico e responsável (CARMARGO; OCAMPO, 1988; SPEKTOR, 2004; VIZENTINI, 2004).

O *Pragmatismo Ecumênico e Responsável* constituiu uma política externa ousada que mantinha e reforçava aspectos dos governos anteriores e, ao mesmo tempo, promoveu mudanças consideradas necessárias para atender as novas demandas políticas e econômicas do País. Os direcionamentos da política externa estavam, então, apoiados nos conceitos de pragmatismo, responsabilidade e ecumenismo. O conceito de pragmatismo se relacionava à

eficiência material e à visão realista da conjuntura em que o País se inseria; correspondia à “busca de vantagens no cenário internacional, independentemente de regime e ideologia”. O termo responsabilidade relacionava-se às questões ideológicas, que não deveriam contaminar a política externa. E, o ecumenismo correspondia à ampliação de parcerias no sistema, o caráter universalista (VIZENTINI, 2004, p. 208).

Nesse sentido, Azeredo da Silveira conduziu a política externa do País percorrendo caminhos alternativos “que se defrontavam com pressões e exigências que vinham tanto de forças internas ao ‘sistema’ – que temiam a ruptura das velhas ‘fronteiras ideológicas’ – quanto forças externas – leia-se Estados Unidos – que temiam a perda de um direito adquirido a partir de uma velha ‘aliança preferencial’” (CARMARGO; OCAMPO, 1988, p. 33). Ao romper com as velhas fronteiras ideológicas, o País procurava ampliar, pragmaticamente, seu leque de parcerias e alianças internacionais.

O governo Geisel desenvolveu movimentos de independência, autonomia e flexibilidade no sistema. Buscou maior espaço de manobra para o País num cenário dominado pelas grandes potências. Esse período marcou o auge da diversificação de parcerias, do universalismo, e o aprofundamento do bilateralismo com antigos parceiros, para atender suas necessidades de capital, tecnologia, mercados e suprimentos. Em comparação, a diplomacia do governo Geisel mostrou-se mais bilateralista do que a diplomacia do governo Médici (SPEKTOR, 2004; VIZENTINI, 2004).

Na esfera multilateral, apesar da postura cética do governo quanto a sua eficiência, a diplomacia brasileira aproximou-se dos países em desenvolvimento e utilizou os fóruns internacionais para reivindicar uma maior participação no sistema, uma modificação da ordem mundial para melhor atender os interesses nacionais. O governo manteve a estratégia de dupla inserção no sistema, ou seja, permaneceu oscilando entre posições que convergiam com os países desenvolvidos ou com países em desenvolvimento, conforme a proximidade do assunto em pauta aos interesses nacionais. Nesse sentido, o Brasil procurou livrar-se dos constrangimentos decorrentes de práticas como o alinhamento automático, buscou brechas na estratégia de détente e manteve as denúncias ao congelamento de poder mundial.

O governo brasileiro realizou um salto qualitativo nas estratégias externas e, internamente, fomentou o projeto de autonomização econômica do País. O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), lançado em setembro de 1974, objetivava aprofundar o processo de industrialização do País, gerar maior autonomia na produção de insumos básicos e energia, por meio da substituição de importações. O crescimento econômico do País foi fomentado com o incremento substancial do endividamento, aproveitando a liquidez do

mercado financeiro internacional, a oferta de recursos a taxas de juros inferiores às taxas de retorno dos investimentos (como dos fundos procedentes da OPEP, os *petrodólares*). Diferente do Governo Médici, no qual a produção industrial estava focada em bens de consumo duráveis e apoiada no setor privado, a estratégia elaborada por Geisel pretendia a criação de indústrias de capital e tecnologia intensiva apoiadas no Estado (CAMARGO; OCAMPO, 1988; VIZENTINI, 2004).

Nesse período, o Estado consolidou-se como o maior agente produtivo e possibilitou uma reação econômica ao quadro que havia se formado. As políticas fiscal e financeira do Estado voltaram-se para setores estratégicos, que reforçaram a estrutura industrial do País e, por meio da estratégia de substituição de importações, permitiram que o Brasil se tornasse exportador de produtos anteriormente importados. Conforme Velloso (1988), “esta foi a maior mudança estrutural desde 1950: o Brasil tornou-se grande exportador de siderurgia, petroquímica, metais não ferrosos e papéis celulose”. O Estado garantiu o crescimento econômico do País a taxas inferiores àquelas do Governo Médici, da consolidação das indústrias automobilísticas, mas criou um parque industrial completo e moderno.

Nessa dinâmica, com a estratégia de diversificação das relações exteriores, o aprofundamento do universalismo, o governo procurou adaptar a inserção do País no sistema de acordo com suas novas demandas políticas e econômicas, ou seja, procurou aprofundar sua integração ao sistema e construir uma presença internacional própria, visando um aumento na capacidade de influência do País no cenário internacional (LESSA, 1998; PINHEIRO, 1993).

A aproximação do País com a China foi impulsionada, primeiramente, pelo encaminhamento da conjuntura internacional, que trouxe ao governo chinês e brasileiro a necessidade, em diferentes intensidades e por diferentes razões, de promover um melhor posicionamento político e econômico dos países no sistema – a China necessitava romper o isolamento e se aproximar do ocidente, enquanto o governo brasileiro necessitava reagir para manter o desenvolvimento do País. Ambos países buscavam um lugar próprio no sistema internacional e, para tanto, fez-se necessário ampliar e aprofundar contatos, interlocução política e expandir mercados.

A aproximação entre os países também foi impulsionada pelas semelhanças no projeto de inserção internacional que, apesar das diferenças ideológicas e do papel desempenhado por cada um na política mundial, compartilhavam posições semelhantes frente aos temas da agenda internacional. Em adição, em um momento em que grande parte da comunidade internacional já havia reconhecido a RPC como legítimo representante da nação chinesa e normalizado as relações com o país, “o Brasil se colocaria em descompasso histórico caso não

ativasse os canais de diálogo com um interlocutor com o qual tinha patentes afinidades estruturais” (FUJITA, 2003, p. 64).

Naquele momento, havia pontos de convergência entre a política externa brasileira e chinesa. Na estratégia brasileira de estreitamento das relações com países do Terceiro Mundo e diversificação de interesses e dependências quanto ao Primeiro Mundo, as relações Sul-Sul seriam incrementadas para fortalecer o País nos diálogos bilaterais Norte-Sul. Desta maneira, a ambigüidade do posicionamento chinês no cenário internacional consolidava um atrativo para o Brasil, pois enquanto a China posicionava-se como um país socialista pertencente ao Terceiro Mundo, apoiando e demonstrando solidariedade aos países pertencentes a ele, não estava filiada a grupos terceiro-mundistas como o Grupo dos 77. A China encontrava-se relativamente independente das superpotências e, em conseqüência, engajada nas reivindicações dos países menos desenvolvidos, de acordo com os interesses da cúpula chinesa (PINHEIRO, 1993).

O papel político-estratégico da China no sistema internacional também atraiu o governo brasileiro, frente à possibilidade de obter um importante aliado. Ambos detinham visões semelhantes em temáticas como o armamento nuclear, direito do mar, questões ambientais e direitos humanos. Quanto à questão nuclear, a China, possuidora de capacidade nuclear desde 1964, e o Brasil recusavam-se a assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), apoiando-se no fato de que tal acordo desarmava os países não-nucleares, sem exercer influência sobre os países possuidores de tal capacidade. Quanto ao direito do mar, a China apoiava a iniciativa dos países latino-americanos sobre a extensão do mar territorial para 200 milhas. Quanto às questões ambientais, deve ser citado o apoio chinês durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrido em junho de 1972, em Estocolmo, à tese que relaciona a origem dos problemas ambientais dos países em desenvolvimento às condições de subdesenvolvimento econômico. A China também se identificava com os países do Terceiro Mundo, incluindo o Brasil, contra a afirmativa de que o crescimento populacional seria uma causa de degradação ambiental. Quanto aos direitos humanos, considerando os problemas internos e a preocupação em manter um bom relacionamento diplomático com o governo de Augusto Pinochet, a China não apoiava as resoluções da ONU sobre a proteção dos direitos humanos no Chile, o que acabava beneficiando o regime militar brasileiro, que sofria freqüentes denúncias de desrespeito aos direitos humanos (PINHEIRO, 1993).

O Brasil e a China partilhavam, ainda, as propostas terceiro-mundistas de formação de uma nova ordem econômica internacional. Durante a 6ª Sessão Especial da Assembléia Geral

da ONU, em 1974, Deng Xiaoping expôs a *Teoria dos Três Mundos*, elaborada por Mao Zedong naquele ano, que propunha a divisão do mundo de acordo com os níveis de desenvolvimento dos Estados, desprendendo-se da divisão ideológica, e pregava a aproximação dos países do terceiro mundo a fim de restringir os constrangimentos aos quais eram submetidos no sistema internacional. Essa formulação conferiu orientação teórica para a política externa chinesa, que passou a se identificar como integrante, ou ainda, como porta-voz dos Estados que lutam pela expansão econômica e crescimento produtivo (ABI-SAD, 1996; CHEN, 2005).

Internamente, o governo brasileiro promoveu articulações para efetivar o reconhecimento do governo chinês. Geisel e Azeredo da Silveira teriam delineado as linhas do pragmatismo responsável em encontros que datam de fins de 1973 e início de 1974 e, naqueles encontros, decidiu-se promover a aproximação do País com o governo da China. Na ocasião da posse do diplomata Saraiva Guerreiro como secretário geral do Itamaraty, em 8 de abril de 1974, Azeredo da Silveira teria informado ao diplomata sobre a decisão de aproximação com o governo da China, que não estaria sujeita a variações. A partir daquele momento, iniciou-se o processo de discussão sobre as formas de implementar tal decisão (PINHEIRO, 1993).

Foi criado o grupo interministerial de trabalho que visava levantar fatores que viriam favorecer a argumentação sobre as relações comerciais com a China, fortalecendo a decisão que havia sido tomada anteriormente. Conforme Azeredo da Silveira, o governo buscou “ênfatar a questão econômica apenas para tornar palatável o reconhecimento. Mas o problema era exclusivamente político. O econômico viria com o tempo. [...] A intenção era política” (SILVEIRA *apud* PINHEIRO, 1993, p. 260). O empresariado nacional contribuiu de forma positiva para o incentivo da aproximação entre os dois países. A busca por novos mercados estava de acordo com a política de incentivo às exportações do governo e, por isso, seria utilizada na argumentação sobre a aproximação. Além da estratégia de enfatizar as vantagens econômicas, o Itamaraty promoveu o esclarecimento entre os militares sobre as condições da China no sistema internacional, por meio de conferências na Escola Superior de Guerra e publicações de artigos na revista Clube Militar.

Em março de 1974, durante uma cerimônia na embaixada da Grécia em Moscou, a China teria manifestado o interesse em obter o reconhecimento do governo brasileiro e de expandir as relações de ambos para além do âmbito comercial. Neste sentido, os embaixadores do Brasil, Ilmar Pena Marinho, e da China, Liu Xinquan, programaram uma missão comercial brasileira a Pequim. Em 10 de abril de 1974, a delegação brasileira seguiu

para Pequim e Cantão, sendo chefiada por Giulite Coutinho e contando com a participação do Conselheiro Carlos Antônio Bittencourt Bueno – então chefe da Divisão de Ásia e Oceania do Itamaraty – e de outros representantes oficiais do governo. Na ocasião, foi transmitido o convite oficial para a China organizar uma missão comercial ao Brasil. Bittencourt Bueno fora instruído, pelo Itamaraty, a afirmar que sua visita fazia parte do esforço do governo brasileiro na criação das condições para o reatamento das relações entre os dois países, caso o assunto fosse levantado. O governo chinês reagiu de forma positiva, pois buscava normalizar suas relações com a comunidade internacional (FUJITA, 2003; PINHEIRO, 1993).

Consta que as instruções do Itamaraty sobre a visita à China foram transmitidas a Bittencourt em 02 de abril de 1974, enquanto o documento com a exposição dos motivos para o estabelecimento das relações diplomáticas foi enviado por Azeredo da Silveira a Geisel no dia nove daquele mês. Pinheiro (1993) explica este *gap* pelo fato da decisão ter sido tomada anteriormente por Geisel e Azeredo da Silveira, enquanto o documento expositivo fora formulado para obter o endosso dos demais membros do governo. Nesse documento, que propunha o estabelecimento das relações diplomáticas com a China, Azeredo da Silveira argumentou:

O estabelecimento das relações diplomáticas com a RPC institucionalizará um diálogo de governo a governo, em cujo contexto a diplomacia brasileira encontrará margem de manobra para projetar, em bases globalistas, os seus interesses de país em ascensão. [...] um Estado soberano serve melhor aos seus próprios interesses por meio da comunicação diplomática direta, em uma conjuntura que já se distancia dos dogmatismos próprios da ‘guerra fria’, e, pelo contrário, cada vez mais se caracteriza pela objetividade e pelo pragmatismo no comportamento de seus integrantes (SILVEIRA *apud* FUJITA, 2003, p. 62).

Em maio de 1974, Geisel encaminhou ao Conselho de Segurança Nacional a Exposição dos Motivos para o estabelecimento de relações com a China, documento que fora elaborado por Azeredo da Silveira, em abril daquele ano, juntamente com o relatório do conselheiro Bittencourt Bueno sobre a sua visita ao país. Por meio da consulta aos membros do CSN, Geisel buscou legitimar pelos mecanismos formais a decisão que já havia sido tomada. O mecanismo obteve aprovação, mesmo sem o endosso unânime, concluindo a legitimação da decisão sobre o reconhecimento da RPC.

Em 07 de agosto de 1974, o governo brasileiro recebeu a missão chinesa, chefiada pelo vice-ministro de Comércio Exterior, Chen Jie, acompanhado pelo vice-diretor geral do Departamento das Américas e Oceania, Chen Dehe. E, em 15 de agosto, após Geisel

mencionar a oportunidade de normalização do relacionamento entre os países, Azeredo da Silveira e Chen Jie assinaram o comunicado conjunto que consolidou o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China³.

Em discurso, na ocasião da assinatura do Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento das Relações Diplomáticas, os representantes do governo brasileiro e chinês, Azeredo da Silveira e Chen Jie, afirmaram:

Nossos Governos têm enfoques distintos para a condução dos seus respectivos destinos nacionais. Ambos consideramos, no entanto, que é um direito inalienável de cada povo de escolher o seu próprio destino. [...] O Brasil e a República Popular da China convergem nesse propósito. Fundamos nosso relacionamento nos princípios de respeito mútuo à soberania e de não-intervenção nos assuntos internos do outro país. Estes são os alicerces da nossa amizade (SILVEIRA *apud* CABRAL, 1999, p. 8).

³ Convencionamos a utilização do termo estabelecimento, ao invés de restabelecimento, das relações diplomáticas com a RPC por considerar que anteriormente à Revolução de 1949 o governo brasileiro estava ligado à República da China, de Sun Yat-sen e Chiang Kai-shek. Após a Revolução de 1949, que expulsou os nacionalistas para a ilha de Taiwan e instituiu a RPC no continente, em outubro daquele ano, o governo brasileiro passou por um período de certa indefinição quanto ao governo de Mao Zedong e a existência de duas Chinas. No momento de grande polarização ideológica do pós-guerra, a política externa brasileira encontrava-se alinhada aos Estados Unidos, o que influenciou, com a vitória maoísta na revolução, a transferência dos membros da representação diplomática brasileira para o Japão. Com a declaração de apoio da RPC à Coréia do Norte na Guerra da Coréia, o governo de Mao Zedong afetou a política de *containment* dos Estados Unidos e tornou ainda mais delicada a posição do governo brasileiro a seu respeito, considerando a política ocidental de contenção ao comunismo – deve ser destacado que o governo brasileiro não cedeu às pressões norte-americanas para o envio de tropas. Em dezembro de 1952, o embaixador brasileiro Gastão Paranhos do Rio Branco reassumiu seu posto em Taipei, encerrando o período de indefinição diplomática e reconhecendo o governo nacionalista de Taiwan como representante do povo chinês. Posteriormente, em 1961, Jânio Quadros iniciou o processo de reaproximação com a RPC por meio da “política externa independente”. Pretendia-se aprofundar laços comerciais e apoiar a inclusão nos debates da ONU da proposta sobre representação da RPC na organização. Em agosto de 1961, o vice-presidente João Goulart visitou a RPC, tendo em vista o estreitamento dos laços comerciais. Na ocasião, João Goulart propôs o estabelecimento de representações comerciais permanentes em cada país, assinou um acordo interbancário (que resultou na missão comercial chinesa que veio ao Brasil no ano seguinte) e anunciou que defenderia a inclusão do debate sobre a admissão da RPC na ONU na 16ª Sessão da Assembléia Geral. Em 1963, foi autorizada a abertura de um escritório comercial da RPC no Brasil. Contudo, esse quadro foi drasticamente alterado em razão da deposição de João Goulart pelo Golpe Militar de 1964. Ao assumir o governo, em 15 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco delineou os objetivos de seu governo: instaurar ordem e paz social (eliminando o perigo comunista), combater a corrupção e retomar o crescimento do País por meio do capital privado. Frente a esses propósitos, o governo interrompeu o processo de aproximação do País com a RPC e efetuou o fechamento do escritório comercial chinês e a prisão de nove chineses – dentre eles, funcionários encarregados de instalar o escritório comercial e jornalistas da Agência Nova China – acusando-os de crime contra a segurança nacional, do exercício de atividades subversivas. Esse movimento gerou grande desconforto ao governo chinês. A Agência Nova China denunciou a tortura dos presos, enquanto Mao solicitou a liberação dos mesmos. Em dezembro de 1964, os chineses foram condenados a dez anos de prisão e, em abril de 1965, foram expulsos do país. Ainda em 1964, durante o mês de setembro, o Congresso Nacional rejeitou o acordo comercial entre os países. Alguns movimentos em direção a RPC passaram a ocorrer a partir da segunda metade da década de 1960. Em 1966, Brasil, Bélgica, Bolívia, Chile, Itália e Trinidad-Tobago propuseram na ONU o estabelecimento de uma comissão para avaliar a entrada da RPC na organização e para recomendar uma solução, tendo em vista a situação naquela região. Posteriormente, os relatórios de Hong Kong (1969-1971) e a lenta aproximação por meio de missões comerciais e participações em eventos, contribuíram de forma positiva para o estabelecimento do diálogo entre os dois países. Para maiores informações sobre as relações entre o Brasil e a China nesse período ver: Pinheiro, 1993; Vizentini, 2004; Barbosa, 1994; Fujita, 2003.

A China e o Brasil, como países em vias de desenvolvimento, defrontam-se com a mesma tarefa de salvaguardar a independência e a soberania nacionais, desenvolver a economia nacional e lutar contra o 'hegemonismo' e a política de força das superpotências. Nós, os países em desenvolvimento, temos mil e uma razões para nos unirmos ainda mais estreitamente e nenhuma razão para nos afastarmos uns dos outros (CHEN *apud* CABRAL, 1999, p. 8-9).

Naquele momento, o governo brasileiro reconheceu a RPC como única e legítima representante do povo chinês, assentiu a condição de Taiwan como parte inalienável do seu território, e concordou em basear as relações entre os países nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Em 1º de abril de 1975, Alúcio Napoleão de Freitas Rego assumiu a função de embaixador em Pequim e, em 02 de maio, Zhang Dequn assumiu a função de embaixador em Brasília (FUJITA, 2003; PINHEIRO, 1993).

A partir do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a RPC, foram lançados os alicerces do relacionamento que caminhou progressivamente ao estabelecimento da parceria estratégica. O relacionamento bilateral evoluiu de forma cautelosa, dada a conjuntura internacional e as circunstâncias internas de cada país, até que as inibições políticas e ideológicas foram gradualmente superadas, abrindo espaço a considerações cada vez mais objetivas e consistentes. O fim da Revolução Cultural em 1976, as reformas estruturais modernizadoras que se seguiram sob a liderança de Deng Xiaoping, propiciando uma maior abertura do país; o restabelecimento da democracia no Brasil nos anos 80, o fim da Guerra Fria e o processo de abertura econômica sob o ímpeto da globalização, impulsionaram o processo de aproximação entre os dois países, concretizando, no início da década de 1990, o estabelecimento da parceria estratégica.

2.2 O caminho em direção à parceria estratégica (1975-1990)

As redefinições político estratégicas ocorridas na China a partir da década de 1970 asseguraram a modernização do País, geraram ganhos para a economia nacional e uma nova projeção internacional. O País rompeu o isolamento que perdurava desde a Revolução de 1949 e ingressou em um processo de participação crescente na economia internacional, situando-se, posteriormente, dentre as regiões mais dinâmicas do sistema.

O antigo nacionalismo chinês, de caráter revolucionário e autárquico, cedeu espaço ao nacionalismo positivo e pragmático, voltado para o verdadeiro problema da China, sua fragilidade econômica. Esse novo nacionalismo tomou forças com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, que colocou a modernização econômica e a melhoria das condições de vida da população como foco central do trabalho (CHEN, 2005).

A morte de Mao Zedong, em 1976, o afastamento dos remanescentes da Revolução Cultural – “o bando dos quatro” – e o afastamento de Hua Guofeng, fecharam o ciclo que levou Deng Xiaoping a assumir a liderança da China em 1978. Desde então, Deng empenhou-se em deslocar o regime da tradicional luta de classes para o caminho do desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico. O novo líder chinês mostrou-se convicto de que só seria possível superar o atraso resultante de um século de colonialismo por meio da abertura para o mundo e da disposição de aprender com a comunidade internacional (ABI-SAD, 1996; CHEN, 2005; OLIVEIRA, A. 2003).

Na ocasião da terceira plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China, realizada entre 18 e 22 de dezembro de 1978, Deng apresentou sua teoria de modernização ao Partido, constituída em um programa de reformas para a modernização de quatro setores-chaves – indústria, agricultura, defesa e ciência e tecnologia – e na abertura econômica. Zhou Enlai foi o idealizador do programa das “quatro modernizações” que, juntamente com o plano de abertura econômica, foi colocado em prática por Deng e projetou a atenção do Partido na construção econômica do País (JIANG, 2002; OLIVEIRA, A. 2003).

A era maoísta (1949-1976), caracterizada pela febre ideológica e movimentos revolucionários, foi sucedida pelo pragmatismo econômico de Deng. A partir desse momento, a China foi convidada a “emancipar a mente e buscar a verdade nos fatos”, tomando a prática como único critério para comprovar a verdade. Nesse sentido, o governo deveria persistir na essência do pensamento de Mao, mas diferenciar suas idéias de seus erros, rompendo com o culto à personalidade e à idolatria, que congelava os movimentos do País (JIANG, 2002, p. 301). A estratégia de Deng utilizaria o “maoísmo sem Mao” trazendo novos componentes à linha ideológica do Partido: “*Mao’s bottle with Deng’s wine*” (HONG; SUN, 1999, p. 34)

A orientação teórica do trabalho de Deng foi exposta em 30 de março de 1979, durante uma reunião convocada pelo Comitê Central do PCC. Na ocasião, o líder apresentou os quatro princípios fundamentais, que consistem na necessidade de persistir, durante a modernização do país, no caminho socialista, na ditadura democrática popular sob a direção do PCC, no marxismo-leninismo e no pensamento de Mao. Posteriormente, em 1982, durante o 12º Congresso Nacional do Partido, Deng reafirmou a necessidade da China seguir seu próprio

caminho, colocando a realidade do País face ao marxismo para a construção do socialismo do tipo chinês. (JIANG, 2002).

Sobre essas bases, o governo iniciou a reestruturação da comunidade científica, que havia sido dizimada e desmoralizada pela Revolução Cultural; impulsionou a modernização da defesa do país por meio da busca pelo domínio de técnicas e da profissionalização das Forças Armadas; e promoveu a transformação econômica por intermédio da reforma agrária, industrialização e engajamento ao mercado (KENG, 1999; OLIVEIRA, 2003). As reformas incorporaram agendas de longo prazo e foram implementadas com base no gradualismo, na experimentação e descentralização. Esse caráter das reformas era associado por Deng à chamada para “*cross the river by touching the stones*” (HOPE *et al*, 2003, p. 2).

A reforma agrária, que se estendeu de 1978 a 1985, suprimiu a comuna popular e implantou o sistema de responsabilidade sobre as terras. A abolição do sistema de compra estatal centralizada e de cotas obrigatórias dos produtos agrícolas foi seguida pela liberalização dos preços de grande parte dos produtos, garantindo um maior dinamismo ao setor e levando a economia rural a um acelerado processo de especialização, comercialização e socialização. O surgimento das empresas nas vilas e comarcas marcou o início do processo de transferência de mão-de-obra rural excedente a outras áreas, contribuiu para o aumento da renda e a modernização da sociedade por meio do desenvolvimento da indústria⁴ (WANG *et al*, 2004; JIANG, 2002).

Em 1979, teve início o processo de desregulamentação dos centros urbanos. Após trinta anos de políticas que favoreciam o interior do País, o governo da China adotou uma estratégia direcionada à exportação, voltando investimentos para a costa do País. Neste sentido, foram estabelecidos regimes específicos de incentivos à produção, à importação, à exportação e aos investimentos em determinadas áreas (ZWEIG, 2002).

A Tabela 1 apresenta os resultados deste trabalho, contabilizando as estruturas abertas no território chinês. Nesse plano, devem ser destacadas as *zonas econômicas especiais* Sherzhen, Zhuhai, Shautou (situadas na província de Guangdong), Xiamen (da província Fujian) e a província de Hainan; as *idades costeiras abertas* Dalian, Qinghuangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lianyungag, Nantong, Shanghai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guangzhou, Zhanjiag e Beihai; a *zona de desenvolvimento de alta tecnologia* Haidian, estabelecida em Pequim; o *distrito de investimento taiwanês* em Xiamen (contabilizado na tabela dentre as

⁴ Até o fim de 1984, aproximadamente 99% dos agricultores chineses ingressaram no sistema de responsabilidade de terras. Em 1988, as empresas rurais correspondiam a 36% da produção industrial. As *township and village enterprises (TVEs)* absorveram 100 milhões de trabalhadores rurais e se tornaram um dos principais vetores do crescimento da produção industrial chinesa (KENG, 1999; HOPE *et al*, 2003).

zonas de desenvolvimento de alta tecnologia); e a *zona aberta especial* de Pundong em Shanghai, (também contabilizada na tabela dentre as zonas de desenvolvimento de alta tecnologia).

TABELA 1 – Zonas, cidades e regiões abertas da China (1995)

Zonas	Região do País			
	Costa	Centro	Oeste	Total
Zonas Alfandegadas	13	0	0	13
Zonas Econômicas Especiais	5	0	0	5
Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	28	4	1	33
Zonas de Desenvolvimento de Alta Tecnologia	29	14	9	52
Total	85	18	11	114
Cidades e Regiões	Costa	Centro	Oeste	Total
Cidades costeiras abertas	14	0	0	14
Áreas costeiras abertas (cidades e distritos)	260	0	0	260
Cidades abertas ao longo dos rios	0	5	1	6
Áreas fronteiriças abertas	2	5	6	13
Capitais de províncias abertas	2	8	8	18
Total	278	18	15	311

Fonte: ZWEIG, 2002, p. 54 e 59.

A política externa que acompanhou as reformas foi orientada à promoção da cooperação econômica internacional para a realização das suas metas de expansão econômica e modernização. Com os países em desenvolvimento, a China manteve relações distendidas, baseadas na complementaridade econômica e também na sua condição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, foro de singular importância no encaminhamento e solução de temáticas de interesse daqueles Estados. Foram elaborados projetos especiais de desenvolvimento na esfera de cooperação Sul-Sul que, apesar da limitação de recursos, contaram com a habilidade de sua associação com planos controlados por organismos internacionais de financiamento, garantindo a obtenção de resultados positivos (ABI-SAD, 1996).

A diplomacia chinesa inaugurou, naquele momento, um período de grande mobilidade externa de seus dirigentes. Os secretários-gerais do partido, primeiros-ministros e altos funcionários governamentais foram incluídos em um intenso programa de viagens ao exterior, juntamente com Deng Xiaoping, que se mostrou satisfeito com as missões realizadas e com as experiências vividas (ABI-SAD, 1996).

Nesse período, os governos brasileiro e chinês alimentaram os contatos político-econômicos, intensificando suas relações. Podem ser destacados, ainda no final da década de

1970, os seguintes acontecimentos: a missão comercial brasileira que seguiu para Pequim em outubro de 1977; a assinatura do Acordo Comercial bilateral, em janeiro de 1978; a missão governamental brasileira, em abril de 1978 (a primeira desde o estabelecimento das relações diplomáticas); e as missões comerciais brasileiras e chinesas que decorreram entre 1978 e 1979. Era negociada a exportação brasileira de minério de ferro, ferro gusa (que enfrentava barreiras crescentes no Mercado Comum Europeu), açúcar, calçados, têxteis e produtos agrícolas. A China, por sua vez, negociava a venda de carvão, petróleo e produtos farmacêuticos para o Brasil. Contudo, o comércio bilateral era comprometido pela baixa capacidade dos portos chineses, que dificultava o acesso dos navios de maior calado, especificamente aqueles que transportavam ferro (VIZENTINI, 2004).

Durante o governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), o Brasil, que caminhava para a redemocratização e enfrentava a crise da dívida externa, conservou e aprofundou a presença externa brasileira desenvolvida no governo Geisel. A diplomacia universalista do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro intensificou muitas das iniciativas do governo anterior. Com relação à China, foram mantidos os contatos de alto nível e missões especiais, que resultaram na assinatura do Convênio sobre Transportes Marítimos, em 22 de maio de 1979, na realização da I Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-RPC, em março de 1980, e na assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, em 25 de março de 1982, que previa a cooperação especialmente nas áreas nuclear e espacial. O comércio, apesar do crescimento substancial em algumas áreas, permaneceu sob dimensões limitadas. Na ocasião da assinatura do Convênio sobre Transportes Marítimos, foi mencionada, novamente, a problemática dos portos chineses. O Ministro dos Transportes do Brasil, Eliseo Resende, sugeriu ao vice-Primeiro Ministro da China, Kang-Shien, a melhoria dos portos chineses, para permitir a atracação de navios de maior calado. Era do interesse brasileiro que os navios que levassem minério de ferro para a China retornassem com petróleo chinês e carvão australiano, para obter um ganho no valor do frete, uma vez que o custo relativo do transporte de cargas abaixo de 100 mil toneladas tornava-se muito elevado. Para se fazer presente no mercado chinês, conforme declaração do presidente da Interbras em setembro de 1979, o Brasil mantinha linhas pioneiras de navegação subsidiadas. Naquele momento, a Petrobrás comprava cerca de 20 mil barris/dia de petróleo e a Companhia Vale do Rio Doce exportava o minério de ferro (VIZENTINI, 2004).

Em maio de 1984, Figueiredo realizou a primeira visita de um presidente brasileiro à República Popular da China. Na ocasião, Figueiredo afirmou ao presidente chinês, Li Xiannian (1983-1988), que as relações entre Brasil e China estavam baseadas na

“convergência no plano mais alto da política internacional, bem como em projetos e realizações de caráter econômico-comercial, de cooperação científica e de intercâmbio cultural” (FIGUEIREDO *apud* CABRAL, 1999, p. 1-2). Figueiredo também se encontrou com Deng, que criticou o hegemonismo e a política de força. Figueiredo e Deng conversaram, ainda, sobre a necessidade de prover e manter o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, considerado mecanismo de defesa da independência, da soberania e da paz mundial (CABRAL, 1999). Em agosto de 1984, foi assinado o Acordo para a instalação de consulados em São Paulo e Xangai. Em outubro, foi assinado o Acordo sobre Cooperação nos usos pacíficos da Energia Nuclear. E, em novembro, foi assinado o Memorando sobre Cooperação em Matéria Siderúrgica. Além da cooperação no âmbito econômico-comercial e científico-tecnológico, a China manifestou, ainda em 1984, por meio do apoio ao presidente Figueiredo na questão dos juros altos no mercado financeiro internacional, a intenção de aproximação em questões políticas.

Posteriormente, durante o governo de José Sarney (1985-1990), novos entendimentos se seguiram. Em novembro de 1985, na ocasião da visita do primeiro-ministro Zhao Liyang, foram assinados o Memorando de Entendimento relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum, os Protocolos de Cooperação em Matéria de Siderurgia e Geociências e o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional. Em agosto de 1988, foi assinado o Acordo de Cooperação para o Satélite de Recursos Terrestres China-Brasil, entre a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial e o Instituto de Pesquisas Espaciais do Brasil, que constituiu o caso mais emblemático de cooperação científico-tecnológica entre os países e, ainda, um símbolo da parceria estratégica que estava sendo construída (FUJITA, 2003). Quanto à cooperação política, na ocasião da visita presidencial à China, em 1988, Sarney ressaltou ao presidente chinês Yang Shangkun (1988-1993):

A nossa identidade de pontos de vista é demonstrada pela coincidência de nossos votos nos foros internacionais. As questões que aí são submetidas, em 95% dos casos são vistas da mesma maneira pelos nossos países. [...] Estou seguro de que o futuro das relações entre o Brasil e a China será assinalado por grandes realizações. Temos uma contribuição a dar para o aperfeiçoamento da ordem internacional (SARNEY *apud* CABRAL, 1999, p. 2).

No ano seguinte, o processo de abertura econômica da China e sua aproximação com o Ocidente enfrentou novos constrangimentos. O movimento social de 1989, que culminou com a intervenção em Tiananmen, em 04 de junho de 1989, foi uma reação da população chinesa à

corrupção burocrática e aos privilégios, um movimento de libertação e demanda por democracia política. Participaram desse evento não somente estudantes, mas representantes de toda a sociedade chinesa: trabalhadores, empresários, *state cadres*, professores, oficiais do partido, dentre outros grupos. Toda a sociedade estava envolvida no movimento, com exceção dos agricultores, que não participaram diretamente. Conforme Wang Hui (2003, p. 62), o movimento social de 1989 teve uma multiplicidade de significados: “foi uma despedida à velha era e ao mesmo tempo um protesto contra a contradição social intrínseca da nova; foi (para estudantes e intelectuais) um apelo por democracia e liberdade, e até mesmo (para os trabalhadores e moradores urbanos) uma demanda por igualdade social e justiça”. O fracasso do movimento, atribuído diretamente à repressão realizada pelo governo chinês, teve como causa indireta a incapacidade das forças que o impulsionaram de estabelecerem uma unidade entre si, entre aqueles que demandavam a democracia política e aqueles que demandavam a igualdade social (WANG, H. 2003).

Esse movimento expôs o hiato de legitimidade presente no governo do PCC. Contudo, os dirigentes chineses encontraram na instabilidade social promovida pelo movimento a justificativa para expandir a atuação do Estado junto à sociedade. Houve grande repercussão na comunidade internacional, em especial na sociedade ocidental. A intervenção em Tiananmen resultou em sanções, adotadas pelos países ocidentais, e um novo isolamento do País⁵. O colapso da União Soviética e a consolidação do capitalismo global vieram a agravar o quadro de insegurança ideológica da China, que se apresentava como o único grande Estado comunista no sistema internacional. Esse quadro impulsionou uma nova ênfase na perspectiva pacífica da política externa chinesa e, seguro de que a estagnação econômica colocaria em risco a segurança do PCC, Deng Xiaoping deu nova força às políticas de desregulamentação econômica e internacionalização. Os programas de reforma e de abertura econômica foram relançados, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento econômico, estabilidade política e unidade nacional. De forma paralela, o governo lançou a “campanha para unidade nacional”, que objetivava promover uma forma de educação patriótica. Acreditava-se que a falta da educação patriótica durante os anos 1980 havia permitido a ocorrência da instabilidade política no final daquela década (CHEN, 2005).

⁵ Regionalmente o Japão foi o único país a condenar explicitamente o uso da força. A Coreia do Norte expressou que o acontecimento havia sido lamentável; Tailândia e Malásia notaram o ocorrido como um ato de soberania, um assunto interno do governo chinês; e grande parte dos Estados do sudeste asiático permaneceu em silêncio. Em 1990, durante uma reunião do Grupo dos Sete, o Japão colocou que suspenderia as sanções à China. Posteriormente, os Estados da ASEAN desenvolveram uma estratégia para promover o engajamento da China, ao invés de isolá-la. Enquanto a comunidade internacional realizava esforços para isolar a China, a ASEAN, impulsionada pela estratégia de Lee Kuan Yew, de Cingapura, procurou se aproximar (SHAMBAUGH, 2004).

Com relação à estratégia de interlocução com os demais países, a China abandonou o intento de se tornar líder dos países em desenvolvimento e adotou uma postura *low profile* nos assuntos internacionais, para se concentrar no desenvolvimento econômico do país. Tais entendimentos foram especificados na estratégia definida por 28 caracteres do mandarim (*28-character strategy*), elaborada por Deng, que consistia em:

leng jing guan cha – ver e analisar [os desenvolvimentos] calmamente;
wenzhu zhen jiao – assegurar [nossas próprias] posições;
chen zhe ying fu – lidar com [as mudanças] com confiança;
tao guang yang hui – dissimular [nossas] capacidades;
shan yu shou zhou – estar apto a manter um *low profile*;
jue bu dang tou – nunca se tornar o líder;
you suo zuo wei – fazer algumas contribuições⁶ (ZHAO, Q. 1998, p. 2).

Esta estratégia não promoveu a uma ruptura nas percepções e anseios do governo chinês quanto ao sistema internacional. A política externa chinesa manteve em pauta o anseio pela promoção de uma ordem econômica e política internacional mais justa e que contribuísse positivamente à realização dos projetos de desenvolvimento socio-econômico dos Estados em desenvolvimento. A China manteve sua posição crítica, mesmo com o *low profile*, e se mostrou pragmática quanto à busca de mecanismos que contribuíssem para a realização do interesse nacional. Nesse sentido, o Brasil, que partilha dos mesmos constrangimentos no sistema, como país em desenvolvimento, aparece como um importante aliado. A complementaridade econômica, acrescida da similaridade de posições quanto à política internacional, levou a uma maior aproximação dos países durante o período e posteriormente à qualificação das relações bilaterais como uma parceria estratégica.

2.3 O estabelecimento da parceria estratégica entre Brasil e China (1990-1994)

Em decorrência do fim da Guerra Fria, o sistema internacional entrou em um período de transição, que perdura até o momento, em direção à multipolaridade; o eixo do antagonismo político foi deslocado para o sentido Norte-Sul; e a economia mundial sofreu um reordenamento, traduzido pela globalização dos mercados, liderada pelas “democracias industriais do Ocidente” (CABRAL, 2000).

⁶ Tradução nossa, do original Pinyin-Ingês.

As alterações ocorridas na estrutura do sistema internacional intensificaram o anseio sobre o seu reordenamento, no sentido de permitir uma maior participação dos países em desenvolvimento e minimizar os constrangimentos advindos da estrutura hegemônica de poder. Frente à crescente interdependência entre os Estados e a dominação do diálogo Norte-Sul pelos países desenvolvidos, tornou-se latente a necessidade de promover a multipolarização, a aproximação dos países em desenvolvimento e a elevação do status destes países (GUIMARÃES, 2002; SHANG, 1999).

Nesse contexto, o caminho percorrido pelo Brasil na década de 1990 foi caracterizado por Cervo (2002) como a “dança dos paradigmas”, que decorreu de Collor à Fernando Henrique. Conforme o autor, no momento pós-Guerra Fria foi estabelecido um consenso, definido ora como *globalização*, ora como *nova interdependência*, e ora como *neoliberalismo*. Foi consolidada a tendência à uniformização do mundo em aspectos ideológico, político, econômico e estratégico. O consenso neoliberal global pregava a democracia, direitos humanos, liberalismo econômico, cláusula social, proteção ambiental e responsabilidade estratégica solidária para promoção desses valores, como parâmetros de conduta aos governos. Considerando que o consenso representava o triunfo do centro capitalista sobre as iniciativas socialistas e terceiro-mundistas, aparentemente ele teria de prevalecer. Desta maneira, ocorreu uma larga aceitação e implementação dos parâmetros desse consenso por dirigentes de diversos Estados, em diferentes intensidades. A aceitação dos parâmetros ocorreu de forma acrítica pelos dirigentes latino-americanos na década de 1990 e, neste sentido, deu-se a consolidação dos *Estados normais*⁷.

Com relação aos fatores econômicos, a elaboração do receituário conhecido como Consenso de Washington, por tecnocratas das instituições financeiras internacionais, agências econômicas do governo norte-americano, *Federal Reserve Board* e *think tanks*, veio a identificar os caminhos a serem seguidos para a realização de reformas econômicas que garantiriam a estabilização monetária e o restabelecimento das leis de mercado. As medidas consistiam em: 1) disciplina fiscal; 2) redefinição das prioridades do gasto público; 3) reforma tributária; 4) taxas de juros positivas; 5) taxas de câmbio conforme as leis do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8) privatização de estatais; 9) desregulamentação das atividades econômicas; 10) garantia dos direitos de propriedade. Tais recomendações objetivavam uma maior submissão às forças do

⁷ A expressão *Estado normal* foi cunhada pelos dirigentes argentinos, durante o governo Menem (1989-1999) para designar sua adequação ao novo paradigma. O governo buscou abandonar o confronto político, ideológico e de segurança com os Estados Unidos e aliados, bem como apoiá-los e segui-los em suas iniciativas, acreditando que este era o caminho que deveria ser percorrido para ascensão ao Primeiro Mundo (CERVO, 2001).

mercado, com o afastamento do Estado como empresário e regulador das transações domésticas e internacionais. Em adição, a adoção dessas medidas era condicionante para a renegociação da dívida externa e recebimento de recurso das agências financeiras internacionais (BANDEIRA, 2002).

Com relação aos aspectos de segurança e soberania, houve a consolidação de uma onda neo-intervencionista por meio da ‘agenda global’, que disseminou noções de intervenção humanitária, o direito de ingerência, o direito de limitar a soberania nacional em favor dos direitos humanos, a reformulação do papel das forças armadas dos países em desenvolvimento – que seriam limitadas à função de policiais anti-narcóticos, guardas ambientalistas, ou ainda, de agentes do fisco contra ilícitos internacionais –, dentre outros (CABRAL, 1999).

A busca pela normalidade estendeu-se aos países latino-americanos, com a exceção de Cuba, por meio da convergência aos parâmetros estabelecidos pelo consenso neoliberal. Cada qual procurou agradar a matriz do novo sistema internacional, os Estados Unidos, com vistas a tirar proveitos da subserviência. No Brasil, data de meados da década de 80 o início do processo de abandono do paradigma do Estado desenvolvimentista, a favor do paradigma neoliberal, sendo concluído por volta de 1990, com a ascensão de Fernando Collor de Mello ao governo. A ascensão de Collor significou a substituição das elites dirigentes tradicionais que “mantiveram a coerência do poder por décadas”. O paradigma desenvolvimentista fora considerado inadequado frente ao processo de globalização e, naquele momento, a modernização foi concebida como abertura do mercado de bens e de valores e privatização das empresas públicas, conforme era sugerido pelo centro hegemônico do capitalismo. O Estado normal não aceitava a utilização das margens de manobra e pregava a aceitação dos parâmetros estabelecidos para a conduta nas macropolíticas internas e externas (CERVO, 2001, p. 282).

As referências ao malogro do modelo desenvolvimentista, que apresentou queda do desempenho e sua exaustão durante a década de 1980, frente ao quadro de endividamento externo, instabilidade monetária, hiperinflação e descontentamento social, impulsionaram a aceitação dos conceitos neoliberais, das orientações do chamado Consenso de Washington, e justificaram a mudança de estratégia. A experiência brasileira foi caracterizada por Cervo como uma experiência mista, situada entre o paradigma desenvolvimentista e o neoliberal. Durante o governo Collor ensaiou-se uma ruptura similar àquela do Chile, México e Argentina, contudo, com a ascensão de Itamar Franco em 1992, o País “pisou no freio das inovações em termos de políticas públicas nacionais e da política exterior” (CERVO, 2001, p. 292-293).

O governo Itamar Franco promoveu a revisão da política externa brasileira, processo que fora iniciado com Celso Lafer, ainda nos últimos meses do governo Collor, e que tomou impulso com Celso Amorim. Ocorreu a retomada do paradigma desenvolvimentista, que fora adaptado à nova conjuntura internacional. O caminho ao desenvolvimento seria percorrido por meio do multilateralismo, da universalização da política externa e da autonomia em relação aos Estados Unidos (CANANI, 2004).

A soberania e o desenvolvimento constituíram a gênese da atuação externa brasileira. O País adotou uma postura crítica frente ao consenso de que os mercados solucionariam os problemas de alocação não resolvidos pelo Estado. A concepção de triunfo do mercado e o fim da história, como pregava Fukuyama frente ao colapso do bloco socialista, era rejeitada. O governo procurou manter uma posição crítica frente ao sistema para assegurar mecanismos que impulsionassem a consecução dos seus projetos de desenvolvimento. Identificou-se com os propósitos de formulação de uma nova ordem mundial e adotou uma postura ativa nos foros multilaterais, efetivando um resgate da política internacional na sua diplomacia⁸ (CANANI, 2004).

O caráter positivo e reformista adotado pela política externa brasileira visava compensar a limitação do País em exercer uma política de poder no âmbito global. Desta forma, seu reconhecimento no cenário internacional deveria decorrer da força e da legitimidade de suas convicções e não pela legitimidade da força, o que justificava suas reivindicações de democratização da estrutura das Nações Unidas. Contudo, essas proposições confrontavam-se com o fato das interlocuções permanecerem marcadas pelas assimetrias de poder entre os Estados (CANANI, 2004).

As decisões brasileiras quanto ao projeto de inserção internacional do País mostraram-se pragmáticas. Nos fóruns políticos multilaterais, em especial na ONU, e durante a Rodada Uruguai do GATT, o País buscou reverter o quadro de passividade, mostrando-se mais ativo, e, ainda, buscou assegurar sua participação no processo de reforma institucional da ordem internacional⁹. Regionalmente, o governo buscou o aprofundamento do processo de integração, reconhecendo o papel estratégico desse mecanismo. No âmbito internacional, o País buscou aprofundar suas relações com países potenciais, como China, Índia, Rússia e África do Sul. Esse perfil de atuação no sistema refletiu os diferentes projetos de inserção

⁸ Enquanto a *política externa* se ocupa das diretrizes que marcam historicamente as relações do País com os demais Estados, como os princípios de igualdade entre as nações, não intervenção, etc, a *política internacional* ocupa-se das posições do Estado frente aos diferentes problemas conjunturais do sistema (CANANI, 2004).

⁹ Com relação à ONU, deve ser destacada a atuação brasileira na Comissão de Direitos Humanos, quando o Brasil apoiou o governo chinês, votando contra a proposta de punição por violação dos direitos humanos feita pelos Estados Unidos.

externa do País, como país continental, de interesses múltiplos dentro do processo de globalização da economia internacional (a condição de *global trader*) e como protagonista do processo de integração regional (HIST; PINHEIRO, 1995).

Nesse contexto, a China foi identificada como uma das prioridades da diplomacia brasileira. A condição de importante parceiro político (com posições similares nos fóruns multilaterais), parceiro econômico (como forte mercado consumidor, fornecedor e parceiro de investimentos), parceiro na cooperação científico-tecnológica, e a condição partilhada de países em desenvolvimento que buscam por maior engajamento no sistema e pela superação dos constrangimentos nele existentes, corroborou o posicionamento do governo brasileiro e promoveu um novo encontro dos países (CABRAL, 2000; OLIVEIRA, H. 2004).

Durante a década de 1990, as visitas de alto nível foram intensificadas. Em março de 1993, o chanceler Qian Qichen veio ao Brasil e acordou sobre um aumento do intercâmbio tecnológico em termos espaciais e energéticos, e sobre a prorrogação do lançamento do satélite sino-brasileiro até outubro de 1996 (que foi efetivado somente em 1999). Na ocasião, o chanceler chinês destacou que seu país conferia uma atenção especial para suas relações com o Brasil e declarou a vontade do governo chinês em fazer das relações sino-brasileiras um exemplo de cooperação de sucesso entre países em desenvolvimento (SHANG, 1999).

A convergência de interesses e a sintonia entre os países, o processo de aproximação e complementaridade econômica, e o reconhecimento do caráter singular dos programas conjuntos de cooperação contribuíram para a avaliação positiva do relacionamento bilateral. Neste sentido, em maio 1993, na ocasião da visita do então primeiro-ministro Li Peng e do vice primeiro-ministro Zhu Rongji ao Brasil, o relacionamento sino-brasileiro foi qualificado, por Zhu Rongji, como uma *parceria estratégica*, tendo em vista a existência de uma relação sinérgica entre “o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental com o maior país em desenvolvimento no hemisfério ocidental” (ZHU *apud* FUJITA, 2003, p. 64). Conforme Fujita (2003), a partir daquele momento a expressão *parceria estratégica* passou a caracterizar o relacionamento sino-brasileiro, cujos elementos principais formam três vertentes de cooperação: política, econômica e comercial, e científico-tecnológica. O reconhecimento mútuo da parceria estratégica entre Brasil e China traduziu a proximidade de interesses e deu novo vigor às relações bilaterais.

Em novembro de 1993, Jiang Zemin privilegiou o Brasil com a sua primeira visita na condição de presidente da China. Na ocasião, o dirigente chinês formulou quatro princípios para orientar e estender a cooperação bilateral, dando sentido ao caráter estratégico da parceria sino-brasileira: 1) aprofundar as relações comerciais para promover a prosperidade

mútua e consolidar um exemplo de cooperação Sul-Sul; 2) estender a comunicação interpessoal e efetivar a cooperação em diversos campos, como na cultura, educação, academia e esportes; 3) efetuar consultas bilaterais nos organismos multilaterais e sobre os assuntos da agenda internacionais, com o objetivo de fortalecer a coordenação e o apoio mútuo, para salvaguardar os interesses dos países em desenvolvimento e contribuir para o estabelecimento de uma nova ordem política mundial baseada na paz, estabilidade e justiça. 4) estender os contatos diretos e o diálogo entre os dirigentes para efetivar o mecanismo de consulta política e expandir a cooperação em todos os níveis e campos, para aprofundar o entendimento e a confiança mútua e construir uma relação bilateral estável e mutuamente benéfica (SHANG, 1999).

Em abril de 1994, Hu Jintao, na condição de membro da Comissão Permanente do Bureau Político, veio ao Brasil. Estava prevista para maio daquele ano a viagem de Itamar Franco à China, em retribuição à visita de Jiang Zemin. Contudo, a viagem foi cancelada, com apenas nove dias de antecedência, devido à situação política do País (considerada delicada frente à onda de greves e à implementação do Plano Real). O Ministro da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas, seguiu para a China no intuito de cumprir os encontros agendados com os empresários chineses. Posteriormente, em novembro, o Presidente da Assembléia Popular Nacional, Qiao Shi, esteve no Brasil. Cumpriu agendas com políticos, empresários e visitou a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Qiao Shi, que se encontrou com Itamar Franco e com o presidente eleito Fernando Henrique, salientou a importância atribuída por Pequim ao relacionamento sino-brasileiro, à parceria estratégica. O dirigente chinês ressaltou que no decorrer de dois anos, cinco dos sete integrantes da Comissão Permanente do Bureau Político, haviam visitado o Brasil.

No decorrer do período 1974 a 1994, o relacionamento entre Brasil e China registrou saltos qualitativos nas vertentes política, econômica e científico-tecnológica. Os avanços na cooperação política foram mensurados pela amplitude da interlocução entre os países, a convergência de posições e de interesses e a frequência das visitas de alto nível. Os avanços na cooperação científico-tecnológica resultaram na assinatura do acordo para a construção dos satélites de monitoramento terrestre que, além dos ganhos com desenvolvimento econômico e tecnológico, representou uma ruptura no monopólio dos países desenvolvidos sobre aquela tecnologia. A cooperação entre Brasil e China naquele campo foi classificada como emblemática, um paradigma da cooperação Sul-Sul.

Por fim, a evolução dos índices do comércio bilateral demonstra a aproximação entre os países. O Gráfico 1 expõe a evolução das exportações brasileiras com destino à China e das

importações brasileiras originárias da China entre 1974-1994. Nesse período, o intercâmbio bilateral conferiu balanços favoráveis ao Brasil (saldos negativos foram registrados apenas entre 1980 e 1983).

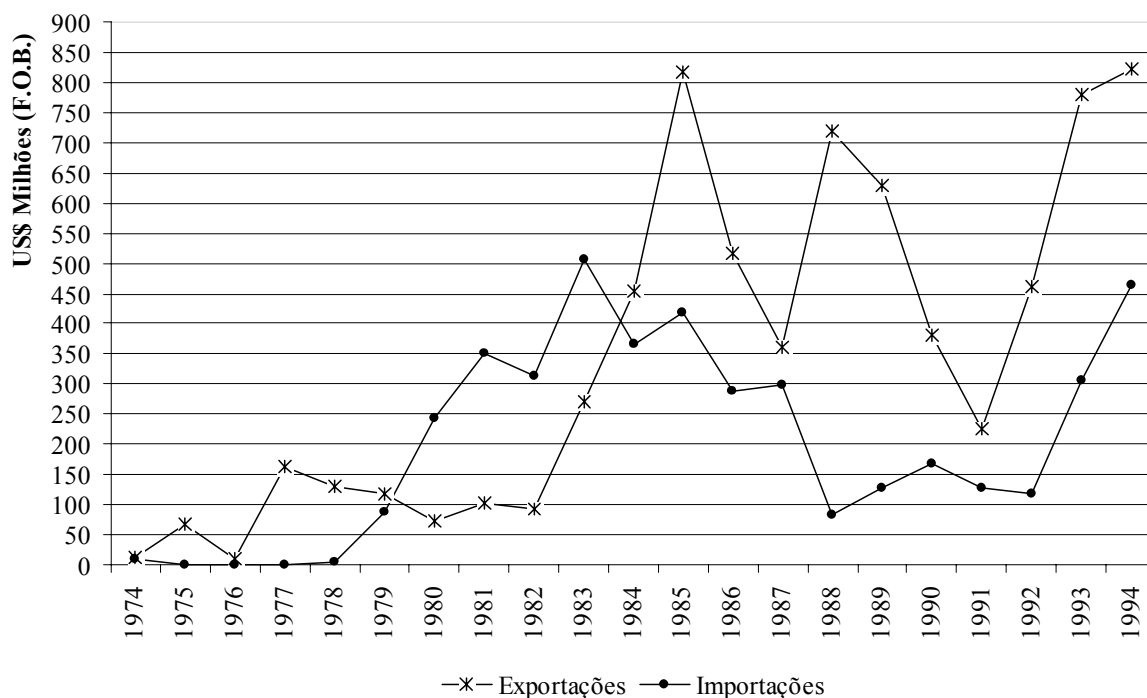


GRÁFICO 1 – Intercâmbio Comercial entre Brasil e China, 1974-1994

Fontes: BRASIL, 2001-2006; ABI-SAD, 1996. Elaboração própria.

O estabelecimento da *parceria estratégica* deu novo impulso às relações sino-brasileiras que, considerando a estrutura do sistema e seus constrangimentos, os Países buscaram aprofundar suas relações para garantir e realizar o interesse nacional, o anseio desenvolvimento econômico e social.

3 A PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE O BRASIL E A CHINA NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

Este capítulo propõe a análise da parceria estratégica entre o Brasil e a China durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O objetivo deste capítulo não corresponde ao exame detalhado da política externa do governo brasileiro, mas sim, identificar as linhas gerais que determinaram os movimentos do governo no sistema internacional e, especialmente, com relação à China. É analisada a concretude da política externa brasileira frente à parceria estratégica, por meio da identificação dos mecanismos de iniciativa e resposta do governo brasileiro para o aprofundamento das relações sino-brasileiras. Inicialmente, são expostas as linhas gerais da política externa do governo Fernando Henrique, em paralelo com a política externa de Jiang Zemin (1993-2003), a fim de identificar a interação entre os governos, e, posteriormente, são apresentadas as vertentes econômica e comercial, política e científico-tecnológica.

Em 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República com uma agenda voltada à continuidade do Plano Real e à implementação de reformas que colocariam o País em compasso com a dinâmica do sistema internacional pós-Guerra Fria, objetivando prover maior credibilidade ao País e, no plano interno, maior estabilidade, desenvolvimento e justiça social. Durante os dois mandatos de Fernando Henrique, o Ministério das Relações Exteriores contou com a gestão do chanceler Luiz Felipe Lampreia, no período entre 02 de janeiro de 1995 e 12 de janeiro de 2001, e de Celso Lafer, a partir de 29 de janeiro 2001. Sebastião do Rego Barros foi Secretário-Geral das Relações Exteriores entre 03 de janeiro de 1995 e 04 de janeiro de 1999, quando transmitiu o cargo para Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Com o engajamento de Seixas Corrêa na missão permanente do Brasil junto à ONU e OMC, Osmar Chohfi assumiu o cargo de Secretário-Geral, em 29 de novembro de 2001.

Em seu discurso de posse, Fernando Henrique expôs os objetivos do seu governo, seu entendimento sobre o sistema internacional e sobre a situação do País. Esses entendimentos foram constantemente reforçados, durante o período de governo, para a comunidade brasileira e para a comunidade internacional.

Fazendo alusão a valores caros à sociedade – *justiça, liberdade e desenvolvimento* –, Fernando Henrique destacou, em seu discurso de posse, que a *liberdade*, comprometida

durante o período do autoritarismo e de crescimento do país – devido à própria natureza do regime militar e também ao legado daquele crescimento, traduzido não só pelo progresso, mas pela dívida externa e inflação –, foi recuperada com o retorno à democracia, com o redirecionamento dos rumos da economia e implementação do Plano Real. Nesse sentido, o país teria resgatado a confiança no *desenvolvimento*, que seria alcançado pela efetivação de reformas estruturais. A *justiça social* também decorreria das reformas, e foi apontada como objetivo número um do governo (CARDOSO, 1995a).

Frente às alterações percebidas no mundo pós-Guerra Fria, Fernando Henrique destacou que o sistema internacional encontrava-se em uma fase de redefinição das regras de convivência política e econômica entre os Estados, defendeu iniciativas inovadoras (sem recorrer a mudanças bruscas que pudessem comprometer a confiabilidade do País) e condenou o saudosismo (referindo-se ao paradigma desenvolvimentista). Ressaltou que o cenário internacional apresentava fatores favoráveis como a retomada do crescimento dos países desenvolvidos (mesmo a taxas modestas); o crescimento da América Latina a partir da abertura comercial e da estabilidade econômica; o interesse renovado pelo Brasil; o fim da confrontação ideológica; a convergência de valores no campo político e econômico; e a conclusão bem sucedida da Rodada Uruguai, que implantou a Organização Mundial do Comércio e consolidou o multilateralismo no comércio internacional (CARDOSO, 1995a; MENSAGEM, 1995).

Foi previsto para o Brasil, a partir do redirecionamento dos rumos da economia e das condições internacionais favoráveis, um longo período de crescimento. Os êxitos obtidos na área econômica, juntamente com as características já conhecidas (dimensões continentais, grande população, recursos naturais abundantes, parque industrial desenvolvido, trajetória de desenvolvimento e democracia consolidada) e o patrimônio diplomático (a condição de ator global, com presença significativa, porém não plenamente desenvolvida, nos fóruns decisórios regionais e internacionais de natureza econômica e política, e a condição de *global trader*, com interesse no desenvolvimento das relações econômicas e comerciais com diversos Estados e regiões), conferiam ao Brasil uma melhor projeção regional e internacional. Nesse sentido, o governo atribuiu vital importância ao ajuste econômico, cujo sucesso seria condicionante do melhor posicionamento do País no sistema internacional e, ainda, do processo de transformação qualitativa da sociedade brasileira. A melhoria das condições de inserção internacional foi identificada como instrumento básico no processo de transformação qualitativa da sociedade, ao passo que o caminho inverso também se mostrava válido, ou seja,

a transformação qualitativa da sociedade constitui uma alavanca para a melhoria do padrão de inserção do País no cenário internacional (CARDOSO, 1995a; MENSAGEM, 1995).

A estabilidade macroeconômica foi entrelaçada à política externa na busca pelo desenvolvimento: “fora da estabilidade, não há desenvolvimento e não há justiça social” (CARDOSO, 1995c, p. 1). Já em 1993, enquanto chanceler no governo Itamar Franco, Fernando Henrique defendia que a inserção do Brasil na economia global dependia da estabilidade interna e da retomada do crescimento. Nesse sentido, Fernando Henrique afirmava que o Plano Real e a política de abertura comercial vieram a corrigir uma deficiência na credibilidade externa do País e assegurar uma nova projeção internacional. A projeção constatada no início de seu governo foi atribuída aos êxitos econômicos alcançados, como a estabilização e a abertura econômica. O programa de reformas, como as propostas de reforma constitucional, leis complementares ou ordinárias e a incorporação à ordem jurídica interna de acordos internacionais, viriam a contribuir ao quadro que se formava. Para promover um salto qualitativo e decisivo na inserção internacional do País, o governo via como necessária a promoção das transformações internas identificadas como vetores de aperfeiçoamento dos instrumentos de desenvolvimento (MENSAGEM, 1995; LAMPREIA, 1995a, 1998).

Fernando Henrique reforçava constantemente o comprometimento do seu governo com valores democráticos e princípios de economia de mercado. A iniciativa privada foi considerada decisiva para o êxito do projeto de desenvolvimento do País. A identidade positiva do Estado desenvolvimentista foi substituída pela noção de que aquele paradigma constituía um obstáculo ao progresso. Fernando Henrique afirmava “o Estado é ator fundamental, mas seu papel muda” (CARDOSO, 1995d, p. 3). A função de direcionar o desenvolvimento, criando condições estruturais favoráveis, mostrou-se mais importante do que a tentativa de substituir a iniciativa privada. A falência material do Estado apontava para o esforço de reforma. Nesse sentido, a Constituição de 1988, vista como expressão do intervencionismo do Estado – como regulador das relações privadas, agente de mudanças e promotor do desenvolvimento, provedor de benefícios sociais sem a previsão de recursos –, deveria ser revista. O fim das restrições ao capital estrangeiro e das reservas de mercado para empresas nacionais, a flexibilização de monopólios, as reformas previdenciária e tributária e o programa de privatizações, seriam conduzidos dentro da perspectiva de reorientação da atuação do Estado (CARDOSO, 1995c, 1995d, 1996b).

Conforme Luiz Felipe Lampreia (1998), o momento pós-Guerra Fria exigiu que as opções nacionais se realizassem dentro dos parâmetros políticos, econômicos e sociais predominantes no sistema internacional. Nesse sentido, de acordo com o Chanceler,

democracia e liberdade econômica passaram a constituir um fator importante na projeção internacional do Estado, num cenário em que “os desvios têm um custo político e econômico cada vez maior, porque democracia se traduz em estabilidade e liberdade econômica se traduz em investimentos, acesso a tecnologias, competitividade e empregos” (LAMPREIA, 1995c, p.3).

No duplo jogo de forças que direcionam as ações do Estado – entre as forças decorrentes do cenário internacional e aquelas decorrentes das necessidades internas –, as forças externas adquiriam maior importância, frente ao entendimento de que o padrão de conduta estabelecido no momento pós-Guerra Fria não admitia desvios. A vinculação entre a globalização e a alteração no papel do Estado retratou a grande influência das variáveis externas sobre a agenda interna, que reduziu o espaço de manobra do Estado em suas estratégias nacionais.

A noção de interdependência econômica crescente no sistema internacional indicava o Estado como ator essencial na definição das regras em que se enquadram os processos do sistema, enquanto diminuía seu controle sobre as variáveis que afetam os projetos de desenvolvimento. No sentido em que as negociações internacionais tornaram-se mais duras, mostrava-se necessário gerar poder econômico para a consecução de resultados positivos (CARDOSO, 1995d).

A diplomacia brasileira buscou concentrar esforços para promover uma nova inserção internacional ao País e, no entendimento do novo governo, esses esforços traduziam-se no ajuste do País ao processo de abertura econômica e cooptação dos temas centrais da agenda internacional – como direitos humanos e democracia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, ampliação do multilateralismo e os desafios do regionalismo, dinamização do comércio internacional e superação do protecionismo e práticas unilaterais, acesso a tecnologias, esforços de não-proliferação e combate à criminalidade internacional. As iniciativas do governo apoiavam-se na idéia de cumprir o ‘dever de casa’ e do princípio da reciprocidade (CARDOSO, 1995a, 1995e; MENSAGEM, 1995). A passagem a seguir, retirada do pronunciamento de Fernando Henrique em sua Mensagem ao Congresso Nacional, em 1995, reproduz o reflexo desses entendimentos sobre a economia brasileira:

Com a economia mais aberta, conseqüência de um processo refletido de maior exposição à competição internacional em benefício dos consumidores brasileiros e da nossa própria competitividade, temos melhores condições de buscar e mesmo exigir acesso mais desimpedido ao mercado internacional e práticas leais e transparentes em matéria de comércio, transferência de tecnologia e investimentos (MENSAGEM, 1995, [p. 1])

Conforme Luiz Felipe Lampreia, as características materiais e o patrimônio diplomático do País deveriam ser corretamente explorados para obter sucesso na promoção do interesse nacional no exterior. De acordo com o chanceler, “em política externa, não basta ser grande e atraente para gerar interesses e promover parcerias, é preciso parecer grande e atraente” (LAMPREIA, 1995c, p. 7), ao passo que “não basta ser grande individualmente, é preciso ser grande na capacidade de gerar parcerias” (LAMPREIA, 1997a, p. 4).

O termo cunhado pelo embaixador Gelson Fonseca, a *autonomia pela participação*, traduz a busca de autonomia pelo país por meio de uma maior participação no sistema internacional. Nesse sentido, o País procurou exercer um papel ativo na remodelação das normas do sistema, bem como, aproveitar as oportunidades e combater as assimetrias do processo de globalização (CARDOSO, 2004, 2001c). Lampreia (1998) preferiu utilizar o termo *autonomia pela integração*, para indicar esse perfil da diplomacia brasileira, de uma autonomia articulada com o sistema internacional. A maior integração do país ao sistema, por meio de compromissos que criam obrigações e restrições, significa um sacrifício relativo de autonomia nacional, mas, em contra-partida, trazem benefícios no campo econômico e político-diplomático. Nesses entendimentos enquadravam-se as tratativas do Protocolo de Quioto, as negociações do Estatuto do Tribunal Penal internacional e o MERCOSUL, como mecanismo de fortalecimento político e econômico. A adesão ao Tratado de Tlatelolco, Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e ao Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares foram relacionados ao objetivo de resgatar as “hipotecas” que pesavam sobre a credibilidade do país ou, ainda, conforme Silva (2002), constituíram um meio de eliminar os resquícios “terceiro-mundistas” da política externa brasileira.

Internamente, a diplomacia brasileira ganhou novos vetores. O governo incentivou a participação da sociedade na formulação da política externa, por meio do diálogo com lideranças políticas, imprensa, academia, e organizações não-governamentais – prática identificada como *diplomacia pública* ou *diplomacia da interação*. Ao passo que, foi incentivada a participação dos estados e municípios, constituindo a *diplomacia federativa*. Dessa maneira, o governo buscou identificar, por diferentes fontes, os interesses nacionais que seriam perseguidos pela política externa. O aprimoramento do diálogo com a sociedade mostrou-se indispensável na medida em que possibilita uma melhor compreensão e aproximação dos interesses nacionais; uma maior transparência na prestação de contas do Itamaraty à sociedade; e, tendo em vista que o respaldo da sociedade legitima e fortalece as posições brasileiras nas negociações internacionais, a captação mais apurada do interesse nacional e o apoio da sociedade tornam mais defensáveis as posições adotadas pelo Itamaraty

nas negociações internacionais (BARROS, 1998; LAMPREIA, 1995a). Cervo (1997) caracterizou esse movimento como *diplomacia do consenso*, onde o Itamaraty dispunha de mecanismos para identificar os interesses da sociedade e chegar a um consenso entre o Estado e a Nação.

A participação ativa do Presidente na implementação da política externa, a *diplomacia presidencial*, foi identificada como uma marca das relações internacionais contemporâneas e uma forma de demonstrar maior interesse do País em aprofundar o relacionamento com os demais Estados. A diplomacia presidencial constituiu um instrumento para garantir a sintonia entre Itamaraty, a presidência, o restante do governo e parceiros (LAMPREIA, 1995a; MENSAGEM, 1995).

Notadamente, a partir do conceito de diplomacia presidencial, Fernando Henrique assumiu a dimensão política originalmente desempenhada pelo Itamaraty. Com a transferência das atribuições econômicas do Ministério das Relações Exteriores para o Ministério da Fazenda, Fernando Henrique consolidou um relativo esvaziamento daquele órgão. Dessa maneira, o governo manteve-se afastado das linhas do nacional-desenvolvimentismo com que se identificava a diplomacia brasileira, enquanto o Itamaraty dedicou-se, em grande parte, a tarefas técnico-burocráticas (VIZENTINI, 2003a, 2005).

Durante o governo Fernando Henrique a política externa brasileira remeteu grande ênfase para a agenda econômica, aderiu aos temas centrais da agenda internacional, em especial à abertura econômica, e demonstrou, ainda, uma retórica crítica às disparidades sistêmicas e certo realismo de conduta. Durante o período, a política externa foi conduzida sobre a dialética da continuidade e renovação. Na gestão de Lampreia, houve frustrações crescentes decorrentes da percepção de que os mecanismos de abertura econômica adotados pelo governo não encontravam a contrapartida dos países desenvolvidos. A política econômica neoliberal aplicada na América Latina assegurou, entre 1990 e 1997, um aumento de 160,80% nas importações totais da região. A Argentina, o Peru e o Brasil foram os países que apresentaram os índices mais altos, sendo 644,6%, 195,70% e 188,6% respectivamente. Ao passo que a média mundial ficou em 58,7%, a União Européia apresentou o índice de 27,2% e os Estados Unidos de 76,1% (MUNHOZ, 2005).

Conforme Lampreia, o insucesso no lançamento de uma nova rodada de negociações na OMC, em 1999, foi a maior frustração do período em que esteve no Ministério. Fernando Henrique, que aspirava pelo início da “rodada do desenvolvimento”, teve de aguardar por mais dois anos. As crises financeiras que abalaram o México (1994-1995), Ásia (1997-1998), Rússia (1998) e Argentina, elevaram a preocupação do governo sobre a volatilidade dos

fluxos de capitais e retrataram o distanciamento e a falta de mecanismos de resposta das instituições de Bretton Woods – em particular, no caso argentino (CERVO, 2002).

Ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, em 29 de janeiro de 2001, Celso Lafer trabalhou com os novos fatores: “volto a esta instituição [Itamaraty] que tanto prezo com o desafio e a responsabilidade de levar a cabo uma política externa que saiba, no momento atual, e com visão de futuro, traduzir criativamente necessidades internas em possibilidades externas” (LAFER, 2001a, p. 1). O Ministro reafirmou a prioridade da agenda econômica, o compromisso com o processo de abertura e com os temas da agenda internacional. Reafirmou a necessidade de aprofundar os canais de interação entre o Itamaraty e a sociedade. Destacou a relevância de uma política de comércio exterior assertiva, a fim de ampliar a participação brasileira nos mercados internacionais, e salientou que seria dada atenção especial às atividades de promoção comercial. Destacou, ainda, a importância de uma participação ativa nas negociações multilaterais, na elaboração das normas internacionais, defendendo os interesses nacionais em um sistema internacional em construção – como as negociações na OMC, ALCA (que tomava novo impulso) e o acordo Mercosul-União Européia (LAFER, 2001a, 2001b).

As percepções do governo sobre a situação do País, interesse nacional, conjuntura internacional, e a subsequente elaboração política fomentaram a coexistência de paradigmas distintos. Conforme Cervo (2003, p. 16), “Cardoso ofereceu o espetáculo da dança dos paradigmas: o desenvolvimentista, que agonizava mas não morria, o normal, que emergia de forma prevalecente, e o logístico, que se ensaiava ao mesmo tempo”. O Estado normal, caracterizado pelo autor como subserviente (na esfera política), destrutivo (na esfera econômica) e regressivo (quanto à estrutura e ao processo histórico), afirmava-se sob o conceito de mudança. Promoveu o revisionismo histórico e a condenação do desenvolvimentismo; a adoção acrítica da ideologia imposta pelos centros hegemônicos de poder, traduzida em um programa de reformas pelo Consenso de Washington; suprimiu as idéias de projeto nacional e interesse nacional em função da cooptação dos temas centrais da agenda internacional; e buscou corrigir o movimento da diplomacia. Esse último aspecto, conforme Saraiva (2005), transformou o caráter da política externa brasileira, que retomou um sentido ornamental, pois se mostrava dependente de variáveis externas.

O paradigma do Estado desenvolvimentista (em que prevalece o aspecto nacional e autônomo da política externa e o Estado empresário mostra-se como principal vetor do desenvolvimento) era rechaçado constantemente. As práticas do governo revelavam a fé em fórmulas convencionais do credo neoliberal e no mercado como indutor do desenvolvimento

(CERVO, 2002, 2003). O objetivo histórico da política externa brasileira continuava em pauta, mas o papel do Estado, nesse processo, foi alterado. O desenvolvimento econômico e social foi associado às forças externas do capitalismo, e ao Estado cabia promover as reformas que induziriam à adequação econômica e estrutural e que levariam ao desenvolvimento. A autonomia da política externa foi conduzida com base no princípio da autonomia pela participação / integração.

Elementos do paradigma logístico (no qual o Estado fortalece o núcleo nacional, transfere responsabilidades empresariais à sociedade e auxilia sua operação no exterior) mostraram-se presentes, sobretudo, na retórica do governo em fóruns multilaterais e em encontros com dirigentes que compartilham a condição de países em desenvolvimento. Percepções mais críticas demonstraram certo realismo de conduta que, utilizando os termos de Cervo (2003), indicaram um ensaio ao Estado logístico. Frente ao processo de globalização, notou-se a permanência e o agravamento das disparidades do nível de vida, na esfera global (entre os países) e no plano interno de cada país, apesar da melhoria dos indicadores sociais globais como um todo. Notou-se a disparidade entre a convergência no plano dos valores (e expectativas de consumo e bem-estar), a realidade marcada pela desigualdade e a falta de perspectiva de grande parte da humanidade. A idéia de *globalização assimétrica* indicava disparidades e distorções desse processo. O desencontro entre os preceitos indicados pelos países do centro e a conduta real destes na gestão interna e nos foros multilaterais levantou algumas dúvidas sobre a concretude da implementação acrítica das instruções neoliberais. Foi reconhecida a necessidade de reavaliação do conceito de poder, uma vez que o poder militar (*hard power*) teve sua importância relativizada frente à importância atribuída ao poder econômico, cultural e simbólico (*soft power*) e ao poder estrutural (relacionado à capacidade de influir nos regimes e instituições do sistema internacional). Nesse sentido, o governo defendeu a necessidade de atualização da amplitude, das regras e métodos de trabalho dos organismos multilaterais como OMC e ONU (incluindo o Conselho de Segurança, apesar do País ter abandonado a candidatura a um assento permanente) (CARDOSO, 2001c; LAMPREIA, 1998). A passagem a seguir demonstra esse entendimento:

Na esfera política, será preciso encontrar uma estrutura que seja fiel a um tempo em que a democracia se impôs como valor universal. Se as relações dentro de cada sociedade devem ser democráticas, também devem ser democráticas as relações entre as sociedades. [...].

No campo econômico, será preciso desenvolver os mecanismos adequados à globalização. Uma economia global não pode ser vítima de surtos protecionistas ou refém de medidas unilaterais. Seu bom funcionamento

exige a liberalização continuada do comércio mundial. Na área monetário-financeira, será necessário, ainda, definir novas regras que permitam dar maior estabilidade aos regimes de câmbio e ao sistema financeiro internacional (CARDOSO, 1995b, p. 5).

A articulação do governo com os demais Estados seguiu esses entendimentos, oscilando entre os três paradigmas identificados por Cervo. Foi valorizada a presença universal, tanto política quanto econômica, do País no sistema internacional. O caráter “periférico” na geografia mundial, no sentido de relativo distanciamento do principal núcleo de países que representam grandes pólos econômicos ou estratégicos do mundo (sendo América do Norte, Europa, Ásia Setentrional e do Sudeste), foi entendido como um mecanismo que confere maior liberdade nas relações com diversos Estados e contribui ao caráter universal da diplomacia – reconhecido pelo chanceler Luiz Felipe Lampreia como patrimônio histórico da diplomacia brasileira, consolidado no governo Geisel pelo chanceler Azeredo da Silveira (LAMPREIA, 1995c, 1997a).

Juntamente com a idéia de universalismo, a reciprocidade foi característica da ação diplomática. Esperava-se das relações com os demais Estados uma via de duas mãos: receber acesso aos mercados dos parceiros na mesma proporção das oportunidades comerciais e de investimentos proporcionados pelo país (LAMPREIA, 1997a). A interlocução com os demais Estados enfatizou, sobretudo, os aspectos econômicos:

No mundo atual, o poder cada vez mais se mede por outros fatores que não o poderio estratégico e militar. Países e povos que dominam a agenda econômica internacional e avançam em progresso material, bem-estar social e, sobretudo, nível e qualidade de emprego, mostram caminhos claros para o desenvolvimento e para uma melhor inserção internacional [...]. A essas qualidades soma-se a formação de novas parcerias operacionais, que transcendam o diálogo político para situar-se na esfera dos resultados práticos em termos de comércio, investimentos, geração de empregos, ampliação da escala das economias, transferência de conhecimentos e tecnologia (MENSAGEM, 1995).

O processo de integração regional, MERCOSUL, consolidado como união aduaneira a partir de janeiro de 1995, recebeu significativa ênfase como mecanismo a contribuir na inserção internacional do país. Esta constituiu a área preferencial de atuação política e comercial. A estratégia de regionalização corrobora a percepção da necessidade de gerar poder econômico para adquirir uma melhor projeção no cenário internacional e obter melhores resultados em negociações. A partir de setembro de 2000, após a Conferência dos Presidentes da América do Sul, o País adquiriu uma postura mais ativa na integração sul-

americana, e o MERCOSUL constituiu a frente de negociações do País para a ALCA (LAMPREIA, 2001; MENSAGEM, 1995).

Dentro da noção de universalismo na atuação externa, o governo destacou a importância das relações com países latino-americanos, com áreas dinâmicas como União Européia, NAFTA (em especial os Estados Unidos), a região Ásia-Pacífico, a importância de explorar as relações com parceiros da África, e de identificar áreas com novo potencial, como a África do Sul pós-apartheid. As relações tradicionais com os três países continentais, China, Rússia e Índia, foram destacadas pela similaridade dos problemas enfrentados pelos países no esforço pelo desenvolvimento econômico e social (CARDOSO, 1995a; MENSAGEM, 1995).

Conforme Silva (2002), o governo Fernando Henrique posicionou-se na corrente política hegemônica da cena mundial, preservando, contudo, algumas especificidades, dentre as quais devem ser destacadas a atenção despendida ao Mercosul e algumas posições antagônicas às norte-americanas com relação a países como Cuba e China.

Por meio da análise dos discursos de Fernando Henrique, Luiz Felipe Lampreia e Celso Lafer, a caracterização das relações com a China, neste contexto, recebeu diferentes ênfases. Nos discursos efetuados para dirigentes chineses, ou na ocasião de conferências específicas sobre o relacionamento dos países, os dirigentes brasileiros referiam-se à parceria estratégica. Contudo, nos demais discursos, o relacionamento entre o Brasil e a China foi identificado dentre as relações tradicionais, ou ainda, dentre as novas parcerias (juntamente com África do Sul e Índia). Nesses discursos, a Argentina aparece como parceiro estratégico, situando-se no grupo de países identificados como principais parceiros (Estados Unidos, União Européia e Japão). A ênfase na parceria estratégica com a Argentina, apontada por Lafer (2001a) como uma das linhas mestras da política externa do governo; a preocupação de eliminar as articulações com países em desenvolvimento (o chamado terceiro-mundismo) e de se posicionar dentre os países bem-sucedidos; as negociações da ALCA; e os acontecimentos posteriores relacionados à segurança internacional (com o 11 de setembro) comprometeram, de certa forma, a atenção do governo com relação à China. Nos parágrafos a seguir propomos uma breve análise das políticas desenvolvidas na China, para elaborar o pensamento sobre as iniciativas e as respostas do governo brasileiro com relação à parceria estratégica.

De forma paralela, durante o governo Fernando Henrique (1995-2002), a República Popular da China, sob a liderança de Jiang Zemin (1993-2003), passava por um período de ajustes com relação às reformas iniciadas em 1978, que ganharam novo impulso. Jiang Zemin foi eleito presidente da China em março de 1993, na primeira sessão plenária da 8ª Assembléia Popular Nacional, e em março de 1998 foi reeleito, na primeira sessão plenária da

9ª Assembléia Popular Nacional. Li Peng ocupou o cargo de primeiro-ministro até março de 1998, quando Zhu Rongji, que ocupava a posição de vice primeiro-ministro, assumiu a posição.

Jiang Zemin ascendeu como núcleo da terceira geração de dirigentes no comando da China que, desde a terceira sessão plenária do 11º Comitê Central do Partido (realizada em dezembro de 1978), tomaram a construção econômica como centro do trabalho, implementando a reforma e a abertura, sob a linha ideológica de emancipar a mente e buscar a verdade nos fatos e a metodologia que assume a prática como único critério para comprovar a verdade.

Em 12 de outubro de 1992, Jiang apresentou no 14º Congresso Nacional do Partido Comunista da China o informe político “Acelerar a reforma e abertura e a modernização e conquistar maiores vitórias para a causa do socialismo do tipo chinês”. Nesse informe Jiang estabeleceu a teoria de Deng Xiaoping como orientadora na construção do socialismo do tipo chinês e definiu a efetivação do sistema de economia de mercado socialista como o objetivo da reforma econômica chinesa. Quanto à construção do socialismo do tipo chinês, Jiang reafirmou a autonomia com relação ao caminho de desenvolvimento do socialismo a ser seguido e destacou que, considerando a etapa atual de desenvolvimento – a fase inicial do socialismo, cuja previsão de duração é de cem anos –, a elaboração política deveria respeitar a especificidade da realidade nacional e avançar seguindo etapas. Ressaltou a importância de manter e acelerar as reformas e a abertura ao exterior, a fim de assimilar os avanços dos demais Estados e aplicá-los no desenvolvimento do socialismo (JIANG, 2002).

Durante o ano de 1993, um grupo econômico-financeiro do partido comunista, liderado por Jiang Zemin, em conjunto com economistas, elaborou a estratégia de transição para o sistema de mercado. O governo chinês decidiu abolir o sistema de economia planificada, estabelecer metas de reforma para a efetivação de um sistema de mercado moderno e, eventualmente, incorporar instituições internacionais identificadas como “melhores práticas”. Em novembro daquele ano, durante a terceira plenária do 14º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, Jiang apresentou a “Decisão sobre assuntos referentes ao estabelecimento da estrutura da economia socialista de mercado”¹⁰. O documento trazia a síntese do estudo realizado sobre os componentes da transição. Expôs a decisão do governo de construir instituições que dessem suporte ao mercado, como federalismo fiscal, sistema monetário centralizado e mecanismos de seguridade social, e de

¹⁰ Tradução nossa do original em inglês (YINGYI; JINGLIAN, 2003, p. 31).

transformar as empresas estatais em “empresas modernas”, utilizando-se de mecanismos relativos a direitos de propriedade para modernizar pequenas estatais (a partir de contratos, arrendamentos, abertura de capital, ou ainda, a própria venda). Dentre as medidas implementadas após a divulgação desses mecanismos, devem ser destacadas: a unificação da taxa de câmbio e convertibilidade; a revisão dos sistemas fiscal e tarifário, com a separação de tarifas administrativas nacionais e locais; a reorganização do Banco Central (que centralizou suas operações); e as privatizações de pequenas empresas estatais (QIAN; WU, 2003).

A terceira plenária do 14º Congresso Nacional do Partido Comunista da China marcou, conforme Qian e Wu (2003), o início da segunda fase na transição da economia planificada para a economia de mercado (a primeira fase decorreu entre 1978 e 1993, enquanto a segunda fase teve início em 1994, com a implementação dos mecanismos apresentados por Jiang naquela ocasião).

Contudo, novas mudanças estavam por vir. Em 12 de setembro de 1997, o 15º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, o primeiro realizado após a morte de Deng Xiaoping (em 19 de fevereiro de 1997), marcou não somente a mudança na percepção sobre os mecanismos de mercado (especialmente quanto à propriedade privada), sobre *rule of law*, e o esforço de revigorar a questão ideológica, como também marcou a consolidação do poder de Jiang Zemin (WU, G. 1999).

O informe político intitulado “Manter no alto a grande bandeira da teoria de Deng Xiaoping para impulsionar em todos os sentidos a causa da construção do socialismo do tipo chinês rumo ao século XXI”, expôs as linhas da teoria de Deng Xiaoping num esforço para ideologizá-la e legitimar novos movimentos em direção à economia socialista de mercado. Conforme Wu (1999), o legado de Deng consistia em uma combinação de liberalização econômica e repressão política. A forma de legitimação do governo, que cada vez mais se baseava na performance econômica (desde o abandono da ideologia revolucionária do período de Mao Zedong), necessitava fortalecer seu segundo pilar, o ideológico. Para tanto, a teoria pragmática e enfática no desenvolvimento de Deng Xiaoping seria aproveitada.

O 15º Congresso Nacional estabeleceu a teoria de Deng Xiaoping como ideologia orientadora, juntamente com o marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong. Conforme Jiang (2002, p. 211), “a teoria de Deng Xiaoping é o marxismo da China atual e representa uma nova etapa do desenvolvimento do marxismo da China”. A teoria de Deng foi apresentada como um mecanismo que integra o marxismo com a realidade e a prática atual da China:

O marxismo é uma ciência, que se baseia firmemente nos fatos objetivos. Porém, a vida real está sempre mudando e as mudanças ao longo de mais de um século foram tão fortes e profundas que nossos antecessores dificilmente podiam imaginar. Por isso, o marxismo avançará necessariamente junto com o desenvolvimento dos tempos, a prática e a ciência; é impossível que permaneça sem alteração. [...] Não tem sentido falar de marxismo fora da realidade de um país e longe da evolução dos tempos. Não chegaríamos a nenhuma saída se estudássemos o marxismo de forma estática e isolada e o separássemos do seu vigoroso desenvolvimento na vida real, ou os opuséssemos um ao outro. Hoje, na China, o marxismo-leninismo, o pensamento de Mao Tse-tung, e a teoria de Deng Xiaoping constituem um sistema científico unificado articulado pelo mesmo espírito. Persistir na teoria de Deng Xiaoping significa persistir no marxismo-leninismo e no pensamento de Mao Tse-tung. Manter no alto a bandeira da teoria de Deng Xiaoping é manter verdadeiramente no alto a bandeira do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Tse-tung (JIANG, 2002, p. 213-214).

A reconstrução ideológica promovida por Jiang no 15º Congresso Nacional objetivou revigorar uma das forças de legitimação do regime e estimular uma “nova onda de emancipação da mente”. Os princípios básicos da teoria de Deng seriam utilizados sob a dialética de continuidade e mudança e, neste sentido, a própria teoria de Deng viria a justificar novas alterações. O ideal de “emancipar a mente e buscar a verdade nos fatos” foi explorado para fomentar novas reformas, a correção de algumas práticas e o aproveitamento de oportunidades, frente à realidade mutante (HONG; SUN, 1999). Da mesma forma, o critério dos “três favoráveis” de Deng deveria ser aproveitado: se “é favorável para promover o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade socialista, se é favorável para incrementar o poderio integral do Estado socialista e se é favorável para melhorar as condições de vida do povo”, pode ser utilizado para servir ao socialismo (JIANG, 2002, p. 212).

O pragmatismo de Jiang sugeriu um balanço entre o Maoísmo e o Denguismo. O pensamento de Mao, relacionado à ideologia e revolução, deveria ser balanceado com o pensamento de Deng, relacionado ao pragmatismo, à reforma e, especialmente, à ênfase nos temas econômicos. A analogia à moeda de três faces ilustra essa idéia. Cada moeda teria uma terceira dimensão, que é a face que conecta as outras duas. Assim, Jiang estaria entre Mao e Deng, somando esforços para manter um balanço entre “idealismo e realismo, espiritualismo e materialismo, política e economia, e igualitarismo e eficiência”¹¹, a fim de proporcionar novas perspectivas, complementar e cobrir falhas das ideologias anteriores (HONG; SUN, 1999, p. 34).

¹¹ Tradução nossa do original em inglês.

O discurso para enfatizar a teoria de Deng Xiaoping como ideologia orientadora introduziu outros dois temas: a reforma das propriedades públicas estatais e o aperfeiçoamento do sistema legal. A propriedade estatal, identificada na terceira sessão plenária do 14º Congresso Nacional como “componente principal da economia”, foi classificada, no 15º Congresso Nacional, como “pilar da economia”, enquanto a propriedade privada passou de “componente suplementar na economia” para “importante componente da economia” (QIAN; WU, 2003).

A reforma das empresas de propriedade estatal foi prevista por meio do sistema de propriedade do capital por ações (*gufen zhi*). Neste sentido, a reorganização estratégica das empresas de propriedade estatal viria a partir da boa administração das grandes e da adoção de uma política mais flexível quanto às pequenas¹². Esse movimento traria o que Jiang, durante discurso na *Central Party School*, em maio de 1997, chamou de terceira onda de emancipação da mente (*di san ci sixiang jiefang*). O programa de reforma e abertura do final dos anos 1970 correspondia à primeira onda, enquanto a inspeção ao Sul do país de Deng, em 1992, levou à segunda onda, quando se buscou minimizar o debate entre socialismo e capitalismo (*xing she xing zi*). A terceira onda de emancipação da mente corresponde ao debate entre público e privado (*xing gong xing si*) (WU, G. 1999, p. 20). Conforme Jiang (2002, p. 222):

A propriedade pública pode e deve assumir diversas formas. [...] O sistema de propriedade do capital por ações é uma forma de composição do capital das empresas modernas que serve para separar a propriedade da administração e elevar a eficiência da operação das empresas e do capital. O mesmo pode ser usado tanto sob o capitalismo como sob o socialismo. Não podemos dizer em termos gerais se o sistema de propriedade por capital de ações é público ou privado, porque o ponto-chave reside em quem tem capacidade de controle da empresa assim organizada.

Quanto ao aperfeiçoamento do sistema legal, Jiang Zemin foi o primeiro líder a falar sobre a implementação do mecanismo *rule of law* – no qual a lei se estenderia a todos, inclusive ao governo, diferenciando-se dos mecanismos *rule by man*, de Mao Zedong, e *rule by law*, de Deng Xiaoping. Durante o 15º Congresso Nacional, Jiang mencionou a meta do partido de desenvolver a política democrática socialista. Contudo, os entendimentos do

¹² Setores chave, como financeiro, ferroviário, telecomunicações, aviação civil, petrolífero e de energia elétrica, devem permanecer sob o controle das empresas estatais. Setores básicos, como energia, transportes e correios, e importantes setores de matéria-prima e indústria de base (siderúrgico, petroquímico, automobilístico, mecânico e eletrônico), o Estado ocupa posição dominante (JIANG, 2002). A política de controlar as grandes empresas e liberar as pequenas (“*control de big, while releasing the small*” – “*zhua da fang xiao*”) aplicou às pequenas e médias empresas, dentro do modelo de propriedade do capital por ações, o mecanismo “um acionista, um voto”, em vez de “uma ação, um voto” (TIAN; LIANG, 1999).

governo sobre as relações entre a reforma, desenvolvimento e estabilidade indicam que a implementação da democracia efetiva é o destino final. Para melhor aproveitar as oportunidades, aprofundar as reformas, ampliar a abertura ao exterior, e garantir o desenvolvimento econômico-social sem turbulências, a estabilidade político-social aparece como um pré-requisito, e a autoridade política aparece como um meio para mantê-la. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico deve vir por primeiro, seguido pelo aperfeiçoamento do sistema legal, enquanto a democratização política viria posteriormente¹³ (HONG; SUN, 1999; JIANG, 2002).

A propriedade privada e *rule of law* foram incorporados formalmente à constituição chinesa em março de 1999. Em agosto daquele ano, no “Seminário sobre a reforma e o desenvolvimento das empresas estatais no nordeste e norte da China”, Jiang enfatizou a importância da reforma das empresas estatais, apontando-a como elo central da reforma do sistema econômico do país (QIAN; WU, 2003; JIANG, 2002).

O governo de Jiang Zemin foi caracterizado pelo comprometimento com a estabilidade macroeconômica, com vistas a promover o crescimento sustentável do país. As políticas econômicas desenvolvidas por Zhu Rongji, desde a sua indicação pelo Bureau Político para supervisionar a política macroeconômica, em 1993, incluíram uma série de medidas de estabilização, como contração monetária, o controle de investimentos e a disciplina monetária e fiscal. O macrocontrole foi promovido tendo como objetivo principal o controle da inflação, sem comprometer, contudo, o PIB (não houve um declínio drástico da taxa de crescimento do PIB). Foi iniciado o período de *soft-landing*, no qual os dirigentes passaram a desempenhar um papel dominante na política econômica do país, promovendo o controle da inflação e mantendo a taxa de crescimento do PIB em uma média ainda alta. O objetivo de longo prazo foi identificado em manter uma taxa de crescimento do PIB entre 8% e 9% e uma taxa de inflação igual ou inferior a 6% (CHANG, 1999).

No entendimento do governo, para o estabelecimento da economia de mercado socialista, o mecanismo de mercado deveria ser relacionado ao fortalecimento do macrocontrole econômico. A abertura ao exterior deveria ser aprofundada com o objetivo de aproveitar oportunidades, potencializando a competitividade do país, na busca por uma posição mais ativa no sistema e pelo desenvolvimento econômico-social. Contudo, o aspecto de “espontaneidade, cegueira e inércia” do mecanismo de mercado exige o envolvimento do

¹³ A afirmação do governo chinês de que a China está na fase inicial do socialismo, na fase do subdesenvolvimento, e que essa fase tem a duração de aproximadamente cem anos, induz ao entendimento de que a democracia deve ser estabelecida na metade deste século. O primeiro *White Paper* sobre democracia política na China foi publicado recentemente, em outubro de 2005.

Estado na orientação e no controle das suas atividades (JIANG, 2002, p. 161). Nesse sentido, a partir do macrocontrole econômico, o governo buscou manter o equilíbrio entre demanda total e oferta total, controlar a inflação, otimizar as principais estruturas econômicas e fomentar um crescimento econômico estável. Para tanto, seriam utilizadas a política financeira e monetária de austeridade, enquanto as reformas dos sistemas bancário, fiscal e de planificação deveriam ser aprofundadas.

Quanto às condições externas, temas como a paz e o desenvolvimento foram apontados como centrais na diplomacia chinesa: “o desenvolvimento necessita da paz, e a paz não pode separar-se do desenvolvimento” (JIANG, 2002, p. 62). A manutenção de uma política exterior de paz, independência e autonomia foi identificada como necessária na consecução de um ambiente externo favorável à modernização do país.

Os entendimentos do governo chinês sobre as mudanças sistêmicas do pós-Guerra Fria apontam para um processo longo de reconfiguração, em direção à multipolaridade. O anseio pelo estabelecimento de uma nova ordem internacional, igualitária e que assegure benefícios mútuos na área econômica, mostrou-se presente nos discursos. Condenou-se o hegemonismo, a política de força, bem como o monopólio e manipulação dos assuntos internacionais por poucos países. A ordem econômica internacional foi caracterizada como injusta e irracional, uma vez que violações dos interesses dos países em desenvolvimento continuavam ocorrendo e a desigualdade aumentando (JIANG, 2002).

Nesse sentido, a interlocução com os demais países em desenvolvimento mostrou-se um mecanismo importante. A passagem a seguir, retirada do discurso de Jiang Zemin no 14º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, ilustra esse entendimento:

A existência da hegemonia e da política de força têm sido os obstáculos principais para a solução das questões da paz e desenvolvimento. O progresso mundial não deve ser feito à custa da pobreza e do atraso dos numerosos países em desenvolvimento por longo tempo. As drásticas mudanças e as convulsões na situação internacional contribuíram para um novo despertar dos povos do mundo. Está sendo reforçada a tendência de manutenção da independência, soberania, unidade e cooperação entre os países em desenvolvimento que têm a mesma experiência histórica. A paz no mundo, o desenvolvimento dos países, o progresso da sociedade, o florescimento da economia e a elevação do nível de vida passaram a ser uma demanda geral dos povos dos diversos países (JIANG, 2002, p. 62).

Apesar de ter abandonado o discurso de liderança dos países em desenvolvimento (desde a formulação da *28-character strategy* por Deng, após os incidentes em Tiananmen), a China manteve como ponto fundamental da sua política exterior o fortalecimento da

cooperação com os países em desenvolvimento, tendo em vista a peculiar situação econômica destes e o aumento das diferenças entre o Norte e o Sul. No informe apresentado no 15º Congresso Nacional, Jiang ressaltou: “a China, como sempre, se unirá a um amplo número de países em desenvolvimento no apoio mútuo e na estreita cooperação em todos os terrenos para salvaguardar conjuntamente seus legítimos direitos e interesses” (JIANG, 2002, p. 245).

A ênfase na interlocução com os países em desenvolvimento constituiu um dos aspectos da diplomacia chinesa, que se mostrou cada vez mais universalista. O governo incentivou o desenvolvimento de relações com todos os países, tendo como base os cinco princípios de coexistência pacífica, e ressaltou que aspectos ideológicos ou o tipo de sistema social não devem se tornar obstáculos à aproximação dos Estados (JIANG, 2002).

No período do governo Jiang Zemin, a China apresentou um maior engajamento internacional, reafirmando um papel positivo na região e internacionalmente. A influência do país nos assuntos internacionais crescia cada vez mais e o governo demonstrava uma maior apreciação sobre a importância das normas e do *soft power* na diplomacia. Goldstein (2001) identifica a formulação da “grande estratégia”, em meados de 1996, como um elemento propulsor desse cenário. Nesse sentido, o governo da China buscou contribuir positivamente às condições internacionais que conduzem ao crescimento contínuo do país, promover o multilateralismo, e reduzir a probabilidade de outros países se oporem à China.

A postura pró-ativa regional desenvolvida durante o período, transformou a percepção sobre a China, aos olhos de grande parte dos Estados da região, em um “bom vizinho, um parceiro construtivo, um ouvinte cuidadoso, e uma potência regional não ameaçadora”¹⁴. A postura do governo chinês, de não desvalorizar o *yuan*, durante a crise financeira asiática (1997-1998) contribuiu à construção da imagem de potência responsável – as únicas moedas que não foram depreciadas na região foram o dólar de Hong Kong e o *yuan* da China. A consolidação dessa imagem também está relacionada à reavaliação das instituições multilaterais pelo governo chinês e o subsequente suporte e engajamento nas organizações (principalmente a partir de 1997); ao discurso sobre a manutenção de um ambiente de paz e desenvolvimento; ao estabelecimento de parcerias estratégicas e ao aprofundamento das relações bilaterais; à expansão dos laços econômicos (numa expressiva corrente de comércio e de investimentos na região); e à redução da desconfiança no campo da segurança (por meio de medidas de *confidence building*, incentivando o diálogo entre os países e a transparência entre

¹⁴ Tradução nossa do original em inglês (SHAMBAUGH, 2004, p. 64). Segundo o autor, algumas posições alarmistas sobre a ameaça advinda do crescimento da China eventualmente vêm à tona em Hanói, Nova Deli, Cingapura, Tóquio, e Taipei, mas essas visões refletem o entendimento de uma minoria de analistas de segurança da região.

os governos). Em meio a esses acontecimentos, o crescimento da interdependência e da cooperação entre os Estados da região tem a China no centro das atividades (SHAMBAUGH, 2004).

A reassunção do exercício da soberania sobre Hong Kong (em 1º de julho de 1997) e Macau (em 20 de setembro de 1999), na condição de Regiões Administrativas Especiais, constituiu um importante avanço no esforço de reunificação da pátria¹⁵. A política de “um país, dois sistemas”, desenvolvida por Deng, delimitando o tratamento no retorno de Hong Kong, Macau e Taiwan, sustenta o alto grau de autonomia das regiões por cinquenta anos, assegurando a manutenção do sistema capitalista e o modo de vida das regiões por esse período. Taiwan, contudo, permaneceu como fonte de desconforto para o governo chinês. O tratamento pacífico da reunificação foi valorizado, mas o país não renunciou ao uso da força caso se mostrasse necessário¹⁶. O crescimento da tendência separatista na ilha e a interferência estrangeira constituíram grandes obstáculos ao esforço de reunificação do governo chinês.

As relações com a União Européia e Rússia também foram valorizadas e se aprofundaram. Quanto aos Estados Unidos, a interlocução mostrou-se problemática, abrangendo questões sobre direitos humanos, propriedade intelectual, restrições comerciais e segurança. As agendas divergentes de ambos países contribuíram na formulação desse quadro. Regionalmente, a influência chinesa cresceu, enquanto a presença norte-americana se manteve. Shambaugh (2004, p. 66) cita a colocação de um diplomata cingapureano: “os Estados Unidos podem ainda dominar a balança de poder [regional], mas não a balança de influência”¹⁷. O triângulo formado entre Japão, Estados Unidos e China apresentou-se conturbado na agenda de segurança – a cooperação entre Estados Unidos e Japão trouxe desconforto à China quanto à expansão do poder militar desses Estados na Ásia e, ainda, quanto a uma possível intervenção na defesa de Taiwan (KOKUBUN, 2002). Em adição, as percepções norte-americanas sobre a China foram alteradas de forma significativa em curtos espaços de tempo: a imagem da China modernizadora dos anos 1993 a 1995 foi substituída

¹⁵ As Regiões Administrativas de Hong Kong e Macau permanecem como porto franco e território aduaneiro separado, sendo possível, sob a denominação “Hong Kong, China” e “Macau, China”, que estas regiões desenvolvam relações econômicas com os demais Estados, regiões e organizações internacionais. A autonomia das finanças, sistema tributário, e políticas referentes às diversas áreas foram asseguradas (JIANG, 2002).

¹⁶ A diplomacia coercitiva desenvolvida entre 1995-1996 para enfraquecer a tendência separatista na ilha, efetuando exercícios militares e testes de mísseis no Estreito de Taiwan, trouxe um desconforto internacional. Estados Unidos e Japão externaram suas preocupações e, em março de 1996, duas aeronaves norte-americanas foram enviadas à região. A “grande estratégia”, elaborada em meados de 1996, constituiu uma resposta pragmática ao ambiente internacional desfavorável que havia se formado (GOLDSTEIN, 2001).

¹⁷ Tradução nossa do original em inglês. O autor não menciona o nome do diplomata.

pela imagem ameaçadora do “próximo inimigo” nos anos 1996-1997; após a crise asiática de 1997-1998, a China se tornou um importante ator e um parceiro responsável na garantia do crescimento e da estabilidade regional – contudo, a “parceria estratégica” entre os dois países mostrou-se problemática após o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado, em 1999; e, com a ascensão de George W. Bush ao governo norte-americano, a imagem da China foi alterada novamente, passando a ocupar a posição de competidor estratégico (ECONOMY; OKSENBERG, 1999).

A publicação dos *government white papers*, que expõem a posição do governo sobre temas polêmicos (como direitos humanos, a questão de Taiwan e a reunificação da China, propriedade intelectual, dentre outros), atribuiu maior transparência ao governo chinês e constituiu um importante mecanismo para articular e defender suas posições (MEDEIROS; FRAVEL, 2003). Em adição, no intuito de aprofundar as relações com os demais Estados, os dirigentes chineses efetuaram freqüentes viagens ao exterior.

O universalismo e o pragmatismo da política externa chinesa contribuíram para o maior engajamento do país no cenário internacional. O governo buscou aproveitar novas oportunidades, por meio de uma visão crítica e autônoma, para servir ao interesse nacional. O multilateralismo foi valorizado, objetivando a construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento. Nesse sentido, a interlocução com países em desenvolvimento, que dispõem de necessidades semelhantes, se mostrou importante.

Em um exercício comparativo, é possível identificar que, no período em questão (1995-2002), os governos do Brasil e da China estavam comprometidos em promover ajustes econômicos, cada qual com suas especificidades, objetivando alcançar maior excelência e estabilidade. Os entendimentos de Fernando Henrique e Jiang Zemin sobre a importância da estabilidade macroeconômica impulsionaram ambos Países na busca por elementos e a subsequente elaboração política e efetivação de reformas que se tornassem atrativos do País, em conjunto com as características já conhecidas de cada qual.

Internamente, ambos países detinham objetivos similares: a promoção da estabilidade macroeconômica e a implementação de reformas. Internacionalmente, retirando as especificidades de cada região, a condição de países em desenvolvimento conferia-lhes uma exposição a constrangimentos similares e, ainda, o anseio de melhor posicionamento e maior participação na construção da ordem internacional. Contudo, as percepções de cada governo sobre esses fatores continham particularidades.

A dualidade da natureza da política externa, a relação entre as percepções do governo sobre o interesse nacional e as perspectivas no âmbito internacional, possibilitou diferentes

arranjos na sua formulação no Brasil e na China. As percepções dos dirigentes sobre estes elementos – interesse nacional e situação internacional – e seus entendimentos de como melhor promover a inter-relação entre essas duas realidades identificaram as linhas a serem seguidas. O jogo de forças entre interesse nacional e agenda internacional que definiu as linhas da política externa brasileira resultou na ampla abertura econômica, na cooptação dos temas da agenda internacional (apesar de algumas percepções mais críticas e a denúncia de assimetrias da globalização), e num universalismo com especificidades, em que se buscou a eliminação de resquícios terceiro-mundistas (com o objetivo de inserir o país no *mainstream* internacional) e o maior engajamento regional (a atenção ao MERCOSUL, em especial à Argentina). Na China, o jogo de forças entre interesse nacional e agenda internacional impulsionou uma abertura econômica controlada, um maior engajamento no sistema a partir de uma visão crítica, diferente da simples cooptação, e a valorização do universalismo (no qual foi destacada a interlocução com países em desenvolvimento, e um maior engajamento regional, onde passou a desempenhar um papel mais positivo).

Fernando Henrique se preocupou em realizar o “dever de casa” para colher os frutos da globalização, enquanto Jiang Zemin seguiu uma abordagem mais pragmática. Fan He (2003, p. 34) faz uma associação interessante: “a China é como um estudante que nunca faz a lição de casa, mas sempre supera seus colegas nos exames”.

Durante o período (1995-2002), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve um crescimento médio de 2,33%, enquanto o PIB chinês cresceu em média 8,93%. O Gráfico 2 demonstra a evolução desses índices:

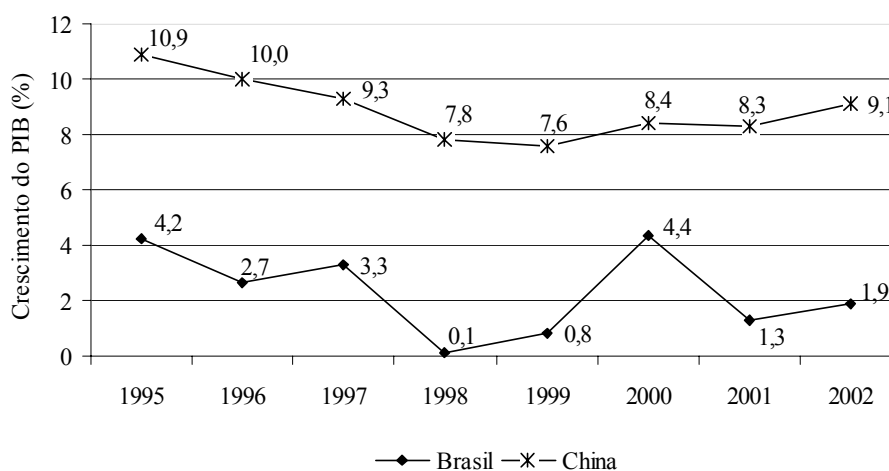


GRÁFICO 2 – Crescimento do PIB (%), Brasil e China, 1995-2002.

Fontes: BCB (2006), CHINA... (2006), NBS (2004, 2001). Elaboração própria.

Outros índices, como o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e a Taxa de Câmbio ilustram que, dentro do objetivo de promover o macrocontrole, os governos trabalhavam com indicadores diferentes. O IPC brasileiro oscilou entre 15,76% em 1996 e 8,45% em 2002 (tendo como índice mais baixo 3,20%, em 1998), enquanto o IPC chinês oscilou entre 8,32% em 1996 e -0,77% em 2002 (o índice mais baixo ocorreu em 1999, -1,41%). A Tabela 2 ilustra a evolução da taxa de câmbio média anual (valor da moeda nacional em relação ao dólar norte-americano) do Brasil e da China no período entre 1996-2002.

TABELA 2 – Taxa de câmbio (média anual), Brasil e China, 1996-2002

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Brasil (Real / US\$)	1,01	1,08	1,16	1,81	1,83	2,36	2,92
China (Yuan / US\$)	8,31	8,29	8,28	8,28	8,28	8,28	8,28

Fonte: IMF, 2006. Elaboração própria.

Apesar das identidades distintas (culturais e ideológicas), peso político e econômico próprios no cenário internacional, e da distância geográfica, o Brasil e a China compartilham realidades semelhantes na condição de grandes países em desenvolvimento e, em consequência, dispõem de interesses comuns e uma convergência na agenda externa. Conforme João Augusto Médicis (1995), então embaixador brasileiro na China, os esforços de abertura econômica e modernização em que os países se engajaram os aproximava e incentivava a ampliação da cooperação.

Nesse sentido, as visitas de alto nível mostraram-se frequentes desde o primeiro ano do governo Fernando Henrique. Jiang Zemin havia privilegiado o Brasil com a sua primeira visita na condição de chefe de Estado, em novembro de 1993. Naquele ano, Zhu Rongji havia classificado as relações sino-brasileiras como uma parceria estratégica. A visita em retribuição àquela de Jiang Zemin, programada ainda para o governo Itamar Franco (em maio de 1994), não ocorreu, e foi cancelada com apenas nove dias de antecedência. O cancelamento gerou desconforto ao governo chinês, que dedicava atenção especial ao Brasil, em particular como importante parceiro no diálogo Sul-Sul. A última visita de um presidente brasileiro à China havia sido realizada em julho de 1988, por José Sarney.

Com o objetivo de reafirmar o interesse brasileiro, dar continuidade e aprofundar as relações entre os países, foi programada uma visita oficial de Fernando Henrique à China para dezembro de 1995. Durante aquele ano, o Brasil recebeu a visita de Zhu Rongji, então vice primeiro-ministro, de Li Tieying, Ministro-Chefe da Comissão Estatal de Reformas

Econômicas, ambos em maio, e de Li Ruihuan, Presidente da Conferência Nacional da Consulta Política do Povo chinês, em junho.

Em entrevista prévia à sua viagem, Li Ruihuan defendeu a cooperação entre os países em desenvolvimento para minimizar os constrangimentos existentes no cenário internacional. Segundo Li, a ênfase dada ao campo econômico, desde o fim da Guerra Fria, não reverteu o caráter “injusto e desigual” das relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Nesse sentido, a aproximação dos países que buscam a consolidação de um ambiente internacional favorável ao seu crescimento se mostra relevante.

A América Latina representa uma das regiões mais dinâmicas do planeta no que se refere ao desenvolvimento econômico. No plano político, a região, em particular o Brasil, ocupa importante localização estratégica no mundo. O Brasil é o maior país em desenvolvimento no cenário latino-americano e a China é o maior país em desenvolvimento do mundo. Entre os dois países existem muitos pontos de identidade: estão empenhados em conseguir desenvolvimento econômico e em melhorar as condições de vida de suas populações. Portanto, a cooperação carrega um significado muito relevante para os dois países, já que entre nós não existem choques de interesses fundamentais. O que existe, sim, são dois países que se complementam. Portanto, vejo horizontes muito promissores para as relações entre os nossos países, especialmente no campo econômico (LI, H. 1995).

O governo brasileiro reafirmou aos dirigentes chineses seu comprometimento em intensificar as relações com a China, de aprofundar o conhecimento mútuo e aperfeiçoar a esfera econômico-comercial. E, nesse sentido, foi reafirmada a agenda presidencial com relação à visita a China. As transformações econômicas que estavam em curso nos países (como a estabilização e reformas estruturais) foram relatadas como novos propulsores nas relações bilaterais (LAMPREIA, 1995b, 1995d).

Anteriormente à viagem de Fernando Henrique, Ruth Cardoso foi à Pequim para participar da 4ª Conferência Mundial da Mulher, que ocorreu em setembro. A primeira-dama foi acompanhada pelo Embaixador do Brasil na China, João Augusto de Médicis.

A visita de Fernando Henrique à China ocorreu entre 12 e 17 de dezembro de 1995, sendo esse o primeiro país asiático a ser visitado pelo presidente desde o início do seu mandato. Esse movimento deveria sinalizar, conforme Fernando Henrique, o início de uma nova fase de cooperação e entendimentos entre os países. A comitiva presidencial que seguiu à Pequim foi composta por Fernando Henrique e a primeira-dama Ruth Cardoso; pelos ministros Luiz Felipe Lampreia (Relações Exteriores), José Serra (Planejamento), Dorothea Werneck (Indústria e Comércio), Israel Vargas (Ciência e Tecnologia); por Ronaldo

Sardenberg (da Secretaria de Assuntos Estratégicos); Átila Lins (vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara); e Sérgio Amaral (porta-voz). A comitiva foi acompanhada por um grupo de empresários, dentre os quais estavam representantes da Mendes Júnior, Camargo Correa, Andrade Gutierrez e CBPO (do grupo Norberto Odebrecht), visando ampliar contatos quanto à construção da Usina Hidrelétrica de Três Gargantas. As atividades da comitiva, em Pequim, incluíram a visita à Muralha da China e ao Palácio Imperial. O grupo visitou o laboratório de produção do satélite CBERES-1 e seguiu para Xian (na província de Shaanxi) e Xangai, para encontros com o governo local. Em Xangai, foram realizadas mostras, seminários e uma feira (Expo China 95), com o objetivo de ampliar o conhecimento recíproco, a presença do empresariado brasileiro no mercado chinês e de despertar o interesse de empresários chineses para oportunidades de negócios no Brasil (CARDOSO, 1995f, 1995h).

A comitiva brasileira se encontrou com Jiang Zemin, com o primeiro-ministro Li Peng e com o vice primeiro-ministro Zhu Rongji. Na ocasião dos encontros, as autoridades chinesas manifestaram o interesse de aprofundar as relações entre os países, estreitar o diálogo e de promover um aumento na corrente de comércio bilateral (que se encontrava aquém das reais possibilidades). Jiang Zemin agradeceu o apoio brasileiro na Comissão de Direitos Humanos em 1993, quando o País votou contra a proposta feita pelos Estados Unidos de punir a China por violação dos direitos humanos. O presidente chinês manifestou, ainda, apoio à reforma no Conselho de Segurança da ONU, visando uma maior representatividade dos países em desenvolvimento no órgão.

Durante sua estadia em Pequim, Fernando Henrique reiterou a prioridade atribuída pelo Brasil às relações com a China. A condição de país em desenvolvimento, com grande extensão territorial, população expressiva, e estrutura econômica diversificada; de pólos econômicos dinâmicos nas respectivas regiões e com projeção global; e de países engajados em processos de estabilização e abertura econômica, conferem ao Brasil e à China objetivos e interesses comuns a defender na comunidade internacional. Ambos precisam encontrar soluções para questões internas, como a expansão e modernização da infra-estrutura, a modernização econômica e tecnológica em compasso com a abertura econômica, a atração de investimentos produtivos, o fortalecimento do mercado interno, as disparidades regionais e da sociedade como um todo, o êxodo rural e problemas ambientais. Conforme Fernando Henrique essas realidades semelhantes deveriam constituir uma plataforma para a construção de “linhas de atuação no plano externo”:

Se, como disse, o desenvolvimento econômico é a nossa mais evidente aspiração comum, temos interesse em que o quadro internacional seja favorável aos esforços que estamos conduzindo internamente, que não lhes imponha obstáculos. Assim, a defesa de um sistema multilateral de comércio, com regras universalmente aplicáveis, deve ser objeto de nossa ação coordenada (CARDOSO, 1995g, [p. 2]).

Fernando Henrique (1995f) incentivou movimentos para intensificar fluxos comerciais bilaterais, a cooperação tecnológica (manifestando o interesse em ampliar a cooperação espacial para a produção de quatro satélites) e a cooperação política. A internacionalização de temas como meio ambiente, direitos humanos, conflitos étnicos e raciais, movimentos populacionais, desemprego, dentre outros, trazia à tona a necessidade de interlocução política e participação ativa nos processos decisórios de foros políticos e econômicos – o que, conforme o Presidente, “Brasil e China podem e devem fazer de forma coordenada” (CARDOSO, 1995g, [p. 4]). Nesse sentido, o reingresso da China na OMC se mostrava necessário, e o governo brasileiro afirmou seu apoio à iniciativa chinesa.

Durante o seminário realizado em Xangai, Fernando Henrique encorajou empresários a ultrapassarem a área tradicional de comércio de bens e investirem em setores de hidroeletricidade e infra-estrutura, por exemplo. Foi afirmado o interesse brasileiro de participar da construção da Usina Hidrelétrica de Três Gargantas e, nesse sentido, empresas brasileiras que participaram da construção do Complexo de Itaipu assinaram o Protocolo de Intenções para a formação da “*Three Gorges Brazilian Joint-Venture*”. CBPO, Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Andrade Gutierrez já prestavam assistência técnica ao projeto. Outras áreas como siderurgia, produtos farmacêuticos, tecnologia de ponta, telecomunicações, aviação civil, exploração de petróleo, meio ambiente (tratamento de água, despoluição do ar, reciclagem e reutilização do lixo), química fina, transporte fluvial, construção de portos, construção civil e conservação de florestas foram identificadas como oportunas para a extensão da cooperação bilateral (CARDOSO, 1995h).

No mesmo seminário, o Presidente brasileiro elogiou o dinamismo econômico chinês, a condução das reformas e a abertura econômica. Destacou que o Brasil e a China exportavam em meados da década de 1980 aproximadamente US\$ 27 bilhões e, naquele momento (1995), o Brasil havia alcançado a cifra de US\$ 40 bilhões, enquanto a China já ultrapassava US\$ 100 bilhões. Os investimentos em educação básica, bem-estar social, o programa de reformas, a redução dos custos de produção, o aumento da competitividade, a abertura ao capital internacional, a poupança e os investimentos na produção, e a prospecção de mercados foram apontados por Fernando Henrique como determinantes na construção daquele quadro na

China. O Brasil já havia avançado nos processos de estabilização, abertura econômica e reformas, no entanto, segundo o presidente, ainda havia muito a fazer. Os avanços obtidos até aquele momento estavam alterando o perfil de inserção internacional do país e trazendo benefícios ao relacionamento bilateral. Os avanços continuados resultariam no crescimento sustentado das relações bilaterais (CARDOSO, 1995h).

Somos ambos países em desenvolvimento com dimensões continentais e de grande população. Temos diversificados recursos naturais e uma significativa projeção regional e internacional. Buscamos, Brasil e China, participar de forma mais competitiva dos fluxos mundiais de comércio, investimentos e de tecnologia, o caminho mais direto para o verdadeiro progresso social de nossos povos.

A força dessas identidades impulsiona, assim, o desejo de cooperarmos para o fortalecimento de nossa parceria estratégica, que haverá de traduzir-se em mais comércio, mais intercâmbio cultural, e em maior capacidade de influir na nova ordem mundial que se desenha na alvorada do Século XXI (CARDOSO, 1995i, p. 1).

Foram assinados, durante a viagem presidencial, o Memorando de entendimento sobre Cooperação nas áreas de Rádio e Televisão; o Protocolo de entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério dos Recursos Hídricos da China sobre Cooperação econômica, científica e tecnológica em pequenas centrais hidrelétricas; o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação científica e tecnológica e ao Acordo de cooperação econômica e tecnológica na área de intercâmbio de especialistas para a cooperação técnica; a Ata de entendimento sobre o fortalecimento e a expansão da Cooperação Tecnológica Espacial Brasil-China; o Acordo sobre Quarentena Vegetal; e o Acordo sobre Segurança Técnica relacionada ao desenvolvimento conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres.

Durante o ano de 1996, Delio de Assis Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, e Benedito Onofre Bezerra Leonel, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Brasileiras, visitaram a China em maio e junho, respectivamente. Wu Yi, Ministra do Comércio Exterior e Cooperação Econômica, coordenou a visita de uma grande delegação de empresários chineses à América Latina, com início no mês de junho, passando por Cuba, México, Peru, Chile, Argentina, Uruguai e, finalmente, Brasil (REISS, 2000). O primeiro-ministro Li Peng esteve no País em novembro, quando foi assinado o Acordo sobre a Manutenção do Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China. Na ocasião, Fernando Henrique discursou sobre as áreas com potencial para cooperação (infra-estrutura básica, energia, petroquímica, comunicações e espacial), sobre o processo de abertura econômica dos países, que tem se traduzido em

aumento de comércio bilateral, reafirmou o compromisso brasileiro com o patrimônio de realizações no campo político, econômico-comercial, e o desejo de promover um salto qualitativo das relações sino-brasileiras (CARDOSO, 1996c).

Entre 6 e 11 de maio de 1997, Li Lanqing, vice primeiro-ministro chinês, visitou o Brasil e se encontrou com Fernando Henrique. Em abril daquele ano, Zhang Wannian, vice-presidente do Comitê Central Militar da China veio ao Brasil.

Em outubro de 1998, o Chefe do Estado-Maior do Exército Popular da Libertação da China, Fu Quanyou, esteve no Brasil. Em dezembro de 1998, Lampreia realizou uma visita oficial à China e se encontrou com Zhu Rongji. Na ocasião, foram assinados ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica.

Durante o ano de 1999, estiveram na China o Ministro da Cultura, Francisco Weffort, em maio, e o comandante do Exército Brasileiro, Gleuber Vieira, em julho. O Ministro de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota Sardenberg, seguiu para Taiyuan (na província de Shanxi), em outubro, para acompanhar o lançamento do satélite CBERS 1. Em dezembro de 1999, o vice presidente, Marco Maciel, juntamente com sua esposa, Ana Maria, o chefe da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Ivan Cannabrava, e o presidente da Radiobrás, Carlos Zarur, foram recebidos em Pequim, no dia 15, por Hu Jintao (já na condição de vice-presidente). Foi assinado o Acordo sobre a Extensão da Jurisdição do Consulado-Geral do Brasil em Hong Kong à Região Administrativa Especial de Macau. Marco Maciel participou de encontros empresariais em Shanghai e seguiu para Macau, onde participou da cerimônia de reassunção do exercício de soberania sobre a região e do estabelecimento oficial da Região Administrativa Especial de Macau.

Em setembro de 2000, na ocasião da vinda do Ministro das Relações Exteriores Tang Jiaxuan ao Brasil, foi assinado o Protocolo de Cooperação em Tecnologia Espacial, que, considerando os êxitos até então alcançados pela cooperação sino-brasileira naquela área, firmava o comprometimento das partes em desenvolver uma segunda geração de satélites (CBRES 3 e 4).

Nos dias 11 e 12 de abril de 2001, Jiang Zemin realizou sua segunda visita ao Brasil. O dirigente chinês chegou ao país em um momento delicado, em meio ao impasse com o governo norte-americano sobre a colisão do avião de espionagem EP-3E com um caça chinês e sobre a liberação dos 24 tripulantes e do próprio avião (que se encontravam na ilha de Hainan, onde foi feito o pouso de emergência). O incidente havia ocorrido no dia 1º de abril e Jiang Zemin estava envolvido, desde o início do mês, em um programa de visitas oficiais na

América Latina (o Presidente já havia cumprido as agendas na Argentina, Chile, onde participou da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe, e Uruguai; após a visita ao Brasil, seguiu para Venezuela e Cuba). O governo norte-americano chegou a pedir a intercessão brasileira no caso, como havia feito aos governos da Argentina, Chile e Uruguai. A liberação dos tripulantes ocorreu no dia 11 de abril após a entrega de uma carta pelo Embaixador dos Estados Unidos em Pequim, Joseph Prueher, para o ministro das Relações Exteriores chinês, Tang Jiaxuan. Na carta, o governo norte-americano disse que “sentia muito” pelo incidente. Na tarde daquele dia, Jiang chegou ao Brasil acompanhado pela sua esposa, Wang Yeping, do vice primeiro-ministro, Qian Qichen, e sua esposa, Zhou Hanqiong¹⁸.

O embaixador da China no Brasil, Wang Yongxiang, ressaltou que a visita de Jiang Zemin expressou a grande importância atribuída ao País e à intensificação das relações bilaterais. Segundo Wang, o Brasil e a China encaram desafios similares frente à onda de multipolarização e globalização econômica que se encadeou e, nesse sentido, o estreitamento da cooperação se mostra vantajosa:

Os líderes dos dois países têm uma visão de longo alcance. Vão construindo e desenvolvendo o relacionamento e a parceria estratégica, o que significa muito para as cooperações Sul-Sul, para a manutenção da paz, para o desenvolvimento mundial e para o estímulo ao estabelecimento de uma nova ordem política e econômica internacional (WANG, Y. 2001, [p. 1]).

A visita de Jiang objetivou enfatizar a singularidade do relacionamento com o Brasil, seu principal parceiro na América Latina, e injetar novo ânimo na parceria estratégica sino-brasileira, por meio do incremento do intercâmbio econômico-comercial, da confiança mútua e da cooperação nas diversas áreas. Já no aeroporto de Brasília, Jiang (2001) discursou sobre os abundantes recursos naturais e o grande potencial de desenvolvimento brasileiro, que conferem ao país um papel de destaque no cenário regional e internacional. Ressaltou os objetivos conjuntos de desenvolver a economia, enriquecer o povo e fortalecer o país, bem como, de contribuir à manutenção da paz mundial e à promoção do progresso. Conforme Jiang, desde o estabelecimento da parceria estratégica, no início da década de 1990, a cooperação bilateral tem sido incrementada de forma significativa em todas as áreas.

¹⁸ Fernando Henrique cumprimentou Jiang pela boa condução do impasse e mencionou o telefonema feito pelo governo norte-americano.

A agenda dos encontros incorporou temas como a situação política e econômica da América Latina e Ásia, a diversificação da cooperação científico-tecnológica, a ampliação dos fluxos econômico-comerciais e a cooperação em organismos multilaterais. Jiang Zemin ressaltou que os maiores países em desenvolvimento do hemisfério leste e oeste têm a obrigação de desempenhar um papel positivo no cenário internacional. O aumento da cooperação, da coordenação política, e conseqüente aprofundamento da parceria estratégica entre o Brasil e a China têm um significado singular na composição de forças dos países em desenvolvimento e, ainda, para o estabelecimento de uma nova ordem política e econômica internacional justa. O presidente chinês propôs ao governo brasileiro, seguindo a linha do seu discurso na Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe, a unidade e a manutenção de consultas para melhor defender os interesses mútuos no plano internacional. Para remeter maior significado à parceria estratégica, Jiang sugeriu, ainda, o estreitamento da cooperação econômico-comercial, política e científico-tecnológica. (JIANG..., 2001; JIANG, 2002).

A China e o Brasil, apesar de serem geograficamente tão distantes, são unidos estreitamente pelo objetivo idêntico de vitalizar a economia nacional, elevar o nível de vida do povo e salvaguardar a paz e a estabilidade do mundo. [...] A China dá grande importância ao desenvolvimento das relações com o Brasil. No atual contexto mundial caracterizado por evolução contínua de multipolarização e globalização econômica, terá ainda maior importância quando nós, os maiores países em desenvolvimento, respectivamente da Ásia e América Latina, tratamos com a visão estratégica e de longo alcance a cooperação estratégica entre os nossos países (JIANG, 2002, p. 504).

Fernando Henrique reafirmou o interesse brasileiro em aprofundar as relações com a China, dada a ampla convergência de interesses. Ressaltou que era possível identificar oportunidades de cooperação comercial e de investimentos nos próprios esforços em direção ao desenvolvimento econômico de ambos. O desenvolvimento na região Oeste da China e a necessidade de investimentos em infra-estrutura no Brasil materializam oportunidades. Quanto ao intercâmbio comercial, Fernando Henrique incentivou a inclusão de itens com alto valor tecnológico, como aqueles produzidos pela indústria aeronáutica brasileira, que dispõem de vantagens comparativas (naquele momento, a Embraer negociava a venda de aeronaves para empresas chinesas de aviação). Quanto às cifras da corrente de comércio, o presidente brasileiro salientou a capacidade de incremento das trocas entre os países, com base na dimensão e no dinamismo das duas economias (CARDOSO, 2001b).

Contudo, Fernando Henrique não se limitou aos aspectos econômicos. Salientou que a parceria estratégica se projeta sobre diversos temas políticos no plano internacional, constituindo um mecanismo importante na construção de uma nova ordem. Afirmou a aspiração brasileira pelo estabelecimento de uma ordem multipolar, que permita a difusão da prosperidade e do conhecimento entre os países (CARDOSO, 2001b).

O governo brasileiro expressou sua satisfação pela proximidade do ingresso da China na OMC e seu interesse em acelerar a efetivação dos entendimentos bilaterais sobre o comércio de soja. Expressou, ainda, o anseio pela atualização das Nações Unidas, para reafirmar a legitimidade da organização. O governo chinês, por sua vez, agradeceu o apoio brasileiro à entrada da China na OMC e, mais uma vez, agradeceu a posição brasileira adotada na ONU frente às discussões sobre direitos humanos na China – a abstenção do Brasil durante as votações sobre violação de direitos humanos é vista como favorável aos chineses (CARDOSO, 2001b).

Ainda em 2001, em junho, o governo brasileiro recebeu a visita do Conselheiro de Estado, Ismail Amat. Em dezembro de 2001, o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, esteve na China (também estiveram na China o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, em novembro de 2000, e o governador do Distrito Federal Joaquim Roriz, em fevereiro de 2002).

Em abril de 2002, uma delegação comercial brasileira, composta por 112 empresários participou da Feira Comercial do Brasil em Xangai. Coordenado pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, embaixador Sérgio Amaral, o grupo de empresários contou, ainda, com a presença do presidente do BNDES, Eleazar de Carvalho Filho e de uma delegação do Ministério da Saúde. Conforme Lafer (2002c), aquela viagem constituiu uma clara demonstração da alta prioridade atribuída pelo Brasil à parceria econômico-comercial com a China. Tang (2002) destacou o momento oportuno em que a feira foi realizada, logo após a entrada da China na OMC. Na ocasião da visita, foi assinado o Memorando sobre Cooperação Industrial que estabeleceu mecanismos de consulta para estimular a produção e a utilização de álcool carburante como combustível na China, e para estimular a cooperação em outros setores estratégicos como minério de ferro, aço, agroindústria, software e medicamentos.

Durante 2002, autoridades chinesas vieram ao Brasil para tratar da cooperação bilateral em tecnologia espacial e em tecnologia aplicada à área de defesa. Neste sentido, o governo brasileiro recebeu, em abril, o Vice-Ministro, Zhang Guobao, ligado à Comissão para o Desenvolvimento e Planejamento Estatal, e o presidente da Baogang (maior siderúrgica

chinesa), e, em junho, recebeu o presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional (COSTIND), Liu Jibin. E, em junho de 2002, o General Marcello Rufino dos Santos, chefe do Estado Maior do Exército, seguiu para a China (LAFER, 2002c).

Entre 1995 e 2002 os governos mantiveram as reuniões de consultas políticas entre as chancelarias e, tendo em vista as potencialidades da interlocução política, havia a perspectiva de fortalecimento dos canais institucionais por intermédio da criação da Comissão de Alto Nível e do Conselho Empresarial Brasil-China (efetivados no governo posterior) (LAFER, 2002b).

O governo de Fernando Henrique concentrou esforços na promoção da estabilidade macroeconômica, identificada como principal fator de influência sobre a inserção internacional do país. Nos entendimentos do governo, desvios políticos e econômicos teriam altos custos no plano internacional. Nesse sentido, o ajuste ao processo de abertura econômica que havia sido encadeado e a cooptação dos temas centrais da agenda internacional, conforme os princípios de cumprimento do “dever de casa” e de reciprocidade, seriam traduzidos em reconhecimento internacional e, conseqüentemente, viriam a promover uma nova inserção. Para posicionar o país no *mainstream* internacional o governo buscou o distanciamento de articulações com os países em desenvolvimento, ou melhor, das formas de contestação com maior significado político. Esse posicionamento, juntamente com a atenção despendida ao Mercosul, em especial à Argentina, e às preocupações em torno das negociações da ALCA limitaram, em grande medida, os resultados extraídos da cooperação sino-brasileira (tendo como base o conteúdo da parceria estratégica).

Houve avanços claros e significativos na área científico-tecnológica e econômico-comercial, apesar das trocas comerciais ainda permanecerem aquém do verdadeiro potencial dos países, e houve a convergência de interesses nos fóruns multilaterais. Contudo, as percepções do governo sobre como interagir com os condicionantes externos impediu-o de avançar no diálogo político com a China. Fernando Henrique concentrou os esforços despendidos à China, sobretudo, na área econômico-comercial, de singular importância, no entanto deixou de lado movimentos concretos no campo político. Enquanto Jiang Zemin estimulava a interação entre os países em desenvolvimento e apontava o Brasil como um dos principais parceiros na construção da nova ordem, Fernando Henrique respondia com tímidos movimentos, mostrou-se articulado, crítico a alguns constrangimentos do sistema, mas não concretizou o pragmatismo retórico.

A seguir, propomos a leitura da parceria estratégica em três vertentes: econômica e comercial, política e científico-tecnológica. Na vertente econômica e comercial é analisada a

corrente de comércio bilateral. Na vertente política é analisada a cooperação na ONU (no Conselho de Segurança e na Assembléia Geral), na OMC e FOCALAL. Na vertente científico-tecnológica é realizada uma breve explanação sobre a cooperação espacial tida como exemplar dentre países em desenvolvimento.

3.1 Vertente Econômica e Comercial

Durante o período de análise (1995-2002), Fernando Henrique e Jiang Zemin estavam envolvidos em projetos nacionais de reformas econômicas, visando a consolidação de um ambiente favorável para o desenvolvimento interno, que se tornasse um atrativo do país, juntamente com as características já conhecidas. A economia assumia um importante papel e, conforme Fernando Henrique, constituiu o principal fator de poder no mundo pós-Guerra Fria (CARDOSO, 2004).

O dinamismo econômico da China tem voltado a atenção da comunidade internacional para os acontecimentos naquela região. A abertura gradual sob a ótica do regime socialista forneceu as bases para um crescimento sustentado, desde o final da década de 1970, quebrando paradigmas e fórmulas prontas para o desenvolvimento econômico. Sob o pensamento de emancipar a mente e buscar a verdade nos fatos, tomando a prática como único critério para comprovar a verdade, foram promovidas reformas na economia do país que, apesar do crescimento já efetivado, tem um potencial ainda longe de ser preenchido.

As dimensões do mercado chinês e a sua produtividade são fatores que conferem ao país um grande peso na economia mundial. Conforme Jiang (2002, p. 247), o “amplo mercado interno é a nossa maior vantagem”. E, nesse sentido, a promoção de reformas que objetivam o desenvolvimento econômico-social vem aumentar esse patrimônio do país.

Os ganhos da economia socialista de mercado têm se traduzido em reconhecimento internacional e bem-estar social. A combinação entre crescimento econômico e os programas de redução de pobreza alteraram o percentual, de 49% para 6,9%, da população vivendo com uma remuneração de um dólar por dia, no período 1981-2002. O índice de consumo, que mede o percentual da população com gasto de um dólar por dia, apresentou uma alteração no percentual de 31,5% para 12,5% entre 1990 e 2002 (WANG *et al*, 2004).

O relacionamento sino-brasileiro, no período 1995-2002, foi mais intenso no campo econômico, apesar da retórica indicar movimentos na interlocução política (o ensaio do

Estado Logístico). A complementaridade das economias conduziu ao aumento substancial da corrente de comércio. Contudo, os índices apresentados e a concentração da pauta de exportações e importações em determinados produtos indicam que havia espaço para um crescimento maior do comércio entre ambos.

No decorrer do período, o Brasil, que ocupava a posição de 17º maior fornecedor da China em 1995, passou a ocupar a posição de 19º maior fornecedor em 2002, mantendo-se, contudo, como o principal fornecedor da China na América Latina (NBS, 1996, 2003).

Entre 1995 e 2002 o Brasil passou de 25º para 26º maior importador de mercadorias chinesas. Entre 1995 e 1998, foi o principal destino das exportações chinesas na América Latina. Nos anos seguintes registrou cifras inferiores ao Panamá (em 1999 e 2000) e México (a partir de 2000), tornando-se o segundo maior mercado importador na região a partir de 2001 (NBS, 1996, 2000, 2001, 2003).

Entre 1995 e 2002 a China passou de 11º para 4º principal destino das exportações brasileiras (logo após Estados Unidos, Holanda e Alemanha). O salto significativo ocorreu em 2001 quando as exportações para aquele país registraram um aumento de 75,27% com relação a 2000 (quando a China passou de 12º para 6º maior importador brasileiro). Entre 1995 e 2001, a China foi o segundo maior mercado importador de produtos brasileiros da Ásia – o Japão foi o primeiro. Em 2002, as exportações para a China cresceram 32,51% com relação a 2001, ultrapassando o valor importado pela Argentina e Japão (BRASIL, 1990-2006).

Com relação às importações brasileiras, a China passou de 11º para 7º maior fornecedor durante o período. O salto quantitativo ocorreu a partir de 2000, quando as importações originárias da China passaram a crescer de forma constante (BRASIL, 1990-2006).

A implementação do Plano Real, a introdução da nova moeda (em julho de 1994) e a subsequente valorização cambial, aliada à redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias de importação, promovidas desde o início da década de 1990, representaram um grande estímulo às importações e, em contrapartida, comprometeram as exportações. A falta de isonomia nas tratativas das políticas de importação e exportação contribuiu para a inversão da balança comercial brasileira, que se manteve deficitária entre 1995 e 2000. Em adição, deficiências na infra-estrutura, a limitação dos recursos de financiamento e a excessiva tributação, pesaram sobre as exportações brasileiras (IEDI, 2000a, 2000b).

A apreciação do câmbio e a abertura econômica aumentaram artificialmente a renda real e promoveram o aumento do consumo. A estabilização econômica impulsionou os investimentos nas indústrias e o aumento dos gastos do governo (como o reajuste de salários).

Porém as altas taxas de juros (que eram elevadas com a finalidade de atrair capitais de curto prazo para equilibrar a balança de pagamentos) combinadas com a baixa arrecadação e o aumento dos gastos do governo contribuíram para o crescimento do déficit público (NASSIF, 2002).

Com relação ao comércio, foram realizados alguns movimentos para a correção das assimetrias. O crescimento excessivo das importações, durante os primeiros meses de 1995, levou o governo a implementar medidas temporárias, como o aumento das alíquotas do Imposto de Importação sobre um conjunto de bens de consumo durável. Nesse sentido, também foi implementada a política de desvalorização cambial gradual, dentro do sistema de bandas. A política de abertura comercial objetivou modernizar a estrutura produtiva do país para promover um ganho de competitividade e, posteriormente, possibilitar um maior dinamismo nas exportações (MENSAGEM, 1996, 1997). Conforme Celso Lafer, os movimentos do governo foram caracterizados pelo realismo crítico:

Compreendeu-se tal fenômeno [a globalização] como um dado da realidade, mas entendeu-se, em contrapartida, que ele não impõe respostas ou rumos inexoráveis aos Estados. A forma de reagir à transnacionalização dos processos produtivos e dos fluxos financeiros depende das escolhas nacionais. A escolha do Brasil foi de aproveitar o espaço criado pela globalização para modernizar sua estrutura produtiva e expandir a capacidade exportadora, sem ignorar o risco de que as assimetrias do processo (que não são poucas) terminem por acirrar a desigualdade entre os países ricos e o mundo em desenvolvimento (LAFER, 2002b, p. 3).

De forma paralela, foram promovidas medidas de incentivo às exportações, como o aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos oficiais de financiamento – PROEX e FINAMEX / BNDES-Exim¹⁹; a criação da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), em novembro de 1997; a dinamização da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e sua incorporação ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; a criação do Programa Especial de Exportações (PEE), em setembro de 1998, como instrumento para promover o diálogo entre o governo e o setor privado; a desoneração tributária das exportações por meio da restituição do IPI, PIS e COFINS e da isenção do ICMS na exportação de produtos primários e semi-elaborados; o lançamento do Seguro de

¹⁹ Proex é o programa de financiamento às exportações de bens e serviços concedidos pelo Banco do Brasil. Finamex, que passou a ser denominado BNDES-Exim em 1997, é o programa de financiamento às exportações de bens e serviços do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), concedido pelas instituições cadastradas.

Crédito à Exportação (SCE), em agosto de 1999; e os investimentos na modernização dos portos (MENSAGEM, 1996, 1997, 1999; IEDI, 2000a).

Contudo, o déficit público manteve um crescimento constante. O estrangulamento do governo era tamanho que, em 1998, ano em que ocorreu a maior arrecadação com as privatizações, os US\$ 37,5 bilhões recebidos foram utilizados para bancar a dívida pública. Em outubro de 1998, o governo recorreu ao FMI, e a contrapartida do empréstimo recebido foi a implementação de um novo regime fiscal. Foram estipuladas metas de superávit fiscal de 3,1% do PIB em 1999, 3,3% do PIB em 2000, e 3,4% em 2001 (vale lembrar que em 1995 e 1996 o governo havia registrado saldos negativos de -0,1% e -1,0% do PIB, respectivamente, e em 1997 o saldo foi zero). Foi estipulada, ainda, a redução da dívida líquida (diferença entre a dívida bruta e os ativos financeiros do governo, como as reservas cambiais) de 50%, 53% do PIB para 46,5% do PIB em 2001 (NASSIF, 2002).

Essas medidas trouxeram a disciplina fiscal, sobretudo após a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu princípios para garantir a sustentabilidade do regime (NASSIF, 2002). Por outro lado, a disciplina fiscal assegurou a elevação da carga tributária, que passou de 25,3% em 1993 para, aproximadamente, 36,0% em 2002. Nesse sentido, o governo, que buscava um “Estado menor”, promoveu a efetivação de um “Estado maior” ao aumentar a carga tributária e se apropriar de parcelas crescentes da renda gerada pela indústria nacional (MUNHOZ, 2005).

Durante o governo Fernando Henrique não houve a racionalização das despesas do setor público. Para aumentar a receita, o governo aumentou encargos sobre a sociedade, comprometendo a competitividade e a expansão da economia (NASSIF, 2002). Nesse sentido, as exportações brasileiras tiveram maior incentivo somente a partir da adoção do regime de câmbio flutuante em 1999. As desvalorizações, em 1999 e 2001, corrigiram a tendência deficitária da balança comercial brasileira, que passou a apresentar superávits crescentes a partir de 2001 – mesmo com a suspensão da desoneração tributária e a redução dos recursos para o financiamento às exportações em 1999 (IEDI, 2000a, 2002a).

O comércio com a China seguiu esta tendência, acumulando déficits a partir de 1996 e recuperando a tendência de produzir superávits a partir de 2001. O Gráfico 3 demonstra a evolução do intercâmbio comercial brasileiro com a China entre 1990 e 2002.

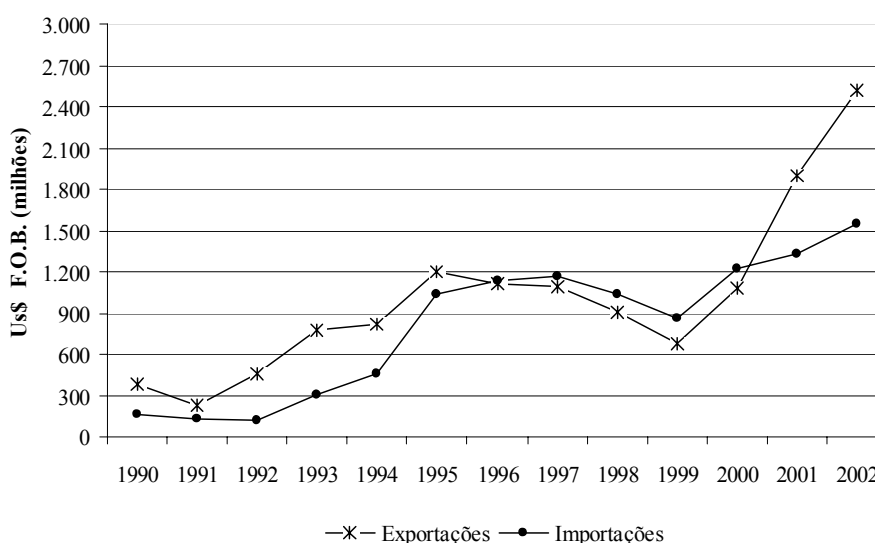


GRÁFICO 3 – Intercâmbio Comercial entre Brasil e China, 1990-2002

Fonte: BRASIL, 1990-2006. Elaboração própria.

Em 1995, a pauta de exportações brasileiras para a China apresentou uma composição na qual três capítulos da NBM (Nomenclatura Brasileira de Mercadorias) corresponderam a 70,83% das mercadorias exportadas. O capítulo 15, referente a gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, representou 46,46% das exportações – neste capítulo se enquadram as exportações de óleo de soja, em seu estado bruto (45,76%) e refinado (0,70%). O capítulo 26, referente a minérios, escórias e cinzas participou com 13,19% do total exportado, enquanto o capítulo 17, referente a açúcares e produtos de confeitaria, participou com 11,18%. Os capítulos seguintes, que somaram 13,74% das exportações, corresponderam ao 72 (ferro fundido, ferro e aço) e 87 (veículos automóveis, tratores e suas partes e peças), responsáveis por 8,01% e 5,72% do total exportado, respectivamente (BRASIL, 1990-2006).

O ano de 1999 apresentou o menor volume de exportações para a China do período 1995-2002. Contudo, dentre os 16 capítulos da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul)²⁰ que corresponderam a 94,69% das exportações brasileiras para a China em 1999, somente cinco capítulos sofreram quedas no período 1995-1999, enquanto os demais onze registraram altas significativas. Neste sentido, a acentuada queda nos cinco capítulos de maior volume (15, 72, 87, 84 e 85) comprometeram o total das exportações brasileiras para a China, mesmo com o aumento significativo nos demais capítulos (BRASIL, 1990-2006).

²⁰ Entre janeiro de 1989 e dezembro de 1995, a NBM (Nomenclatura Brasileira de Mercadorias) foi utilizada para a codificação e classificação das mercadorias no Brasil e, a partir de janeiro de 1996, a NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) passou a ser utilizada.

O valor das exportações do capítulo 15, que engloba óleo de soja no estado bruto e refinado, passou de US\$ 559 milhões em 1995 para US\$ 47 milhões em 1999 (valores F.O.B.), representando uma queda de 91,40% no período. As exportações de veículos automotores, tratores e suas partes e peças (capítulo 87) reduziram em 92,58% no período. As exportações dos capítulos 84, 85 e 72 apresentaram os menores índices já em 1998 e, a partir de 1999, passaram a se recuperar. As exportações de caldeiras, máquinas e outros aparelhos mecânicos (capítulo 84), passaram de US\$ 47,64 milhões em 1995 para US\$ 18,04 milhões em 1998 (valores F.O.B.), totalizando uma redução de 62,13% no período. As exportações de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (capítulo 85), passaram de US\$ 27,44 milhões em 1995 para US\$ 5,73 milhões em 1998 (valores F.O.B.), acumulando uma queda de 79,11%. As exportações de ferro fundido, ferro e aço (capítulo 72) passaram de US\$ 96,47 milhões em 1995 para US\$ 15,86 milhões em 1998 (valores F.O.B.), acumulando uma queda de 83,56%.

Em 1999, cinco capítulos corresponderam a 73,53% da pauta das exportações para a China: capítulo 26 (minérios, escórias e cinzas), com 36,48%; capítulo 12 (sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes), onde se enquadram as exportações de grãos de soja, com 16,46%; capítulo 47 (pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas), com 7,77%; capítulo 15 (gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais), com 7,11%; e o capítulo 24 (fumo e sucedâneos manufaturados), com 5,69% (BRASIL, 1990-2006).

A partir de 1999, fatores internos e conjunturais contribuíram para o aumento efetivo do comércio entre o Brasil e a China. A retração do principal mercado brasileiro, a América Latina, em especial a dos países do MERCOSUL, reduziu o volume de exportações para esses países e, conseqüentemente, conduziu os exportadores brasileiros a um esforço de prospecção de novos mercados, visando compensar a queda das exportações regionais (IEDI, 2004). Entre 1999 e 2002, a participação do MERCOSUL no total das exportações brasileiras passou de 14,12% para 5,48%. No mesmo período, a participação da China no total das exportações brasileiras passou de 1,41% para 4,18% (BRASIL, 1990-2006).

A desvalorização cambial impulsionou o desempenho das exportações brasileiras, conferindo maior competitividade aos produtos e, dessa maneira, contribuiu positivamente à diversificação dos mercados. A entrada da China na OMC, em setembro de 2001, garantiu a redução de barreiras tarifárias, não-tarifárias e de subsídios, dinamizando o acesso ao mercado daquele país. Nesse sentido, segundo o Ministério da Fazenda (BRASIL, 2002), a exportação de soja e produtos siderúrgicos para a China recebeu grande impulso.

Entre 2000 e 2002, as exportações totais para a China apresentaram crescimentos constantes, atingindo em 2001 e, posteriormente, em 2002, os maiores índices registrados até

aquele momento. A desvalorização cambial, a diversificação de mercados e a abertura chinesa contribuíram para o aumento das exportações como um todo e para a recuperação das exportações dos capítulos comprometidos entre 1995 e 1999: os capítulos 84, 85 e 72 recuperaram o fôlego a partir de 1999 e superaram os índices de 1995 em 2001 (capítulos 84 e 85) e 2002 (capítulo 72); o capítulo 87 superou o índice de 1995 já em 2000; enquanto o capítulo 15 manteve quedas até 2001, quando registrou US\$ 5,37 milhões (F.O.B.), e passou a se recuperar em 2002 (BRASIL, 1990-2006).

A pauta de exportações de 2002 manteve a composição de 1999, ou seja, os mesmos cinco capítulos corresponderam a 72,02% das exportações, apresentando, contudo, um ordenamento diferenciado e valores significativamente mais altos. O capítulo 12 (sementes e frutos oleaginosos, grãos e sementes) correspondeu a 32,76% das exportações para a China – sendo 32,75% referente a grãos de soja. O capítulo 26 (minérios, escórias e cinzas) representou 24,16%; o capítulo 72 (ferro fundido, ferro e aço), 5,56%; o capítulo 15 (gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais), 5,01%; e o capítulo 47 (pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas), 4,53% (BRASIL, 1990-2006). No APÊNDICE D são apresentados os produtos brasileiros que tiveram maior representatividade na composição da pauta de exportação para a China em 2002, ordenados conforme os capítulos da NCM. Para realizar um exercício comparativo, foram incluídos os valores de exportação de cada capítulo em 1995 e 1999.

A concentração da pauta de exportações brasileiras para a China em soja, óleo de soja, minério de ferro e produtos de siderurgia (ferro fundido, ferro e aço) reflete a alta demanda chinesa por esses produtos, a estratégia das empresas transnacionais (baseada na idéia de eficiência global), e a competitividade da produção brasileira. A entrada da China na OMC dinamizou o mercado de soja internacional e abriu possibilidades à produção brasileira. A China é um dos maiores importadores do complexo, enquanto o Brasil é o segundo maior produtor e sua produtividade ultrapassa a norte-americana (maior produtor mundial). Em 2002, a Bunge Alimentos S/A (maior fornecedor mundial de soja da China), Cargill Agrícola S/A e ADM Exportadora e Importadora S/A (subsidiária do grupo Archer Daniels Midland) destacaram-se na pauta de exportações brasileiras pelo volume comercializado com a China, situando-se entre os seis maiores exportadores do país para aquele destino (BRASIL, 2002).

O crescimento econômico chinês tem demandado grande volume de importações de minério de ferro e produtos de siderurgia. Nesses mercados a China ocupa a posição de maior comprador mundial (produtos de siderurgia) e segundo maior comprador mundial (minério de ferro). A concentração do teor de ferro no minério de ferro brasileiro, somada ao baixo custo

por tonelada, confere ao Brasil uma vantagem comparativa naquele mercado. Em 2002, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Minerações Brasileiras Reunidas S/A (MBR) e Samarco Minerações S/A, somadas às empresas citadas anteriormente, constituíram o grupo das seis empresas com maior participação nas exportações brasileiras para a China (representando 40,54% do total exportado) (BRASIL, 2002).

O aço brasileiro também se destaca internacionalmente, devido ao elevado teor de ferro do minério, à alta qualidade do carvão utilizado (importado da China por *drawback*) e à maior excelência, adquirida por meio dos acordos de assistência técnicas com as maiores siderúrgicas mundiais. Destacaram-se, nesse setor, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), líder mundial na produção de placas de aço, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), detentora de vantagens na produção do aço semimanufaturado (custo 50% mais baixo que as aciarias norte-americanas), e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), cujo valor da produção de aço acabado corresponde a 40% do norte-americano (BRASIL, 2002).

Contudo, a concentração das exportações brasileiras para a China nestes setores não deve ser interpretada como determinante de indisposição do mercado chinês para a importação de produtos com maior valor agregado ou intensivos em tecnologia. Notadamente, a pauta de importações da China é composta em sua grande parte por produtos manufaturados. Em 2002, enquanto a soja e os óleos vegetais corresponderam, respectivamente, a 0,84% e 0,47% do total das importações gerais da China, o minério de ferro e aço em rolos corresponderam a 0,94% e 4,19%. Em contrapartida, os produtos mecânicos e elétricos foram responsáveis por 52,70% do total importado, seguidos por óleo cru (4,32%), aço em rolos (4,19%), máquinas de processamento de dados e componentes (2,28%), produtos refinados de petróleo (1,29%), papel (1,20%), poliestireno (1,09%), veículos e chassis (1,08%) e partes de motores de veículos (1,01%) (NBS, 2004).

A pauta de importações brasileira de produtos originários da China apresentou, no período 1995-2002, uma composição diversificada, concentrando-se em determinados capítulos da NCM no final do período, sem apresentar, contudo, um período prolongado de quedas consecutivas como aquele identificado nas exportações. O valor total exportado para a China acumulou uma queda de 43,83% entre 1996 e 1999 (tomando 1995 como ano base). Conforme especificado anteriormente, essa queda resultou da redução das exportações de determinados capítulos da NCM (15, 72, 87, 84 e 85), enquanto grande parte dos demais apresentou aumentos significativos. Entre 2000 e 2002, o valor das exportações registrou um crescimento de 272,77% (tendo 1999 como ano base).

O valor total das importações brasileiras de produtos originários da China registrou um aumento de 124,75% de 1994 a 1995. Entre 1995 e 1998, o valor das importações se manteve em torno de US\$ 1,1 bilhão. Em 1998, foi registrada a primeira queda e, em 1999, a segunda, acumulando uma redução de 25,83% no período (tomando 1997 como ano base). Em 2000, as importações se recuperaram, acumulando até 2002 um crescimento de 79,62% (tomando 1999 como ano base).

Em 1995, doze capítulos da NBM representavam 76,56% do total de importações originárias da China. O capítulo 85 (referente a máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes) correspondeu a 18,57% das importações; o capítulo 95 (brinquedos, jogos, artigos para divertimento e esportes) a 9,96%; o capítulo 29 (produtos químicos orgânicos) a 8,83%; e o capítulo 62 (referente a vestuário e seus acessórios, exceto malha) a 7,09% (BRASIL, 1990-2006).

Em 2002, sete capítulos da NCM representavam 75,49% do total das importações de produtos chineses. O capítulo 85 (referente a máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes) permaneceu com a maior parcela do comércio, com 29,29%. O capítulo 27 (combustíveis, óleos e ceras minerais) representou 14,52% das importações; o capítulo 29 (produtos químicos orgânicos) correspondeu a 10,68%; e o capítulo 84 (caldeiras, máquinas e outros aparelhos mecânicos) representou 10,53% (BRASIL, 1990-2006).

Dentre os principais capítulos da NCM que compõem a pauta de importações brasileiras originárias da China é possível observar, no período 1995-2002, uma expressiva redução nas importações de bens de consumo (capítulos 95, 87, 64, 62, 61, 07), exceto os capítulos 90 e 42, enquanto a importação de bens intermediários e bens de capital (capítulos 85, 84, 73, 54, 32, 29, 27, 28), registrou um aumento expressivo, exceto o capítulo 39, mesmo após a desvalorização cambial. O APÊNDICE E apresenta os produtos que tiveram maior representatividade na composição da pauta de importações brasileiras originárias da China em 2002, ordenados conforme os capítulos da NCM. Para realizar um exercício comparativo, foram incluídos os valores de importação de cada capítulo em 1995 e 1999.

A concentração da pauta de importações originárias da China em material eletro-eletrônico (que se enquadra no capítulo 85) e carvão mineral (capítulo 27) reflete as estratégias das empresas transnacionais que atuam no primeiro mercado e a excelência da produção chinesa no último. A entrada da China na OMC dinamizou esses setores e, em decorrência, impulsionou o deslocamento dos mercados fornecedores, como a Malásia (para produtos eletro-eletrônicos) e a Austrália (carvão mineral), que perderam espaço para a produção chinesa. As empresas transnacionais que atuam no mercado de materiais eletro-

eletrônicos utilizam-se da integração vertical, onde cada unidade da transnacional – situada em regiões diferentes, de acordo com as relações de produtividade – cumpre uma etapa na produção da mercadoria ou envia componentes para a unidade montadora. No Brasil, a Philips da Amazônia Indústria Eletrônica Ltda, instalada em Manaus, é uma das principais importadoras de materiais eletro-eletrônicos que, em transações *intercompany*, importa das filiais instaladas na China (Beijing Philips Áudio/Vídeo) e Hong Kong RAE (Philips Electronics Hong Kong Ltd) e conclui o processo produtivo para venda dos produtos no mercado brasileiro e para exportações. Essas importações contam, ainda, com benefício fiscal concedido na Zona Franca de Manaus. Outras empresas que se enquadraram nesse perfil e detiveram grande volume de importações da China, foram a Motorola Industrial Ltda e a Nokia do Brasil Tecnologia Ltda. (BRASIL, 2002).

Quanto ao carvão mineral, a China é o segundo maior exportador mundial do setor. A qualidade e os baixos custos da produção chinesa (que conta com incentivos governamentais) beneficiam os importadores brasileiros. Grande parte do carvão importado da China é utilizado na produção de aço destinado à exportação e conta com benefícios do *drawback*. As principais importadoras brasileiras desse setor, em 2002, foram a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (Usiminas), a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e a Companhia Siderúrgica de Tubarão (BRASIL, 2002).

Durante o período 1995-2002, o volume dos investimentos diretos aumentou significativamente e contribuiu para o incremento das relações comerciais. No Brasil, pode ser destacada a instalação da Zhuhai Gree Electronic Appliance Inc., fabricante de ar-condicionados em Manaus, em maio de 2001, e das empresas de telecomunicações Huawei Technologies S/A (Campinas – SP), em 1999, e ZTE Corporation (Barueri – SP), em 2002. Em 1995, foi formada a *joint-venture* Embraco Snowflake, em Pequim, para a produção de compressores herméticos para refrigeração. Em novembro de 2001, a *joint-venture* entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Baogang Steel criou a BaoVale, para a produção de minérios específicos. Em 2002, a *joint-venture* entre Embraer e a China Aviation Industry Corporation II (AVIC II) criou a Harbin Embraer Aircraft Industry Co. Ltd (HEAI), para a produção do modelo ERJ-145. Deve ser destacada, ainda, a participação de empresas brasileiras na construção da Usina Hidrelétrica de Três Gargantas. A Siemens do Brasil ganhou a licitação para o fornecimento de seis turbinas geradoras (FUJITA, 2003; WANG, Y. 2001).

Apesar dos significativos avanços no volume de comércio entre os países, a concentração das pautas de exportação e importação em determinados produtos, em

comparação com o dinamismo das economias, indica a possibilidade de aprofundamento da relação. Dirigentes chineses e brasileiros externaram durante o período que, em função do potencial econômico de ambos países, as cifras de comércio ainda deixavam a desejar. Durante o período 1995-2002, a China adquiriu uma posição importante nas pautas de exportações e importações brasileiras. O Brasil, por sua vez, perdeu posições nas pautas chinesas, se manteve como maior fornecedor na América Latina, mas tornou-se, no final do período, o segundo maior importador de mercadorias chinesas da região (algumas posições atrás do México).

A comparação dos índices brasileiros e chineses de crescimento das exportações e importações totais demonstra o grande dinamismo da economia chinesa no período. Enquanto as exportações totais da China passaram de US\$ 151,05 bilhões em 1996 para US\$ 325,59 bilhões em 2002, o total das exportações brasileiras passou de US\$ 47,75 bilhões em 1996 para US\$ 60,36 bilhões em 2002 (valores F.O.B.). O montante das importações chinesas passou de US\$ 138,83 bilhões em 1996 para US\$ 295,17 bilhões em 2002, enquanto as importações totais brasileiras passaram de US\$ 56,79 bilhões para US\$ 61,13 bilhões, entre 1996 e 1998, chegando a US\$ 49,72 bilhões em 2002 em função da desvalorização cambial (valores C.I.F) (IMF, 2006).

A ausência de uma política comercial fortemente vinculada à promoção das exportações é indicada por analistas como fator determinante do tímido desempenho brasileiro, principalmente quando comparado com os modelos asiáticos intensivos em exportações. A ausência de mecanismos de incentivo às exportações, a alta incidência tributária e a precariedade da infra-estrutura, o “custo Brasil”, comprometeram a evolução significativa do comércio exterior brasileiro no período (IEDI, 2000a, 2000b).

Keng (1999) vincula diferentes variáveis não-econômicas para diferenciar o crescimento econômico chinês daqueles registrados na América Latina, Leste Europeu e Sudeste Asiático: a relativa estabilidade política e social; o alto nível de poupança; as reformas eficazes combinadas com forte autoridade administrativa; e o aproveitamento do ambiente internacional favorável.

3.2 Vertente Política

A forte presença brasileira nos organismos multilaterais, característica diplomática histórica, constitui o principal mecanismo de ação do País desprovido de poder para a defesa de seus interesses na comunidade internacional. Nos anos 1990, o desígnio de substituir a ordem foi alterado e, desde então, a diplomacia brasileira reuniu esforços para participar de forma construtiva na definição dos parâmetros da ordem pós-Guerra Fria (CERVO, 2002).

Desde o início do governo Fernando Henrique a cooptação dos temas da agenda internacional foi acompanhada pela crítica às assimetrias do processo de globalização e ao déficit de governança existente. As percepções do governo sobre a transposição da ênfase político-ideológica para a ênfase no campo econômico (comércio internacional, fluxos de investimentos e tecnologia) e na integração, que caracterizou o período pós-Guerra Fria, contribuiu para um maior engajamento do País nas discussões econômicas (LAMPREIA, 1996).

O governo manteve um discurso crítico, defendendo que a elevada interdependência existente entre as nações tornava necessária a efetivação de mecanismos de governança internacional. Quanto à ONU, o País teve uma participação ativa, defendeu a modificação da sua estrutura a fim de ampliar a legitimidade do organismo, ao passo que, abandonou o discurso pela obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança. Fernando Henrique externou, desde 1995, sua preocupação sobre a exposição das economias nacionais à especulação e à volatilidade dos fluxos financeiros e sobre as distorções do comércio internacional, materializadas no protecionismo dos países desenvolvidos. Quanto à OMC, o início de uma nova rodada de negociações, Doha, e a entrada da China conferiram um aspecto global ao organismo e mais força de articulação aos países em desenvolvimento.

O Brasil procurou contribuir ativamente “para a construção de uma ordem internacional fundada em normas acordadas coletivamente e não, ao contrário, na ‘lei do mais forte’” (LAMPREIA, 1998, p. 15). A atuação externa brasileira objetivou a formação de um ambiente de paz, propenso ao desenvolvimento e que assegurasse a participação das nações nos processos decisórios que influem sobre suas relações com os demais países e, internamente, sobre seus esforços de estabilização e crescimento econômico. Nesse sentido, a participação ampliada das nações em desenvolvimento pressupõe a reforma dos organismos e dos procedimentos multilaterais e, para tanto, as parcerias asseguram e reforçam a projeção dos interesses comuns.

A criação do Foro de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL) consolidou mecanismos de interlocução entre as regiões, possibilitando a cooperação em diversas áreas. Brasil e China participaram da criação desse Foro, ampliando suas vias de cooperação.

Serão abordados nos subitens que seguem a atuação brasileira no Conselho de Segurança e na Assembléia Geral da ONU; a nova rodada de negociações da OMC, Doha, e a entrada da China nesse organismo; e as linhas gerais do trabalho desenvolvido no FOCALAL.

3.2.1 Organização das Nações Unidas (ONU)

As alterações na geometria de poder, correlações de forças e, conseqüentemente, no relacionamento entre as nações, intensificadas com o fim da Guerra Fria, remeteram uma importância crescente ao *soft power* e alimentaram o anseio pela ampla participação nos fóruns decisórios do sistema, a fim de reduzir os constrangimentos existentes e tornar possível a defesa dos interesses nacionais de forma equilibrada entre as nações.

Nesse sentido, o Brasil e a China externaram suas aspirações sobre a reforma do organismo. A construção de uma ordem internacional legítima, propícia à paz e ao desenvolvimento, foi condicionada à adaptação da estrutura e dos métodos de trabalho do organismo, à ampliação da sua representatividade e à garantia de efetiva participação universal. A manutenção do diálogo e a cooperação entre países com interesses comuns, como Brasil e China, mostraram-se importantes ferramentas para reforçar a projeção dos seus interesses e minimizar as disparidades do sistema. O trecho abaixo, retirado do discurso de Jiang Zemin na Conferência de Cúpula do Milênio da ONU, em 06 de setembro de 2000, retrata esse entendimento:

O desenvolvimento da situação internacional rumo à multipolarização constitui a necessidade do progresso da época, corresponde aos interesses dos povos de todo o mundo e favorece a paz e a segurança mundiais. [...] Os países do Terceiro Mundo só poderão minimizar os riscos eventualmente acarretados pela globalização econômica e realizar seu progresso e prosperidade através da intensificação na cooperação Sul-Sul. [...] A comunidade internacional deve prestar grande atenção e ajudar os países em desenvolvimento a formarem e elevarem sua própria capacidade de desenvolvimento, em vez de limitar-se a obter recursos, mercados e lucros nos países em desenvolvimento (JIANG, 2002, p. 410- 411).

Fernando Henrique manteve em pauta a necessidade de reforma do Conselho de Segurança que, com China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia como membros permanentes, ainda reflete a geometria de poder de 1945. Contudo, o país não se mobilizou para adquirir um assento permanente. A ênfase nas questões econômicas (a preferência por maior engajamento em um mecanismo econômico) e o objetivo de evitar um desgaste político com a Argentina (que demonstrou desconforto sobre a possível candidatura brasileira) contribuíram ao posicionamento brasileiro. Foi considerado que a eventual condição de membro permanente exigiria grande engajamento, político e militar, naquele organismo, afastando o país de suas prioridades e onerando sua contribuição financeira. A passagem a seguir, extraída do discurso de Lampreia (1997b, p. 5) ao Congresso Nacional retrata esse entendimento:

É evidente que não desejamos que essas prioridades brasileiras [a atuação na OMC e o relacionamento intrabloco, em especial, com a Argentina], que todos reconhecem e que se traduzem em dados macro-econômicos e em projeção internacional do país, sejam afastadas adversamente, seja pela incidência conflitiva de outros temas, como é o caso da reforma do Conselho de Segurança, seja pelo desvio desproporcional da atenção que devemos dar a essas prioridades.

Esperava-se, em 1995, no cinquentenário da ONU, movimentos concretos em direção às reformas. Em 1996, Ismail Razali, que presidiu a 51ª Assembléia Geral, realizou amplas consultas e propôs um projeto flexível de ampliação do Conselho de Segurança: a incorporação de cinco novos membros permanentes (dois países desenvolvidos e três em desenvolvimento) e cinco não-permanentes. O projeto engloba duas etapas: a aprovação de uma resolução pelo Conselho de Segurança, definindo o formato do novo Conselho e, posteriormente, a votação na Assembléia Geral para a indicação dos novos membros permanentes. O governo norte-americano revisou sua posição tradicional e passou a defender a entrada da Alemanha e Japão, juntamente com três países em desenvolvimento, originários da América Latina, África e Ásia. A eleição de Kofi Annan para Secretário-Geral durante o período 1997-2001 e sua reeleição para 2002-2006 favoreceu o diálogo sobre a questão, por se dizer favorável à adaptação do sistema à nova dinâmica internacional (LAMPREIA, 1997b).

Quanto aos temas da agenda internacional, houve uma grande mobilização em 2000 quando a Assembléia Geral adotou, por consenso, a Declaração do Milênio (A/Res/55/2), que estabeleceu metas para elevar as condições de vida das populações pobres e auxiliar os países

a atingir um nível maior de desenvolvimento. A declaração marcou o compromisso dos 191 Estados-membros a cumprir os objetivos do milênio até 2015, sendo: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Também deve ser destacada a Conferência de Monterrey, realizada em março de 2002, que resultou na adoção de um consenso sobre o financiamento para o desenvolvimento.

Durante o governo Fernando Henrique, o Brasil participou como membro não-permanente do Conselho de Segurança no biênio 1998-1999. Em 1998, foram adotadas 73 resoluções, sendo 68 por unanimidade. O Brasil aprovou todas as resoluções. A China se absteve em quatro referentes à República Federal da Iugoslávia (1160, 1199, 1203, 1207) e uma referente ao Haiti (1212). As resoluções 1160 e 1199 se referiam ao Capítulo VII da Carta da ONU e solicitavam solução política para a questão de Kosovo e o cessar das hostilidades; a resolução 1203 solicitou cumprimento das duas anteriores; e a resolução 1207 solicitou a execução do mandato de prisão emitido pelo Tribunal Penal Internacional de três indivíduos com conexões ao massacre de Vukovar, de novembro de 1991. A resolução 1212, sobre o Haiti, reafirmou a importância da polícia na consolidação da democracia e revitalização do sistema de justiça no país e estendeu a Missão de Polícia Civil da ONU, MIPONUH, até novembro de 1999. A Rússia foi o único país a acompanhar a China em dois votos (absteve-se na resolução 1203 referente à RFI e na 1212 referente ao Haiti) (U.S...., 1998-2000).

Em 1999, 67 resoluções foram apresentadas e 65 foram adotadas (55 por unanimidade e 3 por aclamação). O *draft* de resolução sobre a extensão em seis meses do mandato da Força de Deslocamento Preventivo da ONU (UNPREDEP) na Antiga República Iugoslava da Macedônia foi vetado pela China, que considerava o mandato como cumprido, não havendo a necessidade de extensão (nessa votação a Rússia se absteve e os demais membros, inclusive o Brasil, apresentaram votos afirmativos). O *draft* de resolução para o fim do uso da força contra a República Federal da Iugoslávia, baseado nos capítulos VII e VIII da Carta da ONU, recebeu apenas três votos afirmativos (da China, Rússia e Namíbia) e não foi adotado. A China descreveu a questão do Kosovo como assunto interno e a ação da OTAN como uma violação à Carta da ONU e ao direito internacional (U.S...., 1998-2000).

Naquele ano, o Brasil apresentou 66 votos positivos e apenas um negativo (para o *draft* sobre o fim do uso da força contra a RFI, que não foi adotado). Além dos dois votos

mencionados inicialmente, a China apresentou 60 votos positivos e se absteve em cinco resoluções: 1239 e 1244 (sobre a RFI), 1249 (sobre a admissão de Nauru), 1280 e 1284 (sobre o Iraque). As duas resoluções sobre o Iraque, 1280 e 1284, referiam-se, respectivamente, à extensão em sete dias do programa *oil-for-food* e à substituição da Comissão Especial da ONU (UNSCOM) pela Comissão de Monitoramento, Verificação e Inspeção (UNMOVIC). A resolução 1249, sobre a admissão de Nauru como novo membro da ONU, contou com a abstenção da China, com base no descumprimento da resolução 2857 (de 1971), que reconhece a China como único e legítimo Estado representante do povo chinês (Nauru reconhece Taiwan como tal). A resolução 1239, sobre a RFI, referiu-se à recomendação de ajuda humanitária aos refugiados de Kosovo – a China se absteve, pois a resolução não solicitava um cessar fogo imediato. Ao fim da campanha aérea da OTAN no Kosovo, a resolução 1244, de 10 de julho, recomendou, com base no capítulo VII, a solução política e a suspensão da violência e repressão por parte da RFI na região. A China se absteve, pois não foram mencionados na resolução os danos civis causados pelo bombardeio da OTAN e por considerar que a resolução não impôs as restrições necessárias ao invocar o capítulo VII. A Rússia acompanhou a China abstendo-se na votação das resoluções 1239, 1280, 1284, enquanto a Malásia a acompanhou, abstendo-se na 1280 e 1284 (U.S....., 1998-2000).

Durante o biênio de participação brasileira no Conselho de Segurança da ONU, grande parte dos votos seguiram certa unidade, retratando entendimentos comuns entre os membros. Em 1998, a China e a Rússia foram os únicos membros a se absterem em alguma votação. Em 1999, questões sobre Kosovo, Iraque e Haiti (abstenção da Rússia) reduziram a equidade dos votos. Entre Brasil e China, em 1998, houve a coincidência de 68 votos, do total de 73 (este padrão seguiu para todos os membros, exceto para a Rússia, que teve 70 votos em comum). Em 1999, Brasil e China compartilharam 60 votos, do total de 67. Sem questionar as percepções que levaram à coincidência ou divergência de votos entre ambos, cabe realizar uma reflexão sobre as resoluções 1249 (admissão de Nauru) e 1244 (referente a RFI). Os movimentos da China no Conselho de Segurança refletem, em grande parte, seus entendimentos sobre a coexistência pacífica e, em especial, a não interferência nos assuntos internos. A questão de Taiwan permanece como grande fonte de desconforto do país e determina muitos movimentos da China naquele fórum, em especial, na caracterização de situações como “assuntos internos”. Esse entendimento explica parcialmente a divergência entre China e Brasil naqueles dois anos. A abstenção nas votações é uma ferramenta política que não produz o desgaste da negativa, mas sinaliza que o país tem suas ressalvas. Nesse sentido, seguiram-se as abstenções da China. As resoluções 1249 e 1244, em especial,

tocaram em pontos sensíveis: Taiwan e o bombardeio da embaixada chinesa. Sem sugerir um alinhamento acrítico em função da parceria estratégica, questionamos a indiferença brasileira nestes dois pontos – a eventual abstenção brasileira na votação de ambas sinalizaria a solidariedade do país com as causas.

Quanto à Assembléia Geral, onde grande parte das resoluções é adotada por consenso, aproximadamente 20% das resoluções passaram pelo processo de votação entre 1995 e 2002 (no período este índice variou de 17% a 21%). Houve grande mobilização da comunidade internacional para temas pertinentes à globalização, desenvolvimento, direitos humanos e volatilidade do mercado financeiro, além dos temas relacionados à segurança. Entre o Brasil e a China houve grande convergência em temas econômicos e de desenvolvimento e alguma divergência nos temas relacionados à segurança. Nos parágrafos seguintes são exemplificados, por meio dos votos nas resoluções, algumas áreas de convergência e divergência entre os países²¹.

As resoluções sobre *Direito ao Desenvolvimento* (A/Res/50/184 e A/Res/51/99) foram adotadas por consenso, em dezembro de 1995 e 1996, enfatizando a importância de esforços concretos no nível nacional e internacional para remover os obstáculos ao desenvolvimento. Os Estados foram mobilizados a promover e proteger os princípios do direito ao desenvolvimento, conforme a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (A/Res/41/128, de 1986) e a Conferência sobre Direitos Humanos de Viena (realizada em 1993, reafirmando o direito ao desenvolvimento como direito universal e inalienável e como parte integral dos direitos humanos fundamentais).

Em dezembro de 1997, a resolução *Direito ao Desenvolvimento* (A/Res/52/136) reafirmou as delimitações das resoluções anteriores, que vinham sendo adotadas por consenso desde 1990, e acrescentou que a retórica sobre os direitos humanos não deveria ser utilizada como instrumento de protecionismo econômico. Solicitou aos Estados a remoção das barreiras que se enquadram nessa situação e reafirmou que o desenvolvimento constitui um direito humano fundamental. A resolução foi à votação e foi aprovada com 129 votos a favor, 12 contra e 32 abstenções. O Brasil e a China contribuíram para sua aprovação. A comissão norte-americana, por sua vez, apresentou um voto negativo, justificado pelo entendimento de que tais aspectos deveriam ser discutidos nas instituições de Bretton Woods e na OMC e, ainda, de que o direito ao desenvolvimento não deveria ser considerado equivalente aos direitos humanos e políticos básicos definidos na Declaração Universal dos Direitos

²¹ As informações que seguem, a respeito das resoluções e dos votos dos países sobre cada qual, vêm da consulta realizada às próprias resoluções e aos relatórios de votação, conforme disponibilizado por UN, 1990-2005.

Humanos. Em dezembro de 1998, a resolução A/Res/53/155 apresentou as mesmas delimitações daquela exposta em 1997. Esperava-se a adoção por consenso, contudo, a delegação norte-americana solicitou a votação, repetindo as ressalvas anteriores e acrescentando que um mandato relacionado ao desenvolvimento não deveria ser somado ao trabalho da Comissão de Direitos Humanos da ONU. A resolução foi aprovada com 125 votos a favor (incluindo os votos do Brasil e da China), 01 contra (Estados Unidos) e 42 abstenções. Em dezembro de 1999, a resolução A/Res/54/175 passou pelo mesmo processo, sendo aprovada com 119 votos a favor (incluindo Brasil e China), 10 contra (incluindo o voto norte-americano) e 38 abstenções. Em 2000, a resolução A/Res/55/108 não contou com a cláusula que denunciava as medidas unilaterais como mecanismo de entrave à realização plena dos direitos humanos, inclusive o direito ao desenvolvimento, e foi aprovada por consenso.

Em 2001, a resolução sobre *Direito ao Desenvolvimento* (A/Res/56/150) não contou com a cláusula de denúncia mas acrescentou, dentre outros itens, a importância da consideração e avaliação de fatores como o comércio internacional, acesso à tecnologia, boa governança e equidade internacional e a sobrecarga da dívida externa sobre os direitos humanos. A resolução foi aprovada com 123 votos a favor, 04 contra e 44 abstenções. Em 2002, a resolução A/Res/57/223 manteve o *link* entre esferas econômicas, comerciais, financeiras internacionais e a realização do direito ao desenvolvimento. Reconheceu, ainda, a necessidade da abertura dos mercados aos países em desenvolvimento, inclusive para produtos agrícolas, serviços e manufaturados. A resolução foi aprovada com 133 votos a favor, 04 contra e 47 abstenções. Ambas resoluções contaram com o voto afirmativo do Brasil e China, ao passo que o voto norte-americano permaneceu negativo.

De caráter similar, as resoluções sobre *Medidas Econômicas unilaterais como meio de coerção política e econômica contra países em desenvolvimento*, que urgiram a eliminação das medidas unilaterais coercitivas, considerando o impacto negativo sobre o comércio e desenvolvimento, contaram com o apoio sino-brasileiro. As resoluções sobre *Direitos Humanos e Medidas Coercitivas*, que solicitaram a suspensão das medidas econômicas coercitivas vinculando-as à questão dos direitos humanos, também contaram com o apoio de ambos. Em contrapartida, a delegação norte-americana apresentou votos negativos para essas resoluções, por considerar as sanções econômicas como instrumentos legítimos de política externa diante de comportamentos considerados inaceitáveis. Seguindo este entendimento, as resoluções sobre o embargo norte-americano à Cuba, da suspensão das medidas extraterritoriais, contaram com o apoio sino-brasileiro e a negativa norte-americana

(notadamente, essa resolução teve amplo apoio da comunidade internacional, e negativas das delegações norte-americana, israelense e das Ilhas Marshall).

Em dezembro de 1999, a resolução sobre *Sistema Financeiro Internacional Estável* (A/Res/54/197) externou as preocupações sobre as crises financeiras, ressaltou a necessidade da criação de mecanismos de proteção, em especial para os países mais vulneráveis, a importância de políticas econômicas coordenadas para o crescimento e estabilidade internacional, e da manutenção do diálogo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e entre o Conselho Econômico e Social e as instituições de Bretton Woods. A resolução foi aprovada com 155 votos favoráveis e 01 contra (dos Estados Unidos, por considerar que a resolução interferia no curso normal dos negócios e das instituições financeiras internacionais e, ainda, ultrapassava o mandato da Assembléia Geral).

Em dezembro de 2000, a resolução sobre *Globalização e Direitos Humanos* (A/Res/55/102), ressaltou que o impacto da globalização sobre os direitos humanos e a distribuição desigual dos seus benefícios podem ser equalizados com o esforço conjunto da comunidade internacional. O tema permaneceu em pauta e foi retomado nas sessões dos anos posteriores. As resoluções A/Res/56/165 e A/Res/57/205, de dezembro de 2001 e 2002, mantiveram os termos da anterior e buscaram maior mobilização internacional. Em 2002, foi aceito o relatório da Comissão de Direitos Humanos sobre a globalização e seu impacto sobre os direitos humanos. Foi ressaltada, ainda, a necessidade de manter um trabalho contínuo relacionando a globalização com os direitos humanos. As três resoluções foram adotadas contando com os votos positivos do Brasil e da China, e com as negativas da comissão norte-americana²².

Em 2002, as resoluções sobre *Direitos da Criança* (A/Res/57/190) e sobre a *Luta contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e intolerâncias relacionadas* (A/Res/57/195) também contaram com os votos favoráveis do Brasil e da China. Ambas resoluções foram aprovadas: a primeira contou com 175 votos a favor e 02 contra (onde se enquadrou o voto norte-americano); e a segunda contou com 173 votos a favor, 03 contra (novamente com o voto norte-americano) e 02 abstenções.

As diferenças nos votos do Brasil e da China na Assembléia Geral naquele período referem-se, em grande parte, aos temas de segurança, como nos relatórios da AIEA (em 1997

²² A resolução A/Res/55/102 (de 2000) foi aprovada com 112 votos a favor, 46 contra e 15 abstenções. Em 2001, a resolução A/Res/56/165 foi aprovada com 116 votos a favor, 46 contra e 09 abstenções. Em 2002, a resolução A/Res/57/205 foi aprovada com 124 votos a favor, 52 contra e 05 abstenções.

e 1998), as resoluções sobre desarmamento nuclear (de 1998 a 2000) e alguns casos de denúncia à violação dos direitos humanos.

Os relatórios da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), envolvendo a Coreia do Norte e Iraque, contaram com o voto positivo do Brasil e a abstenção da China em 1997 e 1998. Em 1999, o relatório foi aprovado com o apoio de ambos e, em 2000, foi adotado por consenso.

As resoluções sobre a *Nova Agenda para o Desarmamento Nuclear* (A/Res/53/77Y, de 1998, A/Res/54/54G, de 1999, e A/Res/55/33C, de 2000) chamaram os Estados detentores de armamentos nucleares a demonstrarem comprometimento com a eliminação das armas e o cumprimento do artigo VI do Tratado de Não-Proliferação. As resoluções foram aprovadas com o voto positivo do Brasil nos três anos, com a abstenção da China em 1998 e 1999, com o voto positivo chinês em 2000, e com as negativas da delegação norte-americana nos três anos. Em 2001, a resolução sobre *Desarmamento Nuclear* (A/Res/56/24R) contou com o apoio sino-brasileiro. E, em 2002, a resolução sobre *Desarmamento Nuclear* (A/Res/57/78) externou a importância de movimentos concretos para a implementação do TNP, como o estabelecimento de um comitê *ad hoc* na Conferência sobre o Desarmamento e o estabelecimento de um programa com tempo limite para o desarmamento nuclear. Naquele ano a resolução foi aprovada com 156 votos a favor, 02 contra (onde se enquadraram o voto norte-americano) e com 13 abstenções (incluindo do Brasil e da China).

As divergências nos casos de denúncia à violação dos direitos humanos, referiram-se às resoluções contra o Sudão, Irã, Iraque, Antiga República Iugoslava da Macedônia, Cuba, Kosovo, Bósnia-Herzegovina, Croácia e República Federal da Iugoslávia, e República Democrática do Congo. Nestes casos o Brasil apresentou votos afirmativos, exceto para Cuba e Irã (em 2000 e 2001), quando se absteve. A China apresentou votos negativos nas resoluções sobre Cuba, Irã e Sudão; nos demais casos se absteve.

As resoluções envolvendo questões sobre a democracia também suscitaram diferenças entre os votos brasileiros e chineses. A resolução sobre o papel da ONU na promoção da democracia (A/Res/52/129), de dezembro de 1997, que recomendou a assistência eleitoral prestada pela ONU conforme a solicitação dos Estados, foi aprovada com 157 votos a favor (incluindo o brasileiro) e 15 abstenções (incluindo a chinesa). Uma resolução similar, de dezembro de 2000, para promover e consolidar a democracia (A/Res/55/96), chamando os Estados a estabelecer um sistema eleitoral com eleições periódicas legítimas, com a participação dos indivíduos, respeitar os direitos humanos, e ampliar a *rule of law*, foi

aprovada com 157 votos a favor (incluindo o voto brasileiro) e 16 abstenções (incluindo a chinesa).

Além dos temas listados, deve ser destacada a área da saúde. A grande mobilização da comunidade internacional sobre os problemas relacionados ao vírus HIV/AIDS levou o tema à Assembléia Geral. As resoluções adotadas por consenso naquele fórum, demandando o comprometimento dos Estados na luta contra o vírus, são reflexo do amplo trabalho desenvolvido na Comissão de Direitos Humanos. Nesse sentido, cabe ressaltar a atuação brasileira no último fórum, com a aprovação da resolução *Acesso a Medicamentos no Contexto de Pandemias como HIV/AIDS* (2001/33), na 57ª sessão da Comissão de Direitos Humanos, em 23 de abril de 2001. A proposta da delegação brasileira foi aprovada com 52 votos a favor (incluindo da China) e 01 abstenção (dos Estados Unidos). A resolução transpassou entraves pertinentes à propriedade intelectual, assegurando o acesso a medicamentos diante de pandemias como o HIV/AIDS, com base na plena realização dos direitos humanos (que inclui o direito à saúde física e mental).

Entre 25 e 27 de junho de 2001, foi realizada a 26ª sessão especial da Assembléia Geral, que adotou a Declaração de Compromisso sobre HIV/AIDS (S-26/2) e contou com a participação do Ministro da Saúde, José Serra. Na ocasião, Serra falou sobre as políticas desenvolvidas pelo governo na luta contra o vírus, destacando a produção dos genéricos no país. A partir de 2002, a Assembléia Geral aprovou resoluções sobre a implementação da Declaração de 2001²³.

A atuação do Brasil e da China na ONU, em especial na Assembléia Geral, confirma a proximidade de seus interesses. O Brasil e a China compartilham a identidade de países em desenvolvimento, buscam o crescimento econômico-social e, para tanto, têm de lidar com as assimetrias do sistema e os constrangimentos impostos pelas economias mais desenvolvidas. As posições norte-americanas, sobretudo quanto à realização dos direitos humanos, materializam essas distorções. A retórica e a prática norte-americana desvinculam as esferas econômicas, comerciais e financeiras internacionais da realização do direito ao desenvolvimento, e este último dos direitos humanos fundamentais. Nesse sentido, medidas

²³ Na Assembléia Geral, o tema HIV/AIDS foi abordado em 2000, com as resoluções sobre *Revisão do Problema do HIV/AIDS* (A/Res/54/283 e A/Res/55/13), resgatando a discussão realizada em 1989 (resolução A/Res/44/233). Em fevereiro de 2001, a resolução A/Res/55/242 estabeleceu parâmetros para a realização da 26ª sessão especial, em junho daquele ano, que adotou a resolução S-26/2, intitulada Declaração de Compromisso sobre HIV/AIDS. Em março de 2002, a resolução A/Res/56/264 solicitou ao Secretário Geral a elaboração de um relatório sobre os progressos com relação a implementação da Declaração de 2001, a ser apresentado na 57ª sessão da Assembléia Geral (naquele ano) e submetido a votação. A resolução A/Res/57/299, referente ao relatório, foi apresentada em dezembro de 2002 e aprovada por consenso. A questão do acesso a medicamentos, aprovada pela Comissão de Direitos Humanos, foi levada à Assembléia Geral somente em 2003.

coercitivas e distorções de comércio, aparecem como ferramentas legítimas de política externa, para servir ao interesse nacional norte-americano em detrimentos não somente do interesse nacional de outro país mas, nos casos dos países em desenvolvimento, em detrimento da plena realização dos direitos básicos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento e à saúde.

Este cenário retrata a importância da articulação entre países como Brasil e China, a importância da parceria estratégica fundamentada sobre o objetivo de assegurar condições para a realização dos potenciais para alcançar o desenvolvimento sócio-econômico.

3.2.2 Organização Mundial do Comércio (OMC)

As questões econômicas constituíram o foco principal do governo Fernando Henrique. No exercício do multilateralismo, a atuação na OMC apareceu como principal ferramenta para a defesa dos interesses do país no sistema. O anseio pela equalização das práticas de comércio, pela efetivação de um sistema justo e equilibrado levou a um maior engajamento na instituição: “na OMC, o Brasil defende interesses concretos, mensuráveis, que afetam diretamente o nível de emprego, a sua capacitação tecnológica e econômica, a sua capacidade de atrair investimentos produtivos, a sua capacidade de participar com benefícios do comércio internacional” (LAMPREIA, 1997b, p.5).

As críticas do governo remetiam-se, principalmente, às assimetrias de poder na definição e aplicação das regras internacionais de comércio. A globalização, que trouxe desafios de eficiência e competitividade, manteve, por outro lado, os diferenciais de poder que moldam o sistema. Houve uma intensa valorização do multilateralismo para a correção das assimetrias: “as questões comerciais e financeiras não podem ser resolvidas por um apelo ao fundamentalismo de mercado, menos ainda a um fundamentalismo de mercados distorcidos pelo protecionismo e pelos subsídios” (CARDOSO *apud* LAFER, 2002b, p. 4).

A consolidação da OMC, em 1995, como sucessora do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) gerou grande entusiasmo quanto à formação de um sistema de comércio dotado de regras justas e benéficas aos países em desenvolvimento. Contudo, a tentativa frustrada de iniciar uma nova rodada de negociações reduziu aquele sentimento inicial e contribuiu à construção de uma visão mais realista do sistema. O mecanismo de reciprocidade defendido pelo governo não encontrava resposta dos países desenvolvidos (CERVO, 2001).

Conforme Lampreia (2001), o fracasso no lançamento da rodada do milênio, em novembro de 1999, durante a III Conferência Ministerial em Seattle, atribuiu-se à falta de interesse dos países desenvolvidos, que já haviam obtido aquilo que desejavam na Rodada Uruguai. Ao fracasso de Seattle, somou-se o temor pelo ressurgimento do protecionismo, que comprometeria ainda mais o sistema econômico mundial, frente às já existentes áreas de incerteza, como a volatilidade dos fluxos de capitais, que carecem de marcos regulatórios consistentes (LAFER, 2002a).

O anseio do governo brasileiro pelo lançamento de uma nova rodada de negociações derivava, não apenas das distorções existentes entre os capítulos do acordo, mas também das preocupações sobre as negociações da ALCA e entre o Mercosul e a União Européia. Os Estados Unidos e a União Européia não se mostravam dispostos a efetivar concessões significativas na agricultura e expressavam que suas políticas agrícolas (que contam com amplo fomento à produção e à promoção das exportações) seriam alteradas somente no contexto da OMC (LAFER, 2002a).

Em adição, os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 transformaram as percepções sobre a paz e a segurança internacional e geraram a preocupação sobre a militarização da agenda internacional, em detrimento das prioridades nos campos social, econômico, ambiental e humano. O Brasil e a China se solidarizaram com os acontecimentos, mas expressaram a preocupação sobre os possíveis reflexos na agenda internacional, que não poderiam constituir um ponto de inflexão nos avanços na ordem econômica internacional (LAFER, 2002b, 2002c).

Contudo, a IV Conferência Ministerial da OMC, realizada em novembro de 2001 em Doha, beneficiou-se da necessidade de demonstrações de cooperação internacional e da afirmação do multilateralismo. O lançamento de uma nova rodada de negociações revigorou e recuperou a credibilidade do organismo. A amplitude das negociações previstas criou um ambiente favorável aos interesses brasileiros, dada a grande possibilidade de *trade off*, ou seja, de amplificar o poder de barganha em função da diversidade dos temas abordados (LAFER, 2002a, 2002c).

O Brasil identificou como prioridade concretizar a abertura dos mercados para os produtos agrícolas e a redução das distorções decorrentes da ampla concessão de subsídios internos às exportações dos países desenvolvidos. No setor agrícola, as medidas de apoio interno distorcem a competitividade brasileira e, ainda, geram excedentes de produção expressivos, que deprimem os preços internacionais (como o preço da soja em grão, comprometido pelas amplas políticas de apoio norte-americanas). A discussão sobre o

tratamento especial diferenciado para países em desenvolvimento também apareceu como prioridade, dada sua importância política e comercial no desenvolvimento rural – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaixa-se nessa categoria (LAFER, 2002a).

Além dos produtos agrícolas, foi prevista a negociação na rodada de Doha da propriedade intelectual, investimentos, acesso a mercados de bens não-agrícolas, meio ambiente e medidas *anti-dumping*. Esses temas também suscitam interesse ao governo brasileiro, dada a ampla utilização do Acordo *Anti-dumping* para justificar o protecionismo de setores ineficientes, bem como as diferentes interpretações sobre Acordo de TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio). O impasse, neste último, refere-se às negociações das patentes de remédios, frente ao entendimento de que “a exploração comercial do conhecimento não pode ter valor maior do que a vida humana” (LAFER, 2001c, p. 2).

Internamente, o governo brasileiro buscou instrumentalizar e desenvolver capacidades. Foram estabelecidas novas unidades específicas dentro do Departamento Econômico do Itamaraty para tratar da totalidade dos temas com maior excelência: do acesso a mercados, propriedade intelectual, defesa comercial e contenciosos (complementando as divisões já existentes, referentes à agricultura, produtos de base, serviços e investimentos) (LAFER, 2002a).

No âmbito internacional, a interlocução com países de interesses similares, em especial os grandes países em desenvolvimento, foi identificada como ferramenta para maximizar as conquistas naquele organismo. Desde o início do seu governo, Fernando Henrique expressou apoio às pretensões de ingresso da China na OMC. Já em 1995, na ocasião de sua visita à China, Fernando Henrique falava da convergência de interesses e dos benefícios de uma atuação coordenada:

Temos uma visão própria do mundo, assim como a China. [...] Temos um vasto campo de interesses concretos e comuns a defender internacionalmente. Uma aproximação entre Brasil e China, uma atuação internacional coordenada, sempre que possível, na defesa de nossas visões de mundo e de nossos interesses, trará seguramente maior projeção e peso acrescido àquele que teríamos individualmente (CARDOSO, 1995g, [p.5]).

Em março de 2001, durante a primeira Reunião Ministerial do FOCALAL, o chanceler Tang Jiaxuan falou sobre as oportunidades a serem geradas com a entrada da China na OMC: a abertura ampliada do mercado; o aperfeiçoamento do sistema de cooperação econômica e de

comércio exterior; e o engajamento ao regime de comércio internacional. Conforme o chanceler: “a entrada da China na OMC irá reforçar a posição dos países em desenvolvimento neste mecanismo e nas negociações relevantes e facilitará a cooperação econômica e o comércio chinês com outros países, incluindo os países latino-americanos²⁴” (TANG, J. 2001, p. 3).

O processo de integração da China ao regime de comércio e investimentos internacional foi lento e resultou de amplas negociações. Na medida em que a integração avançava, conferia maior credibilidade e prestígio ao país, servindo como forma de legitimação interna e externa. As políticas de comércio e investimentos chinesas tornaram-se cada vez mais congruentes às normas dos regimes internacionais, enquanto os dirigentes se mostravam cada vez mais à vontade com as “forças de mercado” (PEARSON, 1999; ZWEIG, 2002).

O período das negociações para a entrada da China na OMC estendeu-se de 1986 a 2001. Internamente, o país ingressou em um amplo processo de coordenação política (*xietiao zhengce*) para formar consenso dentre as diversas agências e instâncias. O MoFTEC (*Ministry of Foreign Trade and Economic Cooperation*) foi o principal órgão negociador do governo na OMC e uma das principais forças na promoção da abertura econômica. A partir de 1999, houve um amplo engajamento dos principais dirigentes chineses nos processos de negociação. Jiang Zemin e Zhu Rongji intensificaram as negociações externas (que resultaram na assinatura dos acordos com os Estados Unidos e União Européia, em novembro de 1999 e maio de 2000) e tomaram as decisões finais de coordenação política interna (WANG, 2002).

Fernando Henrique afirmou que o ingresso da China na OMC, em 11 de dezembro de 2001, representou um ganho para a economia mundial, quanto ao acesso ampliado ao mercado que corresponde a maior parcela da humanidade, e maior força ao conjunto dos países em desenvolvimento na defesa dos interesses comuns e no combate ao protecionismo desequilibrado dos países desenvolvidos (CARDOSO, 2001d).

Wang Yongxiang (2004), embaixador da China no Brasil, destacou que a integração da China na OMC ampliou as oportunidades e os campos de cooperação entre os países, servindo como ferramenta para aprofundar a parceria estratégica sino-brasileira. Os entendimentos comuns sobre as distorções existentes no sistema e o anseio por ter voz ativa naquele organismo, para minimizar as distorções de comércio, constituem a base para a atuação conjunta.

²⁴ Tradução nossa do original em inglês.

A entrada da China na OMC, no final de 2001, fez com que os reais benefícios do ingresso na organização, durante o governo Fernando Henrique, se concentrassem no ganho de comércio, uma vez que as negociações da nova rodada seguiram a partir da V Conferência Ministerial, realizada em setembro de 2003, em Cancun.

A integração chinesa ao organismo garantiu a redução de barreiras tarifárias, não-tarifárias e de subsídios, dinamizando o acesso àquele mercado. Na Tabela 3 são listadas as tarifas médias de importação (média simples e ponderada) praticadas pela China no período 1995-2002.

TABELA 3 – Tarifas médias de importação (%), China, 1995-2002

	Média Simples	Média Ponderada	Dispersão
1995	35,2	26,8	-
1996	23,6	22,6	17,4
1997	17,6	16,0	13,0
1998	17,5	15,7	13,0
2000	16,4	-	-
2001	15,3	9,1	12,1
2002	12,3	6,4	9,1

Fonte: RUMBAUGH; BLANCHER (2004).

O processo de abertura econômica, aliado ao crescimento interno, resultou na ampla integração da China na economia mundial. Nesse sentido, a participação dos países em desenvolvimento no comércio mundial (exportações) passou de 27,61% para 31,64% no período 1995-2002. Quanto ao fluxo de investimentos, a China permaneceu como principal destino de investimento estrangeiro direto (IED) dentre os países em desenvolvimento. O Brasil, por sua vez, foi o segundo principal destino de IED entre os países em desenvolvimento (esta ocorrência confirmou-se entre 1996-2002, com exceção de 2001, quando o México e a RAE Hong Kong marcaram cifras mais significativas) (UNCTAD, 1990-2005).

3.2.3 Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL)

Em outubro de 1998, o primeiro Ministro de Cingapura, Goh Chok Tong, propôs, durante visita ao Chile, a criação de um mecanismo de diálogo entre a América Latina e a

Ásia do Leste com vistas a intensificar as relações entre as duas regiões e promover a cooperação em diversas áreas. A proposta recebeu amplo apoio e, em setembro de 1999, foi realizada a primeira Reunião de Altos Funcionários em Cingapura, que contou com a presença de 27 países, dentre eles o Brasil e a China, e ratificou a proposta de criação do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL)²⁵.

Naquela ocasião foi produzido o “documento marco”, que delimitou os propósitos e as atividades do Foro. Conforme o documento, as percepções sobre a interdependência econômica global e as disfunções do sistema impulsionaram as duas regiões, compostas em grande parte por países em desenvolvimento, a compartilhar questões de interesse comum e desenvolver vias de cooperação. O dinamismo e a complementaridade das economias serviram de incentivo à interlocução e cooperação nas áreas política, social, cultural, econômica, ciência e tecnologia, dentre outras. Além de multidisciplinar, o Foro tem caráter voluntário, informal e flexível, apoiando-se nos princípios básicos de respeito a soberania e integridade territorial; não interferência nos assuntos internos; igualdade, benefício e desenvolvimento mútuo; respeito às especificidades; e tomada de decisões por consenso.

Os trabalhos do Foro se organizaram sobre as reuniões de Altos Funcionários e de Ministros de Relações Exteriores. Foram previstas reuniões anuais para os primeiros e a cada biênio para os últimos, conforme a disponibilidade dos membros. A conexão entre os trabalhos de cada instância é realizada por dois Coordenadores, um de cada região, e dois Coordenadores Adjuntos, que ocuparão, futuramente, os cargos dos primeiros.

A elaboração de projetos inter-regionais foi incentivada a fim de fortalecer a cooperação na região. Contudo, dado o caráter do Foro, cada projeto deve ser financiado e implementado voluntariamente pelos formuladores.

Entre 1999 e 2002, foram realizadas quatro Reuniões de Altos Funcionários e a primeira Reunião dos Ministros de Relações Exteriores. As Reuniões de Altos Funcionários ocorreram entre 01 e 03 de setembro de 1999, em Cingapura, 16 e 18 de agosto de 2000, 28 e 30 de março de 2001, ambas em Santiago do Chile, e entre 26-28 de novembro de 2002, em Bogotá.

A Primeira Reunião Ministerial ocorreu entre 29 e 30 de março de 2001, em Santiago do Chile. Na ocasião, foi reafirmada a importância do mecanismo na promoção da cooperação Sul-Sul, estendendo o diálogo entre os países em desenvolvimento que compartilham desafios e dispõem de interesses similares no sistema internacional (como a questão do

²⁵ Em inglês, a sigla inicial EALAF (*East Asia – Latin America Forum*) foi substituída por FEALAC (*Forum for East Asia and Latin America Cooperation*) na ocasião da Primeira Reunião Ministerial, em março de 2001.

desenvolvimento humano, a pobreza, a interdependência econômica, a volatilidade dos capitais, dentre outros). O trecho que segue, retirado do discurso do chanceler chinês Tang Jiaxuan, retrata esses entendimentos:

O mundo está passando por mudanças profundas. A tendência em direção à multipolarização política e à globalização econômica continua a se desenvolver. A procura pela paz, desenvolvimento e cooperação se tornou o tema central da atualidade. O mundo está presenciando a reconstrução econômica acelerada em escala global, avanços científicos e tecnológicos, a emergência de uma economia do saber, o aprofundamento de mecanismos econômicos regionais e de cooperação, e a competição internacional cada vez mais feroz. Ao mesmo tempo, a injusta e irracional velha ordem política e econômica está prejudicando os interesses dos países em desenvolvimento, o *gap* entre o Norte e o Sul e a divisão digital estão se aprofundando, e ainda existe o fenômeno de sérias interferências nos assuntos internos de outros países, especialmente dos países em desenvolvimento. No novo século, a Ásia do Leste e América Latina irão enfrentar enormes oportunidades e desafios severos²⁶ (TANG, J. 2001, p. 1).

Frente à amplitude da agenda do Foro, foi aprovada durante a reunião a criação de três grupos de trabalho, sendo: Cooperação político-cultural; Cooperação econômico-social; Cooperação em educação, ciência e tecnologia. Dentro do objetivo de estender a cooperação entre instâncias governamentais e privadas, estes grupos podem contar com a participação de oficiais de governo, empresários e acadêmicos. Entre 2001 e 2002 os grupos mantiveram reuniões anuais.

O Foro foi composto inicialmente por 27 países, sendo: Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Brunei, Cambódia, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Coreia do Sul, Equador, Filipinas, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, México, Myamar, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Tailândia, Uruguai, Venezuela e Vietnã. Em 2001, durante a Reunião Ministerial, ingressaram Costa Rica, Cuba e El Salvador²⁷.

²⁶ Tradução nossa do original em inglês.

²⁷ Posteriormente, em 2004, Guatemala e Nicarágua ingressaram no Foro, totalizando 32 países membros.

3.3 Vertente Científica e Tecnológica

Do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em março de 1982, decorreram projetos conjuntos em diversas áreas, como agricultura, energia, geociências, biotecnologia, indústria, medicina, transportes, tecnologia da informação e espaço. Dentre estas iniciativas o programa CBERS, *China-Brazil Earth Resources Satellite*, tornou-se marco da parceria estratégica e modelo de cooperação entre países em desenvolvimento.

A aproximação sino-brasileira no campo espacial resultou da convergência de interesses e da complementaridade tecnológica. A experiência chinesa na construção de satélites e foguetes de lançamento encontrou no Brasil o parceiro com um parque industrial moderno e com disponibilidade de implementar as pesquisas realizadas internamente (por meio dos programas de satélites da Missão Espacial Completa Brasileira – MECB) em sua indústria. A vasta extensão territorial de ambos, que requer amplo monitoramento, somada à dependência tecnológica dos países desenvolvidos e o anseio por impulsionar a indústria nacional contribuíram para a aproximação bilateral.

Nesse sentido, em 1988 foram assinados os Acordos que estipularam o desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto, por meio da cooperação entre o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e a CAST (*China Academy of Space Technology*) – CBERS 1 e 2. Os acordos especificaram a divisão das responsabilidades financeiras, 30% Brasil e 70% China, e do fornecimento dos equipamentos.

O período entre a assinatura dos Acordos (1988) e o lançamento do satélite CBERS 1, em outubro de 1999, foi marcado por percalços e fases de estagnação parcial. A crise econômica brasileira levou à inadimplência dos compromissos assumidos, e a posterior crise política interna agravou o quadro que havia se formado. Em adição, desde o início da década de 1990, o Itamaraty e o INPE empenharam-se em negociações que geraram postulações, com o objetivo de ampliar a participação brasileira no desenvolvimento dos satélites. Nessas negociações o Brasil buscou um acordo sobre o processo de montagem e testes do CBERS 2, que substituiria o CBERS 1 ao final de sua vida útil. Pretendia-se que o CBERS 2, ao contrário do CBERS 1, fosse montado e testado no Brasil, auferindo ganhos para os setores

científico-tecnológicos e industriais envolvidos. O processo de negociações se estendeu por anos, mas obteve resultados positivos²⁸ (ASFORA, 2005).

Em 14 de outubro de 1999, o trabalho conjunto foi concretizado com o lançamento do CBERS 1 pelo foguete chinês Longa Marcha 4B, a partir do Centro de Lançamento de Taiyuan. O êxito do lançamento marcou o sucesso da cooperação Sul-Sul em alta tecnologia e representou a quebra do monopólio dos Estados Unidos e União Européia sobre a técnica de monitoramento dos recursos terrestres. A partir daquele momento, Brasil e China passaram de importadores a exportadores da tecnologia. Na ocasião do lançamento estavam presentes 21 técnicos do INPE, dentre os 372 técnicos chineses. O Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, acompanhou o lançamento.

Em setembro de 2000, dado os êxitos até então alcançados pela cooperação sino-brasileira naquela área, foi assinado o Protocolo de Cooperação em Tecnologia Espacial, na ocasião da visita do Ministro das Relações Exteriores, Tang Jiaxuan, ao Brasil, que firmava o comprometimento das partes em desenvolver uma segunda geração de satélites (CBERS 3 e 4). O documento especificou, ainda, que os compromissos financeiros passariam a ser compartilhados igualmente pelas partes.

Quanto ao CBERS 2, o processo de montagem, integração e testes foi realizado no Laboratório de Integração e Testes do INPE (conforme especificado no Protocolo Suplementar assinado em março de 1993, na ocasião da visita de Qian Qichen ao Brasil). Seu lançamento, que estava previsto para 2002, foi adiado para 2003, devido ao prolongamento da vida útil do CBERS 1, que o permitiu ficar mais tempo em órbita.

O Quadro 1 apresenta a composição dos satélites em dois módulos, cada um com seis subsistemas, e o país responsável pela produção do equipamento. O módulo de serviço contém os equipamentos que asseguram o suprimento de energia, as telecomunicações e aqueles referentes ao controle e operação do satélite. O módulo de carga útil contém os sistemas ópticos (três câmeras) para o sensoriamento terrestre e o Repetidor para o Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais.

²⁸ Estas informações baseiam-se na entrevista gentilmente concedida por Carlos Alberto Lopes Asfora, atual Ministro da Embaixada Brasileira em Haia, que foi Conselheiro da Embaixada Brasileira em Pequim entre 1997 e 2003.

QUADRO 1 – Módulos e Subsistemas, CBERS 1 e 2

	Módulos e Subsistemas	País Responsável
Módulo de Serviço	Estrutura	Brasil
	Controle térmico	China
	Controle de órbita e atitude	China
	Suprimento de energia	Brasil
	Supervisão de bordo	China
	Telecomunicações de serviço	Brasil / China
Módulo de Carga útil	Câmera CCD	China
	Câmera IRMSS	China
	Câmera WFI	Brasil
	Transmissor de dados imagem	China
	Repetidor do Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais	Brasil
	Monitor de ambiente espacial	China

Fonte: INPE

Nota: CBERS 1 e 2 são idênticos na constituição técnica, missão e carga útil. O Repetidor do Sistema Brasileiro de Coleta de Dados está interligado a plataformas em todo o território nacional e utiliza as informações coletadas para a elaboração da previsão do tempo, estudos sobre as correntes oceânicas, marés, monitoramento das bacias hidrográficas, atmosfera e planejamento agrícola. A órbita dos satélites é hélio-síncrona, é realizada a altitude de 778 km. São feitas aproximadamente 14 revoluções por dia, obtendo uma completa cobertura da Terra em 26 dias.

Notadamente, o Brasil forneceu equipamentos para dois subsistemas de responsabilidade chinesa: para o controle de órbita e atitude e para supervisão de bordo. Os ANEXOS B, C e D apresentam a estrutura dos satélites e os fornecedores nacionais.

As conquistas registradas pela cooperação sino-brasileira na construção dos satélites foi reconhecida pelos dirigentes, que identificaram esse tipo de relação como exemplar dentre os países em desenvolvimento. Além da quebra de monopólios, a cooperação na área espacial contribuiu para o avanço científico-tecnológico e econômico de ambos países. Utilizando as palavras de Jiang Zemin, o programa CBERS constitui um “modelo para a cooperação Sul-Sul” (JIANG, 2002, p. 351).

4 A PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE O BRASIL E A CHINA NO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2005)

Este capítulo propõe a análise da parceria estratégica entre o Brasil e a China durante os três primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2005). São apresentadas as diretrizes da política externa brasileira, o perfil de atuação do País no sistema internacional e, especificamente, os movimentos em direção à China. A análise da concretude desta política externa frente à parceria estratégica é realizada por meio da identificação dos mecanismos de iniciativa e resposta do governo brasileiro para o aprofundamento das relações sino-brasileiras. Inicialmente, são expostas as linhas gerais da política externa desenvolvida pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em paralelo com a política externa de Hu Jintao, que assumiu a presidência da China em março de 2003. Posteriormente, são apresentados os avanços nas vertentes econômico-comercial, política e científico-tecnológica.

Em 01 de janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República com uma agenda direcionada à retomada do crescimento econômico, em compasso com o desenvolvimento social. Sua ascensão ao poder traduziu o anseio do povo por mudança. Nesse sentido, sob a dialética da renovação e continuidade, o governo buscou “trilhar novos caminhos”, enfatizando os aspectos sociais, resgatando o papel do Estado e da própria política externa frente à sociedade, e promovendo um reencontro com os ideais de desenvolvimento. Corroborando com esses anseios, Celso Luiz Nunes Amorim assumiu o Ministério das Relações Exteriores, em 01 de janeiro, e Samuel Pinheiro Guimarães Neto, o cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, em 09 de janeiro.

Em seu discurso de posse, Lula expôs a necessidade de promover uma mudança com base no diálogo, na negociação e sem precipitações. Expôs a necessidade de efetivar um projeto de desenvolvimento e o planejamento estratégico visando a consecução de resultados consistentes e duradouros. Para tanto, o País teria de superar suas vulnerabilidades e criar condições para a retomada do crescimento sustentável, gerando emprego, distribuindo renda, ampliando a poupança interna e a capacidade de investimento:

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio: internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de

mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional (SILVA, 2003a, p. 3).

A “armadilha do baixo crescimento”, que envolvia o País no início do governo, foi apontada como resultado da rigidez orçamentária: combinou o aumento da dívida pública, que passou de 30,02% do PIB, em 1994, para 55,5% do PIB, em 2002, e o aumento da dívida externa com a compressão dos gastos e a alta tributação. As políticas econômicas neoliberais do governo anterior foram identificadas como entraves ao desempenho interno e externo brasileiro: falharam no intento de promover a redução das desigualdades sociais e na construção de um sistema nacional de exportações realmente competitivas, que incrementassem a participação do País no comércio mundial (MENSAGEM, 2003; BCB, 2006).

Para corrigir o quadro que havia se formado, o governo Lula buscou recuperar a presença ativa e reguladora do Estado na sociedade. Foi proposta a implementação de um modelo de desenvolvimento alternativo, tendo os aspectos sociais como eixo. Para impulsionar o crescimento da economia de forma sustentada, o governo apontou como necessária a efetivação das reformas da previdência, tributária, política e da legislação trabalhista, que deveriam ser conduzidas em compasso com os anseios da população. O principal mecanismo de interação entre a sociedade e o governo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), foi criado em janeiro de 2003, com caráter consultivo para a definição dos rumos a serem seguidos²⁹. Tais reformas mostravam-se necessárias para reduzir e otimizar os gastos do setor público, mantendo o foco no retorno social. O gasto social, por sua vez, teve como prioridade o Programa Fome Zero e o Programa do Primeiro Emprego (MENSAGEM, 2003).

Complementando esses movimentos, o governo promoveu a recuperação do crédito como instrumento de crescimento econômico, para impulsionar os investimentos, capacitar e fortalecer a indústria nacional, e a formulação de políticas de incentivo às exportações, para incrementar o superávit comercial e, ainda, agregar valor à pauta de produtos exportados. Em adição, intensificou os investimentos na infra-estrutura do País, voltados para o escoamento da produção (BRASIL, 2005c; MENSAGEM, 2003; SILVA, 2003a). Para a condução destes projetos, o governo assegurou ao Estado um papel renovado:

²⁹ O CDES foi desenhado durante o período de transição do governo, com ampla participação da sociedade. Constitui um órgão de representação majoritária da sociedade: dos 102 conselheiros com mandato de dois anos, apenas um quarto são representantes do governo. Os membros do conselho são designados por ato formal do Presidente e devem englobar os diversos setores da sociedade.

O planejamento público é responsabilidade intransferível do Estado. Não basta equilíbrio macroeconômico, abertura e livre ação das forças de mercado para que o desenvolvimento flua naturalmente. O Estado não pode limitar as suas ações ao curto prazo e às questões emergenciais, mas deve se pautar por uma visão estratégica de longo prazo, articulando interesses e coordenando investimentos públicos e privados em torno de um novo padrão de desenvolvimento, com crescimento econômico, inclusão social e justiça ambiental, resguardados os direitos das gerações futuras (MENSAGEM, 2003, p. 15).

Contudo, a “herança” do governo Fernando Henrique assegurou um espaço de manobra limitado. Não foram promovidas rupturas, o governo deu continuidade às linhas da política econômica, visando o ajuste definitivo das contas públicas. A política fiscal produziu superávits primários e a redução da relação dívida pública / PIB (que passou de 55,5% do PIB em 2002 para 51,6% do PIB em 2005). Da mesma forma, houve uma redução da relação entre dívida externa / PIB. Conforme previsto no início do governo, as mudanças seriam graduais. Ao final de 2005, o País liquidou a dívida com o FMI, pagando antecipadamente US\$ 15,5 bilhões, que tinham vencimentos previstos para 2006 e 2007, evitando o gasto de US\$ 900 milhões em juros (BCB, 2006; BRASIL, 2003a, 2005c; SILVA, 2003a).

Em compasso com a retomada do papel do Estado frente à sociedade, as relações exteriores também receberam uma atenção especial. As diretrizes da política externa foram especificadas nos discursos de posse do Presidente Lula, de Celso Amorim e de Samuel Pinheiro Guimarães e foram reafirmadas no decorrer do período. Os elementos do acumulado histórico da diplomacia brasileira, de prevalência das normas do direito internacional e a valorização do multilateralismo, foram mantidos. Entretanto, foram realizadas algumas correções de rumo. O novo governo reconheceu que a política externa de Fernando Henrique dispôs de forte componente retórico, mas caracterizou-se por uma ação discreta e pouco incisiva, não realizando, por exemplo, o potencial de cooperação com grandes Estados do mundo em desenvolvimento, como a China (MENSAGEM, 2003).

O governo Lula apresentou uma postura crítica frente aos desequilíbrios do sistema internacional. Questionou os postulados que não produziram resultados efetivamente positivos aos países em desenvolvimento, como a noção acrítica da globalização e do livre funcionamento dos mercados – processos que concentraram seus benefícios nas mãos de poucos, em especial, a partir das atitudes protecionistas dos países desenvolvidos nas áreas em que suas economias demonstram vulnerabilidades, justamente aquelas onde os países em desenvolvimento dispõem de vantagens comparativas (AMORIM, 2003d). Nesse sentido, o reconhecimento de que o sistema se encontra cada vez mais interligado, não deveria conduzir

o País à renúncia da sua capacidade de intervenção para corrigir as assimetrias e injustiças do sistema (AMORIM, 2003c).

Em adição, a agenda econômica adquiriu uma perspectiva humanista, visando conciliar o crescimento econômico e o desenvolvimento social, uma vez que “não há sustentabilidade econômica sem sustentabilidade social” (AMORIM, 2003c, p. 3). A interlocução com os demais Estados e o engajamento do País nas negociações multilaterais seguiram esse princípio. A consciência de que os movimentos do País teriam reflexos diretos sobre a sociedade conduziram as ações pragmáticas do governo no sistema. A “dívida social” e as vulnerabilidades internas impulsionaram o estabelecimento desse caráter humanista, enquanto as percepções dos dirigentes impulsionaram o pragmatismo: “não podemos perder de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações” (SILVA, 2003a, p. 3)

Frente a esses entendimentos, a política externa brasileira apresentou-se como instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento nacional. Promoveu os direitos humanos, a redução do hiato entre ricos e pobres, a defesa do meio ambiente e a construção de um sistema internacional justo, democrático e pacífico, favorável ao desenvolvimento da sociedade como um todo (AMORIM, 2003c, 2004f). Com o desafio de superar as disparidades internas, as vulnerabilidades externas e realizar o potencial brasileiro, apresentou um caráter ativo, com forte protagonismo e articulação internacional. Esse caráter incorporou um amplo sentimento de solidariedade com os demais Estados que resultou, em compasso com a utilização do princípio da não-intervenção, na aplicação do princípio da não-indiferença. Durante o período, a auto-estima, a altivez e a criatividade inspiraram a atuação internacional do País (AMORIM, 2003a, 2005a; GUIMARÃES, 2003).

O governo reafirmou seu compromisso com o multilateralismo, considerado a única via dotada de legitimidade para conduzir o ordenamento do sistema. O anseio por uma ordem internacional mais democrática, pacífica e solidária determinou os movimentos nos fóruns e nas negociações em que esteve envolvido. O governo brasileiro defendeu a atualização da ONU, em especial, a ampliação do Conselho de Segurança, com a inclusão de países em desenvolvimento entre os membros permanentes para reforçar a representatividade e legitimidade do organismo. O perfil de nação democrática, sua cultura de paz e seu compromisso de contribuir para a estabilidade do sistema foram utilizados como respaldo para o intento brasileiro (AMORIM, 2003a, 2005a; SILVA, 2003d):

Convencidos de que o multilateralismo representa, para as relações internacionais, o mesmo avanço político representado pela democracia, nacionalmente, consideramos indispensável que o processo de reforma das Nações Unidas contribua para fortalecer a voz dos países em desenvolvimento – e da América do Sul em particular – na promoção da paz (AMORIM, 2004f, p. 2).

Durante o período, o País esteve envolvido em três amplos processos de negociação: a Rodada de Doha, na OMC, os entendimentos sobre a ALCA e o acordo entre o MERCOSUL e a União Européia. A indisposição dos norte-americanos e europeus de avançarem nas negociações sobre agricultura, aço e regras *anti-dumping* fora da OMC remeteu grande importância à atuação do País na Rodada de Doha. O governo brasileiro mostrou-se crítico frente à disfunção entre a teoria e a prática do comércio internacional: “no mundo real não estão dadas as condições para que o livre funcionamento do mercado se transforme em alavanca para o crescimento econômico, com uma repartição mais justa de ganhos” (AMORIM, 2003d, p. 1). Nessas condições, o governo desenvolveu amplas articulações para corrigir distorções, conquistar maior espaço no mercado mundial e diminuir as restrições à sua capacidade de fomentar políticas autônomas de desenvolvimento. A iniciativa que levou à formação do G-20, em 2003, fortaleceu o movimento dos países em desenvolvimento nas negociações da Rodada de Doha. Com relação à ALCA e às negociações entre MERCOSUL e União Européia, o governo mostrou-se crítico e indisposto a fechar acordos injustos, que não contribuíssem para o desenvolvimento global e sustentado da economia brasileira. A avaliação cautelosa e a confiança na sua capacidade de influir sobre os acordos sustentou os movimentos do governo. Apesar das negociações terem permanecido em aberto, não houve comprometimento das exportações brasileiras para as regiões, o comércio apresentou índices crescentes no período³⁰ (AMORIM, 2003d, 2005a).

O caráter universalista da política externa foi reafirmado e atualizado. Além das relações tradicionais com os países desenvolvidos, o governo promoveu o estreitamento dos vínculos com o mundo em desenvolvimento. Foi aprofundada a interlocução com países que detêm visões similares, potencializando o peso e a capacidade de negociação nos fóruns multilaterais e estimulando elementos de multipolaridade do sistema. O impulso universalista ampliou as relações exteriores, diversificou os mercados, promoveu maior intercâmbio

³⁰ Conforme um estudo do IPEA, a proposta feita pelos europeus para o acordo entre o MERCOSUL e a União Européia, apresentada em 2004, garantiria para seus formuladores ganhos 50% superiores aos previstos para a economia brasileira (AMORIM, 2005a).

econômico e uma presença relativamente mais significativa do Brasil no comércio mundial (AMORIM, 2003b; SILVA, 2003a, 2003b).

O espaço regional foi identificado como prioridade desde o início do governo: “uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar” (AMORIM, 2003a, p. 2). O fortalecimento do MERCOSUL foi identificado como alicerce do projeto de integração da América do Sul, da mesma forma que se apresentou benéfico para o reforço da presença internacional dos países-membros. A Argentina foi identificada como sócio estratégico privilegiado, sem comprometer, no entanto, a aproximação do governo com os demais Estados da região. O auto-reconhecimento de maior economia regional levou o governo brasileiro a adotar uma visão estratégica, ou até mesmo generosa, que colocou os interesses de longo prazo acima dos objetivos imediatistas, para superar desequilíbrios existentes entre os países da região (AMORIM, 2003c, 2003d, 2005a).

No relacionamento com os Estados Unidos o governo procurou fortalecer as bases para o entendimento construtivo e maduro. Com a União Européia, o País buscou ampliar a interlocução e a cooperação para fortalecer os elementos de multipolaridade no sistema internacional. Da mesma forma, o governo buscou maior proximidade com os demais países desenvolvidos, como o Japão (AMORIM, 2003a).

Um dos principais elementos de diferenciação entre a política externa do governo Fernando Henrique e do governo Lula foi a relação com os países em desenvolvimento. Enquanto o primeiro governo desenvolveu movimentos tímidos e predominantemente retóricos com relação ao mundo em desenvolvimento, o governo Lula reforçou a interação com esse grupo de Estados, em especial com os grandes países em desenvolvimento, como a China, Rússia, Índia, México e África do Sul.

Com relação à Índia e África do Sul, a aproximação fundamentada na condição de países em desenvolvimento com visões convergentes sobre o ordenamento internacional, resultou na criação do G-3, ou IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), em 2003. O aprofundamento das relações com o continente africano e com os países do Oriente Médio também foi previsto no início do governo – neste sentido, deve ser destacada a realização da Cúpula pioneira entre países sul-americanos e árabes, em maio de 2005 (AMORIM, 2005a).

Com relação à Ásia, o reconhecimento da importância geopolítica e da pujança econômica da China, além dos interesses similares e da cooperação já existente, levou o governo a investir no relacionamento sino-brasileiro, com o objetivo de conduzi-lo a

patamares ainda mais elevados. O potencial de aprofundamento do intercâmbio comercial, dos investimentos, da cooperação científico-tecnológica e da interlocução nos fóruns multilaterais, fortaleceu a vontade política de estreitar o relacionamento bilateral. A visão pragmática do governo Lula, livre das hesitações quanto ao diálogo estendido com países em desenvolvimento, estimulou movimentos em direção à China. O avanço da parceria estratégica foi identificado como favorável e necessário para a realização do projeto nacional (AMORIM, 2003c; MENSAGEM, 2003; SILVA, 2003b).

O objetivo de estreitar o relacionamento com os grandes países em desenvolvimento foi amplamente divulgado pelo governo e consolidou-se durante o período. A parceria estratégica com a China, vagamente explicitada por Fernando Henrique fora do contexto bilateral, encontrou espaço no diálogo aberto de Lula e de Celso Amorim, sem constituir, no entanto, um ponto de inflexão do projeto regional. Celso Amorim salientou a importância de promover articulações em preconceitos. A idéia de geometrias variáveis deveria ser trabalhada em benefício do país e utilizada de forma consistente. Brasil e China compartilham a determinação de formar uma ordem internacional democrática e sem hegemonismos, favorável para a consecução dos objetivos nacionais e para a realização do seu potencial, além de dispor de economias complementares. Esses entendimentos impulsionaram os movimentos pragmáticos do governo em relação à China (AMORIM, 2003b; SILVA 2003b).

O presidente Lula se mostrou amplamente engajado com a agenda externa. Todavia, devolveu ao Itamaraty a posição estratégica que havia sido relativizada durante o governo Fernando Henrique na formulação e execução da política externa. A recuperação deste espaço, em compasso com a gestão de Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, determinou a postura autônoma e pragmática do País no cenário internacional, o *high profile* desenvolvido na política externa brasileira no período (VIZENTINI, 2005).

O engajamento do Presidente e sua vocação para o diálogo universal foi explicitado logo no primeiro mês de governo, quando Lula levou para o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, a mesma mensagem: a necessidade de uma mobilização internacional para a promoção da justiça social, a necessidade de estreitar os vínculos entre o desenvolvimento econômico e social e de construir uma ordem internacional equânime (AMORIM, 2004f, 2005a). Desde o início do governo, Lula assumiu uma posição de destaque no cenário internacional propondo a busca por um novo paradigma que posicionasse os aspectos sociais no centro da agenda internacional (AMORIM, 2003d).

O resgate do caráter autônomo da política externa brasileira assegurou a ênfase nos ideais de desenvolvimento sócio-econômicos. Esta recuperação garantiu movimentos e

articulações estratégicas no sistema. O governo não concentrou sua agenda em países em que o Brasil tem uma importância relativizada e que apresentam mercados saturados, como ocorreu na gestão anterior. Pelo contrário, impulsionou a diversificação dos contatos externos e buscou espaços com maior margem de penetração. Contudo, esses movimentos não constituíram estratégias de substituição ou exclusão, representaram uma visão mais pragmática e universalista em comparação ao governo anterior – Fernando Henrique havia concentrado esforços na promoção da credibilidade por meio da cooptação de temas e do repúdio das orientações terceiro-mundistas, limitando, em certa medida, a amplitude das relações exteriores naquele período. Durante o governo Lula, a diplomacia brasileira entrou em uma das fases mais dinâmicas da sua história, moldando os caminhos do País em ampla sintonia com os interesses nacionais (ALMEIDA, 2004a, LIMA, 2005a, VIZENTINI, 2005).

Celso Amorim apresentou no encerramento da XI UNCTAD, em julho de 2004, uma paráfrase de um verso de Gilberto Gil que, segundo o chanceler, reflete criatividade e orgulho nacional, e representa a maior lição de política externa, que estava sendo aplicada no Brasil e que deveria ser aplicada nos demais países: “verso e compasso, mas o meu caminho pela vida eu mesmo traço” (AMORIM, 2004e, p.1).

Conforme Cervo (2003, 2004a), a política externa brasileira passou a ser moldada pelo paradigma do Estado logístico que, com um universalismo de ação, promoveu uma interação construtiva entre o Estado, a sociedade e o sistema internacional. Nesse paradigma, o Estado transfere o caráter empresário à sociedade e, no entanto, mantém sua presença positiva, dada sua importância estratégica para viabilizar os projetos nacionais. Além do apoio interno, o Estado logístico tem um papel ativo no sistema internacional na defesa dos interesses nacionais. A recuperação da autonomia decisória e a subsequente inserção autônoma no sistema consolidaram o realismo de conduta que buscou criar um ambiente favorável à realização do projeto nacional.

Nos parágrafos a seguir propomos uma breve análise sobre o curso das políticas desenvolvidas na China para, posteriormente, realizar um paralelo entre as diretrizes da política externa brasileira e chinesa e identificar os pontos de encontro.

Hu Jintao ascendeu à presidência da China em 03 de março de 2003, como núcleo da quarta geração de dirigentes no comando do país. Tecocratas pragmáticos assumiram o compromisso de avançar na reforma econômica e na institucionalização política, a partir da *rule of law*, em compasso com a ampliação do bem-estar para a totalidade da sociedade, tendo em vista as disparidades crescentes identificadas entre as regiões. Wen Jiabao foi nomeado primeiro-ministro, Huang Ju, Wu Yi, Zeng Peiyan e Hui Liangyu ocuparam os postos de vice

primeiros-ministros, e Li Zhaoxing foi nomeado Ministro das Relações Exteriores³¹ (GONG, 2004; WU, Y. 2004).

A ascensão de Hu Jintao, vice-presidente do país desde 1998 e vice-presidente da Comissão Militar Central desde 1999, tomou impulso com o 16º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, realizado entre 08 e 14 de novembro de 2002 (para a revisão da constituição do partido e a eleição do Comitê Central), e com a subsequente primeira sessão plenária do Comitê Central do Partido, realizada no dia 15 (para a configuração do Bureau Político, seu Comitê Permanente e da Comissão Militar Central). Os líderes da terceira geração que já haviam completado dois mandatos de cinco anos ou completado 70 anos de idade, ou como Li Ruihuan, de 68 anos, que antecipou sua aposentadoria, afastaram-se dos seus cargos, dando início ao processo de sucessão de dirigentes. No Comitê Central do Partido mais da metade dos membros se aposentaram. No Comitê Permanente do Bureau Político do Partido houve a alteração do número de membros, de sete para nove (pela primeira vez desde 1973), e ocorreu a substituição da totalidade dos membros, com a exceção de Hu Jintao, que se manteve e, ainda, foi nomeado secretário-geral do partido. Jiang Zemin permaneceu, contudo, na presidência da Comissão Central Militar, tendo em vista temas delicados como Taiwan e as relações sino-americanas³² (DITTMER, 2004; LIN, 2003).

Dentre os nove membros do Comitê Permanente nomeados naquela ocasião, estavam Huang Ju, Wu Bangguo, Jia Qinglin, Zeng Qinghong e Li Changchun, *protégés* de Jiang Zemin, que, em conjunto, representam a maioria dos membros do principal órgão político do partido – os demais membros, além de Hu Jintao, são Wen Jiabao, Wu Guanzheng e Luo Gan. Esse quadro, em compasso com a manutenção da presidência da Comissão Militar Central, que garantia a participação de Jiang Zemin nas reuniões do Bureau Político, mesmo sem direito a voto, fortaleceu os mecanismos de continuidade política e influência de Jiang Zemin sobre os novos líderes (DITTMER, 2004; ZHAO, S. 2004).

Dentre os marcos do 16º Congresso Nacional do Partido devem ser destacados os avanços políticos quanto à inclusão da *tríplice representatividade* na constituição do partido e os mecanismos para estender elementos democráticos *inner-party*. Notadamente, a ideologia ainda detém um papel importante na sociedade chinesa e nas suas instituições³³. Nesse

³¹ A quarta geração de dirigentes caracteriza-se pelo período comum de formação adulta (de 20 a 30 anos de idade) que decorreu durante a década de 1960, quando o país presenciou o agravamento das tensões sino-soviéticas e, posteriormente, teve início a Revolução Cultural (GONG, 2004).

³² A presidência da Comissão Militar Central do Partido e do Estado concentram-se na mesma pessoa desde Deng.

³³ O conceito de instituições aqui utilizado, conforme Douglas North, refere-se às estruturas formais e aos princípios e normas não escritos daquela sociedade (LIN; HU, 2003).

sentido, desde 2000, Jiang Zemin se envolveu em trabalhos teóricos junto à sociedade sobre a representatividade do partido, identificada como a tríplice representatividade (*san ge daibiao*). De forma similar à releitura pragmática do socialismo chinês, realizada desde o fim da década de 1970, para impulsionar o estabelecimento da economia de mercado, as alterações sócio-econômicas, a crescente diversidade social, impulsionaram o partido a uma nova releitura para ampliar seu alcance e se legitimar, tendo em vista a realidade que havia se estabelecido após décadas de reforma e abertura (LIN, 2003).

A Carta do Partido Comunista determinava em seu antigo Preâmbulo que “o Partido Comunista Chinês é a vanguarda da classe operária chinesa; o representante leal dos interesses de todas as nacionalidades da China; e a liderança central da empresa socialista na China” (OLIVEIRA, A. 2003, p. 15). A releitura proposta por Jiang Zemin defendia a extensão da representatividade do partido, a inclusão de outras forças da sociedade, como os intelectuais e os empresários. Para reduzir os atritos, Jiang diferenciou a identidade do partido de sua base. O partido se mantém como a vanguarda da classe operária, enquanto a aceitação de empresários privados decorre do objetivo de expandir sua base, para dispor o partido como a vanguarda do povo chinês (LIN, 2003). Na sua declaração ao 16º Congresso Nacional, Jiang defendeu que: “Todo o trabalho que contribui para a condução da modernização socialista na China, físico ou mental, e simples ou complicado, é glorioso e deve ser reconhecido e respeitado”³⁴ (JIANG *apud* LIN, 2003, p. 43).

Essa releitura proposta por Jiang Zemin garantiu a alteração da Carta do Partido e a participação de empresários dentre os delegados do 16º Congresso Nacional do Partido. O Preâmbulo alterado afirma que o Partido Comunista Chinês “representa as exigências de desenvolvimento das forças avançadas de produção; a direção progressista da cultura de ponta da China; e os interesses fundamentais da vasta maioria do povo chinês” (OLIVEIRA, A. 2003, p. 15-16). Além da tríplice representatividade, o Partido instituiu, no 16º Congresso, uma margem de eliminação de 5% para a eleição do Comitê Central. Foi apresentado um número maior de candidatos do que o número de vagas existentes aos delegados do Congresso para a eleição dos membros do Comitê do Partido. Contudo, essa margem de eliminação não foi mantida para a indicação dos membros do Bureau Político e do seu Comitê Permanente (LIN, 2003).

A efetivação desses mecanismos traduz o anseio do Partido em assegurar sua legitimidade, por meio da ampliação de elementos democráticos dentro das suas estruturas.

³⁴ Tradução nossa do original em inglês.

Dessa maneira, sem alterar o sistema *one-party ruling* e ampliando a democracia *inner-party*, o Partido Comunista Chinês reduz a probabilidade de demandas por um sistema democrático multipartidário com eleições competitivas no curto prazo. Com a expansão do princípio vigente de centralismo democrático (*minzhu jizhongzhi*), os avanços nesta área devem ocorrer de forma gradual e conforme a experimentação³⁵ (LIN, 2003).

Na 10ª Assembléia Nacional Popular da China, realizada em março de 2003, Hu Jintao subiu mais um degrau na hierarquia chinesa e assumiu a presidência do País. A agenda do governo permaneceu focada nas reformas, no processo de abertura econômica, e no aprofundamento das políticas de Jiang. Fortalecer a capacidade do Estado, avançando no desenvolvimento sustentável, baseado na ciência e educação, manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a abertura, e promover o desenvolvimento social universal foram os desafios propostos à nova geração de dirigentes. A visão pragmática, característica dos tecnocratas chineses, e os entendimentos de que a instabilidade política e as incertezas são contraproducentes para o desenvolvimento econômico do país, determinaram os movimentos do novo governo (DITTMER, 2004; LEWIS; XUE, 2004; LIN, 2003).

A agenda dos novos líderes foi montada em 2002, durante o 16º Congresso Nacional do Partido, que estabeleceu metas a serem atingidas durante as duas primeiras décadas do século: quadruplicar o produto interno bruto do ano de 2000 até 2020; aprimorar a democracia socialista e o sistema legal do País; incrementar a linha ideológica e os padrões de ética da sociedade, os atributos científicos e culturais, e a saúde; e aprofundar o desenvolvimento sustentável do País (GONG, 2004). A estabilidade interna e externa permaneceu como palavra de ordem, uma vez que se mostra necessária para a consecução do objetivo maior de “construir uma sociedade próspera de forma completa e criar uma nova realidade na construção do socialismo com características chinesas”³⁶ (JIANG, 2002a, p. 1).

Hu Jintao afirmou seu compromisso com a Teoria de Deng, com o pragmatismo histórico do partido (sob o ideal de emancipar a mente e buscar a verdade nos fatos e combinar a teoria com a prática), com a implementação da tríplice representatividade, e em concentrar esforços para a construção de uma sociedade próspera em sua totalidade. A justiça

³⁵ Para maiores informações sobre a “democracia socialista com características chinesas”, ditadura democrática popular, centralismo democrático, e sistema de cooperação multipartidário e de consulta política (diferente do sistema de competição multipartidário ocidental), e demais características do sistema político chinês, consultar o *White Paper on Building of Political Democracy in China* (STATE..., 2005a). Esse documento, publicado no final de 2005, traz esclarecimentos sobre o sistema político do país, construído com base nas características do povo chinês. O documento explicita que não é do interesse do governo chinês copiar os modelos ocidentais, e que a história comprova que não há um modelo democrático único e absoluto universalmente aplicável. Dessa maneira, o Partido defende a construção gradual do seu modelo democrático, respeitando a realidade do país.

³⁶ Tradução nossa do original em inglês.

social recebeu nova ênfase. O novo governo buscou realizar um balanço entre a eficiência econômica e as disparidades na sociedade, entre a continuidade das políticas de abertura da costa do país e o desenvolvimento do seu interior (ZHAO, S. 2004).

A configuração do novo Bureau Político, com a maioria dos líderes advindos de regiões relativamente pobres e do interior do País, traduziu a preocupação em gerar certo equilíbrio, em se voltar para as áreas menos desenvolvidas do Estado. As primeiras viagens de Hu Jintao após assumir a liderança do partido, para a Xibaipo (na província de Hebei) e Inner Mongolia, regiões relativamente pobres, indicaram o caráter das políticas que estavam por vir para corrigir as disparidades dentre as regiões (ZHAO, S. 2004).

Conforme Wen Jiabao, primeiro-ministro chinês, o crescimento experimentado pelo País com base nas exportações precisava adquirir um caráter mais social e se basear no incremento da demanda interna da sociedade:

A direção estratégica de longo prazo para o crescimento econômico da China precisa ser fundamentada na expansão da demanda interna... A elevação do padrão de vida do povo é o ponto de partida de vários projetos. É óbvio que precisamos tomar medidas efetivas para aumentar a renda dos cidadãos e especialmente a renda familiar de lavradores e residentes de pequenas cidades de baixa ou média renda, assim como trabalhar no sentido de aumentar o poder de compra dessas pessoas (WEN *apud* NATHAN; GILLEY, 2003, p. 27).

Na terceira sessão plenária do 16º Comitê Central, realizada em outubro de 2003, foram abordadas as condições do País e a necessidade de aperfeiçoar a estrutura da economia socialista de mercado, de sanar os problemas estruturais e avançar no crescimento balanceado, atendo-se às dimensões sociais e culturais do desenvolvimento. A plenária produziu a decisão de avançar em cinco abrangentes pontos de desenvolvimento: urbano e rural; regional; econômico e social; recursos humanos e naturais; economia doméstica e sua abertura. Em adição, foram abordados temas sobre os investimentos privados e a não-discriminação das empresas privadas (FEWSMITH, 2004). Também fez parte do trabalho a proposta de revisão da Constituição, que foi apresentada na segunda sessão plenária Assembleia Popular Nacional, em março de 2004, e resultou na emenda constitucional referente aos direitos humanos: “o Estado respeita e salvaguarda os direitos humanos”³⁷ (STATE..., 2005a, p. 14). Na ocasião, também foi incorporado à constituição o princípio de inviolabilidade da propriedade privada.

³⁷ Tradução nossa do original em inglês.

A partir da terceira sessão plenária do 16º Comitê Central, o Bureau Político passou a reportar seu trabalho ao Comitê Central, num movimento de incentivo à transparência do trabalho dentro do partido, marcando novo avanço na democracia *inner-party*.

Na quarta sessão plenária do 16º Comitê Central, realizada em setembro de 2004, foi adotada a decisão sobre a extensão da capacidade de governabilidade do Partido. Para tanto, o governo sublinhou os seguintes mecanismos: manter o desenvolvimento como prioridade e concentrar esforços na promoção do crescimento econômico; aperfeiçoar a economia socialista de mercado; e aperfeiçoar o trabalho e as instituições do Partido, com a abordagem científica, democrática e baseada nas leis – mantendo-se fiel ao marxismo-leninismo, ao pensamento de Mao, à Teoria de Deng e à tríplice representatividade. Dessa maneira, a legitimidade do partido e sua capacidade de governança foram entrelaçadas à capacidade de aprimoramento do partido em si (IDCPC, 2004).

Naquela ocasião, o Comitê decidiu, ainda, que Hu Jintao assumiria a presidência da Comissão Militar Central após a resignação de Jiang Zemin. No ano seguinte, durante a terceira sessão plenária da 10ª Assembléia Popular Nacional, realizada entre 05 e 14 de março de 2005, Jiang Zemin se afastou do seu último cargo, tornando completo o ciclo de sucessão da quarta geração. Hu Jintao assumiu a presidência da Comissão Militar Central em 13 de março e, desde então, Jiang Zemin manteve um *low profile* com relação ao governo – Jiang se afastou dos canais formais de envolvimento, mas suas políticas foram continuadas, com as especificidades da nova geração (MILLER, 2005).

Durante a Assembléia Popular Nacional daquele ano, foi aprovado o 11º plano quinquenal para o desenvolvimento econômico e social. Dentre as diretrizes do plano estão a meta de conter o crescimento do PIB, para atingir a taxa de 8% em 2006 e 7,5% para os demais anos, até 2010. O plano prevê, ainda, altos investimentos para o desenvolvimento urbano e rural, utilizando a ciência e tecnologia para garantir o crescimento sustentável.

Quanto ao cenário externo, a quarta geração manteve os ideais de paz e desenvolvimento presentes na agenda política do País desde o período de Deng Xiaoping. O processo de consolidação de tecnocratas no poder, evidenciado a partir de Jiang, assegurou o caráter pragmático dos movimentos políticos e econômicos e as conquistas que serão evidenciadas no longo prazo, como prevê o antigo provérbio chinês: “Se você quer planejar para um ano, plante uma semente. Se para dez anos, plante uma árvore. Se para cem anos, treine os líderes”³⁸ (LI, C. 2001, p. 1).

³⁸ Tradução nossa do original em inglês.

Os pontos abordados pelo partido, na ocasião do 16º Congresso, determinaram o caráter dos trabalhos futuros, efetivados por Hu Jintao e demais líderes nos anos que se seguiram. Notadamente, foram realizados esforços para contribuir à consolidação da multipolaridade política e econômica, para a correção da ordem classificada como “injusta e irracional”, que mantém elementos de polarização da riqueza e o monopólio dos temas da agenda internacional (JIANG, 2002a).

Durante o período 2003-2005, a China mostrou-se amplamente engajada no sistema internacional, aprofundando o caráter ativo da sua política externa, com uma abordagem confiante e construtiva. Esse aperfeiçoamento assegurou a maior projeção do País na defesa de seus interesses. O nacionalismo pragmático chinês mostrou-se positivo, mantendo o foco nos problemas internos do País, em compasso com a valorização do ambiente internacional estável e pacífico, propício para a realização dos seus projetos nacionais (CHEN, 2005; MEDEIROS; FRAVEL, 2003).

A diplomacia multilateral foi valorizada, tendo em vista o papel construtivo em benefício da sociedade chinesa e internacional. O País reforçou os entendimentos de que não deve haver ingerência nos “assuntos internos” dos Estados, enquanto os assuntos internacionais devem ser discutidos e solucionados pela comunidade internacional, assegurando os direitos de participação dos países em desenvolvimento. O País apoiou a reforma da ONU, em especial a participação de países em desenvolvimento, mas não deu suporte à ampliação do Conselho de Segurança com a fórmula que incluía o Japão (STATE..., 2005b).

No âmbito da OMC, o País cumpriu com os compromissos de abertura assumidos com o organismo em função da sua entrada. Atingiu, até o final de 2005, a média tarifária de 9,9% e removeu grande parte das medidas de proteção não tarifárias. Esse processo contribuiu à expansão da participação chinesa na economia mundial. Na Rodada Doha, a China utilizou seu peso, fazendo-se ouvir e limitando a influência de alguns países desenvolvidos no organismo. Seu engajamento ao G-20 trouxe força ao grupo durante as negociações que se seguiram (BACHMAN, 2003; STATE..., 2005b).

A China manteve a aproximação com os países desenvolvidos, estendendo o diálogo, o comércio e a cooperação nos pontos em que detêm visões comuns. Dentre aqueles países, o relacionamento com os Estados Unidos e Japão se manteve delicado. No cenário regional, a China alimentou as relações saudáveis com os países vizinhos, reafirmando sua presença positiva, tendo em vista o diálogo crescente e o intercâmbio comercial. O engajamento nas organizações regionais foi ampliado, a exemplo dos acordos de livre comércio assinados com

a ASEAN em 2004 e 2005. Até o final de 2005, a China concluiu negociações fronteiriças remanescentes com a Rússia e avançou nas negociações com a Índia e Butão. Deve ser destacado, ainda, o papel positivo desempenhado pelo País frente à questão nuclear da Coreia do Norte, na promoção do diálogo entre Estados Unidos, Coreia do Norte, Rússia, Japão e Coreia do Sul (SHAMBAUGH, 2004; STATE..., 2005b).

Taiwan permaneceu como fonte de desconforto. Na quarta sessão plenária do 16º Comitê Central a reunificação foi apontada como uma tarefa “sagrada”. O entendimento pacífico e o princípio de um país e dois sistemas, como aplicado em Hong Kong e Macau, se manteve em pauta para a reassunção de Taiwan (IDCPC, 2004). Em abril de 2005, na terceira sessão plenária da Assembléia Nacional do Povo, foi aprovada a Lei anti-secessão, que reafirmou a vontade política de promover a reunificação pacífica e, por outro lado, prevê o uso de meios não pacíficos para proteger a soberania e a integridade territorial da China, caso necessário.

Com relação aos países em desenvolvimento, a China manteve a política de aproximação, solidariedade e cooperação estendida. Seu crescimento econômico e a subsequente necessidade crescente de recursos e alimentos impulsionou seus movimentos. Os detentores de recursos naturais do interesse chinês contaram não somente com o incremento dos índices de comércio, mas também de investimentos. É do interesse da China assegurar o fornecimento a longo prazo e com custos reduzidos dos insumos necessários para o seu desenvolvimento, bem como para a manutenção de sua população. Neste sentido decorreram os investimentos em infra-estrutura nos seus parceiros comerciais (ZWEIG; JIANHAI, 2005).

Os laços entre o crescimento econômico, a estabilidade social e a legitimidade do partido, asseguraram os movimentos pragmáticos do governo: a afirmação do universalismo sem preconceitos para a realização do projeto nacional. O País manteve um diálogo próximo com o Oriente Médio para o fornecimento de petróleo; com a África, América Latina e Canadá para obtenção de recursos; manteve seu papel ativo regional; e procurou obter, junto aos países desenvolvidos, investimentos e tecnologias (ZWEIG; JIANHAI, 2005).

O reconhecimento da sua condição de país em desenvolvimento com muitas dificuldades e problemas internos, em especial a disparidade entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social, alimentou a visão crítica frente ao processo de globalização, seus reflexos díspares, e frente às distorções do sistema. Nesse sentido, a interlocução com os países em desenvolvimento se mostrou produtiva para salvaguardar os direitos legítimos e os interesses daquele conjunto de Estados e impulsionar a construção da nova ordem política e econômica, benéfica aos projetos nacionais e propícia à redução do *gap* existente entre o

Norte e o Sul. O País buscou uma maior aproximação e demonstrou solidariedade com os países africanos. Com relação à América Latina, o governo de Hu Jintao mostrou-se pragmático ao incentivar a aproximação com os países da região, tendo em vista a complementaridade econômica e a cooperação e o apoio político nos fóruns multilaterais (JIANG, 2002a; STATE..., 2005b; HU, 2004).

Em suma, a orientação do País no cenário internacional seguiu os pontos determinados no 16º Congresso, expressos por 16 caracteres chineses que significam:

yi ge shijie (um mundo)
liang zhong zhidu (dois sistemas)
jingzheng duoyuan (multipolaridade econômica e política)
heping gongchu (coexistência pacífica)³⁹ (GONG, 2004, p. 163).

Como no período anterior, a China procurou elucidar o caráter pacífico da sua ascensão. Notadamente, questionamentos sobre seu papel na comunidade internacional ou, ainda, posições alarmistas sobre o crescimento econômico acelerado do país e sua crescente importância no cenário internacional surgiram durante o período. Em novembro de 2003, Zheng Bijian, vice-presidente da *Central Party School*, utilizou o termo “ascensão pacífica” para descrever o caráter do desenvolvimento chinês em seu discurso durante o *Bo’ao Forum for Asia* (organização não governamental para promover o diálogo e a cooperação na região). Esse conceito foi utilizado, posteriormente, pelo primeiro-ministro Wen Jiabao e por Hu Jintao. A essa classificação seguiu-se um debate sobre o possível redirecionamento da política externa chinesa, frente ao conceito que, na verdade, pretendia tranquilizar a comunidade internacional sobre o crescimento extraordinário do País. Com a repercussão do novo “slogan”, não se ouviu mais a expressão dos dirigentes chineses a partir de abril de 2004, que voltaram a utilizar a antiga fórmula “paz e desenvolvimento”. Posteriormente, em dezembro de 2005, foi publicado o *white paper* sobre o “caminho pacífico para o desenvolvimento”, com uma elaborada explanação sobre a antiga fórmula (SUETTINGER, 2004; STATE..., 2005b):

Paz, abertura, cooperação, harmonia e benefício mútuo são nossa política, nossa idéia, nosso princípio e nosso objetivo. Tomar o caminho do desenvolvimento pacífico é unificar o desenvolvimento doméstico com a abertura ao mundo exterior, vinculando o desenvolvimento da China com o do resto do mundo, e combinando interesses fundamentais do povo chinês com os interesses comuns de todos os povos. A China persiste na sua busca

³⁹ Tradução nossa do original pinyin-inglês.

pela harmonia e desenvolvimento interno enquanto busca paz e desenvolvimento externo; os dois aspectos, vinculados e organicamente unidos, são uma totalidade integrada, e irão auxiliar na construção de um mundo harmonioso de paz sustentável e prosperidade comum⁴⁰ (STATE..., 2005b).

Em um exercício comparativo, é possível identificar que, durante o período 2003-2005, Brasil e China estavam envolvidos nos projetos nacionais relacionados ao ideal de desenvolvimento sustentável e à manutenção da estabilidade, remetendo nova ênfase aos aspectos sociais. Na China, o governo manteve o trabalho de *soft landing* da economia e procurou conciliar o crescimento econômico com o bem-estar social, para diminuir as disparidades internas. No Brasil, o governo buscou desenvolver mecanismos para impulsionar o crescimento econômico com inclusão social e, ainda, políticas sociais destinadas aos segmentos mais vulneráveis da população, para diminuir as disparidades existentes.

A natureza dual da política externa, que resulta do balanço entre as percepções do governo sobre o interesse nacional e sobre os constrangimentos e oportunidades do sistema internacional, possibilitou um arranjo diferente do período anterior (1995-2002).

No governo Lula, o reconhecimento da problemática realidade social do País impulsionou movimentos pragmáticos. A recuperação do papel ativo do Estado, do paradigma logístico, consolidou-se no cenário interno e externo. Na política externa, em meio à recuperação do espaço do Itamaraty e às percepções dos dirigentes, houve a retomada da autoconfiança do País quanto ao seu potencial de influir nos meios multilaterais e para atuar de forma autônoma e ativa no cenário internacional. Nesse sentido, a idéia de geometrias variáveis e o pensamento livre de hesitações quanto à aproximação e ao diálogo estendido com os países em desenvolvimento garantiu a postura pragmática do governo em relação à China. A janela de oportunidades para o comércio, investimentos, cooperação em áreas diversas, em especial científico-tecnológica, e para a cooperação em fóruns multilaterais, tendo em vista o momento singular de negociações que se abriu na OMC e a necessidade de articulação na ONU, não poderia ser perdida. A China, com sua identificação histórica com os países em desenvolvimento, encontrou no governo Lula grande vontade política para realizar o potencial de cooperação.

No governo Hu Jintao, o reconhecimento do déficit social também impulsionou uma mobilização em torno da diminuição das disparidades internas. O governo buscou balancear o crescimento econômico com o desenvolvimento social sustentável, ampliando o alcance dos

⁴⁰ Tradução nossa do original em inglês. Zheng Bijian persistiu no conceito de “ascensão pacífica”, ressaltando pontos similares aos apresentados no *White paper*. Ver: ZHENG, 2005.

benefícios. De forma paralela, procurou avançar nos mecanismos de legitimidade do partido. No cenário internacional, além das temáticas relacionadas à segurança regional, o País manteve o caráter universalista da política externa e o incentivo à aproximação com os países em desenvolvimento. Na América Latina, seu principal parceiro, o Brasil, mostrou-se mais aberto e passou a responder com maior entusiasmo aos potenciais de cooperação bilateral.

Em suma, a troca de governo no Brasil, que apresentou diferentes percepções sobre o interesse nacional e sobre como realizá-lo, e as “correções de rumo” efetuadas pelo Itamaraty, proporcionaram uma convergência ampliada entre as diretrizes e os interesses da política externa brasileira e aqueles da política externa chinesa.

Notadamente, é válido ressaltar que, apesar da condição compartilhada de países em desenvolvimento e a convergência de interesses, Brasil e China continuam trabalhando com índices diversos, tanto internamente quanto externamente. O PIB chinês, por exemplo, apresentou uma média de crescimento de 10% no período 2003-2005. Com relação ao período total de análise desta dissertação (1995-2005), o índice de crescimento médio do PIB foi de 9,22%⁴¹. O PIB brasileiro apresentou índices de crescimento mais modestos: 2,57% entre 2003 e 2005 e 2,40% entre 1995 e 2005. O Gráfico 4 apresenta a evolução destes índices no período 1995-2005:

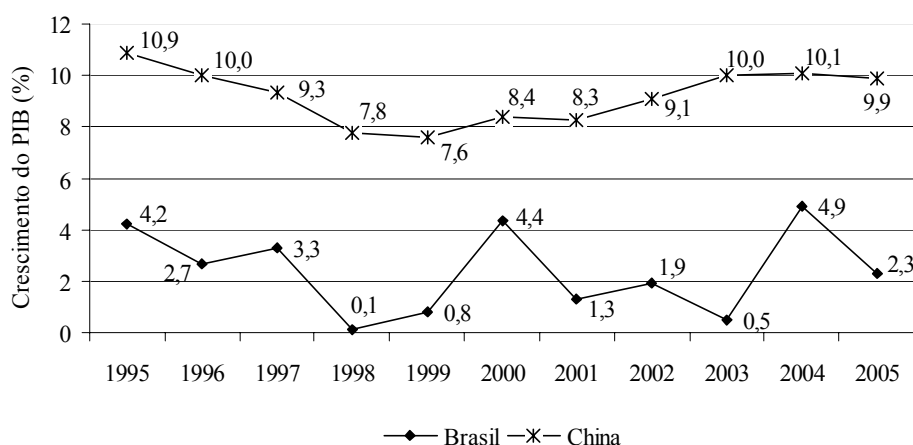


GRÁFICO 4 – Crescimento do PIB (%), Brasil e China, 1995-2005

Fontes: CHINA... (2006), NBS (2006), BCB (2006). Elaboração própria.

⁴¹ Estes índices estão de acordo com a correção do PIB (1979-2004) e dos índices de crescimento (1993-2004) anunciadas pelo NBS em dezembro de 2005.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) também apresentou variações específicas em cada país. O Gráfico 5 ilustra estas variações:

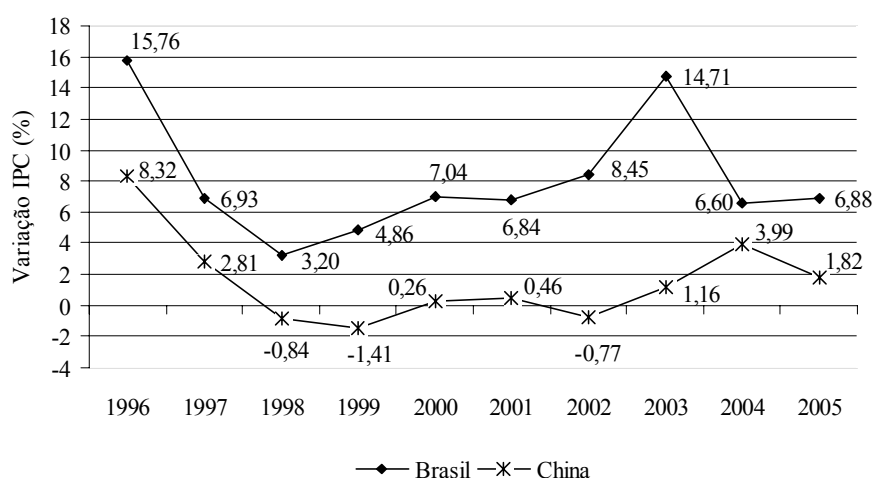


GRÁFICO 5 – Variação Anual do IPC (%), Brasil e China, 1996-2005.

Fonte: IMF, 2006. Elaboração própria.

Da mesma forma, é válido fazer um comparativo entre a participação dos países no comércio mundial. Enquanto as exportações brasileiras representaram 0,98% das exportações mundiais em 2003 e 1,13% em 2005, as exportações chinesas representaram 5,85% em 2003 e 6,39% em 2004. Ao analisar o período entre 1995 e 2005, percebe-se que a participação do Brasil no comércio mundial foi levemente alterada, enquanto a da China assumiu parcelas mais significativas. Conforme dados da UNCTAD, a participação da China nas exportações mundiais tem apresentado um crescimento constante desde o final da década de 1970, enquanto a participação do Brasil se manteve oscilando na banda entre 0,84% e 1,38% (valor mínimo e valor máximo ocorridos entre 1999 e 1984, respectivamente). A Tabela 4 apresenta a evolução destes índices entre 1995 e 2005.

TABELA 4 – Participação no comércio mundial (%), Brasil e China, 1995-2005.

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações											
Brasil	0,90	0,89	0,95	0,93	0,84	0,86	0,94	0,93	0,98	1,08	1,13
China	2,88	2,80	3,28	3,34	3,42	3,87	4,31	5,04	5,85	6,39	n.d.
Importações											
Brasil	1,03	1,04	1,15	1,08	0,89	0,88	0,92	0,75	0,66	0,71	0,68
China	2,53	2,53	2,51	2,50	2,84	3,39	3,82	4,46	5,38	6,07	n.d.

Fonte: Dados 1995-2004, UNCTAD (1990-2005). Dados de 2005 são estimativas, BRASIL (2006b). Elaboração própria.

Com relação à política cambial, no período entre 2003 e 2004, a taxa de câmbio brasileira seguiu relativamente valorizada com relação aos anos anteriores e, a partir do segundo semestre de 2005, passou a apresentar valores mais baixos. A China, por sua vez, manteve a política de câmbio fixo até o segundo semestre de 2005, quando adotou um sistema de flutuação administrada com base em uma cesta de moedas. As bandas de variação do *yuan* foram pré-estabelecidas. Notadamente, a margem de flutuação com relação ao euro, iene e dólar de Hong Kong, por exemplo, foi mais flexível do que aquela estabelecida ao dólar americano – em setembro de 2005 a banda de flutuação correspondeu a 3% para as três primeiras moedas e 0,3% para o dólar americano (NOVA..., 2005; CUNHA; BIANCARELI, 2005). A Tabela 5 demonstra a variação da taxa de câmbio (valor de conversão da moeda nacional em relação ao dólar norte-americano) entre 1996-2005:

TABELA 5 – Taxa de câmbio (média anual), Brasil e China, 1996-2005

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
China (Yuan/US\$)	8,31	8,29	8,28	8,28	8,28	8,28	8,28	8,28	8,28	8,19
Brasil (Real/US\$)	1,01	1,08	1,16	1,81	1,83	2,36	2,92	3,08	2,93	2,43

Fonte: IMF. Elaboração própria.

Os índices mostram-se diversos, porém os interesses são similares. A convergência de interesses entre Brasil e China foi evidenciada ao longo do período com o crescente intercâmbio comercial, de investimentos, com a interlocução nos organismos multilaterais e com a interlocução direta, efetivada por meio dos mecanismos de consultas e visitas de alto nível.

A afinidade às posições pragmáticas do governo chinês no sistema internacional e o interesse em manter um diálogo próximo com o país foram evidenciados, já em 2001, durante a visita oficial do Partido dos Trabalhadores (PT) à China, realizada entre 14 e 25 de maio. A comitiva, liderada pelo presidente de honra do partido, Lula, foi recebida por Wei Jianxing, membro do Comitê Permanente do Bureau Político. Na ocasião, foi entregue uma nota oficial do PT de incentivo ao diálogo entre os países e ao aprofundamento da parceria estratégica. Com a visita, o partido, que esteve rompido com o PCC no início da década de 1990, em razão da posição crítica à intervenção em Tiananmen, demonstrou sua vontade política em desenvolver um diálogo estendido e pragmático com aquele país. Notadamente, a visita estava sendo negociada desde 1994 e, com sua efetivação, o PT abriu importantes canais para o

governo que se estabeleceu em menos de dois anos (a exemplo de outros partidos brasileiros, como PFL e PSDB, que mantêm diálogo aberto com o PCC).

Durante o governo, as visitas de alto nível se mostraram constantes. Com o objetivo de ampliar a cooperação bilateral, reafirmaram o caráter estratégico da parceria. Para evitar uma exposição exaustiva, destacamos de forma sucinta as principais visitas realizadas pelos membros do governo no período 2003-2005, e mantemos o foco de análise nas visitas presidenciais de 2004.

Em outubro de 2003, o Ministro de Ciências e Tecnologia, Roberto Amaral, realizou uma visita oficial dias antes do lançamento do satélite CBERS 2. O Ministro esteve na Academia de Ciências da China e se encontrou com a comunidade científica. Também em outubro, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, participou do I Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre China e Países de Língua Portuguesa, realizado em Macau (BRASIL, 2003b).

Em novembro de 2003, o Ministro da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, e o secretário-geral da UNCTAD, Rubens Ricupero, acompanhados por uma delegação de empresários, seguiram para a China. O roteiro da comitiva incluiu a participação na 22ª Cúpula de Negócios da China, realizada em Pequim, e em seminários realizados naquela cidade e em Xangai. Ainda no mês de novembro, o Ministro da Defesa, José Viegas Filho, esteve na China e se encontrou com o vice-presidente, Zeng Qinghong, e com o Ministro da Defesa, Cao Gangchuan. Os dirigentes se mostraram otimistas sobre a extensão da cooperação entre as forças armadas e expressaram o interesse mútuo dos governos em ampliar a cooperação bilateral (BRASIL, 2003b).

O ano de 2004 foi marcado pelo trigésimo aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a China e pelo décimo primeiro aniversário do estabelecimento da parceria estratégica. O relacionamento bilateral, que já vinha ocupando um lugar de destaque na agenda do governo, na comunidade científica e empresarial, a partir do reconhecimento do crescimento chinês e da amplitude das possibilidades de cooperação, tomou novo impulso com as duas visitas presidenciais que ocorreram em maio e novembro do mesmo ano.

Antes das visitas presidenciais, o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, recebeu o chanceler brasileiro, Celso Amorim, na China, em 22 de março. E, o vice primeiro-ministro da China, Hui Liangyu, esteve em Brasília, em 19 de abril.

Entre 22 e 27 de maio de 2004, o presidente Lula e o chanceler Celso Amorim seguiram à China acompanhados pela maior comitiva até então formada em razão de uma

viagem presidencial. A delegação brasileira contou com os Ministros Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio), Roberto Rodrigues (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Dilma Rousseff (Minas e Energia), Guido Mantega (Planejamento), Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia), Walfrido dos Mares Guia (Turismo), e Luiz Dulci (Secretaria-Geral da Presidência), e com os Governadores do Acre (Jorge Viana), Mato Grosso (Blairo Maggi), Mato Grosso do Sul (José Orcírio de Miranda), Minas Gerais (Aécio Neves da Cunha), Piauí (Wellington Dias) e São Paulo (Geraldo Alckmin). A comitiva contou, ainda, com a presença de parlamentares e da maior delegação empresarial já organizada (225 empresas e mais de 400 empresários). Dentre os empresários, devem ser destacados o presidente da Embrapa, Itaipu, Vale do Rio Doce e Petrobrás (SILVA 2004a, 2004b, 2004c).

Durante a visita, Lula ressaltou o interesse brasileiro em ampliar a cooperação com a China, em promover um salto qualitativo na parceria estratégica: “Queremos uma parceria que integre nossas economias e sirva de paradigma para a cooperação Sul-Sul” (SILVA, 2004a, p. 3). Tendo em vista os anseios por um sistema econômico-comercial livre de distorções, favorável à realização dos projetos nacionais das nações em desenvolvimento, o anseio por instâncias políticas internacionais com maior representatividade e, conseqüentemente, maior legitimidade, o anseio pelo fortalecimento do multilateralismo e pelo equilíbrio da agenda internacional, que se encontra concentrada basicamente em temas de segurança, o Presidente brasileiro chamou os países a cooperar para a construção de uma ordem mundial mais justa e equilibrada. Segundo Lula, a “multipolaridade saudável” será resultado da cooperação política estendida, enquanto uma “nova geografia econômico-comercial” se consolidará com o aumento dos fluxos comerciais entre os países em desenvolvimento, gerando ganhos mútuos (SILVA, 2004b).

A China é um país de história milenar; o Brasil é uma nação comparativamente jovem; geograficamente estamos distantes. Mas, nos unem os mesmos anseios de desenvolvimento e justiça social. Somos dois grandes países em desenvolvimento que procuram integrar-se nas correntes internacionais de comércio e investimento sem abrir mão da autonomia de nossos processos decisórios. Daí a importância de nossa aliança estratégica – não só para intensificar nosso relacionamento recíproco, mas para modificar as regras injustas que, hoje, presidem o comércio internacional (SILVA, 2004c, p. 1).

Lula e Hu Jintao acordaram sobre a importância da cooperação na Rodada de Doha e o papel construtivo do G-20, que fortaleceu a posição do grupo no intuito de torná-la,

verdadeiramente, a Rodada do Desenvolvimento e para consolidar um sistema de comércio equitativo. Os presidentes também ressaltaram a importância da cooperação para a plena realização do direito ao desenvolvimento, reafirmando os princípios de universalidade, indivisibilidade e não-seletividade dos Direitos Humanos. Nesse sentido, a China agradeceu o apoio brasileiro na Comissão de Direitos Humanos. Ambos expressaram seus entendimentos sobre a necessidade de reforma na ONU, no Conselho de Segurança, para torná-la mais representativa e, em especial, ceder espaço para a participação de países em desenvolvimento. Contudo, não foi expresso apoio claro à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança (COMUNICADO..., 2004).

O governo brasileiro reafirmou seu comprometimento com o princípio de “uma só China” e, frente à solicitação chinesa de reconhecimento de economia de mercado, se comprometeu a examinar o pedido chinês (COMUNICADO..., 2004).

O Presidente Lula participou de seminários, em Pequim e Xangai, onde incentivou os empresários a atuarem com ousadia e criatividade, a aproveitarem a oportunidade de estender laços com a comunidade chinesa que presa o relacionamento pessoal, o *guanxi*. Lula classificou a China como um “shopping de oportunidades” para a consolidação de bons negócios. O dinamismo chinês foi identificado como fonte de possibilidades de cooperação em diversas áreas, para a expansão do comércio e de investimentos (SILVA, 2004a).

Lula falou sobre a composição da pauta de exportações brasileiras para a China, em que se destacam a soja, óleo de soja, minério de ferro, laminados de aço, automóveis, autopeças, celulose, máquinas e instrumentos mecânicos. E ressaltou o interesse brasileiro em diversificá-la, para atender os chineses com outros produtos, como a carne, o etanol e produtos com maior valor agregado (SILVA, 2004a).

Notadamente, na ocasião da visita, o governo brasileiro passava por um momento delicado frente a um carregamento de soja que havia sido rejeitado pelo governo chinês por conter sementes impróprias para o consumo. O Brasil oficializou um pedido de desculpas e classificou o ocorrido como um caso isolado. Para tranquilizar o governo chinês, bem como outros importadores da soja brasileira, a fiscalização nos portos brasileiros foi reforçada, passando a exigir análises fitossanitárias para a efetivação do embarque.

Com relação à carne, o memorando de entendimento na área de segurança sanitária e fitossanitária, que prevê a cooperação e a consulta para solucionar não conformidades relacionadas às inspeções naquelas áreas, abriu espaço para entendimentos. Quanto ao etanol, o governo brasileiro expôs as vantagens da fonte alternativa de energia e falou sobre a possibilidade de comercialização, transferência de tecnologia para sua produção, bem como

para a adaptação e montagem dos motores para veículos. Os países também dialogaram sobre cooperação na área nuclear, sobre a possibilidade do Brasil fornecer urânio bruto e participar do projeto de expansão do programa chinês de usina nuclear (SILVA, 2004a).

Durante a visita foram assinados acordos comerciais entre a Petrobrás e Sinopec; contrato entre a Vale do Rio Doce, Shanghai Baosteel, Yongcheng Coal e Electricity Group para a constituição de uma *joint venture* para a produção de carvão na província de Henan na China; acordo entre a Vale do Rio Doce e a Yankuang Group para a produção de coque na China a partir de 2006; entre a Vale do Rio Doce e a Chalco (Aluminum Corporation of China Limited) para o estudo da construção de uma refinaria de alumina no estado do Pará; e entre o BNDES e o *Citic group* para o financiamento de projetos de joint-ventures sino-brasileiras, dentre outros.

Foi assinado o memorando de entendimento sobre cooperação hidroferroviária, que prevê investimentos chineses na recuperação, construção e ampliação de ferrovias e portos brasileiros para o escoamento de produtos, em especial aqueles que a China tem interesse em contar com o fornecimento a longo prazo, como a soja, álcool, madeira, minério de ferro e produtos siderúrgicos.

Na ocasião da visita, Hu Jintao concedeu ao Brasil o status de destino turístico autorizado. O intercâmbio de turistas é um incentivo à ampliação do conhecimento mútuo e pode estender benefícios. Conforme Lula: “uma relação bilateral verdadeiramente sólida não pode basear-se apenas na interação entre governos: ela deve atingir as sociedades e os indivíduos, mobilizar as mentes e despertar emoções” (SILVA, 2004b, p. 1).

No dia 23 de maio, Lula inaugurou o escritório da Petrobrás em Pequim. Na ocasião, ressaltou o caráter promissor da cooperação entre a Petrobrás e a Sinopec para a exploração conjunta de petróleo em águas profundas. No dia 25, inaugurou o Núcleo de Cultura Brasileira da Universidade de Pequim, identificado como mecanismo para incentivar o intercâmbio educacional, cultural e científico entre os países. Frente aos desafios similares que ambos países têm pela frente, a reflexão conjunta e continuada aparece como benéfica para ampliar o conhecimento sobre as realidades de cada um e desenvolver o pensamento sobre como transformá-las. Lula também inaugurou a exposição no Museu do Palácio Imperial “Brasil Amazonas: tradições nativas”, que contou com itens de arte indígena e arqueologia da Amazônia – essa foi a contrapartida brasileira à exposição dos Guerreiros de Xi’an e os tesouros da Cidade Proibida, realizada em São Paulo em 2003.

No encontro entre Lula e Hu Jintao, os presidentes reconheceram os avanços das relações bilaterais desde o estabelecimento das relações diplomáticas e, posteriormente, com a

declaração da parceira estratégica. Para assegurar os avanços continuados, os dirigentes acordaram em orientar o relacionamento com base em quatro princípios (propostos por Hu Jintao e de caráter similar àqueles delineados por Jiang Zemin, em 1993):

1) fortalecimento da confiança política mútua, com base em um diálogo em pé de igualdade; 2) aumento do intercâmbio econômico-comercial com vistas ao benefício recíproco; 3) promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; 4) promoção do intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo (COMUNICADO..., 2004, p. 1).

Por fim, devem ser destacadas as assinaturas do memorando de entendimento que permite disponibilizar os serviços de sensoriamento remoto gerados pelo programa CBERS a terceiras partes; do memorando de entendimento sobre o estabelecimento da Comissão sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, co-presidida por José Alencar, vice-presidente brasileiro, e Wu Yi, vice primeira-ministra chinesa⁴²; e a criação do Conselho Empresarial Brasil-China.

Em 15 de agosto de 2004, na ocasião do trigésimo aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas, os presidentes Lula e Hu Jintao e os ministros das relações exteriores Celso Amorim e Li Zhaoxing trocaram mensagens de congratulações e de incentivo ao aprofundamento das relações, para o desenvolvimento mútuo e a contribuição ao estabelecimento de uma ordem política e econômica mais justa.

Em 11 de outubro de 2004, o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, esteve no Centro Cultural Brasileiro da Universidade de Pequim em ocasião da comemoração dos 55 anos da fundação da República Popular da China.

Entre 11 e 15 de novembro de 2004, Hu Jintao retribuiu a visita de Lula com sua vinda ao Brasil. Sua passagem pelo País fez parte do giro latino-americano que incluiu visitas à Argentina, Chile (onde participou da XII Reunião da APEC) e Cuba. Integravam a comitiva chinesa: Li Zhaoxing (Ministro Relações Exteriores), Bo Xilai (Ministro do Comércio), Li Changjiang (Ministro da Administração Estatal para Supervisão de Qualidade e Quarentena), Zang Yunchuan (Ministro da Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional), He Guangwei (Ministro da Administração Nacional do Turismo), Gu Xiulian

⁴² A primeira reunião da Comissão foi realizada em março de 2006, em Pequim, com a participação do vice-presidente José Alencar. Na ocasião, foram estabelecidas as seguintes subcomissões específicas para cooperação: Mecanismo de Consultas Políticas, a Comissão Mista Econômica e Comercial, a Comissão Mista Científica e Tecnológica, a Comissão de Concertação de Projetos de Cooperação de Tecnologia Espacial, a Comissão Mista Cultural e o Comitê Agrícola. Notadamente, as subcomissões Política, Cultural e Agrícola reuniram-se antes de março, enquanto as demais deveriam reunir-se no decorrer de 2006.

(vice-presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional e Presidente da Federação Nacional de Mulheres da China), dentre outros membros do governo e empresários. Além da negociação de acordos, o principal objetivo da visita chinesa era a obtenção do reconhecimento de economia de mercado. O roteiro da comitiva incluiu a visita a Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e São José dos Campos (para visita ao INPE).

Em Brasília, no encontro com Hu Jintao, Lula declarou que a relação bilateral havia atingido sua maturidade, mas ainda havia espaço para crescer. As relações estavam se fortalecendo com as cifras crescentes das transações econômico-comerciais e com a cooperação estendida frente ao propósito compartilhado de contribuir para o equilíbrio e a equidade do sistema internacional (SILVA, 2004e, 2004f).

Os dirigentes dialogaram sobre investimentos, em especial na infra-estrutura brasileira, sobre comércio e cooperação. Lula expressou o interesse brasileiro em ter maior acesso ao mercado chinês e em diversificar a pauta de exportações com a inclusão da carne bovina, carne de frango, frutas, suco de laranja e produtos de maior valor agregado. Hu Jintao convidou o Brasil a trabalhar com a meta de estender a relação comercial a 20 bilhões de dólares nos próximos três anos, e externou o anseio da China pelo reconhecimento de economia de mercado, ressaltando que tal movimento favoreceria o comércio bilateral e os investimentos (SILVA, 2004e, 2004f).

Lula e Hu Jintao expressaram seus interesses sobre a consolidação de um mundo multipolar, pluralista e com justiça social, a ser construído com base no diálogo e na cooperação. Como no início do ano, na ocasião da viagem de Lula à China, Hu Jintao estimulou a participação ampliada do Brasil no sistema internacional, mas não foi além disso. Notadamente, o governo chinês entende que o objetivo central da reforma da ONU é a correção da situação desbalanceada, em especial quanto à participação de países em desenvolvimento (CHINA..., 2004). Lula, por sua vez, declarou que “entendemos ser essa uma manifestação favorável a que o Brasil participe como membro permanente dos trabalhos de um Conselho de Segurança reformado” (SILVA, 2004e, p. 1).

Em discurso ao Congresso Nacional brasileiro, Hu Jintao explanou sobre a economia chinesa, sobre os avanços conquistados desde o início das reformas e que, mesmo com o crescente desenvolvimento até então promovido, o governo mantém uma visão sóbria sobre suas debilidades internas. Apesar de estar entre os países com maior PIB do mundo, a relação PIB *per capita* ainda se mantém muito baixa. Essa realidade demonstra que a China ainda tem um longo caminho a percorrer para realizar seu projeto de modernização e assegurar a prosperidade para o seu povo. Nesse sentido, em compasso com os esforços para o

desenvolvimento interno, a China mantém uma política externa que valoriza a paz e busca promover o desenvolvimento comum. A cooperação com países em desenvolvimento foi caracterizada, não somente como uma escolha lógica para promover o desenvolvimento comum, mas como o principal instrumento para construir uma ordem internacional justa. Conforme Hu: “Fortalecer a solidariedade e a cooperação com outros países em desenvolvimento é um princípio básico da política externa da China” (HU, 2004, p. [1]).

Com relação ao Brasil, Hu Jintao reafirmou os quatro princípios para o desenvolvimento das relações bilaterais que haviam sido definidos no início do ano. E salientou que o aprofundamento da parceria estratégica trará prosperidade e progresso para ambos, além de contribuir para o desenvolvimento global:

Trinta anos atrás, a China e o Brasil, os dois maiores países em desenvolvimento no hemisfério leste e oeste, deram as mãos em um movimento histórico para estabelecer as relações diplomáticas. Hoje, trinta anos mais tarde, nós estamos construindo uma parceria estratégica com conotações cada vez mais ricas. Os dois países cooperam de forma próxima, fornecem apoio mútuo nos assuntos internacionais e estão comprometidos em impulsionar o estabelecimento de uma nova ordem internacional política e econômica justa e sensata (HU, 2004, p. [1]).

Hu Jintao expressou, ainda, seu interesse em fortalecer o relacionamento entre seu país e a América Latina. Para tanto, delineou três pontos base. Primeiro, desenvolver um consenso estratégico e expandir a confiança política para tornar possível o apoio mútuo. Segundo, manter o foco em trabalhos práticos e inovadores, explorando o potencial de cooperação, para efetivar a complementaridade econômica das regiões e construir novas parcerias mutuamente benéficas. E terceiro, valorizar a aproximação cultural para ampliar o conhecimento mútuo entre as regiões (HU, 2004).

Após longas negociações, o governo brasileiro concordou em conceder o status de economia de mercado para a China. Em contrapartida, o governo chinês assegurou uma maior abertura do seu mercado para produtos brasileiros (SILVA, 2004e). Segundo o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, o reconhecimento não seria efetivado se a contrapartida chinesa não fosse realmente vantajosa para o Brasil. Em adição, o País não abriu mão dos mecanismos tradicionais de questionamento na OMC e dos seus mecanismos internos de controle (como alíquotas e salvaguardas).

Em 12 de novembro, foram assinados oito documentos especificando entendimentos entre os governos. No Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de Comércio e Investimento, o Brasil afirmou o reconhecimento da China como economia de

mercado e as partes se comprometeram em cooperar na regulamentação e inspeção fito e zoonosológica; em apoiar os empreendimentos conjuntos (*joint ventures*); em cooperar no setor de tecnologia de informação, especialmente no setor financeiro; em facilitar o comércio de coque siderúrgico; e em estimular o comércio bilateral e os investimentos (nas áreas de infraestrutura, energia, gás natural, proteção ambiental, meios de transporte, biotecnologia e mineração, dentre outras). Foram assinados quatro protocolos com especificações sanitárias e veterinárias para a comercialização de carne de aves, bovina e suína entre os países (exportação de carnes de aves e bovina produzidas no Brasil e exportação de carnes de aves e suína produzidas na China).

Foram assinados, ainda, protocolos sobre a aplicação e comercialização dos recursos gerados pelo projeto CBERS e para o lançamento do CBERS 2B em 2006, tendo em vista a prorrogação do lançamento do CBERS 3 para 2008 e CBERS 4 para 2010 (SILVA, 2004e). Por fim, foi assinado o Memorando de Entendimento na Facilitação de Viagens de Grupos de Turistas chineses ao Brasil.

Durante o ano de 2005, foram realizadas novas visitas de alto nível. Em agosto, o vice-ministro, Zhu Guangyao, esteve no Brasil. Na ocasião, foi assinado o memorando de entendimento sobre cooperação na área de proteção ambiental, que incentiva o intercâmbio de informações naquela área.

Entre 22 e 30 de setembro, uma equipe técnica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e representantes de setores da indústria brasileira, acompanhados pelo Secretário de Comércio Exterior, Armando Meziat, e do Ministro Luiz Fernando Furlan estiveram em Pequim para negociações técnicas sobre a restrição voluntária e aplicação de salvaguardas específicas sobre produtos chineses. Tendo em vista a expiração do Acordo de Têxteis e Vestuários da OMC, que permitia a aplicação de cotas para aquele setor, em 1º de janeiro de 2005, e o subsequente aumento expressivo das importações dos têxteis chineses, em compasso com o aumento expressivo das importações de outros setores, o governo brasileiro procurou fazer um acordo com o governo chinês. Houve o intercâmbio de estatísticas comerciais, mas os governos não chegaram a um consenso.

Em decorrência, em 05 de outubro, por meio do decreto 5.556, o governo brasileiro internalizou as salvaguardas transitórias previstas no artigo 16 do Protocolo de Acesso da China à OMC, que determina que os membros da organização podem impor mecanismos de proteção comercial até 2013 contra produtos chineses que causem ou ameacem causar um desvio importante de comércio no mercado do país importador. E, por meio do decreto 5.558, foram regulamentadas as salvaguardas têxteis, previstas no parágrafo 242 do Informe do

Grupo de Trabalho sobre a Acessão da China à OMC, que prevê a aplicação de restrições quantitativas às importações de produtos têxteis e de vestuário da China aos membros do organismo até 2008. Para a aplicação das salvaguardas, inicia-se a investigação de dumping junto ao Departamento de Defesa Comercial (a abertura do processo pode ser realizada por meio de um formulário eletrônico disponível no site do MDIC). A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) deve realizar a investigação e elaborar um parecer sobre a existência ou ameaça de “desorganização do mercado”. Cabe à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) a decisão sobre a aplicação de medida de salvaguarda e ao MRE transmitir as informações ao Comitê de Salvaguardas da OMC⁴³ (BRASIL, 2005a, 2005b).

Por fim, deve ser destacada a assinatura do Memorando de Entendimento em Cooperação Industrial, em setembro de 2005, que prevê cooperação bilateral para expandir os investimentos e o comércio nas seguintes áreas: metalurgia e recursos minerais, como minério de ferro, minério de bauxita e minério de cobre; álcool combustível; cadeia de processamento de produtos agrícolas e seus derivados; construção civil; tecnologias da informação; indústria biológica; indústria aeronáutica e espacial.

Em outubro, Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, esteve em Pequim. Na ocasião, foi assinado o memorando de entendimento sobre cooperação em conservação da biodiversidade florestal, que prevê o intercâmbio de informações e a realização conjunta de pesquisa científica e tecnológica em ecossistemas florestais. E, em novembro, o Secretário Executivo de Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade do Ministério da Educação, Ricardo Henriques, esteve em Pequim e efetivou o acordo sobre cooperação educacional para 2006 e 2008.

4.1 Vertente Econômica e Comercial

O intercâmbio comercial sino-brasileiro apresentou um crescimento expressivo no período entre 2003 e 2005. As exportações brasileiras com destino à China mantiveram

⁴³ É válido observar que, em 03 março de 2006, os ministros Luiz Fernando Furlan e Bo Xilai assinaram em Pequim um acordo de autolimitação da exportação de produtos têxteis chineses para o Brasil. O acordo, válido a partir de abril de 2006, limitou o volume de exportações com cotas crescentes até o final de 2008. No acordo, o volume mais expressivo corresponde aos produtos sintéticos, com cotas de 36.241 toneladas (abril-dezembro de 2006), 55.569 toneladas (2007) e 66.683 toneladas (2008). No período 2003-2005, o volume de importação das NCMs classificadas como produtos sintéticos incluídas no acordo (parte do capítulo 54, parte do capítulo 55 e uma NCM do capítulo 59) totalizaram 22.183 toneladas (2003), 39.768 toneladas (2004) e 43.927 toneladas (2005) (BRASIL, 1990-2006).

índices de expansão, sem recuos, desde 2000. Em 2003, houve um crescimento de 79,83% com relação a 2002. Entre 2003 e 2005 as exportações brasileiras para aquele destino cresceram 171,13% (tomando o ano de 2002 como ano base). Ao final de 2005, o valor total exportado para a China, US\$ 6,83 bilhões (FOB), representou um crescimento de 467,70% com relação às exportações efetuadas em 1995, US\$ 1,20 bilhões (FOB).

Em 2005, a China foi o terceiro maior mercado importador de produtos brasileiros, logo atrás dos Estados Unidos e da Argentina, detendo 5,78% do total exportado. Essa posição havia sido conquistada em 2003, mas não foi mantida em 2004, quando a Holanda apresentou um índice mais expressivo (BRASIL, 1990-2006).

O crescimento das exportações para a China não deve ser entendido como substituição de mercados. Houve um crescimento significativo das exportações para aquela região logo após a desvalorização do Real, após a entrada da China na OMC e em função da retração ocorrida na América Latina, ainda na gestão Fernando Henrique, porém mesmo com a recuperação do fôlego regional, as exportações para a China continuaram crescendo. Com relação a outros países asiáticos, como o Japão e a Coreia do Sul, o volume das exportações brasileiras também tem apresentado crescimentos constantes desde de 2001. Dessa maneira, o crescimento das exportações para a China deve ser examinado a partir do dinamismo do mercado chinês em compasso com sua abertura, a complementaridade das economias e a própria expansão das exportações brasileiras, em índices menos expressivos, mas significativos. O Gráfico 6 apresenta os principais destinos das exportações brasileiras em 2005 e a participação de cada mercado sobre o total exportado (%).

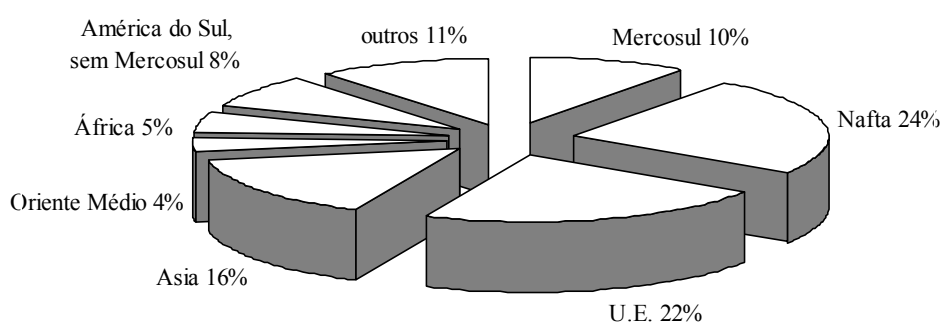


GRÁFICO 6 – Principais destinos das exportações brasileiras, 2005

Fonte: BRASIL, 1990-2006. Elaboração própria.

Mais de um terço das exportações brasileiras para a Ásia (excluindo o Oriente Médio) têm como destino a China. A análise da participação das Regiões Administrativas Especiais

de Hong Kong e Macau, bem como Taiwan, na corrente de comércio brasileira não é objeto desta dissertação, mas é válido observar a representatividade destas regiões em conjunto, conforme apresentado na Tabela 6:

TABELA 6 – Intercâmbio Comercial brasileiro com China, RAEs e Taiwan, 2005

	Exportações		Importações	
	Valor US\$ F.O.B.	Participação %	Valor US\$ F.O.B.	Participação %
China	6.833.668.267	5,7762	5.353.874.372	7,2770
Hong Kong, China	888.392.139	0,7509	385.506.893	0,5240
Macau, China	355.185	0,0003	8.522.149	0,0116
Taiwan	826.123.635	0,6983	1.323.165.595	1,7984

Fonte: BRASIL, 1990-2006. Elaboração própria.

Com relação às importações originárias da China, a expansão dos índices também foi constante desde o ano 2000. Em 2003, o valor das importações de produtos chineses foi 38,19% maior que o do ano anterior. Em 2004, houve um crescimento de 72,79% e em 2005 de 44,27%. Ao final do período, as importações originárias da China cresceram 244,48%, tomando 2002 como base, ou 413,88% se considerarmos 1995 como ano base.

Em 2005, a China foi o quarto maior mercado fornecedor do Brasil, logo após dos Estados Unidos, Argentina e Alemanha. Naquele ano, os índices de participação das regiões nas importações brasileiras foram similares àqueles das exportações, sendo: MERCOSUL 10%; Nafta 20%; União Européia 25%; Ásia 23%; Oriente Médio 3%; África 9%; América do Sul, excluindo Mercosul, 5%; e outros 5%. Conforme apresentado na tabela anterior (TAB. 6), a participação dos produtos chineses no total importado pelo Brasil em 2005 foi de 7,28% (BRASIL, 1990-2006).

O saldo comercial entre o Brasil e a China, que se manteve negativo entre 1996 e 2000, alcançou em 2003 o valor recorde de US\$ 2,39 bilhões (considerando valores de exportação e importação F.O.B.). Contudo, a partir de 2004 o valor do saldo comercial foi decrescente: US\$ 1,73 bilhões em 2004 e US\$ 1,48 bilhões em 2005 (sobre valores F.O.B.). O saldo comercial com a China em 2005 correspondeu ao 9º maior superávit brasileiro daquele ano (depois dos superávits com os Estados Unidos, Holanda, Argentina, México, Rússia, Venezuela, Chile e Bahamas).

O Gráfico 7 apresenta a evolução das exportações e importações brasileiras em relação à China, no período entre 1995 e 2005.

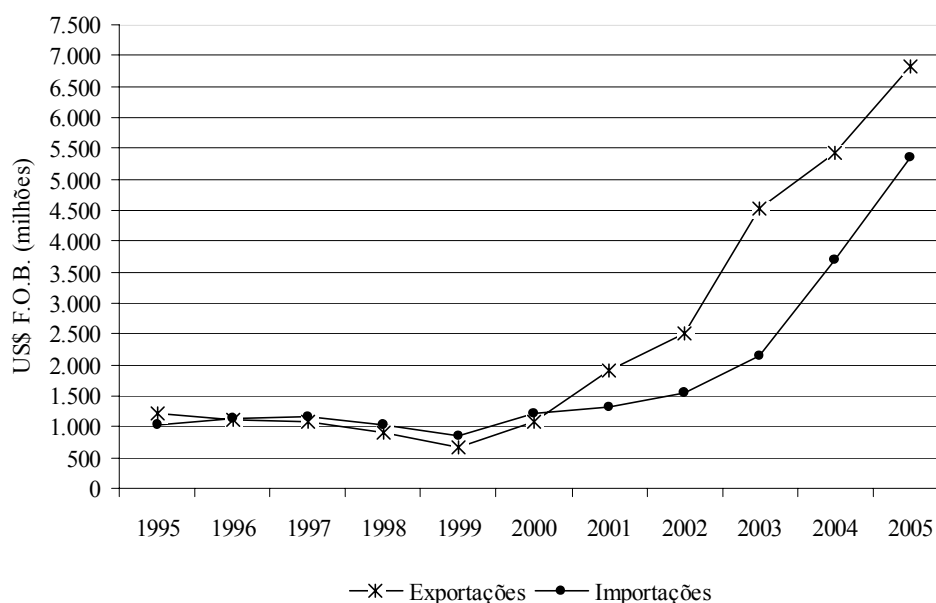


GRÁFICO 7 – Intercâmbio Comercial entre Brasil e China, 1995-2005

Fonte: Brasil, 1990-2006. Elaboração própria.

O Brasil ocupou posições mais modestas nas pautas de exportações e importações da China. Quanto aos principais destinos das exportações chinesas, o Brasil ocupou, em 2004, a 25ª posição e absorveu 0,62% do total exportado. Na América Latina, o Brasil manteve a segunda posição dentre os principais importadores de produtos chineses, logo após o México (que absorveu 0,84% das exportações chinesas). Quanto aos principais fornecedores chineses, o Brasil ocupou, em 2004, a 12ª posição e contribuiu com 1,55% sobre o total das importações. Até 2004, permaneceu como o principal fornecedor latino americano⁴⁴ (NBS, 2005). O Gráfico 8, apresenta os principais destinos das exportações chinesas em 2005 e a participação de cada mercado sobre o total exportado (%).

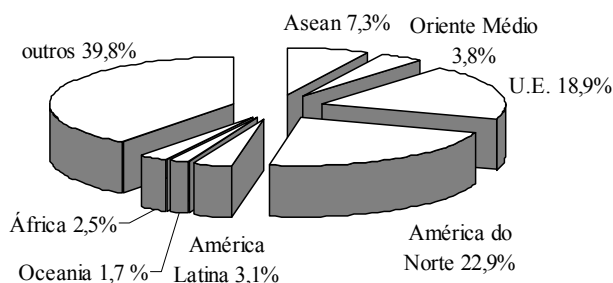


GRÁFICO 8 – Principais destinos das exportações chinesas, 2005.

Fonte: MOFCOM 2006a. Elaboração própria.

⁴⁴ Os índices necessários para o cálculo da posição brasileira nas pautas de exportação e importação chinesas em 2005 não foram disponibilizados até a finalização desta dissertação.

Pouco mais de um quinto das exportações chinesas destinadas à América Latina foram absorvidas pelo Brasil em 2005, que participou com 0,63% daquele total. Com relação aos índices de participação nas importações chinesas, a Asean contribuiu com 11,4% dos produtos; Oriente Médio com 4,8%; União Européia com 11,1%; América do Norte com 8,5%; América Latina com 4,1%; Oceania com 2,7%; e África com 3,2%. Mais de um terço das importações originárias da América Latina foram exportadas pelo Brasil, que participou com 1,51% do total importado pela China naquele ano (MOFCOM, 2006b).

Em 2005, o Brasil foi indicado pelo MOFCOM (Ministério do Comércio da China) como a 9º maior fonte de déficit comercial do país (após Taiwan, Coréia do Sul, Japão, Malásia, Arábia Saudita, Filipinas, Angola e Tailândia). Considerando o valor FOB das exportações chinesas para o Brasil (US\$ 4,83 bilhões) e o valor CIF das importações originárias do Brasil (US\$ 9,99 bilhões), o déficit totalizou US\$ 5,16 bilhões naquele ano (MOFCOM, 2006c).

Dentre os principais parceiros comerciais da China, devem ser destacados: como principais destinos das exportações de 2005, os Estados Unidos, Hong Kong, Japão e Coréia do Sul (configuração que se manteve nesta ordem desde 1999); e como principais fornecedores em 2005, o Japão, Coréia do Sul, Taiwan e Estados Unidos (pela primeira vez desde 1999, Taiwan não ocupou a posição de segundo maior fornecedor da China) (MOFCOM, 2006d, 2006e; NBS 2001-2005).

O intercâmbio comercial sino-brasileiro manteve, entre 2003-2005, um perfil similar àquele do final de 2002. A tendência à concentração da pauta de exportações em produtos básicos permaneceu e se aprofundou. Ao realizar um exercício comparativo, é possível notar que durante a década de 1980 e a primeira metade da década de 1990 o percentual das exportações de produtos básicos sobre o total exportado para a China foi inconstante: oscilou entre 4,93% e 42,09% (valores mínimo e máximo, ocorridos em 1984 e 1991, respectivamente). Naquele período, oscilações significativas ocorreram em curtos espaços de tempo, impossibilitando a construção de um padrão. Entre 1995 e 1997, houve um salto quantitativo do percentual de exportação de produtos básicos, que passou de 15,90% para 52,10%. Em 1998, houve um novo aumento do percentual, que atingiu 69,43% (valor recorde entre 1981 e 2005). Desde então, este percentual apresentou reduções dentro da banda de 10%, à exceção de 2003 quando as exportações de produtos básicos corresponderam a 50% do total exportado (BRASIL, 2001-2006).

A classificação das exportações brasileiras para a China, conforme o valor agregado, apresentou em 1995 a configuração de 15,90% de produtos básicos, 57,25% de produtos

semimanufaturados e 26,83% de manufaturados. Em 2002, esta configuração foi alterada para 61,52% de produtos básicos, 17,55% de produtos semimanufaturados e 20,62% de produtos manufaturados. O Gráfico 9 ilustra a configuração de 2005:

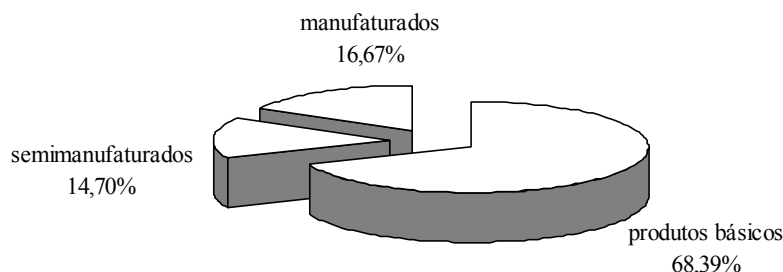


GRÁFICO 9 – Exportações brasileiras para a China, percentual por valor agregado, 2005

Fonte: BRASIL, 2001-2006. Elaboração própria.

A concentração da pauta de exportações em produtos básicos retrata a magnitude da representação desses produtos no total exportado que, de fato, é expressiva, mas acaba ofuscando o desempenho das exportações dos produtos industrializados. Enquanto a exportação de produtos básicos apresentou um crescimento constante de 1995 a 2005, com exceção de 1999, a exportação de produtos industrializados foi comprometida entre 1996 e 1999 (quando apresentou quedas subseqüentes) e passou a se recuperar em 2000, acumulando um crescimento substantivo até 2003. Entre 2003 e 2005 a exportação de produtos industrializados oscilou de US\$ 2,254 bilhões para US\$ 2,144 bilhões (valores F.O.B.).

O valor das exportações de produtos básicos passou de US\$ 191,38 milhões em 1995 para US\$ 1,55 bilhões em 2002 e US\$ 4,67 bilhões em 2005, enquanto o valor das exportações de produtos industrializados passou de US\$ 1,01 bilhões em 1995, para US\$ 252,48 milhões em 1999 (valor mais baixo do período), US\$ 968,03 milhões em 2002 e US\$ 2,14 bilhões em 2005 (valores F.O.B.). Ao final do período, foi registrado o crescimento substantivo das exportações de produtos básicos, a recuperação das exportações de produtos industrializados e, ainda, a conquista de uma fatia de mercado pelos últimos (BRASIL, 2001-2006).

Em 2005, quatro capítulos da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) corresponderam a 68,70% das exportações para a China. O capítulo 26, referente a minérios, escórias e cinzas, foi responsável por 27,68% das exportações para aquele destino. Entre 2002 e 2005 este capítulo acumulou um crescimento de 210,70% (tomando 2002 como ano base).

Como exemplo da aproximação comercial entre os países nesse setor, pode ser citado o contrato de longo prazo assinado entre a Companhia Vale do Rio Doce, maior produtora mundial de minério de ferro, e o Shougang Group, em setembro de 2004, para o fornecimento de 11,3 milhões de toneladas de minério de ferro entre 2004 e 2012, em adição ao contrato existente de 4,4 milhões de toneladas entre 2004 e 2008 (BRASIL, 1990-2006).

O capítulo 12, onde se enquadram as exportações de soja, contribuiu com 25,13% e apresentou um crescimento de 107,96% com relação ao valor exportado em 2002. O capítulo 27, referente a combustíveis e óleos minerais, contribuiu com 8,17% das exportações para a China em 2005. Nesse capítulo enquadram-se as exportações de petróleo, responsáveis por 7,93% do total exportado. A crescente demanda da China por petróleo, que a tornou o segundo maior importador mundial, em compasso com a aproximação da Petrobrás com a Sinopec, a assinatura de contratos em 2004, e a instalação do escritório comercial em Pequim, contribuíram para o crescimento expressivo entre 2003 e 2005. Nesse período, o valor das exportações de petróleo para a China passou de US\$ 22,27 milhões, em 2003, para US\$ 541,63 milhões, em 2005 (valores F.O.B.) (BRASIL, 1990-2006).

O capítulo 72, que engloba ferro fundido, ferro e aço, contribuiu com 7,72% das exportações em 2005. Depois de atingir um volume recorde em 2003, somando US\$ 754,60 milhões, houve um recuo em 2004, para US\$ 418,65 milhões, e um novo avanço em 2005, totalizando US\$ 527,79 milhões (valores F.O.B.). Apesar dos valores mais baixos em 2004 e 2005, com relação a 2003, o valor exportado no último triênio foi significativamente mais expressivo que os volumes do período 1995 e 2002. Notadamente, o valor exportado em cada ano do último triênio foi mais expressivo, ou similar (2004), que o total exportado entre 1995 e 2002, quando as exportações daquele capítulo totalizaram US\$ 491,99 milhões (F.O.B.) (BRASIL, 1990-2006).

As exportações de minério de ferro, petróleo e produtos de siderurgia (ferro fundido, ferro e aço) foram impulsionadas pelo crescimento econômico chinês e sua subsequente demanda por recursos e fontes energéticas, em compasso com a qualidade e a competitividade dos produtos brasileiros. As exportações de soja também se encaixam neste quadro, como necessária para a alimentação da vasta população chinesa. Fora desse padrão, deve ser destacada a venda de cinco aviões ERJ 145 da Harbin Embraer (*joint venture* entre AVIC II e a Embraer, instalada na China) para a China Eastern Airlines Jiangsu Ltd, em março de 2005.

Dentre os produtos que tiveram aumentos expressivos, em comparação com os índices dos anos anteriores, devem ser destacados o capítulo 27 (que engloba o petróleo), 27 (fumo), 52 (algodão) e 02 (carnes e miudezas). O capítulo 87, referente a veículos automotores,

tratores e suas partes, apresentou uma redução significativa ao final do período. Apesar do crescimento das exportações destes itens em 2003, que passaram de US\$ 95,41 milhões (2002) para US\$ 184,02 milhões, houve uma redução expressiva em 2004, para US\$ 113,37 milhões, e em 2005, para US\$ 55,23 milhões (valores F.O.B.), comprometendo sua participação sobre o total exportado (0,81%). Esta redução decorreu da instalação de montadoras e do aumento da produção de automóveis e tratores na China. No final de 2003, a China se tornou o maior produtor mundial de veículos motorizados (BRASIL, [1990-2006]; OLIVEIRA, 2005). O APÊNDICE F apresenta os produtos brasileiros que tiveram maior representatividade na composição da pauta de exportações para a China.

A concentração da pauta de exportações em produtos básicos não significa, contudo, a indisposição do mercado chinês para a importação de produtos manufaturados. Na realidade, 77,62% das importações globais da China em 2005 corresponderam a produtos manufaturados. Dentre os produtos básicos, os produtos alimentícios corresponderam a 1,42% do total da pauta de importações chinesas; bebidas e tabaco a 0,12%; combustíveis minerais e óleos lubrificantes a 9,69%; óleos animais e vegetais a 0,51%; e produtos não comestíveis, excluindo combustíveis, a 10,64%. Dentre os produtos manufaturados, 11,78% das importações corresponderam a produtos químicos acabados e seus correlatos; 12,29% a produtos industrializados, borrachas e minerais metalúrgicos; 44,03% à maquinaria e equipamentos de transporte; e 9,52% aos demais (MOFCOM, 2006g).

Deve ser observado que dentre as empresas importadoras na China estão as transnacionais, responsáveis por 58,70% das importações em 2005. As empresas estatais participaram absorvendo 29,87% das importações, enquanto as demais empresas, de propriedade coletiva e privada, absorveram 3,11% e 8,18% das importações, respectivamente (MOFCOM, 2006h).

Na pauta brasileira de importações originárias da China, o quadro de concentração dos produtos se inverte. Os produtos manufaturados detêm a maior fatia nas importações brasileiras. Em 2005, quatro capítulos da NCM corresponderam a 68,45% das importações totais originárias da China. O capítulo 85, referente a máquinas, aparelhos e materiais elétricos, participou com 39,92% das importações, acumulando um crescimento de 369,60% no período 2003-2005, tomando o valor importado em 2002 como base (BRASIL, 1990-2006).

O capítulo 84, referente a caldeiras, máquinas e outros aparelhos mecânicos, participou com 14,21% das importações e acumulou um crescimento similar ao capítulo anterior, de 364,82% no mesmo período. O capítulo 29, referente a produtos químicos e

orgânicos, participou com 7,40%, enquanto o capítulo 90, referente a instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia contribuiu com 6,91% (BRASIL, 1990-2006).

O capítulo 27, referente a combustíveis, óleos e ceras animais, onde se enquadram as importações de coque siderúrgico e carvão mineral (hulhas não aglomeradas antracita, betuminosa e outras), contribuiu com 3,47% das importações. Sua participação na pauta de importações foi relativizada no final do período em função da queda das importações em 2005 e do aumento expressivo das importações do capítulo 85 e 84 (BRASIL, 1990-2006).

Deve ser destacado, ainda, o aumento expressivo das importações de outros dois capítulos: o capítulo 54 (referente a filamentos sintéticos ou artificiais), cujo valor das importações passou de US\$ 27,02 milhões, em 2002, para US\$ 168,26 milhões, em 2005; e o capítulo 95 (referente a brinquedos e jogos), cujo valor das importações passou de US\$ 35,27 milhões, em 2002, para US\$ 96,24 milhões, em 2005 (valores F.O.B.). Os produtores nacionais destes capítulos, em conjunto com a indústria nacional de vestuário e calçados (capítulos 62 e 64), foram os setores que demonstraram maior preocupação com relação à entrada crescente de produtos chineses no mercado brasileiro. Frente às solicitações de maior proteção à indústria nacional, sob a argumentação de ameaça de quebra de mercado, o governo brasileiro internalizou, em 2005, os mecanismos de salvaguardas transitórias previstos no acordo de acesso da China à OMC. E, apesar de estar fora do período de análise desta dissertação, deve ser destacado o acordo bilateral assinado em 2006 que limita a exportação de produtos têxteis e de vestuário da China para o Brasil. O APÊNDICE G apresenta os produtos chineses que tiveram maior representatividade na composição da pauta de importações brasileira em 2005.

A concentração da pauta de importações em produtos manufaturados reflete a estratégia das empresas transnacionais que atuam no Brasil e na China, com base na idéia de eficiência global. A estratégia de integração vertical, na qual cada unidade da transnacional cumpre parte da produção ou envia componentes para uma unidade montadora, explica parte das importações brasileiras de produtos chineses intensivos em tecnologia. Nesse sentido, além da importação de produtos para o mercado nacional, são importados componentes para conclusão do processo produtivo que, posteriormente, introduz a mercadoria no mercado nacional, ou promove sua exportação.

Dentre as principais empresas importadoras da produção chinesa em 2005, as oito maiores são do setor de eletro-eletrônicos. Cada uma importou, naquele ano, mais de US\$ 50 milhões, sendo: Motorola Industrial Ltda (Jaguariuna, SP), Nokia do Brasil Tecnologia Ltda (Manaus, AM), SAB Company Comércio Internacional S/A (Vitória, ES), Siemens

Eletroeletrônica S.A. (Manaus, AM), Dell Computadores do Brasil Ltda (Eldorado do Sul, RS), Cotia Trading S.A. (Vitória, ES), Flextronics International Ltda (Sorocaba, SP) e Philips da Amazônia Indústria Eletrônica Ltda (Manaus, AM) (BRASIL, 2001-2006).

Conforme dados do MOFCOM (2006f), as empresas transnacionais instaladas na China foram responsáveis por 58,30% das exportações em 2005, enquanto as empresas estatais participaram com 22,15%. As demais empresas, de propriedade privada e propriedade coletiva, contribuíram com 14,73% e 4,79% das exportações, respectivamente.

Quanto à importação de coque siderúrgico e carvão mineral (hulhas não aglomeradas antracita, betuminosa e outras), englobadas pelo capítulo 27, a qualidade e os baixos custos da produção chinesa são atrativos para os importadores brasileiros. Em adição, parte do carvão importado da China é admitido pelo regime de *drawback* e utilizado na produção de aço destinado à exportação. Em 2005, a nona maior importadora da produção chinesa, logo atrás das importadoras do setor eletro-eletrônico listadas anteriormente, foi a Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A., Ipatinga, MG), com valor de importação superior a US\$ 50 milhões. Devem ser destacadas, ainda, a Companhia Siderúrgica Nacional (Itaguaí, RJ), com valor de importação superior a US\$ 50 milhões, e a Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista, Cubatão, SP), com valor de importação entre US\$ 10 e 50 milhões (BRASIL, 2001-2006).

O desenvolvimento econômico chinês foi acompanhado por uma demanda crescente que impulsionou as exportações brasileiras e o comércio mundial como um todo. Contudo, os índices de comércio não foram os únicos beneficiados. O interesse em garantir o acesso a longo prazo aos recursos naturais necessários ao seu desenvolvimento e à manutenção da sua população, resultou em uma política atrativa para grande parte dos fornecedores chineses: os países em desenvolvimento. Na América Latina, o potencial de comércio em compasso com o potencial de investimentos em infra-estrutura mantiveram a China no centro das atenções.

Durante a reunião da APEC, realizada em novembro de 2004 no Chile, Hu Jintao reforçou esta vontade política. Enquanto a delegação norte-americana pregava o discurso anti-terrorismo, os chineses sublinharam a amplitude do seu mercado, o interesse e a disponibilidade de realizar investimentos na América Latina (ELLIS, 2005).

Durante sua estadia no Brasil, Hu Jintao ressaltou o interesse chinês em contribuir ao desenvolvimento brasileiro. Os empresários chineses mostraram interesse em participar de projetos nas áreas de infra-estrutura, energia, gás natural, proteção ambiental, tecnologia da informação, transporte, biotecnologia e mineração. O Memorando de entendimento sobre cooperação em comércio e investimento veio a reforçar esse caráter da cooperação bilateral.

Dentre os projetos cobiçados, deve ser destacada a Ferrovia Litorânea Sul, no Espírito Santo, encabeçadas pela Companhia Vale do Rio Doce e pelo governo daquele Estado.

Conforme dados do MOFCOM, o montante dos investimentos chineses no Brasil, em 2005, foi de US\$ 151 milhões, envolvendo 89 empresas. O Brasil, por sua vez, investiu em 384 projetos na China, no montante de US\$ 144 milhões (BILATERAL..., 2006).

Dentre os investimentos bilaterais, deve ser destacada a criação, em julho de 2004, da *joint venture* Shandong Yankuang Internacional Coking Co. entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Yankuang Group e Itochu Corporation (*trading company* japonesa) para a produção de coque metalúrgico na província de Shandong. A criação da *joint venture* consolidou o contrato assinado em maio daquele ano durante a visita à China (o início das operações foi previsto ainda para 2006). A *joint venture* Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd, foi estabelecida em junho de 2005, entre a CVRD e a Yongcheng na província de Henan, para a produção de carvão (esta *joint venture* também resultou de um dos contratos assinados em maio de 2004; o primeiro carregamento para o Brasil foi realizado em janeiro de 2006, com 40 mil toneladas de carvão). Quanto às conversações referentes a *joint venture* entre a CVRD e a Baosteel, para a construção de um pólo siderúrgico no Maranhão, questões sobre a carga tributária, a acomodação das famílias que devem ser removidas e a questão ambiental ainda retardam o andamento do processo.

Durante os três primeiros anos do governo Lula, 2003-2005, houve um incremento expressivo do comércio exterior brasileiro. As exportações totais cresceram 21,08% em 2003, 32,01% em 2004 e 22,63% em 2005. A conjuntura internacional favorável, com grande liquidez e forte expansão do comércio, e a demanda crescente da China contribuíram para a formação deste quadro. Internamente, mecanismos como o fortalecimento da APEX, que foi incorporada pelo MDIC em fevereiro de 2003 e ganhou maior autonomia para coordenar e executar políticas de promoção comercial do País (passando a ser chamada de APEX-Brasil); o lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) em março de 2004; e a criação das Parcerias Público-Privadas em dezembro de 2004, também contribuíram ao desempenho brasileiro naquele período.

Com o lançamento da PITCE, o governo estabeleceu diretrizes para alterar a competitividade da indústria brasileira, por meio da inovação e diferenciação dos produtos, em compasso com uma inserção internacional assertiva. Foram incorporadas ao plano medidas que já vinham sendo aplicadas, em compasso com o incentivo de novas pesquisas e inserção externa. As ações do programa contemplam três planos. Primeiro, as linhas de ação horizontais: a) inovação e desenvolvimento tecnológico; b) a inserção externa; c) a

modernização industrial; d) ambiente institucional. Segundo, as opções estratégicas, para o incentivo da produção nacional: a) semicondutores; b) software; c) bens de capital; d) fármacos e medicamentos. Em terceiro, o incentivo às atividades promissoras: a) biotecnologia; b) nanotecnologia; c) biomassa e energias renováveis. Conforme IEDI (2006), essa política deve produzir resultados mais significativos no médio prazo⁴⁵.

Tendo em vista que as exportações constituem um grande fator de estímulo à atividade econômica interna e, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico-comercial, é válido apresentar o comparativo entre o desempenho brasileiro e o chinês nas suas exportações e importações globais. O Gráfico 10 apresenta a evolução das exportações totais, brasileiras e chinesas, entre 1996 e 2005:

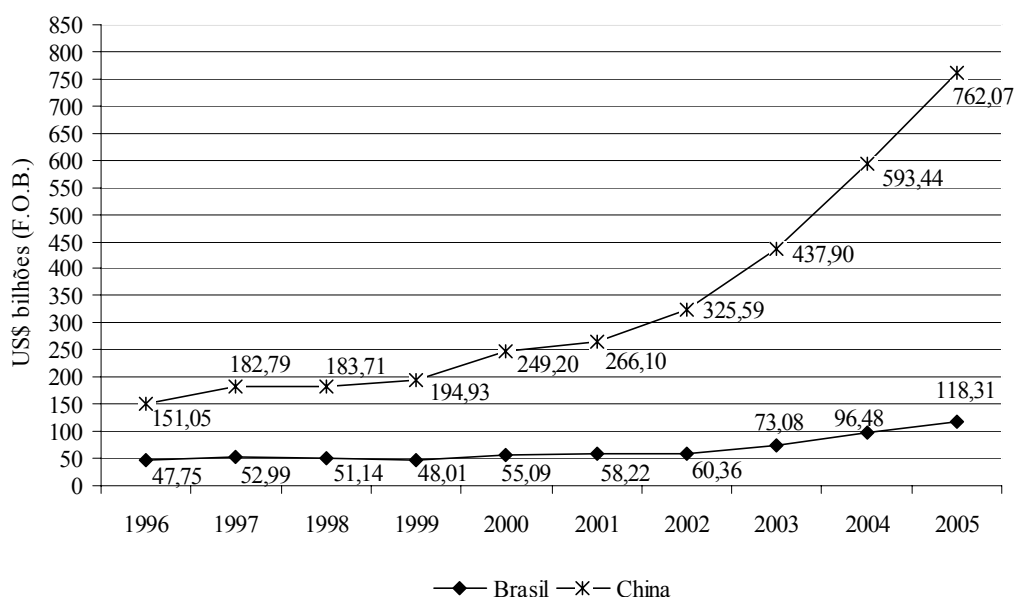


GRÁFICO 10 – Exportações Totais, Brasil e China, 1996-2005.

Fonte: IMF, 2006. Elaboração própria.

O Gráfico 11 ilustra a evolução das importações totais do Brasil e da China no mesmo período (1996-2005):

⁴⁵ Dentre as medidas efetivadas, devem ser destacadas: o programa de financiamento do BNDES, Modermaq, regulamentado em agosto de 2004; a ampliação da desoneração do IPI para a importação máquinas e equipamentos, em 2004; a regulamentação da Lei de Inovação Tecnológica, em outubro de 2005, e da “Lei do Bem”, em novembro de 2005. A “Lei do Bem” garantiu benefícios à indústria nacional, como a isenção do PIS/Pasep e Cofins para a compra de máquinas e equipamentos por empresas exportadoras (que exportam 80% da produção) e sua isenção para os fabricantes de computadores com valores até R\$ 2,5 mil; a duplicação do valor da receita anual para a classificação de micro e pequenas empresas na categoria Simples; o regime especial de tributação para as despesas em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias; dentre outros.

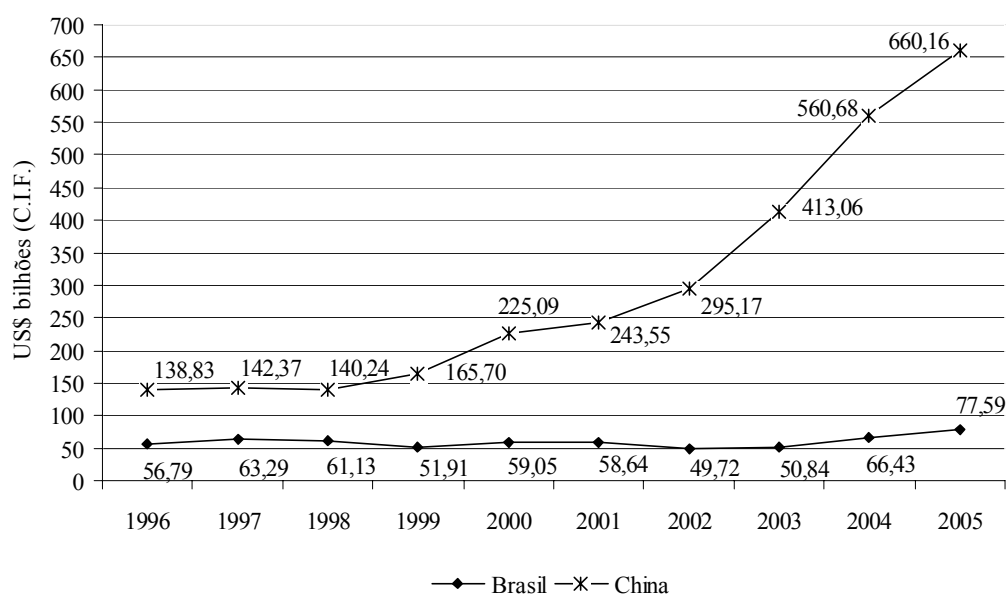


GRÁFICO 11 – Importações Totais, Brasil e China, 1996-2005

Fonte: IMF, 2006.

4.2 Vertente Política

A política externa desenvolvida pelo governo Lula revelou “a disposição do Brasil de colocar-se como um país que quer, e pode, contribuir ativamente para a construção da paz e da segurança entre as nações e o desenvolvimento econômico com justiça social” (AMORIM, 2005a, p. 5). Utilizou-se do multilateralismo para criar condições mais favoráveis à realização do projeto nacional de desenvolvimento.

O anseio por uma ordem internacional mais justa e democrática impulsionou os movimentos pragmáticos, as articulações estendidas com os demais Estados em uma geometria variável, aprofundando o caráter universalista da diplomacia brasileira. O desenvolvimento e a justiça social encontraram espaço nas políticas internas e externas do governo. A mobilização do presidente Lula frente a esses temas ecoou na comunidade internacional por intermédio da sua participação nos mais diversos fóruns, desde aqueles de caráter estritamente social até as reuniões do G-8 (AMORIM, 2004f, 2005a).

Com relação à China, o governo contou com o pragmatismo do parceiro estratégico para destacar as questões relacionadas ao desenvolvimento na comunidade internacional. Hu Jintao foi, por exemplo, o primeiro líder chinês a comparecer a uma reunião do G-8 e que,

juntamente com os demais países em desenvolvimento participantes, apontaram a fome e a pobreza como fontes de instabilidade mundial (MEDEIROS; FRAVEL, 2003).

Na ONU, o esforço para repensar a relação entre segurança, desenvolvimento e direitos humanos contou com o apoio sino-brasileiro. Ambos sublinharam a necessidade de posicionar o desenvolvimento como tema central da agenda internacional, pois nele se apóiam os demais vetores, como segurança e direitos humanos. Houve, contudo, um desencontro com relação à fórmula para ampliação do Conselho de Segurança.

Na OMC, os países estenderam as articulações no âmbito do G-20 com o objetivo de corrigir as distorções de comércio que prejudicam a realização plena de suas capacidades.

Nos subitens a seguir propomos uma leitura sobre a atuação sino-brasileira na ONU, a cooperação no âmbito do G-20 na OMC, e as linhas gerais do trabalho do FOCALAL.

4.2.1 Organização das Nações Unidas (ONU)

Em razão da celebração do 60º aniversário da Organização das Nações Unidas, o período entre 2003 e 2005 foi caracterizado pela ampla mobilização dos Estados, em conjunto com o ativismo do Secretário Geral, Kofi Annan, em torno da concretização das reformas que haviam sido idealizadas no seu 50º aniversário.

A realização das reformas estruturais e dos métodos de trabalho tem como objetivo reposicionar o organismo de forma assertiva frente aos desafios políticos, econômicos, sociais e de segurança presentes na agenda internacional atual. A necessidade de aperfeiçoamento do sistema multilateral se confirma frente aos desacreditados órgãos da instituição. O Conselho de Segurança detém uma configuração que diverge da realidade da comunidade internacional atual e, como agravante, sua capacidade para estabelecer consensos em torno da manutenção da paz foi colocada em xeque com a empreitada norte-americana contra o Iraque. A Assembléia Geral, dotada de uma ampla agenda, mostra-se cada vez mais mecanizada frente à quantidade numerosa de resoluções aprovadas que, apesar dos trabalhos que envolvem a elaboração, o diálogo e a eventual votação, não são efetivamente incorporadas pelos Estados membros. Existe a necessidade de fortalecê-la politicamente, da mesma forma que se tornou latente a revitalização do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), a criação do Conselho de Direitos Humanos e a reforma do Secretariado (AMORIM, 2005d; CRAVO, 2005).

Os trabalhos entre 2003 e 2005 circundaram as questões de reforma num esforço para repensar a relação entre segurança, desenvolvimento e direitos humanos, e o papel da ONU naquele contexto. Em razão da celebração do 60º aniversário e da reunião de alto nível programada para setembro de 2005, os trabalhos foram intensificados. Nesse sentido, foi formado o Grupo de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, em 2003. E, posteriormente, em março de 2005, Kofi Annan apresentou um relatório que sugeriu um conceito mais amplo de liberdade e incentivou a reflexão sobre as reformas (AMORIM, 2005d).

O Brasil e a China se mostraram amplamente engajados nas discussões sobre a reforma. A mobilização em torno dos diversos temas abriu uma janela de oportunidade que deveria ser aproveitada. Como sublinhou Amorim, “A história nos oferece uma rara oportunidade de mudança. Não a desperdicemos. Paz, Desenvolvimento, Democracia, Respeito aos Direitos Humanos são os objetivos que nos unem. Reforma deve ser a nossa palavra de ordem” (AMORIM, 2005b, p. 1).

As questões relacionadas ao desenvolvimento foram indicadas como determinantes para a manutenção da paz e equilíbrio no sistema. A mobilização em torno do déficit social mundial assegurou a predominância do tema na declaração, assinada em setembro de 2005, que, através de uma avaliação sobre as poucas conquistas efetivadas desde a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, urgiu uma maior cooperação da comunidade internacional para concretizá-los. Quanto aos direitos humanos, o Brasil e a China apoiaram a proposta de criação do Conselho de Direitos Humanos, efetivado em 2006, frente à necessidade de despolitizar o tema, equilibrando as esferas econômicas, sociais, culturais e políticas que o constituem (AMORIM, 2005d; CRAVO, 2005; PERMANENT, 2005).

Quanto à “revolução silenciosa”, proposta por Kofi Annan, a racionalização dos métodos de trabalho dos organismos do sistema, com o objetivo de findar com a duplicação de atividades e tornar as agendas mais seletivas e concentradas, mostrou-se válida, mas o caráter da proposta não vem a corrigir efetivamente as debilidades do Conselho de Segurança, Assembléia Geral e ECOSOC (CRAVO, 2005).

Quanto à segurança coletiva, os países ressaltaram a interconexão entre as fragilidades econômicas e sociais à consecução de um ambiente de paz. Promover a confiança mútua, o benefício recíproco, a igualdade e a cooperação foi a proposta chinesa (AMORIM, 2005d; PERMANENT, 2005). A reforma do Conselho de Segurança foi amplamente discutida e se tornou um dos temas centrais do período.

O governo brasileiro identificou o momento como único e oportuno para estender sua participação no sistema. A mobilização em torno das limitações do Conselho de Segurança em responder aos desafios contemporâneos e seu déficit democrático, em total desconhecimento com o discurso a favor da democracia do organismo, consolidou a abertura de uma janela de oportunidade ao pleito brasileiro de ingressar no Conselho de Segurança (AMORIM, 2005b, 2005d).

A reforma daquele conselho foi identificada como ponto central no processo de aperfeiçoamento da legitimidade e representatividade da ONU e da construção da nova ordem mundial. Apesar de impor responsabilidades e custos adicionais, o governo brasileiro expressou sua disposição a assumi-las, tendo em vista o anseio por reduzir o grau de vulnerabilidade do País naquela estrutura e de assegurar interesses a longo prazo⁴⁶ (AMORIM, 2005d; GUIMARÃES, 2002; MENSAGEM, 2003).

O entendimento de que a expansão crescente dos interesses econômicos do País no exterior levará a uma expansão dos interesses político-militares em determinadas regiões, contribuiu à decisão de candidatar-se a membro permanente do conselho. Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral das Relações Exteriores, apresenta os entendimentos que impulsionaram a mobilização brasileira com relação ao Conselho de Segurança⁴⁷:

A questão de participação no Conselho não é uma questão de prestígio e sim de garantia de que decisões da “comunidade internacional” (isto é, do Conselho) – que afetarão a organização política e econômica internacional assim afetando o Brasil – sejam tomadas com sua real participação. O Brasil deixaria de ser apenas objeto de decisões e obrigado a cumpri-las e passaria a ser sujeito, parte efetiva do processo de tomada de decisões, que será central para a constituição e gestão do sistema internacional (GUIMARÃES, 2002, p. 117-118).

Beneficiando-se da candidatura da Alemanha e do Japão e pela dificuldade destes países obterem o apoio dos membros do organismo sem uma proposta de aparente democratização, por meio da inclusão de países em desenvolvimento, o país aproximou-se dos dois primeiros e da Índia para concentrar esforços em torno da ampliação do Conselho (GUIMARÃES, 2002).

⁴⁶ Celso Amorim sublinhou a necessidade de quitar a dívida do Brasil com a ONU desde o início do governo. Ao final de 2005, após dez anos de inadimplência, o governo anunciou a reserva de US\$ 135 milhões para o pagamento da dívida (a ser efetuado em 2006).

⁴⁷ Trata-se de uma publicação prévia à gestão de Lula, mas congruente às percepções que impulsionaram os movimentos do atual governo.

Em setembro de 2003, o Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, criou o Grupo de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança para promover o debate sobre o papel da ONU, suas políticas e instituições, frente a temas atuais como segurança, pobreza, doenças e a degradação do meio ambiente. O grupo foi constituído por 16 membros, dentre eles João Baena Soares e Qian Qichen, representantes do Brasil e da China, e teve como objetivo ampliar a discussão sobre os mecanismos para revitalizar a Assembléia Geral, o ECOSOC, a credibilidade da Comissão em Direitos Humanos, do Conselho de Segurança e reformar o secretariado.

O grupo produziu um relatório, em dezembro de 2004, com recomendações sobre como estender o papel da ONU na promoção da segurança coletiva no século XXI. Dentre as orientações, o documento sublinhou a importância do desenvolvimento como ferramenta para construir um sistema de segurança efetivo e sugeriu duas fórmulas para a expansão do Conselho de Segurança. Completavam-se dez anos desde o início das discussões sobre a ampliação do Conselho e nenhum avanço significativo havia sido alcançado. Não houve um consenso no grupo sobre a validade das fórmulas, que foram divulgadas para incentivar a discussão até a realização da 60ª Assembléia Geral, em setembro de 2005 (UN, 2004).

O primeiro modelo para a ampliação do Conselho de Segurança sugeriu a criação de seis novos assentos permanentes, sem poder de veto, e três novos assentos não permanentes com mandato de dois anos não renovável. Nessa fórmula os novos assentos permanentes seriam divididos geograficamente entre: África (02 assentos), Ásia e Pacífico (02); Europa (01); e Américas (01). O segundo modelo sugeriu a criação de oito assentos com mandato renovável de quatro anos e um novo assento não permanente com mandato de dois anos não renovável. Os assentos com mandato de quatro anos seriam divididos geograficamente de forma igualitária, ou seja, dois assentos para cada região (UN, 2004).

Naquele momento, o Brasil estendia a interlocução com os países interessados na efetivação do primeiro modelo, que formavam o Grupo dos 4 (Alemanha, Japão, Índia e Brasil), e procurou o apoio dos demais membros. Desde o início do governo Lula, o interesse em obter um assento permanente naquele órgão esteve em pauta. Com relação à China, o governo esperava contar com o apoio do parceiro estratégico à sua candidatura.

Em paralelo, foi formado o grupo *Uniting for Consensus*, liderado pela Itália, Argentina, Paquistão e Coréia do Sul. O grupo, composto por 40 países, discordava da configuração proposta pelo G-4, por considerar que a democratização do órgão não seria verdadeira com a adoção de uma fórmula que privilegia apenas alguns países. Com a aproximação das Reuniões de Cúpula do 60º Aniversário da ONU, a clivagem entre os grupos

se aprofundou, bem como a busca pelo apoio dos países africanos (necessário para atingir os dois terços da Assembléia). Esses últimos acabaram formulando sua próxima proposta, que sugeriu a ampliação dos assentos permanentes com direito a veto, mas sem chegar a um consenso sobre quais países viriam a se candidatar. Esses movimentos comprovaram a complexidade do assunto e a dificuldade dos membros em conciliar os interesses e chegar a um consenso (CRAVO, 2005).

Neste cenário, a China manteve o discurso de apoio à reforma do Conselho de Segurança, mas não endossou a forma como foi apresentada. Reconheceu a contribuição dos modelos sugeridos pelo Grupo de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, mas sublinhou a divergência crescente entre os Estados sobre as propostas. No entendimento do governo chinês, as discussões não deveriam ser reduzidas aos dois modelos e os Estados deveriam ampliar os horizontes e incentivar o diálogo a fim de encontrar novas propostas e idéias que se aproximassem de um consenso (que seria a aprovação de 90% dos membros). Tendo em vista a complexidade da discussão e a dificuldade de alcançar um acordo, o governo chinês se mostrou contrário ao estabelecimento de um prazo para a conclusão das negociações ou, ainda, para a votação de propostas que não se aproximassem de um consenso (WANG, G. 2005a, 2005c).

Conforme o embaixador da China na ONU, Wang Guangya, a atualização do Conselho de Segurança não constitui apenas na expansão do número de membros, ela deve ser multifacetada e englobar a revisão dos métodos de trabalho. Quanto à ampliação do Conselho de Segurança, sublinhou que a China prioriza a maior representatividade dos países em desenvolvimento, que correspondem a dois terços dos membros da ONU. E adicionou que a reforma deve considerar os interesses da totalidade dos membros e dos grupos regionais, ao invés de atender ao interesse de um pequeno grupo de países. Nesse sentido, a reforma deve permitir, ainda, a participação dos países menores na tomada de decisões do Conselho. Conforme o embaixador, quando uma proposta for ao encontro desses critérios, a China estará aberta a considerá-la (WANG, G. 2005b).

Durante as negociações que antecederam o encontro de Cúpula em setembro de 2005, o governo chinês expressou seu apoio ao aumento da representatividade dos países africanos. Defendeu uma ampliação que obedeça ao princípio de balanço geográfico, por meio do consenso nos grupos regionais, e que represente diferentes culturas e civilizações. E sublinhou que a reforma do Conselho de Segurança é parte do processo de reforma das Nações Unidas e que não deveria desviar a atenção de outras áreas, em especial dos temas relacionados ao desenvolvimento (WANG, G. 2005a, 2005c).

Essas posições foram reafirmadas por Hu Jintao em seu discurso durante a Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança e na Reunião de Alto Nível da Assembléia Geral sobre as Metas do Milênio, em setembro de 2005 (HU, 2005a, 2005b). Posteriormente, em novembro, foram reafirmadas por Wang Guangya durante a sessão da Assembléia Geral sobre a reforma do Conselho de Segurança. Conforme Wang (2005d), a direção correta e saudável da reforma deve atender uma ampla discussão, deve ser um processo gradual e conciliar os interesses de longo prazo dos membros.

Além dos pontos abordados no discurso de solidariedade aos países em desenvolvimento, a presença do Japão entre os candidatos a membro permanente foi determinante para a indisposição chinesa em apoiar a fórmula do G-4. Em adição, as incertezas sobre a posição norte-americana (que viria a vetar o intento alemão) e as posições antagônicas entre os membros polarizaram as discussões. A estratégia brasileira, que apostou na aproximação com a Alemanha e o Japão e na sua condição, e da Índia, de país em desenvolvimento, para legitimar a ampliação do Conselho, não produziu os resultados esperados. Nesse sentido, a insistência na fórmula que conta com a oposição de parte significativa dos membros e, em especial, daqueles com poder de veto, requer grande capacidade de negociação e mobilização para não se tornar um erro de cálculo estratégico.

Nos parágrafos a seguir propomos uma leitura sobre o perfil de atuação sino-brasileiro no Conselho de Segurança e na Assembléia Geral, por meio da comparação de votos nos temas centrais.

Durante o biênio 2004-2005, o Brasil participou como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU. Em 2004, o Conselho de Segurança analisou 62 *drafts* de resoluções e adotou 59. Três não foram adotados em razão do veto da Rússia ao *draft* sobre o Chipre e dos vetos dos Estados Unidos (ao *draft* que condenou a execução extrajudicial do líder do Hamas por Israel; e ao *draft* que demandou a retirada das forças israelenses do norte de Gaza), e (U.S....., 2001-2006).

Nas votações das 61 resoluções, o Brasil se absteve em uma e aprovou as demais. Na resolução S/Res/1559, sobre a retirada de forças externas [sírias] do Líbano e o desarmamento das milícias, a abstenção brasileira foi acompanhada pela China, Paquistão, Argélia, Filipinas e Rússia. Naquele ano, a China aprovou 59 resoluções e se absteve em três: S/Res/1559, sobre o Líbano; S/Res/1556 e S/Res/1564 sobre o Sudão (U.S....., 2001-2006).

Em 2004, devem ser destacadas as resoluções S/Res/1529 e S/Res/1542 para o estabelecimento da missão de paz da ONU no Haiti e, posteriormente, a resolução S/Res/1576, estendendo o mandato daquela missão. Todas foram aprovadas com o apoio total

do Conselho. O Brasil e a China participaram com o envio de efetivos àquela missão (como efetuado na missão do Timor Leste). Em 2005, as resoluções S/Res/1601 e S/Res/1608 estenderam novamente o mandato da missão da ONU naquele país (U.S...., 2001-2006).

Em 2005, foram apresentadas e adotadas 71 resoluções. O Brasil aprovou 69 e se absteve na resolução S/Res/1593, sobre o Sudão (acompanhado pela China, Estados Unidos e Argélia), e na resolução S/Res/1646 que, em compasso com a determinação da resolução 1645, sobre a participação dos membros do Conselho de Segurança no Comitê Organizacional da Comissão de Peacebuilding, estabeleceu que dois dos membros eleitos do Conselho de Segurança devem participar daquele órgão (a abstenção brasileira foi acompanhada pela Argentina). Naquele ano, a China aprovou 69 resoluções e se absteve nas resoluções S/Res/1593 e S/Res/1591, sobre o Sudão (U.S...., 2001-2006).

Durante o biênio da participação brasileira no Conselho de Segurança, a tendência de unidade nos votos dos membros foi mantida. As resoluções temáticas, como aquelas sobre crianças e conflito armado, Corte Internacional de Justiça, não-proliferação e terrorismo foram adotadas por unanimidade. Brasil e China compartilharam 60 votos em 2004 e 69 votos em 2005, dentro do padrão de alta coincidência de votos daquele conselho (U.S...., 2001-2006).

Com relação à atuação dos países na Assembléia Geral, o padrão de coincidência de votos entre o Brasil e a China se manteve em temas relacionados ao desenvolvimento e houve alguma divergência nas resoluções sobre segurança e denúncias à violação dos direitos humanos. Tendo em vista a quantidade numerosa de resoluções adotadas durante as sessões da Assembléia Geral, propomos a leitura sobre algumas das resoluções que foram a votação para ilustrar o padrão de convergência entre os interesses sino-brasileiros naquele órgão⁴⁸.

As resoluções sobre o *Direito ao Desenvolvimento* (A/Res/58/172, de 2003; A/Res/59/185, de 2004; e A/Res/60/157, de 2005) traduzem, em grande parte, os anseios dos países em desenvolvimento em corrigir as distorções do sistema internacional que bloqueiam o avanço dos seus projetos internos de crescimento econômico e social. O apoio, quase unânime, dos membros da assembléia retrata a solidariedade internacional frente ao tema, em posição contrária ao reduzido número de países que não forneceram apoio nas votações, tendo em vista a sobreposição dos interesses nacionais, de forma desleal, sobre os interesses dos demais Estados.

⁴⁸ As informações que seguem, a respeito das resoluções e dos votos dos países sobre cada qual, vêm da consulta realizada às próprias resoluções e aos relatórios de votação, conforme disponibilizado por UN, 1990-2005.

Cada resolução, de conteúdo similar, reafirma o direito ao desenvolvimento como universal, inalienável e parte fundamental dos direitos humanos. Reafirma o objetivo de erradicar a pobreza e tornar o direito ao desenvolvimento uma realidade universal e, para tanto, aponta como necessária a cooperação internacional. Reconhece que as injustiças históricas contribuem para a permanência do *gap* entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Sublinha a responsabilidade dos Estados em criar condições internas e externas para a realização daquele direito. E reafirma a necessidade da consolidação de um ambiente internacional favorável.

Nesse sentido, frente ao entendimento de que as esferas econômica, comercial e financeira estão interligadas e produzem reflexos sobre a realização dos direitos ao desenvolvimento, as resoluções solicitam a cooperação estendida dos Estados para sanar as deficiências políticas e institucionais do sistema, a abertura dos mercados aos produtos dos países em desenvolvimento, incluindo agricultura e serviços, e o esforço dos países desenvolvidos em concretizar a ajuda de 0,7% (ou entre 0,15% e 0,2% para os menores) para aplicação no programa oficial de assistência ao desenvolvimento.

As três resoluções foram aprovadas com o apoio da ampla maioria da Assembléia Geral, incluindo o Brasil e a China, e receberam votos negativos dos Estados Unidos (nos três anos), de Israel (em 2003 e 2004), e a abstenção da Austrália, Canadá, Suíça, Japão (nos três anos), e Israel (em 2005).

De caráter similar, mas com menor unidade entre os membros, devem ser destacadas as resoluções sobre *Direitos Humanos e Medidas Coercitivas unilaterais* (A/Res/58/171, de 2003, e A/Res/59/188, de 2004) e *Medidas econômicas unilaterais como meios de coerção política e econômica sobre países em desenvolvimento* (A/Res/60/185, de 2005), que condenam as medidas coercitivas contraproducentes sobre os direitos humanos, foram aprovadas com pouco mais de dois terços, e com o apoio sino-brasileiro.

Com a mesma polaridade entre os membros, foram aprovadas as resoluções sobre a *Promoção de uma Ordem Democrática e Equitativa* (A/Res/59/193, em 2004), e sobre o *Respeito à Soberania nacional e à diversidade dos sistemas democráticos nos processos eleitorais* (A/Res/60/164). Ambas contaram com o apoio sino-brasileiro.

Outras resoluções receberam o apoio da ampla maioria dos membros da Assembléia, incluindo Brasil e China, mas contaram com a negativa dos Estados Unidos, como o *Direito à alimentação* (A/Res/58/186, em 2003; A/Res/59/202, em 2004; A/Res/60/165, em 2005) e *Esforço Global contra o racismo* (A/Res/60/177, de 2005).

Devem ser destacadas as resoluções sobre *Direito à saúde física e mental* (A/Res/58/173) e *Acesso a Medicamentos no Contexto de Pandemias como HIV/AIDS, Tuberculose e Malária* (A/Res/58/179), propostas pela delegação brasileira e adotadas em dezembro de 2003. Ambas contaram com o amplo apoio dos membros da Assembléia, incluindo a China, e com a negativa da delegação norte-americana.

Houve coincidência de posições entre as delegações do Brasil e da China em outros temas, como a oposição ao embargo norte-americano a Cuba, a solidariedade ao povo palestino e a condenação da ingerência israelense, divergindo completamente dos votos norte-americanos (U.S..., 2001-2006).

Quanto aos temas de desarmamento nuclear, os países tiveram posições similares nas resoluções de incentivo ao multilateralismo no caminho ao *nuclear-weapon-free world*. As resoluções sobre *Promoção do Multilateralismo na Área de desarmamento e não-proliferação* (A/Res/58/44, de 2003; A/Res/59/69, de 2004; A/Res/60/59, de 2005); *Nova Agenda em direção a um mundo livre de armas nucleares* (A/Res/58/41, 2003); *Acelerando a Implementação dos Comprometimentos em Desarmamento* (A/Res/59/75, de 2004; A/Res/60/56, de 2005); *Desarmamento Nuclear* (R/Res/58/56, de 2003; A/Res/59/77, de 2004; A/Res/60/70, de 2005); e *Relação entre Desarmamento e Desenvolvimento* (A/Res/59/78, de 2004; A/Res/60/61, de 2005), contaram com os votos afirmativos das delegações brasileira e chinesa, em contrapartida aos votos negativos das delegações norte-americanas, inglesa, dentre outras.

Nas resoluções sobre *Transparência em Armamentos* (A/Res/58/54, de 2003; A/Res/60/226, 2005) e *Acompanhamento das Obrigações de Desarmamento Nuclear* (A/Res/60/72, de 2005) a delegação brasileira apresentou votos afirmativos, enquanto a delegação chinesa se absteve.

Por fim, quanto às resoluções de denúncia à violação dos direitos humanos, como no Turcomenistão, Irã, República Democrática do Congo, Sudão, houve descompasso entre abstenções, votos afirmativos e negativos das delegações chinesa e brasileira (U.S..., 2001-2006).

A condição partilhada de países em desenvolvimento garantiu a unidade de votos entre as delegações brasileira e chinesa em grande parte dos temas relacionados ao desenvolvimento, à afirmação soberana dos Estados e aos direitos humanos (reafirmando-os, urgindo condições para promovê-los e condenando as manipulações politizadas que impõem medidas coercitivas contraproducentes). Em contrapartida, a condição de potência nuclear da China levou a divergências em certos pontos de desarmamento e segurança.

Durante o triênio 2003-2005, os movimentos da diplomacia brasileira e chinesa confirmaram a similaridade dos interesses entre os dois maiores países em desenvolvimento do sistema. Houve, contudo, a frustração brasileira frente à estagnação, ou retrocesso, das negociações sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Nesse sentido, cabe relembrar pontos da parceria estratégica, como o diálogo e a cooperação estendida, que devem ser ativados de forma clara e incisiva pela diplomacia brasileira nas conversas bilaterais com o parceiro que é estratégico, mas que tem seus próprios entendimentos e interesses quanto ao Conselho de Segurança. Para considerar como efetivo o apoio chinês à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança, não basta obter uma declaração de que a China apóia a participação ampliada do Brasil nas instituições multilaterais, como as Nações Unidas, e traduzi-la em apoio à candidatura ao Conselho de Segurança. A diferença entre as declarações obtidas pelo Brasil, durante as visitas presidenciais em 2004, é clara em comparação com àquelas feitas por Wang Guangya nas reuniões de negociação das reformas da ONU, ou ainda, daquela feita por Hu Jintao ao Conselho de Segurança em setembro de 2005: “a China apóia a expansão do Conselho de Segurança com base em um consenso ampliado, e maior representação dos países em desenvolvimento, países africanos em particular”⁴⁹ (HU, 2005a, p. 1).

4.2.2 Organização Mundial do Comércio (OMC)

A rodada de negociações lançada em 2001, durante a IV Conferência Ministerial da OMC em Doha, que estabeleceu a Agenda do Desenvolvimento, foi marcada por tropeços e avanços no período entre 2003 e 2005. Os trabalhos previstos em razão desta rodada formaram oportunidades concretas para a consolidação de um sistema multilateral de comércio mais equitativo.

Esta oportunidade foi reconhecida e valorizada pelo governo brasileiro. O comércio é fonte geradora de crescimento econômico e desenvolvimento social. Porém as práticas do regime atual conduzem a desequilíbrios crescentes entre os países desenvolvidos e àqueles em desenvolvimento. Os primeiros, ao manter sua própria lógica de livre comércio, respaldada pela ausência de normativas específicas na OMC, limitam a plena realização das capacidades

⁴⁹ Tradução nossa do original em inglês.

internas dos países em desenvolvimento que não conseguem ingressar, mesmo com produtos originalmente mais competitivos, no mercado protegido por barreiras ou subsídios e, ainda, sofrem com a desvalorização dos preços mundiais em razão do apoio interno realizado pelos países desenvolvidos (AMORIM, 2003c).

Da mesma forma, o governo chinês reconheceu a oportunidade aberta por aquela rodada para corrigir distorções de comércio e impulsionar seu projeto de desenvolvimento interno. Conforme Zhang Yishan, embaixador chinês, a globalização econômica criou oportunidades para o desenvolvimento, no entanto, a realidade do regime de comércio internacional privou os países em desenvolvimento de partilhar de seus benefícios. Nesse sentido, o Embaixador afirmou: “*development lies at the heart of the WTO Doha Round*” (ZHANG, 2005, p. 1)

A entrada recente na organização, que resultou de 15 anos de negociação e de rebaixas tarifárias significativas determinou, contudo, uma postura mais conservadora da China nas negociações sobre o acesso a mercado. Tendo em vista a alteração da tarifa média para os produtos industrializados, que passou de 42,9% (média aplicada antes da acessão) para 9%, e da tarifa média para produtos agrícolas, que passou de 54% para 15,3% (em contraste com a média tarifária mundial de 62%), a China solicitou tratamento diferenciado para os membros mais recentes (BO, 2005).

Notadamente, a preocupação chinesa tem origem conhecida. A população rural da China corresponde a 57% da sua população total. E, enquanto a renda *per capita* urbana passou de 6.680 *yuan* para 10.493 *yuan* entre 2001 e 2005, a renda *per capita* rural passou de 2.366 *yuan* para 3.255 *yuan*, no mesmo período (NBS, 2006).

Para o Brasil e a China, a dimensão do desenvolvimento deveria ser incorporada a todas as esferas de negociação: a interação entre comércio, desenvolvimento e redução substancial da pobreza. Nesse sentido, mostraram-se empenhados em transformar a rodada de negociações da OMC em uma genuína rodada do desenvolvimento (AMORIM, 2003e; POSITION, 2005).

Na agenda de negociações destacam-se os temas agrícolas, abordados por meio de três pilares: o acesso a mercados; a redução dos subsídios à exportação (objetivando sua eliminação); e a redução das medidas de apoio interno que distorcem o comércio internacional. Outros temas, como medidas *anti-dumping*, propriedade intelectual, investimentos, acesso a mercados de bens não-agrícolas, e meio ambiente, ao passo que tornam mais complexa a rodada de negociações, oferecem grande possibilidade de *trade off*

frente ao princípio de *single undertaking* daquele organismo – “nada está acordado até que tudo esteja acordado”.

Em 2003, havia uma aparente indisposição de negociação dos países desenvolvidos durante a fase preparatória da V Conferência Ministerial da OMC e um crescente descompasso entre os países sobre as propostas. Em agosto, foi divulgado o “acerto tático” entre os Estados Unidos e a União Européia, com posições conservadoras sobre os temas mais críticos e apresentado aos demais países como o “consenso possível” (AMORIM, 2004a).

Em contrapartida, o Brasil tomou a iniciativa de mobilizar os membros interessados na efetiva liberalização do comércio agrícola. Inicialmente composto por Brasil, Argentina e Índia, o grupo chegou à reunião Ministerial de Cancun, em setembro de 2003, com vinte membros e uma proposta: a redução efetiva dos subsídios domésticos e de exportação que deprimem os preços e a renda global, das barreiras que comprometem o acesso aos mercados e a aplicação do tratamento especial e diferenciado⁵⁰ (AMORIM, 2004a, 2005a).

A consolidação do G-20 possibilitou uma reformulação da correlação de forças durante as negociações. O comprometimento com a reforma do comércio agrícola conferiu unidade ao grupo, dentro da sua própria diversidade. A incorporação da China, por exemplo, que frente à sua recente entrada na OMC e subsequente abertura comercial mostrava-se crítica quanto às negociações de acesso a mercados, foi benéfica, por admitir um membro de peso que, fora do grupo, dificultaria ainda mais as negociações. Nesse sentido, a busca por um consenso quanto ao acesso a mercados ocorreu no âmbito do G-20 e a proposta para o grande grupo manteve sua unidade e peso (tendo em vista a participação da China). Salvo a questão do acesso aos mercados havia amplo consenso no grupo quanto aos efeitos danosos causados pelos subsídios ao comércio internacional (AMORIM, 2004a, 2005f; BO, 2005).

Em conjunto, os membros do G-20 representam a maioria da população rural mundial, 65%, e uma parcela significativa da produção agrícola mundial, 20%. Em comparação com os percentuais totalizados entre Japão, Estados Unidos e União Européia, 1% da população rural e 15,9% do PIB agrícola, o G-20 reafirma sua expressão⁵¹ (AMORIM, 2004a).

Durante a Conferência de Cancun, o G-20, sob a coordenação de Celso Amorim, mostrou unidade nas questões agrícolas, realizou reuniões de nível ministerial com os Estados

⁵⁰ Para evitar uma exposição exaustiva das propostas, não serão apresentados os índices específicos de cada delegação. A posição adotada pelo grupo naquela ocasião foi delineada em um documento oficial da OMC (WT/MIN(03)/W/6) e tornou-se a plataforma central de negociação do grupo. Para maiores informações consultar G-20 (2005).

⁵¹ Atualmente, o G-20 é composto por vinte e um membros: dez países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Guatemala, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela), seis asiáticos (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e cinco africanos (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue).

Unidos e a União Européia e manteve contatos estreitos com os membros do Grupo Cairns que não haviam se associado a suas propostas (Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Uruguai) e com os países africanos. Contudo, em meio aos embates dos trabalhos, principalmente frente à discordância sobre o projeto de declaração apresentada no dia 13 de setembro, o Secretário de Relações Exteriores do México (e Presidente da Conferência), Luis Ernesto Derbez, declarou a Conferência como encerrada na tarde do dia 14, sem ter produzido os resultados a que se propunha (AMORIM, 2004a, 2005a; CERVO, 2003a).

Apesar da forma prematura como foi encerrada, aquela Conferência recuperou a confiança na potencialidade da cooperação Sul-Sul, através do emblemático G-20 que concentrou suas negociações na área de maior interesse dos países em desenvolvimento, o comércio agrícola.

A complexidade dos temas e os interesses diversos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento geraram grande dificuldade para estabelecer um consenso entre a totalidade dos membros. Seria um agravante a ausência de um grupo como o G-20 que concretizou respostas às manobras diplomáticas dos países desenvolvidos que se afastavam da real liberalização do comércio agrícola e, conseqüentemente, do resgate da dívida existente com os países em desenvolvimento (AMORIM, 2005a; CERVO, 2003a).

Desde a Conferência de Cancun, o grupo manteve reuniões ministeriais freqüentes: em dezembro de 2003 em Brasília, em junho de 2004 em São Paulo, em março de 2005 em Nova Deli, em setembro de 2005 em Bhurban, e, em outubro e novembro de 2005, em Genebra. Também foram realizadas reuniões freqüentes entre as delegações em Genebra.

A unidade dentro da diversidade foi mantida entre os membros nas reuniões mini-ministeriais e, posteriormente, na Conferência Ministerial de Hong Kong, realizada em dezembro de 2005.

A articulação G-20 garantiu a inclusão dos objetivos do Grupo no acordo-quadro de julho de 2004, o “pacote de julho”, formulado para impulsionar as negociações, tendo em vista o embate da reunião de Cancun. Posteriormente, em 2005, a proposta da União Européia, apesar de longe daquilo proposto pelo G-20, mostrou certa flexibilidade nos temas agrícolas – e foi identificado como algo positivo (AMORIM, 2005c).

Durante as reuniões preparatórias para a VI Conferência Ministerial, a ser realizada em dezembro daquele ano, as possibilidades de avanço ainda se mostravam limitadas. De fato, a rodada não foi concluída em Hong Kong e foi postergada, novamente, para o final de 2006.

Contudo, foram produzidos resultados importantes como a definição de 2006 como ano limite para a eliminação dos subsídios à exportação do algodão e 2013 como ano limite

para a eliminação dos subsídios às exportações dos demais produtos agrícolas. Foi expresso o compromisso de redução do valor global dos subsídios internos e de proporcionar amplo acesso a mercado para os países mais pobres, por meio da eliminação de cotas e tarifas. De similar importância, houve avanços técnicos que devem beneficiar as fases seguintes de negociação, como o reconhecimento do tratamento diferenciado entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e a criação de um vínculo de proporcionalidade entre os cortes tarifários de produtos agrícolas e industriais, assegurando certo equilíbrio nas negociações (AMORIM, 2005f).

A cooperação entre Brasil e China no âmbito da OMC ocorreu sob o prisma do G-20. O caráter pragmático e ativo da política externa brasileira que impulsionou a formação daquele grupo de grande diversidade e, em especial, a inclusão da China (que separadamente seria um *player* de peso para polarizar as negociações), criou condições favoráveis para a defesa dos interesses nacionais naquele organismo.

Resultados efetivos nas negociações da Agenda do Desenvolvimento farão do comércio e da sua liberalização instrumentos de mudança social, uma vez que, além de gerar riqueza, contribuirão para sua distribuição no sistema. Nesse sentido, devem estimular elementos de multipolaridade, cujo produto final ainda está por vir.

4.2.3 Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL)

Durante o triênio 2003-2005, o Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste impulsionou a aproximação entre as duas regiões. As reuniões dos grupos de trabalho “Economia e Sociedade”, “Política, Cultura e Educação” e “Ciência e Tecnologia” decorreram com o objetivo de promover o diálogo saudável sobre as “melhores práticas”.

Em 17 e 18 de março de 2003, por exemplo, foi realizado o segundo encontro do grupo de trabalho “Economia e Sociedade” em Tóquio. Foram abordados temas como administração pública; desenvolvimento econômico-social e redução da pobreza; comércio e investimentos; tecnologia da informação; micro, pequenas e médias empresas na América Latina. Em todos os blocos foram apresentados casos para o diálogo sobre as “melhores práticas”. No bloco sobre desenvolvimento econômico-social e redução da pobreza questionou-se a fórmula da estabilização como fonte singular de crescimento e, nesse sentido,

foi sublinhada a necessidade de manter agendas próprias para o desenvolvimento (MOFA, 2003).

De caráter similar e construtivo se seguiram as reuniões dos grupos “Ciência e Tecnologia” e “Política, Cultura e Educação”. Esse último grupo incorporou o tema da educação em 2004, originalmente apresentado no grupo “Ciência, Tecnologia e Educação”. As reuniões dos grupos tiveram freqüências anuais e delas participaram Brasil e China, apresentando trabalhos e trocando experiências.

Em 30 e 31 de janeiro de 2004, foi realizada a segunda Reunião Ministerial do foro em Manila. Na ocasião, foi produzido um documento reafirmando os propósitos daquele mecanismo de cooperação. A promoção do diálogo, a troca de experiências, a discussão sobre as “melhores práticas”, o desenvolvimento de projetos autônomos, e as demais atividades foram reafirmadas dentro do caráter voluntário e complementar daquele foro. Foi incentivado o aprofundamento dos laços político, econômico e social entre as regiões, e sublinhado que a interação entre os elementos particulares das sociedades, empresários e acadêmicos devem servir para reforçar a natureza intergovernamental do foro (FEALAC, 2004).

Em agosto de 2005, foi realizado o primeiro *Young Parliamentarians Forum* em Cingapura. Na ocasião, parlamentares trocaram experiências sobre o desenvolvimento de cada país e dialogaram sobre as possibilidades de estender a cooperação. A segunda e a terceira reunião parlamentar foram previstas para 2006, no México, e 2007, na Malásia.

A interlocução nas diversas áreas a que se propõe esse foro e a participação efetiva dos membros, dentre eles Brasil e China, fortalece os laços entre as regiões, incentiva o conhecimento mútuo e a cooperação em áreas singulares. A participação sino-brasileira nesse foro contribui com elementos positivos ao fortalecimento da parceria estratégica.

4.3 Vertente Científico-Tecnológica

O projeto CBERS é o emblema da parceria estratégica entre o Brasil e a China e um paradigma de cooperação entre países em desenvolvimento. A singularidade desse projeto está na incorporação de elementos de alta tecnologia, beneficiando os setores científico-tecnológicos e a indústria nacional de cada país, e no significado político e comercial da quebra de monopólio de uma tecnologia originalmente detida pelos países desenvolvidos (ASFORA, 2004; FUJITA, 2003).

O primeiro produto dessa parceria, o CBERS 1, teve uma vida útil estendida e ficou em órbita de 14 de outubro de 1999 a 13 de agosto de 2003. Em 21 de outubro de 2003, foi concretizado o lançamento do segundo satélite conjunto sino-brasileiro, CBERS 2, a partir da plataforma de Taiyuan, com um Foguete Longa Marcha 4. Com características idênticas ao CBERS 1, a vida útil projetada é de dois anos, que se completaram em outubro de 2005. O satélite permanece em órbita e, segundo dados do INPE, em 2007 será lançado o CBERS 2B, com as mesmas características dos primeiros dois satélites.

Em maio de 2004, durante a visita do presidente Lula à China, foi assinado o memorando de entendimento sobre as aplicações do projeto e, em novembro de 2004, durante a visita de Hu Jintao, foi assinado o complemento ao acordo que prevê a distribuição dos produtos do projeto CBERS a terceiros países, e a divisão dos recursos em partes iguais.

Ainda na ocasião da visita de Hu Jintao ao Brasil, foi assinado o Protocolo Complementar para o desenvolvimento conjunto do CBERS 2B. Esse satélite, de características similares aos dois primeiros, terá as fases de montagem, integração e testes realizadas no Brasil e o lançamento efetuado a partir da base de Taiyuan, na China. A divisão dos investimentos segue o modelo dos dois primeiros satélites, 70% para a China e 30% para o Brasil. A previsão inicial para o lançamento do CBERS 2B foi 2006 e, atualmente, o INPE projeta o lançamento para maio de 2007.

Naquele documento foi especificado que o lançamento do CBERS 3 deve ocorrer em 2008 e o do CBERS 4 em 2010 (essas datas devem ser alteradas de acordo com o lançamento do CBERS 2B). A geração CBERS 3 e 4 detém características mais avançadas que as de seus antecessores, por utilizar no módulo de carga útil quatro câmeras com desempenhos otimizados. E, seus projetos têm uma divisão de investimentos mais equitativa, de 50% para cada parte.

4.4 *Status quo* ou revisionistas?

Devemos lembrar que não há nada mais difícil de planejar, de sucesso mais duvidoso ou mais perigoso de administrar do que a criação de um sistema novo. Pois o iniciador tem a inimizade de todos os que lucram com a preservação da velha instituição e defensores sem entusiasmo naqueles que ganhariam com a nova (MACHIAVELLI *apud* HO, 2003, p. 77).

A aproximação entre os maiores países em desenvolvimento tem elementos propulsores claros: o interesse nacional e o ambiente externo. Internamente, Brasil e China se deparam com uma sociedade díspar, que urge pelo crescimento econômico em compasso com o desenvolvimento social. Externamente, há um ambiente desfavorável à realização do projeto nacional. O comércio obedece a lógica de livre mercado dos países desenvolvidos que limita o desempenho dos demais Estados. O papel das instituições é relativizado frente à mecanização dos procedimentos (como a numerosa quantidade de resoluções aprovadas pela Assembléia Geral da ONU, que não são efetivamente incorporadas pelos Estados) e ao déficit democrático de um órgão como o Conselho de Segurança. Nesse sentido, se concretizam os anseios dos Estados pelo estabelecimento de uma nova ordem política e econômica, livre dos constrangimentos que hoje limitam sua capacidade de plena realização.

A principal ferramenta para potencializar movimentos positivos no sistema é a cooperação. O caráter da articulação entre o Brasil e a China nas esferas política, econômica e científico-tecnológica dá sentido ao termo parceria estratégica. A cooperação entre grandes países em desenvolvimento, com interesses similares, Estados bem engajados no sistema, de forma autônoma e pragmática, aparece como uma via válida e produtiva para atender os interesses nacionais.

A afirmação de Maquiavel (início do texto) é aplicável à situação contemporânea. De fato, não se pretende a “criação de um sistema novo”, mas sua renovação. O grande problema está na predisposição dos Estados em maximizar suas vantagens relativas.

Neste contexto, nasce o debate sobre as ambições dos Estados em suas políticas externas: se estes pretendem manter a correlação de forças e as normativas do sistema, caracterizando um Estado *status quo*, ou se pretendem promover alguma ruptura no sistema, caracterizando um Estado revisionista. Conforme Robert Gilpin, três questões devem ser analisadas. Primeiro, deve ser considerada a posição do Estado frente às regras específicas como, por exemplo, soberania, diplomacia, as regras das instituições de comércio e segurança. Segundo, deve ser considerada a posição do Estado frente à distribuição de poder regional e global. Terceiro, deve ser considerada a posição do Estado frente à hierarquia de prestígio. Para constituir um perfil revisionista, o Estado deve se dispor a alterar os três componentes, e não menos do que três (GILPIN *apud* JOHNSTON, 2003).

Os anseios do Brasil e da China no cenário internacional buscam promover seu desenvolvimento sócio-econômico, seus interesses nacionais. Os discursos a favor da nova ordem ou da promoção da multipolaridade têm esse fundamento. Os países buscam a universalização dos benefícios que se encontram concentrados nas mãos de poucos. Ambos

querem *participar* da dinâmica internacional de forma justa, visando a realização dos seus interesses nacionais⁵².

⁵² A China pode ser considerada como um Estado revisionista se pensarmos na questão de Taiwan, pois o país quer alterar a atual condição. Contudo, de acordo com os critérios de Gilpin, para considerarmos um Estado como revisionista ele deve almejar alterar os três componentes do sistema listados anteriormente: as regras, distribuição de poder e a hierarquia de prestígio.

5 CONCLUSÃO

A proposta de trabalho dessa dissertação permitiu o levantamento de uma série de elementos que se mostraram determinantes na evolução do relacionamento sino-brasileiro durante o último decênio. Sob o objetivo de identificar os fatores políticos e econômicos que impulsionaram a aproximação entre o Brasil e a China no período de 1995 a 2005, a hipótese inicial que sublinhou a complementaridade econômica e a similitude de interesses e posições no cenário internacional foi validada.

O estudo da política externa desenvolvida durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2005) revelou a forma como cada matriz decisória interagiu com aqueles elementos (complementaridade econômica e interesses similares), produzindo contribuições diferenciadas. As percepções de cada governo sobre o interesse nacional, a capacidade do Estado e sobre as perspectivas no cenário internacional, em compasso com os entendimentos de como promover a inter-relação destas variáveis, determinaram as posturas adotadas no sistema internacional e com relação à China.

O paradigma da parceria estratégica sino-brasileira remete um caráter preferencial e diferenciado ao relacionamento bilateral dentro do universalismo da política externa. Os elementos que dão sentido à natureza estratégica da aproximação dos maiores países em desenvolvimento do sistema foram identificadas por Zhu Rongji, em maio de 1993, Jiang Zemin, em novembro de 1993, e reafirmados por Hu Jintao, em maio de 2004 (sendo incluídos no comunicado conjunto assinado entre o Brasil e a China na ocasião da visita de Lula àquele país).

De fato, a iniciativa de classificar o relacionamento bilateral como estratégico partiu da China. Zhu Rongji sublinhou a sinergia entre os países e Jiang Zemin delineou os princípios para orientar e estender a cooperação sino-brasileira que foram reafirmados, posteriormente, por Hu Jintao. Os quatro princípios sintetizados pelos dirigentes chineses retratam o alcance ampliado das relações estratégicas.

Primeiro, a expansão do intercâmbio econômico e comercial tem em vista a complementaridade das economias e o objetivo de promover a prosperidade mútua. O comércio constitui uma importante ferramenta de desenvolvimento econômico e social e, neste sentido, deve ser explorado para suprir as necessidades de consumo e de crescimento das sociedades como um todo.

Segundo, o incentivo ao diálogo estendido tem como objetivo fortalecer a confiança política mútua, formando a base do terceiro princípio, a cooperação política nos organismos multilaterais e frente aos diversos temas da agenda internacional. A coordenação e o apoio mútuo nos debates e negociações vem a beneficiar os interesses sino-brasileiros, convergentes nestas instâncias em razão da identidade partilhada de países em desenvolvimento. O anseio pela redução dos constrangimentos e distorções do sistema e pelo estabelecimento de uma nova ordem política e econômica, com maior espaço para a participação e favorável a realização dos projetos nacionais, reafirma a importância de cooperação para ambos e para a comunidade dos países em desenvolvimento.

O quarto princípio corresponde à promoção do conhecimento mútuo, tendo em vista o entendimento bilateral e o desenvolvimento da cooperação nos mais diversos campos. A cooperação científico-tecnológica, para o desenvolvimento conjunto dos satélites de monitoramento terrestre (CBERS), é identificada como um modelo de cooperação Sul-Sul.

Os interesses da China que levaram à qualificação do relacionamento com o Brasil como estratégico envolvem a necessidade crescente de insumos para fomentar o desenvolvimento econômico nacional e sua demanda por recursos alimentícios, ou seja, o acesso às riquezas naturais abundantes no Brasil. O interesse em assegurar o fornecimento destes recursos a longo prazo e com custos mais baixos impulsionou a pré-disposição chinesa em participar dos projetos de investimento na infra-estrutura brasileira.

Nos fóruns multilaterais há o interesse comum em corrigir a lógica distorcida do comércio internacional, que preserva o interesse dos países desenvolvidos em detrimento daqueles dos países em desenvolvimento, uma vez que o livre comércio pregado pelos primeiros não é aplicado de forma plena aos produtos em que os segundos detêm vantagens comparativas.

A necessidade de remeter maior ênfase aos aspectos relacionados ao desenvolvimento na agenda internacional e o anseio pelo estabelecimento de uma ordem multipolar equitativa, que assegure benefícios mútuos, contribua à redução do *gap* entre o Norte e o Sul, e que esteja livre de hegemonismos e da política de força, constituem ideais compartilhados entre o Brasil e a China.

Em adição, a busca por apoio em questões como a política de uma só China, nos questionamentos sobre o respeito aos direitos humanos e, a partir do governo de Hu Jintao, o reconhecimento do status de economia de mercado constituíram elementos claros do interesse chinês em relação à parceria estratégica com o Brasil.

Os interesses brasileiros relacionados à parceria estratégica envolvem o acesso ao amplo mercado chinês, não somente dos produtos que já conquistaram espaço naquele mercado, mas têm em vista, em especial, o incremento da exportação de produtos de maior valor agregado. Com relação aos interesses compartilhados no cenário internacional, como o anseio pela correção das distorções do comércio, pela ênfase nas questões relacionadas ao desenvolvimento e pelo estabelecimento de uma ordem multipolar equitativa, deve ser acrescentada, a partir do governo Lula, a busca pelo apoio ao intento de adquirir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A cooperação em outras áreas, com destaque para a científico-tecnológica, retrata o interesse comum em desenvolver tecnologias específicas que, como retorno, trazem ganhos para as indústrias nacionais, à comunidade científica e para a economia de ambos. A cooperação emblemática no desenvolvimento dos satélites de monitoramento terrestre exemplifica estes movimentos com resultados concretos.

Os interesses sino-brasileiros com relação à parceria estratégica podem ser sintetizados em três vertentes: econômica e comercial; política; e científico-tecnológica. Estas vertentes não esgotam a realidade e a capacidade da cooperação entre o Brasil e a China, que se estende a outros campos, como educação e cultura, mas representam as áreas onde os avanços foram mais significativos.

A forma como cada governo brasileiro interagiu com estes interesses e promoveu a interlocução com o governo chinês, dotado de uma política externa de aproximação, solidariedade e incentivo a cooperação com países em desenvolvimento (com nítido destaque ao Brasil), determinou a contribuição e os frutos colhidos da parceria estratégica no decênio 1995-2005.

O governo de Fernando Henrique (1995-2002) concentrou esforços na promoção da estabilidade macroeconômica, que foi condicionada à efetivação de reformas internas e à credibilidade do país no cenário internacional. A estabilidade foi identificada como o principal fator de influência sobre a inserção internacional, enquanto as formas de desvios políticos e econômicos foram classificadas como os principais entraves. Neste sentido, decorreu a ampla abertura econômica e a cooptação dos temas da agenda internacional de forma acrítica frente aos entendimentos do governo sobre a estratégia de credibilidade, o cumprimento do “dever de casa”, e o princípio de reciprocidade.

O engajamento aos princípios neoliberais do Consenso de Washington, a redefinição do papel do Estado frente à sociedade, a relativização do papel do Itamaraty, afastando o governo das linhas históricas de identificação com o nacional-desenvolvimentismo, e o

condicionamento do desenvolvimento ao resgate das hipotecas do país, constituíram os principais elementos da estratégia de credibilidade do governo. Dentro desta estratégia deve ser destacado o distanciamento das articulações com países em desenvolvimento que, juntamente com os demais elementos e a atenção despendida ao MERCOSUL e às negociações da ALCA, comprometeram em grande medida os resultados extraídos da cooperação sino-brasileira naquele período.

O governo Fernando Henrique concentrou os esforços despendidos à China sobretudo na área econômico-comercial. Contudo, as exportações brasileiras para aquele destino apresentaram quedas subseqüentes entre 1995 e 1999. Notadamente, a queda no montante das exportações foi impulsionada pela retração do comércio bilateral dos produtos de maior volume na composição da pauta de exportações para a China (óleo de soja, veículos automotores, máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos, ferro fundido, ferro e aço), em sentido contrário ao aumento significativo das exportações dos demais capítulos da NCM.

Quanto às importações brasileiras originárias da China, após o incremento de 124,75% de 1994 para 1995, o intercâmbio se manteve estagnado até 1998 e apresentou uma queda em 1999. No segundo mandato de Fernando Henrique, a desvalorização cambial do Real e a subseqüente entrada da China na OMC, que garantiu maior acesso àquele mercado, impulsionaram o aumento expressivo das exportações brasileiras para aquele destino. Quanto às importações, houve a recuperação do montante importado antes da queda de 1999 com um pequeno incremento. Houve a retomada da produção de superávits comerciais com a China em 2001, após cinco anos de balança comercial bilateral deficitária em favor daquele parceiro. Contudo, o comércio permaneceu aquém do potencial econômico dos países.

Ao final do período do governo de Fernando Henrique, foi afirmada a tendência de concentração da pauta de exportações brasileiras para a China em produtos de menor valor agregado, em compasso com a concentração da pauta de importações originárias da China em produtos intensivos em tecnologia.

Quanto à interlocução política, o governo Fernando Henrique mostrou-se crítico a alguns constrangimentos e distorções do sistema, sobretudo no segundo mandato, quando a falta de resposta dos países desenvolvidos ao princípio de reciprocidade tornou-se latente. Contudo, as hesitações políticas com relação aos países em desenvolvimento se manteve e impediu o governo de concretizar o pragmatismo retórico. Com relação à China, enquanto Jiang Zemin estimulava a interação entre os países em desenvolvimento e apontava o Brasil como um dos principais parceiros na construção da nova ordem internacional, democrática,

justa e multipolar, Fernando Henrique respondia com tímidos movimentos. Desta maneira, não foi aproveitada a potencialidade da parceira estratégica na vertente política.

A atuação nos fóruns multilaterais, identificada como principal mecanismo na defesa dos interesses nacionais no cenário internacional, refletiu as posições convergentes entre os governos do Brasil e da China em temas de importância singular aos países em desenvolvimento. A atuação na Assembleia Geral da ONU retratou a significativa convergência em temas econômicos e de desenvolvimento e alguma divergência nos temas relacionados à segurança e à denúncia a violação dos direitos humanos. A participação brasileira no Conselho de Segurança da ONU em 1998 e 1999 reafirmou algumas posições divergentes em temas classificados pela China como assuntos internos e que permitem a associação com a questão de Taiwan.

Com relação à entrada da China na OMC, o governo brasileiro afirmou constantemente o apoio ao engajamento chinês no regime de comércio mundial, tendo em vista o acesso estendido àquele mercado e maior força de articulação e projeção dos interesses dos países em desenvolvimento nas negociações no organismo.

A criação da FOCALAL, em 1999, e a participação sino-brasileira instrumentalizou uma nova ferramenta na promoção da interlocução, da cooperação e de incentivo ao conhecimento mútuo.

Na vertente científico-tecnológica, o fruto das amplas negociações e da cooperação na área espacial foi concretizado, em outubro de 1999, com o lançamento do CBERS 1. Em razão da vida útil estendida deste primeiro satélite, o lançamento do CBERS 2 foi transferido para 2003. Considerando os êxitos até então alcançados, em setembro de 2000, os governos acordaram sobre o desenvolvimento da segunda geração de satélites, CBERS 3 e 4, com mecanismos mais avançados e a divisão de investimentos de forma equitativa (50% para cada parte).

O governo Lula (2003-2005) promoveu o resgate dos aspectos sociais na agenda política do país, remeteu maior ênfase ao papel do Estado e da política externa frente ao crescimento econômico e ao bem-estar social. Houve um reencontro com os ideais de desenvolvimento suprimidos no governo anterior. E, o Itamaraty recuperou sua posição estratégica na formulação e execução da política externa do país.

Foram promovidas “correções de rumo” quanto aos posicionamentos e às práticas do governo no cenário internacional. Houve um forte impulso ao caráter universalista da política externa brasileira, promovendo o estreitamento dos vínculos com o mundo em desenvolvimento, em especial com os grandes Estados como a China, tendo em vista a

realização do potencial de cooperação dentre os Estados que dispõem de interesses comuns no cenário internacional. A postura crítica frente aos desequilíbrios do sistema foi acompanhada por ações concretas e pragmáticas que afirmaram o caráter ativo e autônomo da política externa.

O forte protagonismo e a articulação estendida no cenário internacional foram impulsionados pela retomada da confiança na capacidade de influenciar e contribuir nas negociações multilaterais, identificadas como única via dotada de legitimidade para conduzir o ordenamento do sistema e estimular elementos de multipolaridade.

Com relação à China, a parceria estratégica, vagamente explicitada por Fernando Henrique fora do contexto bilateral, encontrou espaço no diálogo aberto de Lula e Celso Amorim sem constituir, no entanto, um ponto de inflexão no projeto regional. As percepções do governo Lula, como a idéia de geometrias variáveis e o pensamento livre de hesitações quanto à aproximação e ao diálogo estendido com os países em desenvolvimento, garantiram a postura pragmática em relação à China. O governo demonstrou vontade política em aproveitar a janela de oportunidades para a ampliação do comércio e investimentos, para a cooperação política e científico-tecnológica. Neste sentido, Hu Jintao encontrou um interlocutor com maior entusiasmo para promover os potenciais de cooperação bilateral.

A corrente de comércio bilateral apresentou índices recordes nos três anos do governo Lula, tanto no valor das exportações quanto das importações, e produziu superávits favoráveis ao Brasil. A tendência de concentração da pauta de exportações brasileiras para a China em produtos básicos permaneceu e se aprofundou, com relação ao período anterior, enquanto a concentração da pauta de importações originárias da China se manteve sobre produtos de maior valor agregado.

Ao final do período, a leitura dos principais produtos que compõem a pauta de exportações brasileira para a China (minério de ferro, petróleo, produtos de siderurgia e soja) retrata a demanda por insumos e fontes energéticas, advinda do crescimento chinês, e por produtos alimentícios, em compasso com a qualidade e competitividade da produção brasileira. Com relação à pauta de importações brasileira de produtos advindos da China, a concentração em produtos intensivos em tecnologia retrata a estratégia das transnacionais de eficiência global e integração vertical da produção. Quanto à importação de coque siderúrgico e carvão mineral, a qualidade e os baixos custos da produção chinesa constituem atrativos aos importadores brasileiros.

Com relação à interlocução política houve uma maior identificação entre os governos de Lula e Hu Jintao, em comparação aos governos de Fernando Henrique e Jiang Zemin, em

razão das percepções e das estratégias adotadas pelo governo brasileiro. A interlocução política foi estendida no âmbito bilateral e multilateral. Com relação a ONU, a coincidência de votos na Assembléia Geral e Conselho de Segurança reafirmou os interesses similares frente ao sistema. Na Assembléia Geral, houve convergência de posições quanto aos temas relacionados ao desenvolvimento, como o direito ao desenvolvimento, e as temáticas relacionadas à economia, acesso a medicamentos, e de incentivo ao multilateralismo nas decisões sobre o desarmamento nuclear. Houve alguma divergência nos temas relacionados à segurança e à denúncia a violação dos direitos humanos.

Quanto à participação brasileira no Conselho de Segurança, em 2004 e 2005, a tendência de unidade nos votos entre os membros e, conseqüentemente, com a China foi mantida. Houve alguma divergência nos temas classificados pela China como assuntos internos e que permitem a associação com a questão de Taiwan.

Durante o governo Lula, a grande frustração com relação à ONU e à China, diz respeito ao intento em adquirir um assento permanente no Conselho de Segurança. O desconforto frente à fórmula de ampliação a qual o Brasil se engajou, juntamente com Japão, Alemanha e Índia, em compasso com a falta de consenso entre os demais membros, foi determinante para a indisposição chinesa em apoiá-la. De fato, o governo brasileiro contava com o apoio chinês, que não havia sido declarado. Faltou o diálogo incisivo, como aquele realizado pela China para a obtenção do reconhecimento do status de economia de mercado. Este reconhecimento tem um caráter diferenciado da questão da ampliação do Conselho de Segurança, mas vale ser mencionado, pois foi conquistado por meio da insistência da diplomacia chinesa.

Com relação a OMC, a cooperação bilateral ocorreu sob o prisma do G-20. A iniciativa brasileira em formar aquele grupo, que garantiu coesão e maior peso nas negociações agrícolas (foco principal dos países em desenvolvimento na Rodada de Doha), possibilitou uma reformulação da correlação de forças durante as negociações. O engajamento da China naquele grupo foi benéfico por incorporar um membro de peso que fora do grupo polarizaria ainda mais as negociações.

Na FOCALAL, os trabalhos nas diversas instâncias, como economia, sociedade, política, cultura, educação, e ciência e tecnologia, instrumentalizaram a mecanismos de aproximação entre os diversos membros, o conhecimento mútuo e o diálogo sobre as “melhores práticas”. A participação sino-brasileira naquele foro mostra-se benéfica para a parceria estratégica tendo em vista o caráter dos trabalhos e a interação promovida, ampliando as vias de cooperação.

Quanto a cooperação científico-tecnológica, o lançamento do CBERS 2, em 2003, a assinatura dos acordos para a disponibilizar os produtos dos satélites para terceiras partes, e a concordância em desenvolver o CBERS 2B retraram os esforços continuados para manter e avançar na cooperação tida como exemplar entre países do Sul.

Ao formular um comparativo entre os produtos do governo Fernando Henrique e do governo Lula com relação à parceria estratégica com a China, apesar de constituírem períodos temporais diferentes e não diretamente comparáveis, é possível identificar componentes diversos.

A contribuição do governo Fernando Henrique foi predominantemente *econômica e comercial*, em especial após a desvalorização cambial do Real e da entrada da China na OMC, e de *manutenção*, tendo em vista o diálogo que foi mantido, porém com tímidas respostas, no campo político.

A contribuição do governo Lula se estendeu do campo *econômico e comercial*, que apresentou uma significativa expansão, para o campo *político*, tendo em vista o caráter ativo e autônomo, livre das amarras presentes no período anterior.

A maior proximidade dos governos no período Lula pode ser retratada pelo incremento significativo do intercâmbio comercial e pela interlocução política estendida, com base no encontro dos ideais defendidos por cada matriz decisória, a quantidade de atos assinados em cada governo (17 no período de oito anos do governo Fernando Henrique e 21 nos três primeiros anos do governo Lula) e nas visitas presidenciais de alto nível (como aquelas realizadas em 2004). Neste último aspecto deve ser destacada a valorização pela cultura chinesa dos contatos pessoais, o *guanxi*, chave para a abertura de novas oportunidades.

O Brasil e a China compartilham a identidade de países em desenvolvimento e, em consequência, os anseios pelo estabelecimento de uma ordem política e econômica favorável à realização dos interesses nacionais, relacionados ao desenvolvimento econômico e social. A aproximação entre os maiores países em desenvolvimento traz possibilidades ampliadas de cooperação para tornar mais justo e equitativo o sistema que apresenta um saldo deficitário a sua comunidade: o déficit democrático, que advém das estruturas institucionais e de suas práticas e normas distorcidas; o déficit de desenvolvimento, relacionado aos entraves ao crescimento econômico das sociedades menos avançadas; e o déficit social, que concentra todas as distorções sobre o indivíduo, que deveria ser o foco e o beneficiário principal das movimentações dos Estados no sistema.

Neste contexto, retomo a frase do Padre Antonio Vieira, utilizada como epígrafe, para reafirmar: “o futuro não se prevê, apenas se constrói coletivamente”. E que ele seja construído

com a participação estendida dos países que vêm desenvolvendo sua consciência social, que reconhecem as debilidades da sua sociedade e a necessidade de suprir o déficit que é da comunidade internacional. O Brasil e a China detêm as ferramentas e o instrumental diplomático necessários para tanto. Cabe aos dirigentes aproveitar tais oportunidades. Cabe ao Brasil aproveitar esta janela de oportunidade, livrar-se de amarras, criar sua política própria, levando em conta seus interesses nacionais, como faz a China, que há quase trinta anos convida sua comunidade e a comunidade internacional a “emancipar a mente e buscar a verdade nos fatos”.

REFERÊNCIAS

ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. *A potência do Dragão: a estratégia diplomática da China*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A política externa do novo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva – retrospecto histórico e avaliação programática. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 45, n. 2, p. 229-239, 2002.

_____. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 47, n. 1, p. 162-184, 2004a.

_____. Um exercício comparativo de política externa: FHC e Lula em perspectiva. *Colunas de Relnet*, n. 1, mês 1-6, 2004b. Disponível em: http://www.relnet.com.br/Arquivos/html/2004/A_7725.html. Acesso em: 12 dez. 2005.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. *Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Brasília, 01 de janeiro de 2003a. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2032. Acesso em: 06 dez. 2005.

_____. Somos a mistura do Tigre com a Baleia. *Revista Istoé Dinheiro*. Brasília, 13 de janeiro de 2003b. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2106. Acesso em: 06 dez. 2005.

_____. *Aula Magna do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no Instituto Rio Branco: a diplomacia do governo Lula*. Brasília, 10 de abril de 2003c. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2108. Acesso em: 06 dez. 2005.

_____. Inserção Global do Brasil: OMC, Mercosul, ALCA, Zona de Livre Comércio do Brasil com a União Européia. In: XV FORUM NACIONAL. *O novo governo, novas prioridades e crescimento sustentado*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 2003d. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2111. Acesso em: 06 dez. 2005. (palestra pronunciada por Samuel Pinheiro Guimarães).

_____. *Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na V Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC)*. Cancún, 11 de setembro de 2003e. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2144. Acesso em: 06 dez. 2005.

_____. A lição de Cancún. *Revista Política Externa*. vol. 12, n. 3, 2004a. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2283. Acesso em: 06 dez. 2005.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. Os ricos precisam se sacrificar mais. *Der Spiegel*. 17 de maio de 2004b. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCU_RSO=2349. Acesso em: 06 dez. 2005.

_____. *Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Reunião Ministerial do G-77 e China*. São Paulo, 11 de junho de 2004c. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCU_RSO=2376. Acesso em 06 dez. 2005.

_____. *Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura da Sessão Plenária da XI Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento*. São Paulo, 14 de junho de 2004d. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCU_RSO=2381. Acesso em: 06 dez. 2005.

_____. *Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Cerimônia de Encerramento da XI UNCTAD*. São Paulo, 18 de junho de 2004e. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCU_RSO=2392. Acesso em: 06 dez. 2005.

_____. Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula. *Revista Diplomacia, Estratégia e Política*. Outubro / Dezembro, 2004f. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCU_RSO=2474. Acesso em: 06 dez. 2005.

_____. Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos. *Análise de Conjuntura*. Março, 2005a. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCU_RSO=2655. Acesso em: 06 dez. 2005. (Observatório Político Sul-Americano, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro).

_____. *Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do debate geral da 60ª sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas*. Nova York, 17 de setembro de 2005b. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCU_RSO=2691. Acesso em: 06 dez. 2005.

_____. *Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em entrevista coletiva à imprensa sobre a Rodada Doha da OMC*. Brasília, 28 de outubro de 2005c. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCU_RSO=2720. Acesso em: 06 dez. 2005.

_____. A ONU aos 60. *Revista Política Externa*. vol 14. 2005d. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCU_RSO=2700. Acesso em: 06 dez. 2005.

ARBIX, Glauco (org.). *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*. São Paulo: UNESP, 2002.

ASFORA, Carlos Alberto Lopes. Haia, 27 de junho de 2005. Entrevista concedida a Patrícia Paloschi Dick.

BACHMAN, David. New leaders, new foreign policymaking procedures? In: LIN, Gang; HU, Xiaobo (editors). *China after Jiang*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2003. cap 5, p. 115-135.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 45, n. 2, p. 135-146, 2002.

BARBOSA, Antônio José. Outros espaços: África do Norte, Oriente Próximo, Continente Asiático e Japão nas relações internacionais do Brasil. In: CERVO, Amado Luiz (org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. cap VI, p. 333-351.

BARROS, Sebastião do Rego. A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos quatro anos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 42, n. 2, p. 18-28, 1998.

BCB (Banco Central do Brasil). *Relatório Anual 2005*. v. 41, abril, 2006. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2005>. Acesso em: 10 maio 2006.

BILATERAL trade relations. *China Internet Information Center*. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/features/fmar/165821.htm>. Acesso em: 20 mar. 2006.

BO, Xilai. *Statement by HE Mr. Ho Xilai, Minister of Commerce at 6th WTO Ministerial Conference at Hong Kong, China*. Hong Kong, December 16, 2005. Disponível em: <http://wto2.mofcom.gov.cn/aarticle/chinalaw/investment/200512/20051201077472.html>. Acesso em: 15 jan. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *ALICE, Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior*. [1990-2006]. Disponível em: <http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>. Acesso em: set. 2005, dez. 2005, jan. 2006, mar. 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas de comércio exterior*. [2001-2006] Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/depPlaDesComExterior/indEstatisticas/>. Acesso em: abr. 2004, out. 2004, jul. 2005, dez. 2005, jan. 2006, mar. 2006.

_____. Ministério da Fazenda. *O comércio de mercadorias do Brasil com a China em 2002*. 2002. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/ComerMercadBrasil/2002/BrasilChina/default.htm>. Acesso em: 12 set. 2005.

_____. Ministério da Fazenda. *Política econômica e reformas estruturais*. Abril, 2003a. Disponível em:

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2003/Politica%20Economica.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2006.

BRASIL. Controladoria Geral da União. Relatório de Atividades do Poder executivo. *Balanco Geral da União 2003*. 2003b. vol. I, parte III, cap. V. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/cgu/bgu2003/Volumel/V13%20-%20MRE.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2006.

_____. Decreto n. 5.556 de 05 de outubro de 2005. *Presidência da República*, Brasília, 05 out. 2005a.

_____. Decreto n. 5.558 de 05 de outubro de 2005. *Presidência da República*, Brasília, 05 out. 2005b.

_____. Governo Federal. Prestação de contas do Governo Federal, 3 anos: mais desenvolvimento, menos desigualdade. *Revista Brasil*, ano 3, n. 6, dezembro de 2005c.

_____. Governo Federal. *Balanco 3 anos de governo*. [2006a]. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/noticias/publicacoes/publicac_teste/balanco_3anos.pdf. Acesso em: maio 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Balança Comercial brasileira 2005*. [2006b]. Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/balanca/balcombrasileira/compacta/quadro_sgraficos.ppt. Acesso em: 04 mar. 2006.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Atos em vigor assinados com a República Popular da China*. 2006c. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/bichina.htm>. Acesso em: 31 maio de 2006.

BRØDSGAARD, Kjeld Erik; HEURLIN, Bertel (editors). *China's place in Global Geopolitics: international, regional and domestic challenges*. London: RoutledgeCurzon, 2002.

CABRAL, Severino. Brasil e China – aliança e cooperação para o novo milênio. In: *Seminário Brasil-China*, IPRI, Rio de Janeiro, novembro de 1999. Disponível em: <http://www.relnet.com.br>. Acesso em: 29 ago. 2005.

_____. Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 43, n. 1, p. 24-42, 2000.

CAMARGO, Sonia de; OCAMPO, José Maria Vasquez. *Autoritarismo e democracia na Argentina e Brasil: uma década de política exterior, 1973-1984*. São Paulo: Convívio, 1988.

CANANI, Ney. *Política Externa no Governo Itamar Franco (1992-1994): continuidade e renovação de paradigma nos anos 90*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CANÍSIO, Márcia Jabôr. A dupla dialética das relações internacionais: elementos para a elaboração de uma visão do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 39, n. 2, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de Posse do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional*. Brasília, 01 de janeiro de 1995a. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/DISCURS.HTM. Acesso em: 28 set. 2005, 05 mar 2006⁵³.

_____. *O Mundo do após-Guerra Fria: dilemas e perspectivas*. Nova York, 19 de abril de 1995b. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/POLEXT.HTM. Acesso em: 28 set. 2005, 05 mar 2006. (Discurso proferido no Council on Foreign Relations).

_____. *O Brasil que volta a ser terra das oportunidades*. Nova York, 19 de abril de 1995c. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/POLEXT.HTM. Acesso em: 28 set. 2005, 05 mar 2006. (Discurso por ocasião do almoço oferecido pela comunidade empresarial).

_____. *O desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos*. Washington, 21 de abril de 1995d. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/POLEXT.HTM. Acesso em: 28 set. 2005, 05 mar 2006. (Conferência no Center for Strategic and International Studies).

_____. *Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso no Colégio D'Europe Bruges*. Setembro de 1995e. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/POLEX.HTM. Acesso em: 28 set. 2005, 05 mar 2006.

_____. *Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da visita oficial à República Popular da China*. Pequim, 13 de dezembro de 1995f. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/POLEX.HTM. Acesso em: 28 de set. 2005, 05 mar. 2006.

_____. *O Cenário Internacional no Ano 2000: o papel do Brasil e da China*. Pequim, 13 de dezembro de 1995g. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/POLEX.HTM. Acesso em: 28 set. 2005, 05 mar. 2006. (Conferência na Academia Chinesa de Ciências Sociais).

_____. *Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no encerramento do seminário "Brasil-China, uma parceria estratégica"*. Xangai, 16 de dezembro de 1995h. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/POLEX.HTM. Acesso em: 28 set. 2005, 05 mar. 2006.

_____. *Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido pelo prefeito de Xangai*. Xangai, 16 de dezembro de 1995i. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/polex8.htm#35. Acesso em: 28 set. 2005, 05 mar. 2006.

_____. *Conseqüências sociais da globalização*. Nova Delhi, 27 de janeiro de 1996a. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/GLOBA2.HTM. Acesso em: 28 set. 2005, 05 mar 2006. (Conferência no Indian International Centre)

⁵³ O primeiro acesso deste e dos demais discursos de Cardoso referem-se ao antigo sítio da Presidência da República: www.planalto.gov.br.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Impacto da globalização nos países em desenvolvimento: riscos e oportunidades*. Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996b. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/GLOBA3.HTM. Acesso em: 28 set. 2005, 05 mar 2006. (Conferência no Colégio do México)

_____. Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Primeiro-Ministro da República Popular da China Li Peng. Brasília, 08 de novembro de 1996c. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 79, ano 1996.

_____. *Declaração do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso após as Eleições 1998*. Brasília, 07 de outubro de 1998. Disponível em: www.relnet.com.br. Acesso em: 12 set. 2005.

_____. *Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores, professor Celso Lafer*. Brasília, 29 janeiro 2001a. Disponível em: www.relnet.com.br. Acesso em: 12 set. 2005.

_____. *Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de jantar oferecido em homenagem ao Sr. Jiang Zemin, Presidente da República Popular da China*. Brasília, 11 de abril de 2001b. Disponível em: www.relnet.com.br. Acesso em: 12 set. 2005.

_____. A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 44, n. 1, p. 5-12, 2001c.

_____. *Texto-base da apresentação do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP)*. São Paulo, 5 de maio de 2004. Disponível em: <http://www.ifhc.org.br/iea_usp.htm>. Acesso em: 12 set. 2005.

_____. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CERVO, Amado Luiz (org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994a.

CERVO, Amado Luiz. Socializando o Desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 37, n. 1, p. 37-63, 1994b.

_____. Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 40, n. 2, p. 5-26, 1997.

_____. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI / FUNAG, 2001.

_____. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 45, n. 1, p. 5-35, 2002.

CERVO, Amado Luiz. Política Exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 46, n. 2, p. 2-22, 2003.

_____. Um balanço da reunião da OMC em Cancún. *Colunas de Relnet*, n. 8, mês 7-12, 2003a. Disponível em: http://www.relnet.com.br/Arquivos/html/2003/A_7669.html. Acesso em: 05 set. 2005.

_____. Os objetivos da política exterior de Lula. *Colunas de Relnet*, n. 10, mês 7-12, 2004a. Disponível em: http://www.relnet.com.br/Arquivos/html/2004/A_7873.html. Acesso em: 12 dez. 2005.

_____. A perspectiva brasileira sobre as iniciativas multilaterais com vistas à responsabilidade social e ecológica. *Colunas de Relnet*, n. 10, mês 7-12, 2004b. Disponível em: http://www.relnet.com.br/Arquivos/html/2004/A_7874.html. Acesso em: 12 dez. 2005.

CHANG, Gene Hsin. Macroeconomic Issues and Policies. In: NATHAN, Andrew J.; HONG, Zhaohui; SMITH, Steven R. (editors). *Dilemmas of reform in Jiang Zemin's China*. Boulder, London: Lynne Rienner Publishers, 1999. cap 10, p. 157-170.

CHEN, Zhimin. Nationalism, Internationalism and Chinese Foreign Policy. *Journal of Contemporary China*. Vol. 14, nr. 42, p 35-53, 2005.

CHINA supports UN Security Council reform. *Xinhuanet*, May 20, 2004. Disponível em: <http://www.chinaembassy.org.in/eng/zgbd/t114845.htm>. Acesso em: 08 fev. 2006.

CHINA revises its GDP growth rate in 1979-2004. *Xinhua news*, January, 2006. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/government/154646.htm>. Acesso em: 05 abr. 2006.

CRAVO, Teresa de Almeida. *Entre a centralidade e a marginalização: a reforma da ONU para o século XXI*. [S.l.]: IPRI, Outubro, 2005. Disponível em: http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=18. Acesso em: 07 fev. 2006. (Working Paper n. 13).

COMUNICADO Conjunto Brasil-China. Maio, 2004. Disponível em: http://www.camara.gov.br/mercosul/A_RelatorioAtiv/CE_17_29_maio_04.htm. Acesso em: 15 fev. 2006.

CUNHA, André Moreira; BIANCARELI, André Martins. O novo regime cambial chinês e a diplomacia do “yuan fraco”. *Economia Política Internacional: análise estratégica*, n. 7, 2005. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_ceri/boletim/boletim7/02_Diplomacia.pdf. Acesso em: 20 mar. 06.

DITTMER, Lowell. Leadership change and Chinese political development. In: CHU, Yun-Han; LO, Chih-Cheng; MYERS, Ramon H. *The new Chinese leadership: challenges and opportunities after the 16th Party Congress*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 10-32. (The China Quarterly Special Issues, new series, n. 4).

DOUGHERTY, James E; PFALTZGRAFF, Robert. *Contending Theories of International Relations: a comprehensive Survey*. New York: Longman, 2001.

EASTERLY, William R. *Global Development Network Growth Database*. [S.l.]: World Bank, June, 2001. Disponível em: <http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTRESEARCH/0,,contentMDK:20701055~pagePK:64214825~piPK:64214943~theSitePK:469382,00.html>. Acesso em: 17 out. 2005.

ECONOMY, Elizabeth; OKSENBERG, Michel. *China Joins the World: Progress and Prospects*. New York: Council on Foreign Relations Press, 1999.

ELLIS, R. Evan. U.S. National Security Implications of Chinese Involvement in Latin América. *Strategic Studies Institute (SSI)*, 2005.

FEALAC (Forum for East Asia – Latin America Cooperation). *Manila plan of action to further enhance cooperation between East Asia and Latin America*. January, 2004. Disponível em: http://www.fealac-ypf.net/manila_plan_of_action. Acesso em: 06 fev. 2006.

FERGUSON, Niall. A World Without Power. *Foreign Policy*, 2004.

FEWSMITH, Joseph. The third plenary session of the 16th Central Committee. *China Leadership Monitor*, n. 9, Winter, 2004. Disponível em: <http://www.chinaleadershipmonitor.org/20041/jf.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2006.

_____. China under Hu Jintao. *China Leadership Monitor*, n. 14, Spring, 2005. Disponível em: <http://www.chinaleadershipmonitor.org/20052/jf.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2006.

FHC defende ampliar relação com a China. *Folha de São Paulo*, 12 de abril de 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>. Acesso em: 24 nov. 2005.

FOCALAE (Fóro de Cooperación América Latina – Ásia del Este). *Documento Marco*. Setembro, 1999. Disponível em: <http://www.focalae.org/Default.aspx?tabid=195>. Acesso em: 06 fev. 2006.

FRANÇA, Júlia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

FUJITA, Edmundo Sussumu. O Brasil e a China – uma parceria estratégica modelar. *Política Externa*. Vol 11, n. 4, p 59-70, 2003.

G-20. *Two years of activities of the G-20: moving forward the Doha Round*. 2005. Disponível em: http://www.g-20.mre.gov.br/conteudo/19082005_Breviario.pdf. Acesso em: 17 mar. 2006.

GOLDSTEIN, Avery. The diplomatic face of China's grand strategy: a rising power's emerging choice. *The China Quarterly*. Vol 168, p. 835-864, December, 2001.

GONG, Gerrit W. The internacional strategy of China's new leaders. In: CHU, Yun-Han; LO, Chih-Cheng; MYERS, Ramon H. *The new Chinese leadership: challenges and opportunities after the 16th Party Congress*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 156-179. (The China Quarterly Special Issues, new series, n. 4).

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 4ed. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Editora da UFRGS / Contraponto, 2002.

_____. *Discurso proferido pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães por ocasião da transmissão do cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores*. Brasília, 09 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2038. Acesso em: 07 dez. 2005.

HE, Fan. A reforma econômica da China: estratégias, sucessos e desafios. . In: *Experiências asiáticas: modelo para o Brasil?* Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, novembro 2003, p. 33-61. (Cadernos Adenauer, IV, 2003, n.4).

HIRST, Mônica; PINHEIRO, Letícia. A política externa do Brasil em dois tempos *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 38, n. 1, p. 5-23, 1995.

HO, Khai Leong. Modernização, globalização e reforma do setor público em Cingapura e na Malásia: uma análise comparativa. In: *Experiências asiáticas: modelo para o Brasil?* Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, novembro 2003, p. 77-114. (Cadernos Adenauer, IV, 2003, n.4).

HONG, Zhaohui; SUN, Yi. In search of re-ideologization and social order. In: NATHAN, Andrew J.; HONG, Zhaohui; SMITH, Steven R. (editors). *Dilemmas of reform in Jiang Zemin's China*. Boulder, London: Lynne Rienner Publishers, 1999. cap 3, p. 33-50.

HOPE, Nicolas C.; YANG, Dennis Tao; YANG LI, Mu. *How far across the river: Chinese policy reform and the millennium*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

HU, Jintao. *Joining hands to enhance friendship between China and Latin America*. Brasília, November 12, 2004. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/zyjh/t170363.htm>. Acesso em: 12 fev. 2006. (Discurso proferido ao Congresso Nacional Brasileiro).

_____. *Uphold the authority of the Security Council and Strengthen Collective Security Mechanism*. New York, September 14, 2005a. Disponível em: <http://www.china-un.org/eng/zt/shnh60/t212914.htm>. Acesso em: 10 jan. 2006. (Statement at Security Council Summit).

_____. *Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity*. New York, September 15, 2005b. Disponível em: <http://www.china-un.org/eng/zt/shnh60/t212915.htm>. Acesso em: 10 jan. 2006. (Speech at UN Summit).

HUNTINGTON, Samuel P. The Lonely Superpower. *Foreign Affairs*, vol. 78, n. 2, 1999.

IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: dez. 2005.

IDCPC (International Department of Central Committee of Communist Party of China). *CPC plenum adopt decision on ruling capabilities*. September 19, 2004. Disponível em: <http://www.idcpc.org.cn/english/events/040919-3.htm>. Acesso em: 09 jan. 2006.

IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial). *A pauta de exportação brasileira e os objetivos da política de exportação*. Março, 2000a. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin/pdf/pauta.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2004.

_____. *Abertura, Política Cambial e Comércio Exterior Brasileiro – lições dos anos 90 e pontos de uma agenda para a próxima década*. Agosto, 2000b. Disponível em: http://www.iedi.org.br/admin/pdf/comex_i.pdf. Acesso em: 25 nov. 2004.

_____. *O ajuste brasileiro e a vulnerabilidade externa*. Junho, 2002a. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin/pdf/ajuste.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2004.

_____. *As importações no período 1995/2002*. Novembro, 2002b. Disponível em: http://www.iedi.org.br/admin/pdf/import_1995-2002.pdf. Acesso em: 25 nov. 2004.

_____. *Comércio Exterior Brasileiro com Países em Desenvolvimento*. Fevereiro, 2004. Disponível em: http://www.iedi.org.br/admin/pdf/200402_comex.pdf. Acesso em: 14 abr. 2004.

_____. *Temas de Comércio Exterior Brasileiro na Atualidade*. Agosto, 2005. Disponível em: http://www.iedi.org.br/admin/pdf/20050808_temas.pdf. Acesso em: 10 out. 2005.

_____. *O comércio exterior brasileiro em 2005*. Março, 2006. Disponível em: http://www.iedi.org.br/admin/pdf/20060303_comex.pdf. Acesso em: 11 mar. 2006.

IMF (International Monetary Fund). *International Financial Statistics Online*. [2006]. Disponível em: <http://www.imfstatistics.org/imf/>. Acesso em: 05 abr. 2006, 25 maio 2006.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Nacionais). *Fornecedores nacionais da estrutura e do painel solar*. [2006a]. Disponível em: http://www.cbbers.inpe.br/fig/cbbers2_eqp3_high.jpg. Acesso em: 26 jan. 2006.

_____. *Satélite aberto e os fornecedores nacionais (vista 1)*. [2006b]. Disponível em: http://www.cbbers.inpe.br/fig/cbbers2_eqp1_high.jpg. Acesso em: 26 jan. 2006.

_____. *Satélite aberto e os fornecedores nacionais (vista 2)*. [2006c]. Disponível em: http://www.cbbers.inpe.br/fig/cbbers2_eqp2_high.jpg. Acesso em: 26 jan. 2006.

JIANG, Zemin. *Saudações do Presidente da China, Jiang Zemin, na chegada ao Aeroporto de Brasília*. 11 de abril de 2001. Disponível em: http://www.radiobras.gov.br/integras/01/integra_1104_1.htm. Acesso em: 28 nov. 2005.

_____. *Reforma e construção da China*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Build a well-off society in an all-round way and create a new situation in building socialism with Chinese characteristics*. November 8, 2002a. Disponível em: <http://www.idcpc.org.cn/english/cpcbrie/16rep.htm>. Acesso em: 09 jan. 2006. (Relatório apresentado no 16º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês).

JOHNSTON, Alastair Iain. Is China a status quo power? *International Security*, vol. 27, n. 4, p 5-56, 2003.

KENG, C. W. Kenneth. China's economic prospects in the new century. In: NATHAN, Andrew J.; HONG, Zhaohui; SMITH, Steven R. (editors). *Dilemmas of reform in Jiang Zemin's China*. Boulder, London: Lynne Rienner Publishers, 1999. cap 11, p. 171-212.

KEOHANE, Robert O. The big influence of small allies. *Foreign Policy*, 2, p 161-182, 1971.

KIM, Samuel S. China and the United Nations. In: ECONOMY, Elizabeth; OKSENBERG, Michel. *China Joins the World: Progress and Prospects*. New York: Council on Foreign Relations Press, 1999. cap. 2, p. 42-89.

KOKUBUN, Ryosei. East Asian security and Japan-US-China relations. In: BRØDSGAARD, Kjeld Eirk; HEURLIN, Bertel (editors). *China's Place in Global Geopolitics: international, regional and domestic challenges*. London: RoutledgeCurzon, 2002. cap 2, p 15-31.

LAFER, Celso. *Discurso de Posse do Professor Celso Lafer no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Brasília, 29 de janeiro de 2001a. Disponível em: www.relnet.com.br. Acesso em: 16 set. 2005.

_____. Entrevista concedida ao Jornal de Brasília. *Agenda econômica é prioridade*. Brasília, 29 de janeiro de 2001b. Disponível em: www.relnet.com.br. Acesso em: 16 set. 2005.

_____. *Discurso do Senhor Ministro do Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer, por ocasião da IV Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC)*. Doha, 09 de novembro de 2001c. Disponível em: www.relnet.com.br. Acesso em: 29 nov. 2005.

_____. *Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer, por ocasião do Seminário "Doha e o pós-Doha: novos cenários da negociação comercial internacional"*. São Paulo, 24 de janeiro de 2002a. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/sei/lafer-pdoha.htm>. Acesso em: 29 nov. 2005.

_____. *Intervenção do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, no Seminário "Novo Contexto Internacional e a Social Democracia", organizado pelo Instituto Teotônio Vilela e realizado na Câmara dos Deputados*. Brasília, 26 de março de 2002b. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/sei/lafer-novovontex.htm>. Acesso em: 29 nov. 2005.

_____. *Discurso do Senhor Ministro do Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer, por ocasião da cerimônia de condecoração do Embaixador da República Popular da China, Wan Yongxian, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul*. Brasília, 2 de agosto de 2002c. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/sei/lafer-emchina.htm>. Acesso em: 29 nov. 2005.

_____. *Parcerias no Oriente. Folha de São Paulo*, 18 de agosto de 2002d. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=1310. Acesso em: 28 nov. 2005.

_____. *Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, na abertura da 57ª Assembléia Geral da ONU*. Nova York, 12 de setembro de 2002e. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/sei/lafer-onu.htm>. Acesso em: 29 nov. 2005.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Apresentação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Brasília, 05 de abril de 1995a. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 76, ano 1995.

_____. *Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião ao almoço oferecido ao Ministro-Chefe da Comissão Estatal de Reformas Econômicas, Senhor Li Tieying*. Brasília, 23 de maio de 1995b. Disponível em: www.relnet.com.br. Acesso em: 16 set. 2005.

_____. Luiz Felipe. *A política externa brasileira*. Conferência na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 11 de agosto de 1995c. Disponível em: www.relnet.com.br. Acesso em: 16 set. 2005.

_____. *Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da entrega da Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco ao Embaixador da República Popular da China, Senhor Yuan Tao*. Brasília, 22 de novembro de 1995d. Disponível em: www.relnet.com.br. Acesso em: 16 set. 2005.

_____. *Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na sessão de abertura do debate geral da 51ª Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas*. Nova York, 23 de setembro de 1996. Disponível em: www.relnet.com.br. Acesso em: 16 set. 2005.

_____. *A política externa brasileira e a inserção internacional do Brasil*. São Paulo, 01 de abril de 1997a. Disponível em: www.relnet.com.br. Acesso em: 16 set. 2005. (Palestra no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo).

_____. *Exposição do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados: O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança*. Brasília, 28 de agosto de 1997b. Disponível em: www.relnet.com.br. Acesso em: 16 set. 2005.

_____. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 42, n. 2, p. 5-17, 1998.

_____. Entrevista concedida ao jornal Valor Econômico (Sergio Leo): *A agenda diplomática depois de Lampreia*. Brasília, 12 de janeiro de 2001. Disponível em: www.relnet.com.br. Acesso em: 16 set. 2005.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. *Revista de Política Internacional*. Ano 41, n. especial "40 anos", p. 29-41, 1998.

_____. Um balanço do primeiro ano da política externa do governo Lula. *Colunas de Relnet*, n. 8, mês 7-12, 2003. Disponível em: http://www.relnet.com.br/Arquivos/html/2004/A_7721.html. Acesso em: 05 set. 2005.

LEWIS, John W; XUE, Litai. Social change and political reform in China: meeting the challenge of success. In: CHU, Yun-Han; LO, Chih-Cheng; MYERS, Ramon H. *The new*

Chinese leadership: challenges and opportunities after the 16th Party Congress. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 107-123. (The China Quarterly Special Issues, new series, n. 4).

LI, Cheng. *China's leaders: the new generation*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2001.

LI, Ruihuan. Entrevista concedida à Folha de São Paulo (Jaime Spitzcovsky): *Dirigente chinês quer aproximação com Brasil*. Pequim, 17 de junho de 1995. Disponível em: http://fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp1995.nfo/query=li+ruihuan/doc/{66075,0,0,0}/hit_headings/words=4/hits_only?. Acesso em: 28 nov. 2005.

LIN, Gang. Ideology and Political Institutions for a new era. In: LIN, Gang; HU, Xiaobo (editors). *China after Jiang*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2003. cap. 2, p. 39-68.

LIN, Gang; HU, Xiaobo (editors). *China after Jiang*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2003.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 48, n. 1, p. 24-59, 2005a.

_____. Autonomia, não-indiferença e pragmatismo: vetores conceituais da política exterior. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 83, abril-junho, p. 16-20, 2005b.

MAIOR, Luiz A. P. Souto. Desafios de uma política externa assertiva. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 46, n. 1, p. 12-34, 2003.

MEDEIROS, Evan. S.; FRAVEL, M. Taylor. China's New Diplomacy. *Foreign Affairs*, vol 82, nr 6, p. 22-35, 2003.

MÉDICIS, João Augusto de. Uma parceria estratégica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 de dezembro de 1995. Disponível em: http://fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp1995.nfo/query=dirigente!26chin!EAs/doc/{5721,0,0,0}/hit_headings/words=4/hits_only?. Acesso em: 28 nov. 2005.

MENSAGEM ao Congresso Nacional, 1995. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/95MENS.HTM. Acesso em: 19 set. 2005, 05 mar. 2006⁵⁴.

_____, 1996. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/96MENS.HTM. Acesso em: 19 set. 2005, 05 mar. 2006.

_____, 1997. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/97MENS.HTM. Acesso em: 19 set. 2005, 05 mar. 2006.

⁵⁴ O primeiro acesso desta e das demais Mensagens ao Congresso referem-se ao antigo sítio da Presidência da República: www.planalto.gov.br.

MENSAGEM ao Congresso Nacional, 1999. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/99MENS.HTM. Acesso em: 19 set. 2005, 05 mar. 2006.

_____, 2000. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/mens2000.htm. Acesso em: 19 set. 2005, 05 mar. 2006.

_____, 2001. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/mens2001.htm. Acesso em: 19 set. 2005, 05 mar. 2006.

_____, 2002. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/mens2002.htm. Acesso em: 19 set. 2005, 05 mar. 2006.

_____, 2003. Disponível em: https://www.presidencia.gov.br/publi_04/mens2003.htm. Acesso em: 19 set. 2005, 05 mar. 2006.

_____, 2004. Disponível em: https://www.presidencia.gov.br/publi_04/mens2004.htm. Acesso em: 05 mar. 2006.

_____, 2005. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/publi_04/mens2005.htm. Acesso em: 05 mar. 2006.

_____, 2006. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.br/mensagem/mens2006.htm>. Acesso em: 05 mar. 2006.

MILLER, Lyman. National People's Congress Completes Jiang-Hu succession. *China Leadership Monitor*, n. 14, Spring, 2005. Disponível em: <http://www.chinaleadershipmonitor.org/20052/lm.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2006.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e as negociações multilaterais. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 43, n. 1, 2000, p. 119-137.

MOFA (Ministry of Foreign Affairs Japan). "Economy and Society" working group of Forum for East Asia – Latin America Cooperation (FEALAC): final report. August 2003. Disponível em: www.mofa.go.jp/region/latin/fealac/report0303.pdf. Acesso em: 06 fev. 2006.

MOFCOM (Ministry of Commerce of the People's Republic of China). *Mr. Bo Xilai Stating China's position on the DDA*. May 17, 2005. Disponível em: <http://wto2.mofcom.gov.cn/aarticle/chinalaw/investment/200505/20050500093134.html>. Acesso em: 15 jan. 2006.

_____. *Export markets by continents / regions (2005/01-12)*. March, 2006a. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/ie/200603/20060301722577.html>. Acesso em: 10 abr. 2006.

_____. *Import sources by continents / regions (2005/01-12)*. March, 2006b. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/ie/200603/20060301722587.html>. Acesso em: 10 abr. 2006.

MOFCOM (Ministry of Commerce of the People's Republic of China). *Top ten sources of trade deficit (2005/01-12)*. March, 2006c. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/ie/200603/20060301722526.html>. Acesso em: 10 abr. 2006.

_____. *Top ten import sources (2005/01-12)*. March, 2006d. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/ie/200603/20060301722415.html>. Acesso em: 10 abr. 2006.

_____. *Top ten export markets (2005/01-12)*. March, 2006e. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/ie/200603/20060301722356.html>. Acesso em: 10 abr. 2006.

_____. *Exports by type of enterprises (2005/01-12)*. March, 2006f. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/ie/200603/20060301722205.html>. Acesso em: 10 abr. 2006.

_____. *Import and export mix (2005/01-12)*. March, 2006g. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/ie/200603/20060301696922.html>. Acesso em: 10 abr. 2006.

_____. *Imports by type of enterprises (2005-01/12)*. March, 2006h. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/ie/200603/20060301722209.html>. Acesso em: 10 abr. 2006.

MUNHOZ, Dércio Garcia. Internacionalização da economia e dependência política: o caso brasileiro. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, amado Luiz (org.). *O crescimento das relações internacionais do Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005. cap. 9, p. 197-230.

NASSIF, Luís. Política macroeconômica e ajuste fiscal. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (org.). *A era FHC, um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002. cap. 1, p. 39-70.

NATIONS ONLINE PROJECT. *Administrative map of China*. 2005. Disponível em: http://www.nationsonline.org/oneworld/china_administrative_map.htm. Acesso em: 05 abr. 2006.

NATHAN, Andrew J.; GILLEY, Bruce. Os novos dirigentes da China. *Política Externa*. v. 11, n.4, p.14-38, 2003.

NATHAN, Andrew J.; HONG, Zhaohui; SMITH, Steven (editors). *Dilemmas of reform in Jiang Zemin's China*. Boulder, London: Lynne Rienner Publishers, 1999.

NBS (National Bureau of Statistics of China). *China Statistical Yearbook 1996*. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/YB1996e/index1.htm>. Acesso em: 18 out. 2005.

NBS (National Bureau of Statistics of China). *China Statistical Yearbook 1998*. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/YB1998e/index1.htm>. Acesso em: 18 out. 2005.

_____. *China Statistical Yearbook 1999*. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/YB1999e/index1.htm>. Acesso em: 18 out. 2005.

_____. *China Statistical Yearbook 2000*. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/YB2000e/index1.htm>. Acesso em: 18 out. 2005.

_____. *China Statistical Yearbook 2001*. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/YB2001e/ml/indexE.htm>. Acesso em: 18 out. 2005.

_____. *China Statistical Yearbook 2002*. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/YB2002e/ml/indexE.htm>. Acesso em: 18 out. 2005.

_____. *China Statistical Yearbook 2003*. Disponível em: http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/yarbook2003_e.pdf. Acesso em: 18 out. 2005.

_____. *China Statistical Yearbook 2004*. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/yb2004-e/indexeh.htm>. Acesso em: 18 out. 2005.

_____. *China Statistical Yearbook 2005*. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2005/indexeh.htm>. Acesso em: 17 maio 2006.

_____. *Statistical Communiqué of the People's Republic of China on the 2005 national economic and social development*. February 28, 2006. Disponível em: http://www.stats.gov.cn/english/newsandcomingevents/t20060302_402308116.htm. Acesso em: 05 abr. 2006.

NOVA flexibilização reforça tendência de mudanças lentas no câmbio. *Carta da China*, ano 2, n. 12, p. 3, outubro, 2005.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 46, no. 3, p. 2-24, 2003.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. China/2004: desenvolvimento sustentado. *Visão da China: Brasil e China caminhando juntos para o futuro*. Edição especial, p. 9-10, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 47, n. 1, p. 7-30, 2004.

PEARSON, Margaret M. China's Integration into the International Trade and Investment Regime. In: ECONOMY, Elizabeth; OKSENBERG, Michel. *China Joins the World: progress and prospects*. New York: Council on Foreign Relations Press, 1999, p. 161-205.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2003.

PERMANENT Mission of the People's Republic of China to the UN. *Position paper of the People's Republic of China on the United Nations Reforms*. June 7, 2005. Disponível em: <http://www.china-un.org/eng/zt/gaige/t199101.htm>. Acesso em: 10 jan. 2006.

PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de Relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. *Estudos Históricos*. Vol 6, n. 12, 1993, p 247-270.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. *Taiwan – um futuro formoso para a ilha? : o interesse para o Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. (coleção Revoluções do Século XX – direção de Emília Viotti da Costa).

POSITION Paper of the People's Republic of China on the United Nations Reforms. June 7, 2005. Disponível em: <http://www.china-un.org/eng/zt/gaige/t199101.htm>. Acesso em: 15 mar. 2006.

PUTNAM, Robert O. Diplomacy and Domestic Politics: the logic of two-level games. *International Organization*, v. 42, p. 427-460, Summer 1988.

QIAN, Yingyi; WU, Jinglian. China's transition to a market economy: how far across the river? In: HOPE, Nicholas C.; YANG, Dennis Tao; YANG LI, Mu (editors). *How far across the river: chinese policy reform at the millennium*. Stanford: Stanford University Press, 2003. cap 2, p. 31-63.

REISS, Stefanie. *Discovery of the Terra Incognita: five decades of Chinese foreign policy towards Latin America*. Germany: University of Mainz, October, 2000. Disponível em: <http://www.asiayargentina.com/pdf/218-discovery.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2005. (Research Project: Latin America and the Pacific Asia. Working Paper n. 2)

RUMBAUGH, Thomas; BLANCHER, Nicolas. *China: Internacional Trade and WTO Accession*. IMF Working Paper: WP/04/36. International Monetary Fund, March 2004. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wp0436.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2006.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Entre a retórica e o realismo: o peso da política exterior do Brasil de Vargas a Lula (1954-2005). In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (organizadores). *O crescimento das relações internacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005. p. 53-78.

SENNES, Ricardo Ubiraci. *As mudanças da política externa brasileira na década de 1980: uma potência média recém-industrializada*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SHANG, Deliang. *Political cooperation between China and Brazil vs. multipolarization*. Rio de Janeiro, novembro de 1999. Disponível em <<http://www.relnet.com.br>>. Acesso em: 29 ago. 2005. (Paper apresentado no Seminário Brasil-China, IPRI).

SHAMBAUGH, David. China Engages Asia. *International Security*, vol 29, nr 3, 2004, p. 64-99.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Política e comércio exterior. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (organizadores). *A era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002. cap. 8, p. 295-330.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de posse, no Congresso Nacional*. Brasília, 01 de janeiro de 2003a. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2029. Acesso em: 05 dez. 2005.

_____. *Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Seminário Brasil-China: um salto necessário*. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2003b. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2095. Acesso em: 05 dez. 2005.

_____. *Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU*. Nova York, 23 de setembro de 2003c. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2153. Acesso em: 05 dez. 2005.

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Conselho de Relações Internacionais (Council on Foreign Relations)*. Nova York, 25 de setembro de 2003d. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2158. Acesso em: 05 dez. 2005.

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do seminário "Brasil-China: Comércio e Investimentos, perspectivas para o século XXI"*. Pequim, 24 de maio de 2004a. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2361. Acesso em: 23 set. 2004.

_____. *Política Externa Brasileira no século XXI e o papel da parceria estratégica sino-brasileira*. Pequim, 25 de maio de 2004b. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2361. Acesso em: 23 set. 2004. (Conferência na Universidade de Pequim).

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Seminário Brasil-China: uma parceria de sucesso*. Xangai, 26 de maio de 2004c. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2365. Acesso em: 23 set. 2004.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com representantes do Fórum da Sociedade Civil, na XI UNCTAD*. São Paulo, 15 de junho de 2004d. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2385. Acesso em: 05 dez. 2005.

_____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar com o Presidente da China, Hu Jintao*. Brasília, 12 de novembro de 2004e. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2503. Acesso em: 05 dez. 2005.

_____. *Declaração à imprensa do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após encontro com o presidente da China, Hu Jintao*. Brasília, 12 de novembro de 2004f. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2502. Acesso em: 05 dez. 2005.

SINO-BRAZILIAN partnership is new type of state relations, says Jiang. *People's Daily*. April 13, 2001. Disponível em: http://english.peopledaily.com.cn/english/200104/12/eng20010412_67586.html. Acesso em: 29 nov. 2005.

SOLINGER, Dorothy J. State and society in urban China in the wake of the 16th Party Congress. In: CHU, Yun-Han; LO, Chih-Cheng; MYERS, Ramon H. *The new Chinese leadership: challenges and opportunities after the 16th Party Congress*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 124-140. (The China Quarterly Special Issues, new series, n. 4).

SOUTO, Cíntia Vieira. *A diplomacia do interesse nacional: a política externa do governo Médici*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 47, n. 2, p. 191-222, 2004.

STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Building of Political Democracy in China. *White Paper*. October 19, 2005a.

_____. China's peaceful development road. *White Paper*. December 12, 2005b.

SUETTINGER, Robert L. The Rise and Descent of Peaceful Rice. *China Leadership Monitor*, n. 12, Fall, 2004. Disponível em: <http://www.chinaleadershipmonitor.org/20044/rs.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2006.

TANG, Charles A. Brasil e China – uma Parceria Estratégica e Comercial. In: BRASIL E ÁSIA NO SÉCULO XXI – UM ENCONTRO DE NOVOS HORIZONTES. Brasília, 8 de junho de 2001. Revisado em setembro de 2002. Disponível em: http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=1881. Acesso em: 15 set. 2005. (Conferência)

TANG, Jiakuan. *Speech by the Foreign Minister Tang Jiakuan of the People's Republic of China at the First Meeting of the East Asia-Latin America Forum*. Santiago, March 29th,

2001. Disponível em: <http://www.chinaembassy.se/eng/xwdt/t101268.htm>. Acesso em: 29 nov. 2005.

TIAN, Guoqiang; LIANG, Hong. What kind of privatization? In: NATHAN, Andrew J.; HONG, Zhaohui; SMITH, Steven R. (editors). *Dilemmas of reform in Jiang Zemin's China*. Boulder, London: Lynne Rienner Publishers, 1999. cap 5, p. 77-90.

TODD, Emmanuel. *Depois do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

UN (United Nations). *General Assembly Resolutions / Regular Sessions*. 1990-2005. Disponível em: <http://www.un.org/documents/resga.htm>. Acesso em: 06 fev. 2006.

_____. *A more secure world: our shared responsibility*: report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change. December, 2004. Disponível em: <http://www.un.org/secureworld/report.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2006. (A/59/565).

UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). *Statistical Databases online*. 1990-2005. Disponível em: <http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=1888&lang=1>. Acesso em: 02 mar. 2006.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Voting Practices in the United Nations: annual reports to Congress*. Bureau of International Organization Affairs, 2001-2006. Disponível em: <http://www.state.gov/p/io/rls/rpt/>. Acesso em: 06 fev. 2006, 05 maio 2006.

_____. *Voting Practices in the United Nations: annual reports to Congress*. Bureau of International Organization Affairs, 1998-2000. Disponível em: http://www.state.gov/www/issues/io_ann_reports.html. Acesso em: 06 fev. 2006.

VELLOSO, João Paulo (org.) *O último trem para Paris*: inspirado no livro de autoria de João Paulo Reis Velloso. Gravação em vídeo. S.L: Funteve, 1988. (dez programas com entrevistas e debates – participação de Ernesto Geisel, Azeredo da Silveira, dentre outros).

VIZENTINI, Paulo Fagundes; RODRIGUES, Gabriela. *O dragão chinês e os tigres asiáticos: desenvolvimentos e diplomacia na Ásia Oriental Contemporânea*. Porto Alegre: Editora Novo Século, 2000.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003a.

_____. *Lula: uma política externa claramente definida*. Setembro, 2003b. Disponível em: <http://ilea.ufrgs.br/nerint/>. Acesso em: 12 dez. 2005.

_____. *Brasil: a diplomacia high profile do governo Lula*. Setembro, 2003c. Disponível em: http://educaterra.terra.com.br/vizentini/artigos/artigo_131.htm. Acesso em: 12 dez. 2005.

_____. *A política do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964/1985)*. 2ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil e o mundo, do apogeu à crise do neoliberalismo: a política externa de FHC a Lula (1995-2004). *Ciências e Letras*, n. 37, p. 317-331, jan/jun 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel M. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WANG, Guangya. *Statement by Permanent Representative of China Ambassador Wang Guangya on the Report of the Secretary-General "In larger freedom: towards development, security and human rights for all" at UNGA 59th Session*. New York, April 6, 2005a. Disponível em: <http://www.china-un.org/eng/zt/gaige/t190451.htm>. Acesso em: 10 jan. 2006.

_____. *Statement by Ambassador Wang Guangya on Cluster IV (Strengthening the United Nations) of the Secretary-General's comprehensive report at GA 59th Session*. April 27, 2005b. Disponível em: <http://www.china-un.org/eng/zt/gaige/t193602.htm>. Acesso em: 10 jan. 2006.

_____. *Statement by Ambassador Wang Guangya on Security Council reform at the 59th Session of the General Assembly*. July 11, 2005c. Disponível em: <http://www.china-un.org/eng/zt/gaige/t203216.htm>. Acesso em: 10 jan. 2006.

_____. *Statement by Ambassador WANG Guangya, Permanent Representative of China to the UN, at the 60th GA Session on Security Council Reform*. November 10, 2005d. Disponível em: <http://www.china-un.org/eng/zt/gaige/t220921.htm>. Acesso em: 10 jan. 2006.

WANG, Hui. *China's new order: society, politics and economy in transition*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

WANG, Sagui; LI, Zhou; REN, Yanshun. *The 8-7 National Poverty Reduction Program in China – The national strategy and its impact*. World Bank, 2004. Estudo de caso apresentado na *Shanghai Conference on scaling up poverty reduction and global learning process*. Disponível em: <http://info.worldbank.org/etools/reducingpoverty/casestudy.asp#le>. Acesso em: 05 set. 2005.

WANG, Yong. China's stakes in WTO accession: the internal decision-making process. In: HOLBIG; Heike; ASH, Robert (editors). *China's accession to the World Trade Organization: national and international perspectives*. London and New York: RoutledgeCurzon, 2002.

WANG, Yongxiang. A parceria sino-brasileira no novo século. *Folha de São Paulo*, 11 de abril de 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>. Acesso em: 29 nov. 2005.

_____. Ingresso da China na OMC e relacionamento sino-brasileiro. *Panorama Brasil*. 17 de agosto de 2004. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/slgxx/Notasdambaixada/t150669.htm>. Acesso em: 29 nov. 2005.

WOHLFORTH, William C. The Stability of a Unipolar World. *International Security*. Vol 24, n. 1, 1999, p. 5-41.

WORLD BANK. *World Development Indicators*. [2005] Disponível em: www.worldbank.org/data/dataquery.html. Acesso em: 01 dez. 2005.

WTO (World Trade Organization). *Statistics database*. [2006]. Disponível em: <http://stat.wto.org/Home/WSDBHome.aspx?Language=E>. Acesso em: 06 fev. 2006.

WU, Guoguang. Legitimacy crisis, political economy, and the Fifteenth Party Congress. In: NATHAN, Andrew J.; HONG, Zhaohui; SMITH, Steven R. (editors). *Dilemmas of reform in Jiang Zemin's China*. Boulder, London: Lynne Rienner Publishers, 1999. cap 2, p. 13-32.

WU, Yu-Shan. Jiang and after: technocratic rule, generational replacement and mentor politics. In: CHU, Yun-Han; LO, Chih-Cheng; MYERS, Ramon H. *The new Chinese leadership: challenges and opportunities after the 16th Party Congress*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 69-88. (The China Quarterly Special Issues, new series, n. 4).

YANG, Yongzheng; TYERS, Rod. Weathering the Asian crisis: the role of China. *Finance working papers 426*, East Asian Bureau of Economic Research, 2000.

ZHANG, Yishan. *Statement by Ambassador Zhang Yishan at informal consultations on Cluster I "Freedom from Want" of the Secretary-General's Report*. April 25, 2005. Disponível em: <http://www.china-un.org/eng/zt/gaige/t193320.htm>. Acesso em: 10 jan. 2006.

ZHAO, Quansheng. *Chinese Foreign Policy today*. IUJ Research Institute Working Paper – Asia Pacific series n. 5, April, 1998. Disponível em: <http://www.iuj.ac.jp/research/wpap005.cfm>. Acesso em: 20 nov. 2005.

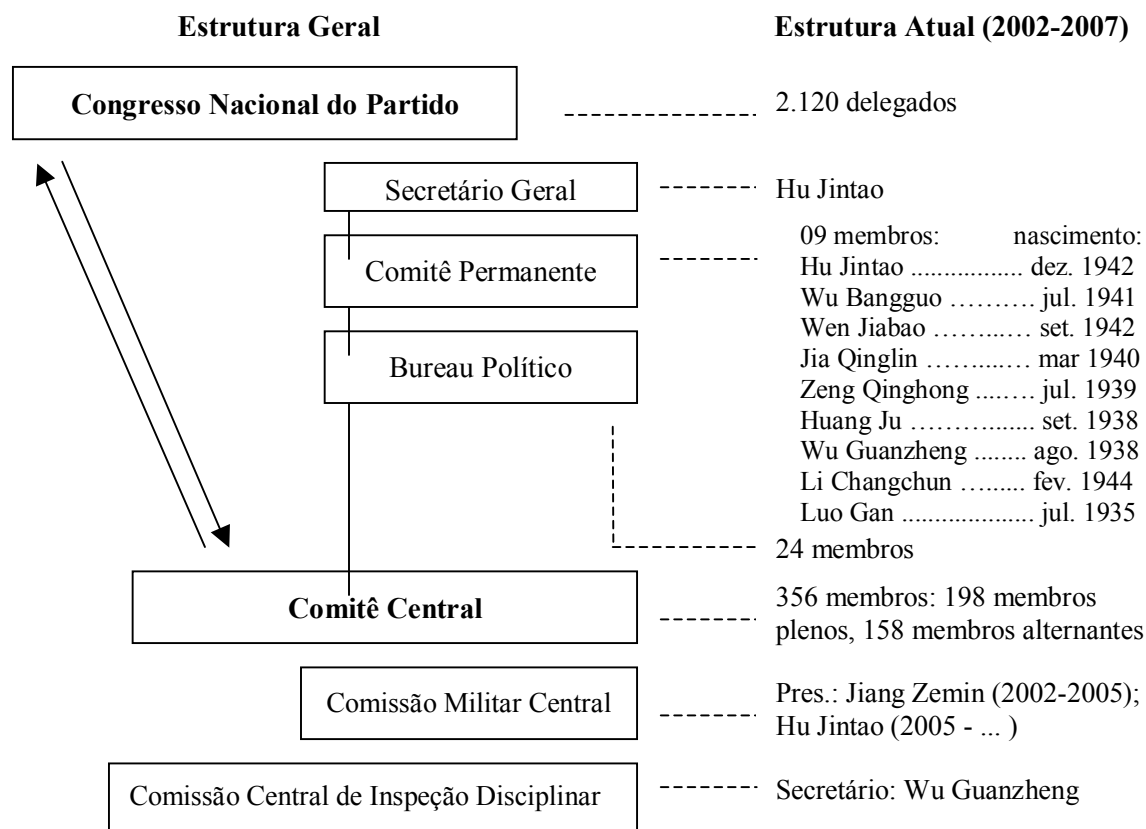
ZHAO, Suisheng. The new generation of leadership and the direction of political reform after the 16th Party Congress. In: CHU, Yun-Han; LO, Chih-Cheng; MYERS, Ramon H. *The new Chinese leadership: challenges and opportunities after the 16th Party Congress*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 33-68. (The China Quarterly Special Issues, new series, n. 4).

ZHENG, Bijian. China's "peaceful rise" to great-power status. *Foreign Affairs*, v. 84, n. 5, September/October, 2005.

ZWEIG, David. *Internationalizing China: domestic interests and global linkages*. Ithaca, London: Cornell University Press, 2002.

ZWEIG, David; JIANHAI, Bi. China's global hunt for energy. *Foreign Affairs*. V. 84, n. 5, September/October, 2005.

APÊNDICE A – Órgãos, Congressos e Plenárias do Partido Comunista Chinês

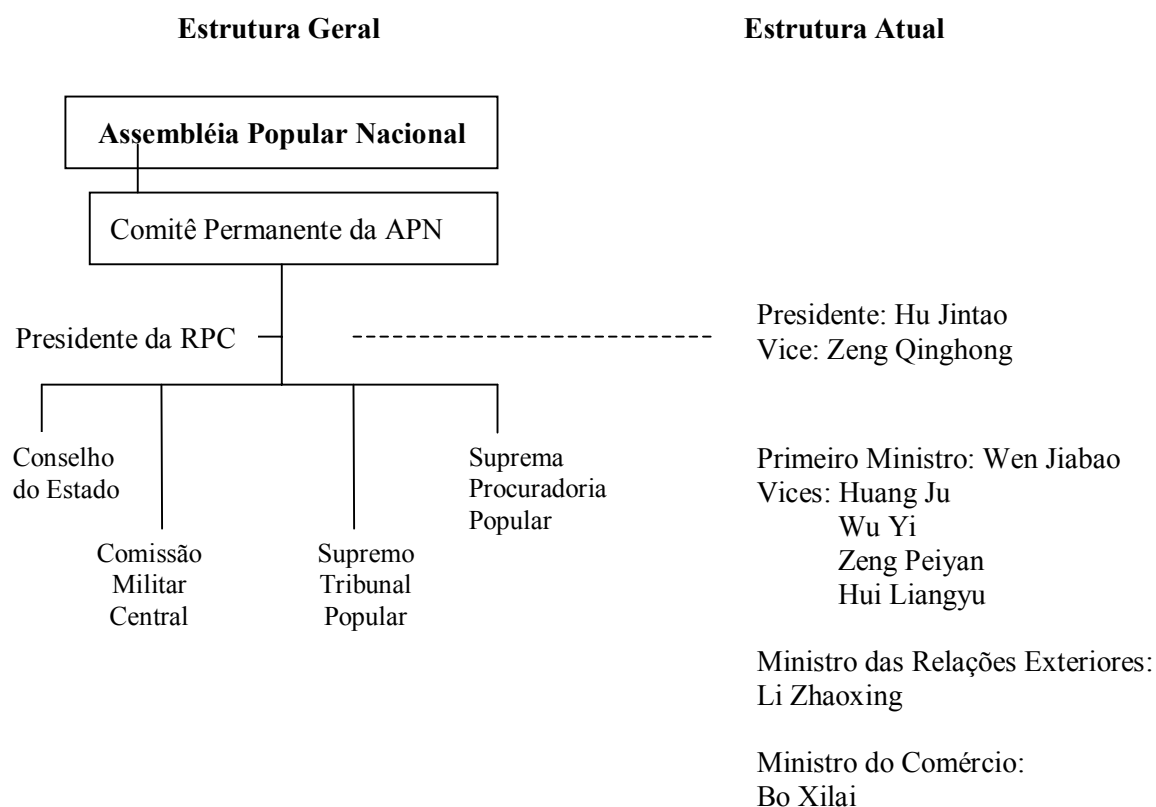


Fontes: DITTMER, 2004; GONG, 2004; LIN, 2003; STATE..., 2005. Elaboração própria.

Congressos do Partido e Plenárias do Comitê Central (1992-2005)				
Ano	Data	Evento	Membros	Agenda Central
1992	12-18/10	14º CNP	2.000	Revisão da Constituição do PCC; eleição CC e CDIC.
1992	19/10	1º CC	319 (189)	Eleição BP, CP, SG; CMC; aprovação do CDIC.
1993	5-7/03	2º CC		Preparação para a 8ª APN e CCPPC.
1993	11-14/09	3º CC		Economia socialista de mercado.
1994	25-28/09	4º CC		Construção do Partido.
1995	25-28/09	5º CC		9º 5-year plan
1996	07-10/10	6º CC		Civilização Socialista.
1997	06-09/09	7º CC		Declaração Política para o 15º CNP; Constituição do PCC.
1997	12-18/09	15º CNP	2.074	Revisão da Constituição do PCC; eleição CC e CDIC.
1997	19/09	1º CC	344 (193)	Eleição BP, CP, SG; CMC; aprovação do CDIC.
1998	25-26/02	2º CC		Preparação para 9ª APN e CCPPC; reforma estrutural do CE.
1998	12-14/10	3º CC		Trabalho sobre agricultura.
1999	19-22/09	4º CC		Reforma das empresas estatais.
2000	09-11/10	5º CC		10º 5-year plan
2001	24-26/09	6º CC		Construção do Partido
2002	03-05/11	7º CC		Declaração Política para o 16º CNP; Constituição do PCC.
2002	08-14/11	16º CNP	2.120	Revisão da Constituição do PCC; eleição CC e CDIC.
2002	15/11	1º CC	356 (198)	Eleição BP, CP, SG; CMC; aprovação do CDIC.
2003	24-26/02	2º CC		Preparação para 10ª APN e CCPPC; reforma estrutural do CE.
2003	11-14/10	3º CC		Aperfeiçoar a economia socialista de mercado.
2004	16-19/11	4º CC		Estender a capacidade de governança do partido.
2005	08-11/10	5º CC		11º 5-year plan (2006-2010)

Fontes: LIN, 2003, p. 51-52; FEWSMITH, 2004, 2005. Notas: APN: Assembléia Popular Nacional; BP: Bureau Político; CC: Comitê Central; CCPPC: Conferência Consultiva Política do Povo Chinês; CDIC: Comissão Central de Inspeção Disciplinar; CE: Conselho do Estado; CMC: Comissão Militar Central; CNP: Congresso Nacional do Partido; CP: Comitê Permanente do Bureau Político; PCC: Partido Comunista Chinês; SG: Secretário-Geral.

APÊNDICE B – Órgãos do Estado da República Popular da China e Assembléias



Assembléia Popular Nacional			
Ano	Mês	Evento	Agenda Central
1993	março	8ª APN	Eleição de Jiang Zemin para a presidência
1998	março	9ª APN	Reeleição de Jiang Zemin para a presidência
2003	março	10ª APN	Eleição de Hu Jintao para presidência

Fontes: JIANG, 2002; DITTMER, 2004.

Nota: APN: Assembléia Popular Nacional

APÊNDICE C – Atos em vigor assinados com a República Popular da China

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor
Convenção de Arbitramento	03/08/1909	14/12/1911
Tratado de Amizade	20/08/1943	09/05/1945
Convênio Cultural	27/03/1946	21/12/1953
Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas	15/08/1974	15/08/1974
Acordo sobre Instalação e Funcionamento das Embaixadas do Brasil em Pequim e da China em Brasília	28/11/1974	28/11/1974
Acordo Comercial	07/01/1978	22/11/1978
Convênio sobre Transportes Marítimos	22/05/1979	30/10/1980
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	25/03/1982	30/03/1984
Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	29/05/1984
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	29/05/1984
Memorando de Entendimento sobre Cooperação nos usos Pacíficos da Energia Nuclear	29/05/1984	29/05/1984
Ajuste Complementar entre o CNPq e a Academia de Ciências da China nos Campos das Ciências Puras e Aplicadas	29/05/1984	29/05/1984
Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio	29/05/1984	29/05/1984
Acordo, p.t.n., para Criação de Consulados em São Paulo e em Xangai	15/08/1984	15/08/1984
Acordo para a Cooperação nos usos Pacíficos da Energia Nuclear	11/10/1984	21/12/1987
Memorando sobre Cooperação em Matéria Siderúrgica	13/11/1984	13/11/1984
Acordo, por troca de notas, para Criação de Adidâncias das Forças Armadas	07/12/1984	07/12/1984
Memorando de Entendimento Relativo à Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	01/11/1985	01/11/1985
Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia	01/11/1985	01/11/1985
Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências	01/11/1985	01/11/1985
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	01/11/1985	08/03/1988
Acordo, por troca de notas, sobre Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto	30/04/1988	30/04/1988
Memorando de Entendimento para a Cooperação no Campo da Assistência Social entre a Fundação Legião Brasileira de Assistência e a China Association For S.O.S. Chidren Village	05/07/1988	05/07/1988

Continuação

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica sobre Cooperação no Campo da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico no Setor de Transportes	06/07/1988	06/07/1988
Acordo, por troca de notas, sobre Aumento de Lotação de Repartições Consulares	06/07/1988	06/07/1988
Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial.	06/07/1988	29/12/1989
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica em Matéria de Energia Elétrica, incluindo a Energia Hidrelétrica	06/07/1988	06/07/1988
Protocolo sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra	06/07/1988	06/07/1988
Acordo de Cooperação para o Satélite Recursos Terrestres China-Brasil entre a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial e o Instituto de Pesquisas Espaciais do Brasil	22/08/1988	22/08/1988
Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica	18/05/1990	05/03/1992
Memorato de Entendimento sobre Minério de Ferro	18/05/1990	18/05/1990
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação Mútua de Consulados-Gerais	05/08/1991	05/08/1991
Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	05/08/1991	06/01/1993
Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio e Cooperação em Educação	25/02/1993	25/02/1993
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica	05/03/1993	05/03/1993
Protocolo Suplementar sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra	05/03/1993	05/03/1993
Protocolo sobre Pontos Principais para o Desenvolvimento Adicional dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos da Terra entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, do Brasil e a Administração Nacional de Espaço da China	15/09/1993	15/09/1993
Protocolo sobre Desenvolvimento Adicionais aos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres e Assuntos Correlatos	09/11/1993	09/11/1993
Protocolo de Intenções sobre o Incremento do Comércio Bilateral de Minério de Ferro e a Promoção da Exploração Conjunta de Reservas de Minério de Ferro	23/11/1993	23/11/1993
Protocolo entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da Rep. Fed. do Brasil e a Administração Nacional de Espaço da China, da Rep. Pop. da China (CNSA), sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior	23/11/1993	23/11/1993

Continuação

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor
Protocolo de Cooperação no Âmbito do Ensino Superior entre a Fun. Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES do MEC e o Dep. de As. Ext. DAE da Comissão Estatal de Educação CEE da China, Complementar ao Acordo de Coop. Cult. e Educ. de 01/11/85	19/01/1994	19/01/1994
Ajuste no Setor de Novos Materiais, Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 25 de março de 1982	04/04/1994	04/04/1994
Ajuste no Setor de Medicina Tradicional Chinesa e Fitofármacos Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 25 de março de 1982	04/04/1994	04/04/1994
Ajuste no Setor de Biotecnologia Aplicada a Agricultura Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 25 de março de 1982	04/04/1994	04/04/1994
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/07/1994	27/11/1997
Memorando de Entendimento entre o Minist. das Minas e Energia da Rep. Fed. do Brasil e a Minist. da Energia Elétrica da Rep. Popular da China, sobre Cooperação Tecnológica em Combustão de Carvão Mineral em Leito Fluidizado	05/09/1994	05/09/1994
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Recursos Hídricos da República Popular da China sobre Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica	05/09/1994	05/09/1994
Protocolo de Intenções para a Cooperação entre o Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Indústria Química da República Popular da China	06/09/1994	06/09/1994
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior	08/11/1994	29/06/1998
Memorandum de Entendimento entre o Ministério da Agricultura do Brasil e O Ministério da Agricultura da China	25/07/1995	25/07/1995
Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Rádio e Televisão	13/12/1995	13/12/1995
Protocolo de Entendimento entre o Minist. de Minas e Energia da Rep. Fed. do Brasil e o Minist. dos Rec. Hídricos da Rep. Popular da China sobre Coop. Econômica Científica e Tecnológica em Pequenas Centrais Hidrelétricas	13/12/1995	13/12/1995
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica na Área de Intercâmbio de Especialistas para Cooperação Técnica	13/12/1995	13/12/1995

Continuação

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor
Ata de Entendimento sobre o Fortalecimento e a Expansão da Cooperação Tecnológica Espacial Brasil-China	13/12/1995	13/12/1995
Acordo sobre Quarentena Vegetal	13/12/1995	03/07/1997
Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres	13/12/1995	29/06/1998
Acordo sobre Cooperação em Matéria de Quarentena e Saúde Animal	08/02/1996	03/03/1998
Acordo sobre a Manutenção do Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China	08/11/1996	08/11/1996
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica nas Áreas da Metrologia e da Qualidade Industrial	29/10/1997	29/10/1997
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica nas Áreas da Metrologia e da Qualidade Industrial	29/10/1997	29/10/1997
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica para assegurar a Qualidade de Produtos Importados e Exportados	01/12/1998	01/12/1998
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica	01/12/1998	01/12/1998
Acordo, por troca de Notas, sobre a Extensão de Jurisdição do Consulado-Geral do Brasil em Hong Kong à Região Administrativa Especial de Macau	15/12/1999	15/12/1999
Protocolo de Cooperação em Tecnologia Espacial	21/09/2000	21/09/2000
Programa Executivo Cultural do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional para os anos de 2001 a 2004	12/11/2001	12/11/2002
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Industrial entre o MDIC do Brasil e a SDPC da China	02/12/2002	02/12/2002
Ajuste Complementar sobre Saúde e Ciências Médicas ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	24/05/2004	24/05/2004
Acordo de Cooperação Esportiva	24/05/2004	24/05/2004
Memorando de Entendimento sobre Cooperação (Hidroferroviária)	24/05/2004	24/05/2004
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação para o Desenvolvimento de um Sistema de Aplicações para o Programa do Satélite Sino-brasileiro de Recursos Terrestres	24/05/2004	24/05/2004
Memorando de Entendimento na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos Alimentares	24/05/2004	24/05/2004
Ajuste Complementar sobre Vigilância de Medicamentos e Produtos Relacionados à Saúde (ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica)	24/05/2004	24/05/2004

Continuação

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação	24/05/2004	12/07/2004
Acordo, p.t.n., para Flexibilização da Concessão de Vistos para Empresários	24/05/2004	24/06/2004
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos Oficial e de Serviços	24/05/2004	10/08/2004
Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne de Aves a ser Exportada do Brasil para a República Popular da China	12/11/2004	12/11/2004
Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne de Aves Processada Termicamente a ser Exportada da República Popular da China para a República Federativa do Brasil	12/11/2004	12/11/2004
Protocolo Complementar ao Acordo Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para Cooperação no Sistema de Aplicações CBERS	12/11/2004	12/11/2004
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento	12/11/2004	12/11/2004
Protocolo Complementar ao Acordo Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite CBERS-2B	12/11/2004	12/11/2004
Memorando de Entendimento na Facilitação de Viagens de Grupos de Turistas Chineses ao Brasil	12/11/2004	12/11/2004
Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne Bovina a ser Exportada do Brasil para a República Popular da China	12/11/2004	12/11/2004
Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne Suína Processada Termicamente a ser Exportada da República Popular da China para a República Federativa do Brasil	12/11/2004	12/11/2004
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Proteção Ambiental	17/08/2005	17/08/2005
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Conservação da Biodiversidade Florestal	13/10/2005	13/10/2005
Memorando de Entendimento em Cooperação Industrial	30/9/2005	30/9/2005
Programa Executivo de Cooperação Educacional para os anos de 2006 a 2008	30/11/2005	1/1/2006

FONTE: BRASIL, 2006c.

APÊNDICE D – Pauta de Exportações Brasil - China: 1995/1999/2002

NCM	1995		1999		2002	
	US\$ F.O.B (milhões)	Part. %	US\$ F.O.B (milhões)	Part. %	US\$ F.O.B (milhões)	Part. %
12. Sementes e frutos oleaginosos, grãos	0	0	111,33	16,47	825,71	32,76
* grãos de soja, mesmo triturados	0	0	111,29	16,46	825,47	32,75
* demais itens do capítulo	0	0	0,04	0,01	0,23	0,01
26. Minérios, escórias e cinzas	158,76	13,19	246,67	36,48	608,88	24,16
72. Ferro fundido, ferro e aço	96,47	8,01	26,59	3,93	140,01	5,56
15. Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	559,32	46,46	48,08	7,11	126,43	5,02
* óleo de soja, estado bruto	550,91	45,76	45,39	6,71	117,40	4,66
* óleo de soja, refinado	8,40	0,70	2,18	0,32	5,00	0,20
* demais itens do capítulo	0,01	0,00	0,51	0,07	4,03	0,16
47. Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas	5,07	0,42	52,65	7,79	114,15	4,53
84. Caldeiras, máquinas e outros aparelhos mecânicos	47,64	3,96	20,34	3,01	108,73	4,31
87. Veículos automóveis, tratores, etc., e suas partes e acessórios	68,90	5,72	5,12	0,76	95,42	3,79
41. Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	2,68	0,22	21,41	3,17	88,20	3,50
44. Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	2,50	0,21	9,33	1,38	78,25	3,10
24. Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	6,06	0,50	38,46	5,69	69,45	2,76
85. Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes, etc.	27,44	2,28	7,80	1,15	68,21	2,71
39. Plásticos e suas obras	11,57	0,96	3,72	0,55	27,31	1,08
48. Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	1,41	0,12	7,47	1,11	26,29	1,04
Outros	215,93	17,94	77,17	11,41	143,42	5,69
Total	1203,75	100	676,14	100	2.520,46	100

Fonte: BRASIL, [1990-2006]. Elaboração própria.

Nota: A tabela apresenta os produtos brasileiros, conforme os capítulos da NCM, que tiveram maior representatividade na pauta de exportações para a China em 2002. Estes capítulos, que corresponderam a 94,31% do total exportado para aquele país em 2002, estão ordenados conforme a representatividade naquele ano. Para possibilitar um exercício comparativo, foram incluídos os valores exportados por cada capítulo em 1995 e 1999. (As informações em itálico, dos capítulos 12 e 15, correspondem à classificação dos produtos dentro dos capítulos).

APÊNDICE E – Pauta de Importações Brasil - China: 1995/1999/2002

NCM	1995		1999		2002	
	US\$ F.O.B (milhões)	Part. %	US\$ F.O.B (milhões)	Part. %	US\$ F.O.B (milhões)	Part. %
85. Máquinas, aparelhos, materiais elétricos, e suas partes.	193,43	18,57	234,24	27,08	455,17	29,29
27. Combustíveis, óleos e ceras minerais	57,01	5,47	40,65	4,70	225,61	14,52
29. Produtos químicos orgânicos	92,04	8,84	106,83	12,35	166,04	10,68
84. Caldeiras, máquinas e outros aparelhos mecânicos	69,85	6,71	117,19	13,55	163,70	10,53
90. Instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia	17,80	1,71	40,10	4,64	94,05	6,05
95. Brinquedos, jogos, artigos para divertimento, etc.	103,79	9,96	49,35	5,70	35,27	2,27
28. Produtos químicos inorgânicos	9,03	0,87	15,42	1,78	33,27	2,14
54. Filamentos sintéticos ou artificiais	17,69	1,70	3,46	0,40	27,02	1,74
42. Obras de couro, artigos de correeiro ou se seleiro, etc.	22,78	2,19	16,02	1,85	26,94	1,73
64. Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	67,48	6,48	17,43	2,01	26,71	1,72
62. Vestuário e seus acessórios, exceto malha	73,81	7,09	22,37	2,59	22,97	1,48
73. Obras de ferro fundido, ferro ou aço	13,62	1,31	11,20	1,29	19,71	1,27
87. Veículos automóveis, tratores, e suas partes e acessórios	35,09	3,37	11,42	1,32	19,27	1,24
07. Produtos hortícolas, plantas, raízes, etc. comestíveis	26,98	2,59	19,10	2,21	19,09	1,23
Outros	241,30	23,16	160,38	18,54	219,25	14,11
Total	1.041,73	100	865,16	100	1.554,05	100

Fonte: BRASIL, [1990-2006]. Elaboração própria.

Nota: A tabela apresenta os produtos originários da China, conforme os capítulos da NCM, que tiveram maior representatividade na pauta de importações brasileira em 2002. Estes capítulos, que corresponderam a 85,89% do total importado da China em 2002, estão ordenados conforme a representatividade naquele ano. Para possibilitar um exercício comparativo, foram incluídos os valores importados por cada capítulo em 1995 e 1999.

APÊNDICE F – Pauta de exportações Brasil - China: 2003-2005

NCM	2003		2004		2005	
	US\$ F.O.B (milhões)	Part. %	US\$ F.O.B (milhões)	Part. %	US\$ F.O.B (milhões)	Part. %
26. Minérios, escórias e cinzas	773,66	17,07	1.168,98	21,49	1.891,78	27,68
12. Sementes e frutos oleaginosos, grãos	1.313,08	28,97	1.621,77	29,81	1.717,11	25,13
<i>* grãos de soja, mesmo triturados</i>	<i>1.313,07</i>	<i>28,97</i>	<i>1.621,74</i>	<i>29,81</i>	<i>1.716,92</i>	<i>25,12</i>
<i>* demais itens do capítulo</i>	<i>0,10</i>	<i>-</i>	<i>0,04</i>	<i>-</i>	<i>0,019</i>	<i>-</i>
27. Combustíveis, óleos e ceras minerais	23,91	0,53	219,47	4,03	558,07	8,17
<i>* óleos brutos de petróleo</i>	<i>22,27</i>	<i>0,49</i>	<i>210,13</i>	<i>3,86</i>	<i>541,63</i>	<i>7,93</i>
<i>* demais itens do capítulo</i>	<i>1,65</i>	<i>0,04</i>	<i>9,34</i>	<i>0,17</i>	<i>16,44</i>	<i>0,24</i>
72. Ferro fundido, ferro e aço	754,60	16,65	418,65	7,70	527,79	7,72
47. Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	265,60	5,86	266,22	4,89	270,05	3,95
84. Caldeiras, máquinas e outros aparelhos mecânicos	205,68	4,54	192,21	3,53	258,93	3,79
41. Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	116,47	2,57	195,53	3,59	250,22	3,66
24. Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	55,67	1,23	101,86	1,87	248,82	3,64
15. Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	270,03	5,96	496,49	9,13	172,08	2,52
<i>* óleo de soja, estado bruto</i>	<i>256,40</i>	<i>5,66</i>	<i>422,87</i>	<i>7,77</i>	<i>144,04</i>	<i>2,11</i>
<i>* óleo de soja, refinado</i>	<i>11,70</i>	<i>0,26</i>	<i>70,51</i>	<i>1,30</i>	<i>25,14</i>	<i>0,37</i>
<i>* demais itens do capítulo</i>	<i>1,93</i>	<i>0,04</i>	<i>3,11</i>	<i>0,06</i>	<i>2,90</i>	<i>0,04</i>
44. Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	122,14	2,69	137,04	2,52	148,01	2,17
52. Algodão	20,00	0,44	20,04	0,37	93,10	1,36
39. Plásticos e suas obras	52,84	1,17	33,59	0,62	88,77	1,30
02. Carnes e miudezas, comestíveis	11,50	0,25	40,42	0,74	85,35	1,25
85. Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes, etc.	61,77	1,36	58,98	1,08	71,50	1,05
Outros	485,60	10,71	468,69	8,62	452,08	6,62
Total	4.532,56	100	5.439,96	100	6.833,67	100

Fonte: BRASIL, [1990-2006]. Elaboração própria.

Nota: A tabela apresenta os produtos brasileiros, conforme os capítulos da NCM, que tiveram maior representatividade na composição da pauta de exportações para a China em 2005 (responsáveis por 93,38% das exportações). Os produtos foram ordenados conforme a participação sobre o total exportado para aquele destino em 2005. Para realizar um exercício comparativo, foram incluídos os valores de exportação de cada capítulo em 2003 e 2004. (As informações em itálico, dos capítulos 12, 27 e 15, correspondem à classificação dos produtos dentro dos capítulos).

APÊNDICE G – Pauta de importações Brasil - China: 2003-2005

NCM	2003		2004		2005	
	US\$ FOB (milhões)	Part. %	US\$ FOB (milhões)	Part. %	US\$ FOB (milhões)	Part. %
85. Máquinas, aparelhos, materiais elétricos, e suas partes	708,39	32,98	1.387,28	37,39	2.137,46	39,92
84. Caldeiras, máquinas e outros aparelhos mecânicos	214,74	10,00	409,92	11,05	760,86	14,21
29. Produtos químicos e orgânicos	216,94	10,10	313,40	8,45	396,01	7,40
90. Instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia	133,95	6,24	232,99	6,28	370,16	6,91
27. Combustíveis, óleos e ceras minerais	308,26	14,35	365,31	9,85	185,90	3,47
* <i>Coque de hulha</i>	213,53	9,94	338,91	9,13	163,57	3,06
* <i>Hulhas não aglomeradas</i>	90,50	4,21	23,18	0,62	20,21	0,38
* <i>demais itens do capítulo</i>	4,23	0,20	3,21	0,09	2,12	0,04
54. Filamentos sintéticos ou artificiais	83,04	3,87	145,38	3,92	168,26	3,14
95. Brinquedos, jogos, artigos para divertimento, etc.	31,86	1,48	67,02	1,81	96,24	1,80
87. Veículos automóveis, tratores, e suas partes e acessórios	20,74	0,97	47,01	1,27	90,17	1,68
28. Produtos químicos inorgânicos	48,55	2,26	69,00	1,86	88,66	1,66
73. Obras de ferro fundido, ferro ou aço	24,80	1,15	47,68	1,28	85,21	1,59
64. Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	31,99	1,49	47,82	1,29	81,53	1,52
62. Vestuário e seus acessórios, exceto malha	26,00	1,21	48,06	1,30	80,80	1,51
39. Plásticos e suas obras	21,25	0,99	39,99	1,08	73,42	1,37
40. Borracha e suas obras	11,24	0,52	25,94	0,70	65,93	1,23
Outros	265,97	12,38	463,67	12,50	673,28	12,58
Total	2.147,71	100	3.710,48	100	5.353,87	100

Fonte: BRASIL, [1990-2006]. Elaboração própria.

Nota: A tabela apresenta os produtos chineses, conforme os capítulos da NCM, que tiveram maior representatividade na pauta de importações brasileira em 2005 (responsáveis por 87,42% das importações). Os produtos foram ordenados conforme a participação sobre o total importado em 2005 e, para realizar um exercício comparativo, foram incluídos os valores importados por cada capítulo em 2003 e 2004. (As informações em itálico, do capítulo 27, correspondem à classificação dos produtos dentro do capítulo).

APÊNDICE H – Intercâmbio Comercial entre Brasil e China, 1978-2005

Ano	Exportação Brasileira			Importação Brasileira			Resultados		
	US\$ F.O.B. (A)	Varição %	Participação %	US\$ F.O.B. (B)	Varição %	Participação %	Saldo (A-B)	Corrente de Comércio (A+B)	Cobertura (A/B)
1978	129.237.000	--	--	3.968.000	--	--	125.269.000	133.205.000	32,57
1979	118.334.000	-8,44	--	88.333.000	2126,13	--	29.353.000	206.667.000	1,34
1980	73.226.000	-38,12	--	244.142.000	176,39	--	-170.916.000	317.368.000	0,30
1981	104.021.721	42,06	0,45	349.792.051	43,27	1,58	-245.770.330	453.813.772	0,30
1982	92.073.672	-11,49	0,46	312.186.077	-10,75	1,61	-220.112.405	404.259.749	0,29
1983	270.320.573	193,59	1,23	505.462.660	61,91	3,28	-235.142.087	775.783.233	0,53
1984	453.110.902	--	1,68	365.315.444	--	2,63	87.795.458	818.426.346	1,24
1985	817.583.625	--	3,19	418.563.796	--	3,18	399.019.829	1.236.147.421	1,95
1986	517.305.709	-36,73	2,31	289.037.092	-30,95	2,06	228.268.617	806.342.801	1,79
1987	361.533.439	-30,11	1,38	297.502.027	2,93	1,98	64.031.412	659.035.466	1,22
1988	718.484.822	98,73	2,13	82.914.476	-72,13	0,57	635.570.346	801.399.298	8,67
1989	628.341.233	-12,55	1,83	128.002.490	54,38	0,70	500.338.743	756.343.723	4,91
1990	381.803.845	-39,24	1,22	168.792.327	31,87	0,82	213.011.518	550.596.172	2,26
1991	226.405.821	-40,70	0,72	129.040.536	-23,55	0,61	97.365.285	355.446.357	1,75
1992	460.031.616	103,19	1,29	116.775.031	-9,51	0,57	343.256.585	576.806.647	3,94
1993	779.394.972	69,42	2,02	304.856.536	161,06	1,21	474.538.436	1.084.251.508	2,56
1994	822.416.147	5,52	1,89	463.495.924	52,04	1,40	358.920.223	1.285.912.071	1,77
1995	1.203.750.528	46,37	2,59	1.041.728.048	124,75	2,08	162.022.480	2.245.478.576	1,16
1996	1.113.828.697	-7,47	2,33	1.132.883.363	8,75	2,12	-19.054.666	2.246.712.060	0,98
1997	1.088.213.686	-2,30	2,05	1.166.420.980	2,96	1,95	-78.207.294	2.254.634.666	0,93
1998	904.879.640	-16,85	1,77	1.033.806.095	-11,37	1,79	-128.926.455	1.938.685.735	0,88
1999	676.140.777	-25,28	1,41	865.159.591	-16,31	1,76	-189.018.814	1.541.300.368	0,78
2000	1.085.223.878	60,50	1,97	1.222.144.368	41,26	2,19	-136.920.490	2.307.368.246	0,89
2001	1.902.093.617	75,27	3,27	1.328.415.610	8,70	2,39	573.678.007	3.230.509.227	1,43
2002	2.520.457.098	32,51	4,18	1.554.012.240	16,98	3,29	966.444.858	4.074.469.338	1,62
2003	4.532.559.799	79,83	6,20	2.147.441.734	38,19	4,45	2.385.118.065	6.680.001.533	2,11
2004	5.439.956.312	20,02	5,64	3.710.476.817	72,79	5,91	1.729.479.495	9.150.433.129	1,47
2005	6.833.668.267	25,62	5,78	5.353.261.623	44,27	7,28	1.480.406.644	12.186.929.890	1,28

Fontes: Dados de 1978 a 1980: ABI-SAD, 1996, p. 189; Dados de 1981 a 2005: BRASIL, [2001-2006].

Notas: *Varição*: calculada sobre o ano anterior. *Participação*: participação percentual sobre o total geral do Brasil.

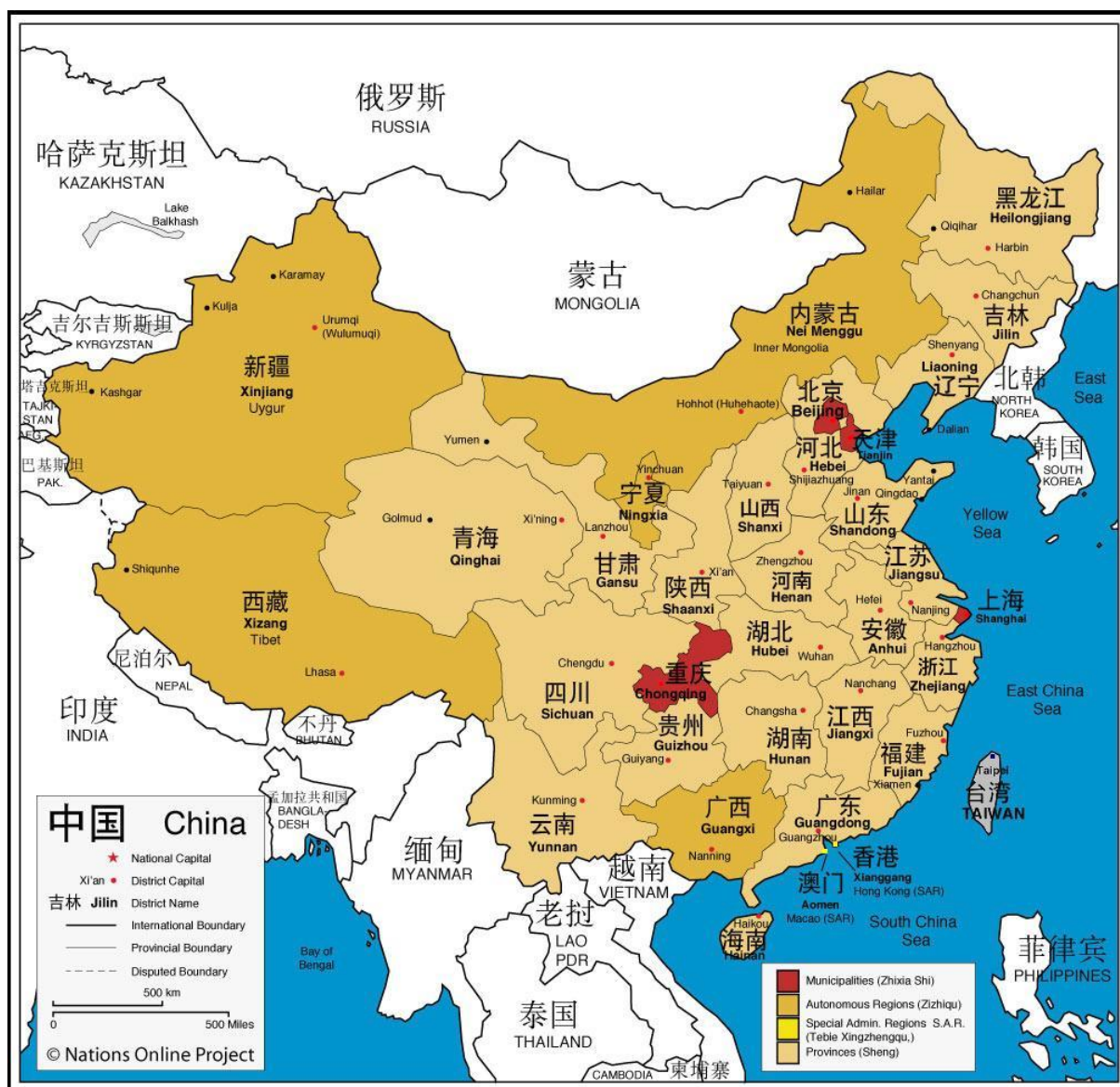
APÊNDICE I – Exportações brasileiras para a China, totais por fator agregado, 1981-2005

Ano	Total		Produtos Básicos		Produtos Industrializados				Operações Especiais		
	US\$ F.O.B.	Var. %	Produtos Básicos		Semimanufaturados (A)		Manufaturados (B)		US\$ F.O.B.	Var. %	
			US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %	US\$ F.O.B.	Var. %			
1981	104.021.721	-88,39	24.601.127	-56,51	79.420.594	12.085.057	-32,83	67.335.537	-91,77	---	---
1982	92.073.672	-11,49	27.714.957	12,66	64.358.715	10.172.991	-15,82	54.185.724	-19,53	---	---
1983	270.320.573	193,59	34.898.874	25,92	235.378.255	53.256.849	423,51	182.121.406	236,11	43.444	---
1984	453.110.902	67,62	22.330.857	-36,01	430.765.440	148.443.498	178,73	282.321.942	55,02	14.605	-66,38
1985	817.583.625	---	49.126.058	---	768.457.567	246.285.037	---	522.172.530	---	---	---
1986	517.305.709	-36,73	52.104.105	6,06	465.201.604	204.085.954	-17,13	261.115.650	-49,99	---	---
1987	361.533.439	-30,11	77.717.716	49,16	283.815.723	101.161.223	-50,43	182.654.500	-30,05	---	---
1988	718.484.822	98,73	123.196.467	58,52	595.288.355	100.466.406	-0,69	494.821.949	170,91	---	---
1989	628.341.233	-12,55	73.450.693	-40,38	554.890.540	172.688.550	71,89	382.201.990	-22,76	---	---
1990	381.803.845	-39,24	74.927.917	2,01	306.875.928	186.524.006	8,01	120.351.922	-68,51	---	---
1991	226.405.821	-40,70	95.290.859	27,18	131.114.962	57.852.330	-68,98	73.262.632	-39,13	---	---
1992	460.031.616	103,19	112.160.809	17,70	347.870.807	220.257.369	280,72	127.613.438	74,19	---	---
1993	779.394.972	69,42	124.250.658	10,78	655.072.162	221.899.764	0,75	433.172.398	239,44	72.152	---
1994	822.416.147	5,52	144.275.834	16,12	677.987.929	470.247.063	111,92	207.740.866	-52,04	152.384	111,20
1995	1.203.750.528	46,37	191.379.625	32,65	1.012.201.469	689.196.478	46,56	323.004.991	55,48	169.434	11,19
1996	1.113.828.697	-7,47	402.603.867	110,37	710.989.018	455.160.555	-33,96	255.828.463	-20,80	235.812	39,18
1997	1.088.213.686	-2,30	566.977.265	40,83	520.772.893	329.962.522	-27,51	190.810.371	-25,41	463.528	96,57
1998	904.879.640	-16,85	628.299.976	10,82	276.217.835	152.215.822	-53,87	124.002.013	-35,01	361.829	-21,94
1999	676.140.777	-25,28	423.330.844	-32,62	252.475.410	145.477.270	-4,43	106.998.140	-13,71	334.523	-7,55
2000	1.085.223.878	60,50	739.772.864	74,75	344.442.494	140.773.114	-3,23	203.669.380	90,35	1.008.520	201,48
2001	1.902.093.617	75,27	1.154.982.073	56,13	738.337.574	274.646.820	95,10	463.690.754	127,67	8.773.970	769,98
2002	2.520.457.098	32,51	1.550.623.355	34,26	962.039.507	442.410.924	61,08	519.628.583	12,06	7.794.236	-11,17
2003	4.532.559.799	79,83	2.266.306.975	46,15	2.253.616.485	1.079.693.700	144,05	1.173.922.785	125,92	12.636.339	62,12
2004	5.439.956.312	20,02	3.231.728.546	42,60	2.198.854.383	1.234.080.874	14,30	964.773.509	-17,82	9.373.383	-25,82
2005	6.833.668.267	25,62	4.673.792.024	44,62	2.144.096.782	1.004.845.938	-18,58	1.139.250.844	18,08	15.779.461	68,34

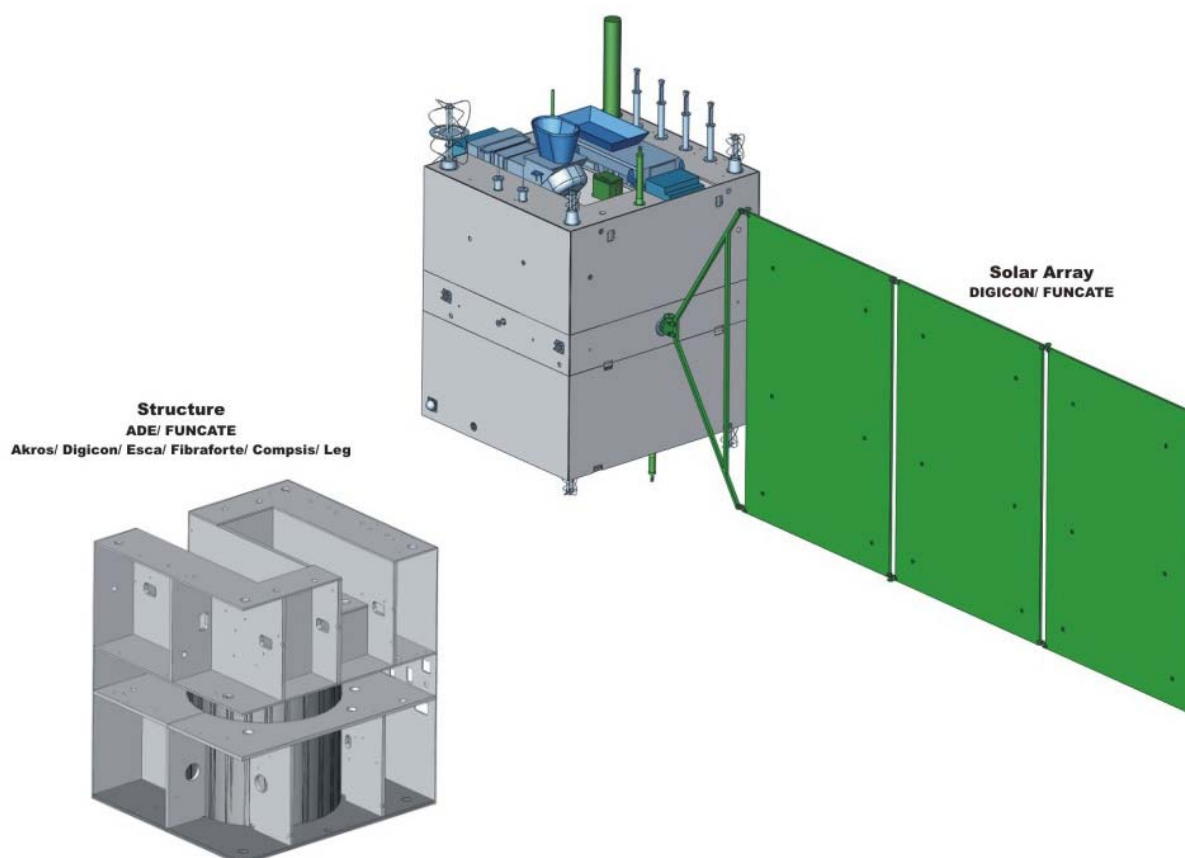
Fonte: BRASIL, [2001-2006].

Nota: Var. %: variação calculada sobre o ano anterior.

ANEXO A – Mapa Administrativo da República Popular da China (2005)



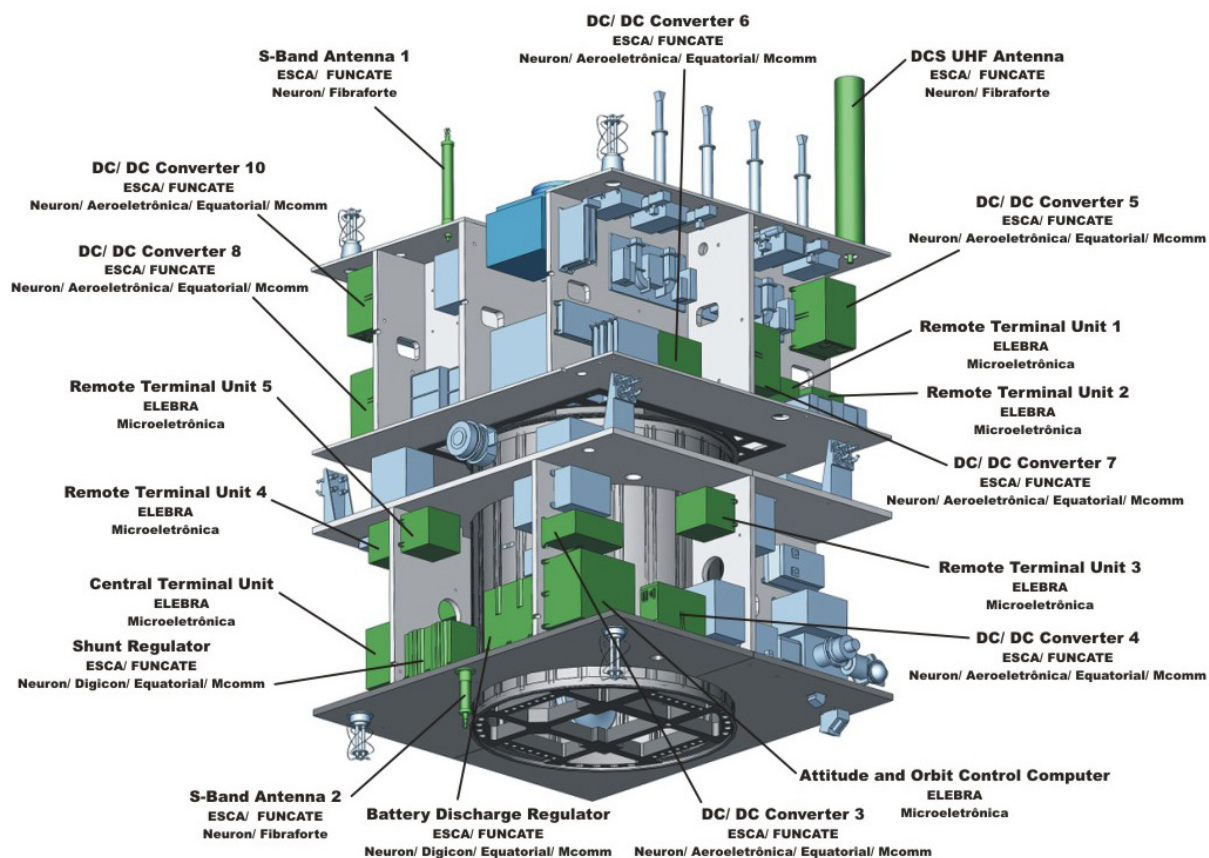
ANEXO B – Satélite CBERS: fornecedores brasileiros do painel solar e da estrutura



Fonte: INPE, 2006a.

Nota: Estrutura referente ao CBERS 1 e 2.

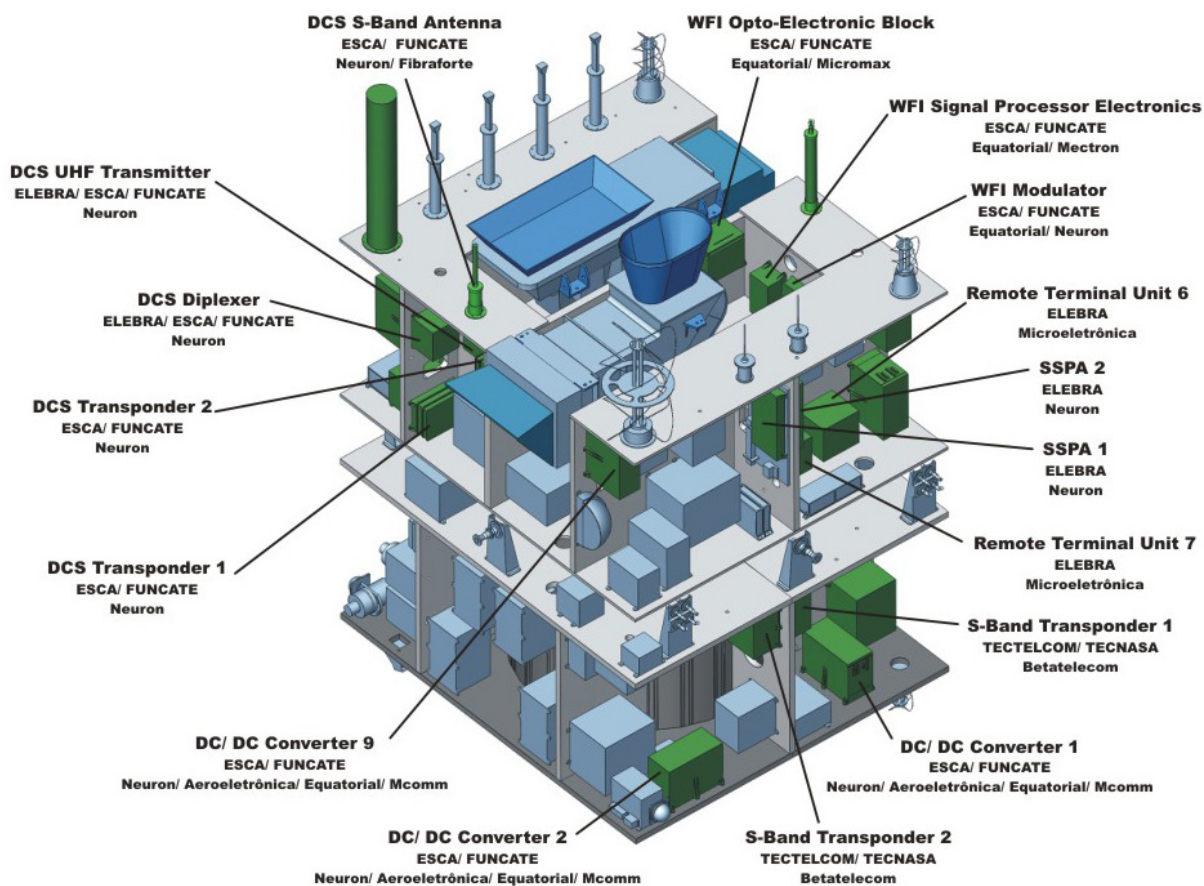
ANEXO C – Satélite CBERS: fornecedores brasileiros (vista 1)



Fonte: INPE, 2006b.

Nota: Estrutura referente ao CBERS 1 e 2.

ANEXO D – Satélite CBERS: fornecedores brasileiros (vista 2)



Fonte: INPE, 2006c.

Nota: Estrutura referente ao CBERS 1 e 2.